



*barbara reis savaut*  
2018



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
DOUTORADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

**BÁRBARA PONTES DE ASSIS**

**TEMPORALIDADES, TRAJETÓRIAS E ENFRENTAMENTOS À  
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA INTIMIDADE:  
DESVELANDO DINÂMICAS DA JUSTIÇA SOTEROPOLITANA.**

Salvador

2018

**BÁRBARA PONTES DE ASSIS**

**TEMPORALIDADES, TRAJETÓRIAS E ENFRENTAMENTOS À  
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA INTIMIDADE:  
DESVELANDO DINÂMICAS DA JUSTIÇA SOTEROPOLITANA.**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutora no Programa de Pós graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador

2018

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

A848 Assis, Bárbara Pontes de  
Temporalidades, trajetórias e enfrentamentos à violência de gênero na  
Intimidade: desvelando dinâmicas da justiça soteropolitana / Bárbara Pontes  
de Assis. – Salvador, 2018.  
225 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria  
de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade  
Contemporânea.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

1. Patriarcado 2. Violência de gênero 3. Violência doméstica 4. Família.  
5. Lei Maria da Penha – Violência conjugal. I. Universidade Católica do  
Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Cavalcanti,  
Vanessa Ribeiro Simon - Orientadora IV. Título.

CDU 364:34

TERMO DE APROVAÇÃO

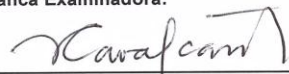
**Bárbara Pontes de Assis**

**“Temporalidades, Trajetórias e Enfrentamentos à Violência de  
Gênero na intimidade: desvelando dinâmicas da justiça  
soteropolitana.”**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em  
Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 31 de outubro de 2018.

Banca Examinadora:

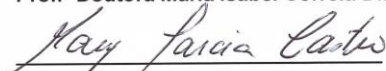


Prof.<sup>a</sup>. Doutora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

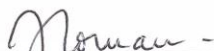
Orientador(a) - (UCSal)



Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Isabel Correia Dias - UPORTO



Prof.<sup>a</sup> Doutora Mary Garcia Castro - UESB



Prof.<sup>a</sup> Doutora Julie Sarah Lourau Alves da Silva - UCSAL



Prof.<sup>a</sup> Doutora Maura Leite Espinheira Avena - UCSAL

## RESUMO

Dentro da linha de Pesquisa Família nas Ciências Sociais, a tese discute, por meio de uma abordagem teórica histórico-dialética, o conceito do patriarcado como estruturante das relações, ligado a representações que ultrapassam o escopo doméstico-familiar e norteiam todas as demais relações sociais sobre as quais se instituem formas de atuação do sujeito no mundo social de maneira dicotomizada. Tais relações se baseiam nos papéis hierárquicos de gênero, sob a perspectiva de uma mentalidade de longa duração histórica, com metamorfoses que garantem sua permanência nos dias correntes. A hipótese é a de que este interfere nas trajetórias de vida, de gênero, na busca de acesso à justiça e no enfrentamento à violência vivenciada em relações íntimas. O objetivo geral é perceber a atuação do Estado, da família, da religião na vida de mulheres que optaram pelo enfrentamento legal à violência de gênero. Sendo os objetivos específicos atentar para os tempos do processo, das urgências e do sistema de atenção/proteção; refletir sobre a eficácia da Lei Maria da Penha na vida dessas mulheres, visualizar de que forma se deu a atuação dessas instituições e quais as estratégias usadas para a manutenção do processo. O enfoque à Rede de Atenção à Mulher se faz a partir das trajetórias de cinco mulheres vítimas de violência doméstica e familiar - envolvendo contextos de intimidade -, onde serão analisadas as temporalidades previstas em lei e o tempo real no enfrentamento à violência. A aproximação à Rede se dá por meio de abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com representantes institucionais assim como pelas histórias narradas, e quantitativa mensurando o tempo de duração dos Inquéritos Policiais no período entre janeiro e outubro de 2017, buscando compreender sua dinâmica e como esta repercute na vida das mulheres. O tempo do enfrentamento que urge no cotidiano das mulheres que recorrem à Rede diverge do tempo de enfrentamento do Estado relativo à questão das violências. Como resultados assinala-se que tal demora na resolução dos processos e a presença do patriarcado nas instituições põe em cheque a eficácia da Lei Maria da Penha, a confiança no acesso à justiça e a cidadania, bem como a proteção e garantia de direitos.

Palavras-chave: Patriarcado, Violências, Gênero, Rede de Atenção, Famílias.

## ABSTRACT

Inside the field of Family Research in Social Sciences, this thesis discusses, by an historical-dialectical theoretical approach, the concept of patriarchy as structurant of relations, connected to representations that surpass the domestic-familiar scope and guide all other social relations above which the ways of action of a subject in the social world get instituted in a dichotomized manner. Those relations are based on hierarchical gender roles, under the perspective of a mentality of long historical length, presenting transformations that guarantee its permanence in current days. The hypothesis is that this interferes in trajectories of life, of gender, in the search of access to justice and in the confrontation of violence lived in intimate relationships. The major objective is to perceive the action of State, family and religion in the lives of women who chose to legally confront gender violence. Minor objectives are to take notice to the timing of the process, to the urgencies and to the system of care/protection; to consider the efficiency of Maria da Penha Law in those women's lives, to visualize the manner in which has happened the action of those institutions and what are the strategies used in the maintenance of the process. The focus on Women's Care Network (Rede de Atenção à Mulher) is done through the trajectories of five women who are victims of familiar and domestic violence – involving contexts of intimacy –, in which the temporalities foreseen in law and the real timing confronting violence are going to be analyzed. The access to this Network is done by a qualitative approach, using semi-structured interviews with institutional representatives as well as by narrated stories, and a quantitative approach, measuring the duration timing of Police Inquiries on the period between January and October 2017, trying to comprehend its dynamics and how it rebounds in women's lives. Confrontation timing that urges on the daily basis of those women who resort to the Network is divergent from State's confrontation timing in what concerns violence. As result, it is pointed out that this delay in resolution of processes and the presence of patriarchy in institutions endanger the efficiency of Maria da Penha Law, the trust in access to justice and citizenship, as well as protection and guarantee of rights.

Key words: Patriarchy, Violence, Gender, Care Network, Families.

## RESUMEN

Dentro de la línea de investigación familiar en las ciencias sociales, la tesis discute, a través de un enfoque teórico histórico-dialéctico, el concepto de patriarcado como una estructuración de relaciones, vinculada a representaciones que van más allá del ámbito doméstico-familiar y guían todas las demás relaciones sociales en las que las formas de acción del sujeto en el mundo social se instituyen de manera dicotomizada. Estas relaciones se basan en las funciones jerárquicas del género, desde la perspectiva de una mentalidad histórica de larga duración, con las metamorfosis que garantizan su permanencia en los días actuales. La hipótesis es que interfiere en las trayectorias de la vida, del género, en la búsqueda del acceso a la justicia y en la afrontamiento de la violencia experimentada en relaciones íntimas. El objetivo general es percibir las acciones del estado, de la familia, de la religión en la vida de las mujeres que optaron por la confrontación legal con la violencia de género. Los objetivos específicos son prestar atención a los tiempos del proceso, la urgencia y el sistema de cuidado/protección; Reflexionar sobre la eficacia de la Ley Maria da Penha en la vida de estas mujeres, para visualizar cómo se dieron las acciones de estas instituciones y qué estrategias se utilizaron para mantener el proceso. El enfoque en la red de cuidado de la mujer se basa en las trayectorias de cinco mujeres víctimas de violencia doméstica y familiar-que involucran contextos de intimidad-donde se analizarán las temporalidades previstas en la ley y en tiempo real para enfrentar la violencia . El enfoque de la red es a través de un enfoque cualitativo, utilizando entrevistas semiestructuradas con representantes institucionales, así como las historias narrados, y midiendo cuantitativamente la duración de las investigaciones policiales en el período comprendido entre Enero y octubre de 2017, buscando comprender su dinámica y cómo afecta a la vida de las mujeres. El tiempo de afrontamiento que insta a la vida cotidiana de las mujeres que recurren a la red diverge desde el momento de hacer frente al estado con respecto al tema de la violencia. Como resultado, se observa que este retraso en la resolución de los procesos y la presencia de patriarcado en las instituciones pone en control la efectividad de la Ley Maria da Penha, la confianza en el acceso a la justicia y la ciudadanía, así como la protección y garantía de los derechos.

Palabras clave: patriarcado, violencia, género, red de atención, familias.



## AGRADECIMENTOS

Este não foi um trabalho solitário. Muitas pessoas permeiam sua concretização e há necessidade de citá-las e agradecer-las. Para tanto iniciarei pelo princípio. Começo essa lista, repleta de mulheres admiráveis pela minha mãe que foi bússola e porto. Sem ela não seria possível chegar até aqui. Aproveito o momento pra agradecer ao meu filho que me impulsionou a seguir em frente.

Essa pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa parecer nº 2.436.787/2017.

Agradeço à Mary Garcia Castro que me orientou durante a primeira metade do doutorado e, sem dúvida, foi uma grande oportunidade de enriquecimento pessoal e para o resultado aqui posto.

Agradeço à Vanessa Cavalcanti, minha orientadora na conclusão deste trabalho por tê-la como companheira de trilha nos caminhos e descaminhos que apontando trajetos possíveis, flexibilizando o tempo e dividindo comigo o peso da bagagem, tornou o percurso mais leve. À você, minha gratidão e admiração.

Ao Núcleo de Estudos Sobre Direitos Humanos – NEDH.

À Dra. Márcia Teixeira que me abriu todos os caminhos necessários para a materialização da pesquisa.

Ao GEDEM e, necessariamente, à Dra. Livia Vaz, Marli Mateus e Carmenfran Viana Teixeira.

A todas as representantes institucionais que concordaram em participar da pesquisa e que me possibilitaram a coleta de dados.

Às mulheres que compartilharam comigo sua dor, sua intimidade, suas lutas e que são coautoras deste escrito.

Esta tese foi feita com mulheres, por mulheres e para todas as mulheres. A todas nós, dedico este trabalho.

## LISTA DE SIGLAS

BO – Boletim de Ocorrências

BTDC – Banco de Teses e Dissertações

CAB – Centro Administrativo da Bahia

CAVC – Centro de Apoio às Vítimas de Crime

CEDEBA – Centro de Diabetes e Endocrinologia da Bahia

CEDEP – Centro de Documentação e Estatística Policial

CET – Custo Efetivo Total

CEVAP – Centro de Valorização do Policial Militar

CFO – Curso de Formação de Oficiais

CMB – Casa da Mulher Brasileira

CNE – Conselho Nacional de Entidades

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano

COPE – Centro de Operações Policiais Especiais

COREM – Conselho Regional de Enfermagem

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada da Assistência Social

DAL – Departamento de Apoio Logístico

DDD – Discagem Direta à Distância

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

DERCA – Delegacia Especializada de Repressão a Crime contra Criança e Adolescente

DNA – Ácido Desoxirribonucleico

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GEDEM – Grupo de Atuação Especializada em Defesa da Mulher

GM/MS – Gabinete do Ministro/Ministério da Saúde

GR – Grupamento de Recrutas

GRAER – Grupamento Aéreo

IFBA – Instituto Federal da Bahia

IML – Instituto Médico Legal

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IP – Inquérito Policial

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

JECRIM – Juizado Especial Criminal

MMIRDH - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

MRI – Mulher Representante Institucional.

NAJE – Núcleo de Assistência Jurídica

NUDEM – Núcleo de Defesa da Mulher

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAD – Processo Administrativo

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

PDS – Processo Disciplinar Sumário

PM – Polícia Militar

PT – Perda Total

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

SSP – Secretaria de Segurança Pública

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TOC – Transtorno Obsessivo Compulsivo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UTI – Unidade de Terapia Intensiva

UFBA – Universidade Federal da Bahia

## LISTA DE QUADROS, TABELAS e ILUSTRAÇÕES.

Figura 1	Fluxograma de Atendimento na DEAM	40
Quadro 1	Procedimento Legal	42
Quadro 2	Rede de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e familiar	46
Quadro 3	Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar	49
Tabela 1	Nº de Deputadas/os Eleitas/os em 2006, 2010 e 2014.	18
Tabela 2	Nº de Senadoras/os Eleitas/os em 2006, 2010 e 2014.	18
Tabela 3	Nº de Governadoras/os Eleitas/os em 2006, 2010 e 2014.	19
Tabela 4	Inquéritos DEAM de Periperi sem autos de prisão em flagrante	204
Tabela 5	Detalhamento do intervalo mais frequente dos inquéritos DEAM de Periperi sem autos de prisão em flagrante	205
Tabela 6	Inquéritos DEAM de Periperi com autos de prisão em flagrante	206
Tabela 7	Inquéritos DEAM de Brotas sem autos de prisão em flagrante	207
Tabela 8	Detalhamento do intervalo mais frequente dos inquéritos DEAM de Brotas sem autos de prisão em flagrante	208
Tabela 9	Inquéritos DEAM de Brotas com autos de prisão em flagrante	209

## LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Inquéritos DEAM de Periperi sem autos de prisão em flagrante	204
Gráfico 2	Detalhamento do intervalo mais frequente dos inquéritos DEAM de Periperi sem autos de prisão em flagrante	205
Gráfico 3	Inquéritos DEAM de Periperi com autos de prisão em flagrante	206
Gráfico 4	Inquéritos DEAM de Brotas sem autos de prisão em flagrante	207
Gráfico 5	Detalhamento do intervalo mais frequente dos inquéritos DEAM de Brotas sem autos de prisão em flagrante	208
Gráfico 6	Inquéritos DEAM de Brotas com autos de prisão em flagrante	209
Ilustração 1	O Registro de Águia	51
Ilustração 2	O Registro de Express	68
Ilustração 3	O Registro de Uma mulher destruída	90
Ilustração 4	O Registro de Samanta	117
Ilustração 5	O Registro de Mônica	143

## SUMÁRIO

Lista de Siglas	
Lista de Figuras, Quadros e Tabelas	
Lista de Gráficos e Ilustrações	
Considerações Iniciais	5
PARTE I – CENÁRIOS E CONTEXTOS	
Capítulo 1 – De onde? Pretérito do presente na ordem patriarcal	9
1.1 - O Patriarcado como mentalidade de longa duração	9
1.2 - O Estado Patriarcal e o Patriarcado Institucional	15
1.3 - Estruturas de (con)formação: o Patriarcado e a Construção dos femininos	20
1.4 - O Patriarcado e a Constituição do Sujeito: permanências e rupturas	25
Capítulo 2 – Como? O Método como histórico: ao caminhar se faz o caminho	31
2.1 – O Método e o Campo de Pesquisa: Diálogos e Interferências	35
Capítulo 3 – Qual panorama? A Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar em Salvador	40
3.1 – Um marco feminista: A Lei 11.340/06.	41
PARTE II – INTERVALO: UMA PAUSA PARA OUVIR	
Capítulo 4 – Quando? Nas vozes das mulheres: tempos vividos e narrados	50
4.1 – A história de Fênix	51
4.2 – A história de Express	68
4.3 – A história de uma mulher destruída	90
4.4 – A história de Samanta	117
4.5 – A história de Mônica	143
PARTE III – FALAS, VOZES... AÇÃO!	
Capítulo 5 – Onde? Atuação institucional	160
5.1 – Tempos da Justiça	160
5.2 – Análise de dados quantitativos	202
<i>Tempus Fugit</i> : Relógios moles e as mulheres que (sobre)vivem	215
Referências	219
Apêndices	224
Créditos da Autora	225

Própria

Não me tenha como tua  
Quem me dera ser posse ou propriedade  
Assim ao menos seria minha,  
possuidora de mim mesma.  
Sou apenas uma errante  
ante a face estranha do tempo  
nas entranhas da vida.  
Somente ida.  
Seguida de impulsos, sentimentos  
e pensamentos que também já foram.  
Nada ficou, nem eu.

Bárbara Pontes, 2017.

## Considerações Iniciais

1, 2, 3, valendo?

Vá lendo o livro mais complexo de todos: você.

Vá lendo, interpretando, entendendo, se apropriando.

Não importa o que você andava lendo, importa sim o que você anda valendo.

Quem sabe assim, valendo pelo conteúdo, você encontre a reciprocidade devida, de vida, sem dívidas, dúvidas, nem cobranças.

Um livro não vale o quanto pesa, talvez valha o quanto preza.

Bárbara Pontes, 2017.

A proposição deste trabalho emerge fundamentada nas questões que surgiram após a conclusão da dissertação de mestrado na qual trabalhei com os diferentes tempos de enfrentamento à violência de gênero. Pesquisa, essa, intitulada “Violência de Gênero em diferentes tempos: enfrentamentos na esfera pública e privada” (2014). Percebe-se que há uma grande divergência entre o tempo do cotidiano, no qual a cada 7 minutos uma mulher é vítima de violência no Brasil (computando-se apenas os casos registrados na Central de Atendimento à mulher – Ligue 180), 2017; o tempo do Estado (processual/protetivo), que foi abordado a partir de uma perspectiva histórica com base na Legislação Brasileira e sua normatização da vida das mulheres, acrescentou-se, ademais, o tempo das religiões judaico-cristãs no enfrentamento à violência de gênero como elemento coadunante com base no levantamento do Estado da Arte sobre a temática.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica permaneceu o questionamento de como, na trajetória de mulheres, vítimas de violência doméstica e familiar, se dá a inter-relação dessas temporalidades, os fatos facilitadores ou dificultadores no processo de enfrentamento à violência. Que recursos/serviços buscam? Que auxílios e proteção obtém? Quais os tempos reais de enfrentamento? Quanto tempo as mulheres levam para realizar a denúncia e mantê-la? Fatores como geração e religião interferem neste tempo? Quanto tempo dura o processo legal?



No intuito de obter essas respostas, por meio da abordagem teórica histórico-dialética, que não revelam apenas sobre a vida de algumas mulheres especificamente, mas sobre a realidade sociocultural, para qual é necessário voltar os olhos quando se trata de políticas públicas, e sobre o funcionamento institucional, que precisa ser monitorado/avaliado para efetivação dessas políticas é que se deu o interesse em realizar esta pesquisa. Alguns caminhos foram vislumbrados ao longo do percurso e os explicitarei no capítulo metodológico. Por hora, trataremos dos objetivos e dos métodos que foram delineados ao longo do processo de investigação.

Tendo como hipótese que o patriarcado interfere nas trajetórias de vida, nas relações de gênero na intimidade, na busca de acesso à justiça e no enfrentamento à violência vivenciada. O objetivo geral é perceber a atuação do Estado, da família, da religião na vida de mulheres que optaram pelo enfrentamento legal à violência de gênero. Sendo os objetivos específicos atentar para os tempos do processo, das urgências e do sistema de atenção/proteção e refletir sobre a eficácia da Lei Maria da Penha na vida dessas mulheres; visualizar de que forma se deu a atuação dessas instituições e quais as estratégias usadas para a manutenção do processo.

Com a presente tese “Temporalidades, Trajetórias e Enfrentamentos à Violência de Gênero na Intimidade: Desvelando Dinâmicas Soteropolitanas”, pretende-se demonstrar a inter-relação entre os termos do título e suas interferências, conexões e complexidades. No que se refere às temporalidades e às trajetórias de vida de mulheres, trabalharemos o conceito do patriarcado sob a perspectiva de uma mentalidade de longa duração histórica, com metamorfoses que garantem sua permanência nos dias correntes, marcando ações e práticas. Defendemos que esse interfere nas trajetórias de mulheres no enfrentamento à violência vivenciada, como por exemplo, pela força de afetos e vínculos, mesmo quando há denúncia. Assim, discutimos como as mentalidades podem intervir no tempo do cotidiano e inclusive na formação de conceitos como o eu, o outro, colaborando com a naturalização da violência e permissividade da sua aparição.

As temporalidades nos enfrentamentos à violência serão focalizadas também no plano de estudo dos inquéritos policiais por meio de levantamento de dados quantitativos (tempo de duração dos inquéritos remetidos entre janeiro e outubro de 2017 nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher de Salvador), discutindo como o patriarcado se reproduz por violências institucionais, considerando como os casos dessas mulheres são tratados pelo Estado.

Partiremos das trajetórias de cinco mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, contatadas pelo intermédio do Grupo de Atuação Especial em Defesa das Mulheres – GEDEM, através do setor de atendimento psicossocial que indicou mulheres que estiverem em condições de narrar suas histórias sem que esse contato fosse violento, visto que acessar essas lembranças de dor/abusos é, em certa medida, reviver o sofrimento. Por meio de suas histórias de vida acompanhar, através dos seus relatos, as temporalidades previstas em lei e o tempo real no enfrentamento à violência. A partir das suas histórias focalizamos a Rede de Atenção à Mulher e o seu funcionamento em Salvador/Bahia. Por meio de entrevistas com representantes de órgãos integrados buscar-se-á compreender sua dinâmica e como esta repercute na vida de mulheres, com histórico de sofrimento e múltiplos abusos em contextos doméstico-familiares de intimidade e no enfrentamento às violências sofridas.

Como estruturação e ordenamento, a tese foi dividida em três partes. A primeira parte traz a fundamentação teórica e metodológica. O ponto de partida para a pesquisa, está subdividida em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “De onde? Pretérito do presente na ordem patriarcal” trabalhamos o conceito de patriarcado, sua influência na constituição do sujeito e das relações de gênero e sobre sua interferência na formação do Estado e no interior das Instituições como a família e a religião.

No capítulo 2, explicitamos o método deste trabalho e os percursos para sua elaboração. No capítulo 3, discutimos a Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica partindo da sua formatação (marco legal e funções de cada órgão) e avançando para o debate sobre sua dinâmica.

Na parte dois, no intervalo, far-se-á uma pausa para ouvir, na íntegra, as histórias de cinco mulheres que optaram pelo enfrentamento legal à violência

sofrida para compreender de que forma essas instâncias: Estado, Família e Religião atuaram/atuem em suas vidas. Justifica-se pelo tempo vivido, narrado, mas especialmente pelo reconhecimento de que suas narrativas seriam ouvidas, transcritas, registradas e divulgadas com “vozes” de sujeitos históricos.

Na parte três traremos as falas das representantes institucionais em Salvador/Bahia apreciadas a partir da análise de conteúdo de Bardin (2011).

Em *Tempus Fugit*, numa referência ao trabalho de Rubem Alves (1990), para tratar dos diferentes tempos: o tempo de quem não tem pressa (o tempo do Estado) e o tempo de quem só tem pressa (as mulheres que recorrem ao Estado) abordamos as conclusões e lacunas deste trabalho, refletindo sobre a sobrevivência e metamorfoses do patriarcado, tanto no plano individual, considerando as trajetórias das mulheres vítimas, como no plano institucional, ou seja, como o Estado e a Família estão lidando com as demandas dessas mulheres. No entanto, não se trata apenas da história de cinco mulheres, da história individual, mas sim de histórias de mulheres que sofrem violências e violações dos seus direitos cotidianamente e suas relações de confiança no acesso à justiça e à cidadania, bem como proteção e garantia de direitos.

## PARTE I – CENÁRIOS E CONTEXTOS

### CAPÍTULO 1 – De onde? Pretérito do presente na ordem patriarcal

Sistema no qual o homem passa a dominar através do poder e a outr@s subjugar.

Hierarquicamente sobre nós se torna sinônimo de uma humanidade que nos foi negada como se houvesse uma falta que nos incapacitasse.

Relegadas ao mundo do privado.

Privadas de liberdade.

A dominação em ação.

O poder do macho a conduzir para em nós reprimir toda e qualquer opção fora deste padrão.

Tenho arcado com contratos que não fiz.

Vivo acuada num corpo pré-moldado estereotipadamente por um paradigma de não sujeito, sujeita a ser objeto de desejo.

Vivo encurralada nesta territorialidade onde por muitas vezes amordacei minha voz e meus anseios.

Bárbara Pontes, 2018.

#### 1.1 – O Patriarcado Como Mentalidade de Longa Duração

Neste capítulo busca-se situar conceitualmente o patriarcado não como uma estrutura que faz parte do passado: seja como uma tipologia de família ou como uma determinada forma de organização do Estado a partir de uma concepção evolucionista da História. Mas como um elemento fundante da sociedade contemporânea e que está presente nas relações hierárquicas estabelecidas entre mulheres e homens e que naturaliza essa desigualdade. Essa desigualdade permite o insurgimento de diversas formas de violências e violações de direitos das mulheres não só no âmbito privado como também no público, mediados pelo e no Estado brasileiro.

Visa contextualizar e situar epistemologicamente as escolhas feitas para a apreensão e tratamento dos dados levantados, de onde partimos para chegar ao campo de investigação. A princípio discorreremos, nesta subseção, sobre o conceito de patriarcado que será aqui adotado. Posteriormente, na segunda e terceira subseções abordamos o seu aparecimento num nível macroestrutural

discorrendo sobre o patriarcado estatal e o patriarcado nas religiões judaico-cristãs e, para finalizar este capítulo, apresentamos essa questão micro estruturalmente, na formação do sujeito e em suas inter-relações. Desta maneira, discutiremos teoricamente o conceito para em seguida demonstrar a sua concretude tanto nas macro relações, pautadas pelo Estado, que não apenas legisla como também institui políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar e que, por vezes, torna essa violência institucionalizada, revitimizando as vítimas através de violências sobrepostas (Cavalcanti, 2018); quanto nas micro relações nas quais emergem o fenômeno da violência doméstica.

O conceito de patriarcado é polissêmico. Visto que pode vir a conceituar duas questões bem distintas. O patriarcado pode referir-se tanto a um modo de organização familiar definindo desta forma uma tipologia de família, como se discute adiante nas obras de Therborn (2006) e de Freyre (1996), assim como pode tratar de uma mentalidade<sup>1</sup>, de uma maneira de pensar o mundo e as relações de gênero partindo de uma visão hierárquica em que se legitima subordinações das mulheres. Uma visão misógina, andrógina e machista que possibilita o insurgimento das relações de violência entre os sexos/gêneros. Neste trabalho alinhamo-nos às perspectivas de Pateman (1993) e Saffioti (2015) visto que o interesse maior é em uma mentalidade patriarcal o que pede, como aqui o faremos, mais referências à história das mentalidades, como um elemento/processo de longa duração.

O termo patriarcado deriva do latim “*patriarca*” e indica a autoridade absoluta do chefe da família sobre os seus membros. Dessa maneira, o marido/o pai era considerado hierarquicamente superior à sua esposa/filhos e filhas e, responsável juridicamente pelos mesmos. Esse sistema que estabelece uma superioridade masculina/subalternidade feminina fornece subsídios para a coação da mulher em virtude de impor as vontades masculinas, abrindo prerrogativas para o uso de mecanismos de coação, a violência inclusive. Transformando-se nas raízes históricas da violência conjugal contemporânea.

---

<sup>1</sup> O campo da historiografia que busca compreender comportamentos e atitudes coletivas através de um percurso temporal mais longo. A história das mentalidades (LE GOFF, 1976).

Como ideologia que é o patriarcado pode ser apontada como uma força que impulsiona a ocorrência de violência entre homens e mulheres, habilitando sobremaneira o homem à prática deste abuso social, ademais de contar ainda com certa tolerância dos poderes públicos. Nesse sentido, o patriarcado figura como um censor, permitindo certas posturas sociais e condenando as que não se adéquam a uma identidade preconcebida e institucionalizada, por ele próprio, seja pela família, pela igreja e até mesmo pelo Estado, passando a ideia de que esses comportamentos são naturais e, por isso, não podem ser descartados (OLIVEIRA, 2005, p. 43) (grifos meus).

O patriarcado, ao legitimar a falocracia (poder masculino), reafirma uma relação de subordinação, corrobora com o uso do poder como também da coerção e da violência nas relações de gênero (Arendt, 1994). Fornecendo, deste modo, subsídios ao uso da força/dominação masculina (BOURDIEU, 2012), no sentido de impor-se nas suas vontades e na satisfação dos seus desejos.

[...] as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutora de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores (SAFFIOTI, 1979, p. 105).

Não se almeja, nesta tese, abordar o patriarcado como um tipo possível de família que tenha existido num determinado momento histórico como característica das sociedades e já findado. O que se pretende apontar aqui é a permanência de um ideal patriarcal nos dias correntes, ao contrário do que demonstra Therborn (2006), em seu trabalho “Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000”, quando analisa as mudanças ocorridas na família num nível global no referido período, voltando seu olhar sobre o patriarcado, o casamento e a fecundidade. Para acompanhar essas mudanças utiliza como fonte documental a legislação e índices estatísticos.

Para Therborn, o patriarcado está ligado à regra do pai/marido e ao seu poder e domínio sobre a vida dos filhos, assim como a relação entre marido e esposa. Ou seja, está ligado às relações parentais. No que diz respeito ao poder sexual masculino fora das relações de parentalidade, ou seja, sem o vínculo matrimonial, o conceitua como falocracia.

O poder paterno é o significado central do patriarcado (... ) Pais poderosos são também maridos, de modo que parece lógico e

prático estender a noção de patriarcado ao poder dos maridos. (... ) Contudo, o patriarcado neste livro não terá sua relação com a família afrouxada de modo a se tornar sinônimo de subordinação, discriminação ou desvantagem social das mulheres em geral. A discriminação e a desigualdade de gênero devem ser vistas como conceitos mais amplos do que o de patriarcado, com sua tradição familiar e conotações históricas. Uma erosão significativa e até mesmo o desaparecimento deste último não acarreta de forma necessária no fim da discriminação e da desigualdade de gênero e realmente não o promoveu, como veremos (THERBORN, 2006, p.22) (grifos meus).

Dessa maneira, o patriarcado está não apenas originalmente na célula familiar como pertencente a esta sem extrapolar suas dimensões e sem atingir outras instituições ou relações sociais mais amplas.

O patriarcado tem duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Em outras palavras, o patriarcado refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais – ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e de gênero. Embora o patriarcado, sob várias formas, modelasse também assimetricamente as relações entre pai e filho, assim como relações entre sogra e nora, o núcleo do poder patriarcal consistiu, acima de tudo, no poder do pai sobre a filha e no direito do marido sobre a mulher. O poder do pai sobre seu filho, via de regra, era uma versão suavizada daquele sobre a filha e o poder da sogra era delegado pelo sogro e/ou pelo marido (THERBORN, 2006, p. 29-30) (grifos meus).

Partindo desta conceituação de patriarcado, Therborn nos situa sobre a análise que será realizada a partir do seu trabalho no intuito de perceber os ganhos de poder de filhos e mulheres ao longo do período histórico delimitado e em todo mundo. Esses ganhos legais e estatísticos levam-no a considerar que houve um declínio do patriarcado.

Nas relações paternas e parentais com filhos, examinaremos regras formalizadas de obediência e deferência filiais e observaremos as regras genealógicas básicas de herança, isto é, se há apenas uma linhagem paterna (patrilinear), se os filhos adultos têm permissão para decidirem sobre seus casamentos, e se a expectativa é de que permaneçam na casa paterna após a união. O poder das sogras (prospectivo) estará aqui subsumido grandemente ao patriarcado parental. Com relação às uniões entre marido e mulher, os principais aspectos são: a presença ou ausência de assimetria sexual institucionalizada, tal como na poliginia e nas regras diferenciais para o adultério; a hierarquia de poder marital, expressa pelas normas de chefia marital e de representação familiar; e a heteronomia, ou seja, o dever de obediência da

mulher e o controle do marido sobre sua mobilidade e seu trabalho (THERBORN, 2006, p.30) (grifos meus).

No que se refere especificamente à realidade brasileira não se pode concordar que os avanços legais representam de fato mudanças. Como já afirmara Saffioti (1969), há um grande hiato na realidade brasileira entre a legislação e a realidade. Visto que nossa legislação, no que se refere à normatização da vida das mulheres, sofrerá influências do feminismo americano e teremos uma legislação vanguardista, bem destoante do que se reflete nas práticas cotidianas.

Em diversos setores da vida social brasileira, estabeleceram-se, assim, verdadeiros hiatos entre as relações sociais efetivas e a sua regulamentação jurídica, por mostrarem-se as primeiras incapazes de absorver a racionalidade (substantiva e também funcional, porquanto visava a harmonia das relações sociais) de que estava prenhe a segunda (SAFFIOTI, 1969, p. 270) (grifos meus).

Com relação à queda da taxa de natalidade, que Therborn (2006) considera como uma variável que corrobora com sua assertiva da diminuição do patriarcado, a redução do número de filhos não reduziu o trabalho das mulheres com relação à prole, mesmo com a institucionalização educacional dos filhos, as crianças menores são vistas como de responsabilidade quase exclusiva da mãe, que se viu, a partir do processo de nuclearização da família, cada vez mais isolada e sem auxílio dos demais membros da família. Sem contar que, como afirma Chodorov (2002), o papel emocional das mães nesse momento histórico aumentou precisamente, sobressaltando-se sua importância decisiva para o desenvolvimento da criança.

Aqui o patriarcado não será compreendido como uma tipologia familiar, mas para além disso, como um conceito que está difundido de forma ampla nas relações não apenas familiares como nas demais relações sociais, inclusive as determinadas e mediadas pelo Estado. Sendo assim, há que se expandir o debate quando tratamos o patriarcado num diálogo mais abrangente com o conceito de gênero.

(...) para aprofundar o jogo entre desestabilização (termo que ao nosso juízo seria mais apropriado que desmonte) do poder do chefe de família e do pai, e a manutenção das relações de gênero, se menos autocráticas, nem por isso, como bem reconhece Therborn (2006), mais igualitárias, vários processos



culturais e político-econômicos na América Latina deveriam ser acessados. (CASTRO, 2009, p. 66).

Tendo em vista que não buscaremos demonstrar a sua existência e/ou permanência histórica como modelo familiar. Mas, sobretudo, como modelo ideário de família. O que implica em aspectos morais, de papéis de gênero pré-estabelecidos e hierarquizados e um modelo relacional específico de família que permanece em vigor (Sarti, 1992).

A perspectiva conceitual deste trabalho, no que refere ao patriarcado, se aproxima do que Sarti (1992) denominou em sua tese de doutoramento de moralidade patriarcal. A autora se refere ao patriarcado como um código moral hierárquico que norteia simbolicamente as inter-relações familiares. Seu estudo faz um recorte de classe e trata essa questão entre os pobres urbanos. No entanto, sua perspectiva transcende o campo das relações estritamente familiares, ocupando esferas pública e privada.

(...) a moralidade na qual se assentam as relações familiares não se limita ao universo da casa, mas se expande para fora, configurando um sistema de valores que incide sobre o modo de pensar o mundo social e se colocar frente a ele (SARTI, 1994, p. 5) (grifos meus).

É sob essa ótica que analisamos o patriarcado como um conceito estruturante das relações, ligado a uma conduta moral que ultrapassa o escopo familiar e norteia todas as demais relações sociais sobre o qual se instituem formas de atuação do sujeito no mundo social de maneira dicotomizada visto que se baseia nos papéis hierárquicos de gênero.

A tese em questão corrobora com a ideia de Saffioti de que o patriarcado se mantém presente nas relações sociais, familiares e na intimidade.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma que escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Esse modelo de papéis e de funções de gênero fixo e pré-estabelecido nas relações familiares é um ideal patriarcal. E o não cumprimento deste papel por parte das mulheres pode ser punido socialmente, inclusive por meio de violência praticada por companheiros conjugais íntimos.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma que escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Como afirma Pateman (1993), o patriarcado como “um direito político dos homens sobre as mulheres” é instituído por meio do “contrato sexual” - que determina a sujeição das mulheres - e que estabelece “ordem social patriarcal”.

A sociedade civil (como um todo) é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública; de fato, o direito patriarcal dos homens é o principal suporte estrutural unindo as duas esferas de um todo social (PATEMAN, 1993, p. 167) (grifos meus).

Quando os irmãos fazem o contrato original, eles separam as duas dimensões do direito político, que estavam unidas pela figura do pai patriarcal. Eles criam uma nova forma de direito civil para substituir o direito paterno, e transformam o seu legado do direito sexual no patriarcado moderno, o qual abrange o contrato de casamento (PATEMAN, 1993, p. 168) (grifos meus).

## 1.2 – O Estado Patriarcal e o Patriarcado Institucional

Partiremos aqui da concepção de que o Estado brasileiro é um Estado Patriarcal o que não o descaracteriza enquanto Estado Patrimonialista<sup>2</sup> visto que, como colônia portuguesa, inevitavelmente herdamos esta influência de uma tendência centralizadora do estado em contradição às características do Estado liberal mesmo que algumas iniciativas de caráter liberal tenham ocorrido. No entanto a organização econômica patrimonialista não exclui uma organização de poder patriarcal.

A análise que buscamos desenvolver, como já discorremos anteriormente, não segue o pensamento weberiano de uma evolução histórica entre patriarcado/patrimonialismo/capitalismo como uma progressão nas formas de

---

<sup>2</sup> O patrimonialismo é uma transformação do patriarcado pelo processo de diferenciação, que se constrói a partir das relações de dependência entre o senhor e seus familiares, ou entre o soberano e os funcionários burocrático-estamentais (AGUIAR, 2000, p.316).

organização do Estado. Mas, sobretudo, do patriarcado como uma mentalidade, enquanto uma forma de organização social que se transforma e assume novas formas no decorrer dos tempos históricos, porém está presente em todas as formas de organização do Estado, demonstrando sua perpetuação através da manutenção das desigualdades e da hierarquia estabelecida entre mulheres e homens.

Levando em consideração a organização social no Brasil colônia pode-se afirmar que as relações patriarcais se difundem não apenas no interior da família, no âmbito do privado e da intimidade, assim como na organização do Estado, no âmbito do público, visto que a figura do patriarca, chefe da comunidade familiar, é a mesma figura do líder político e que estas relações possuem as mesmas características de poder.

A falta de acesso das mulheres à educação, aos postos de trabalho e aos cargos públicos são indicações deste patriarcado como afirmara Nísia Floresta (1832). Além de que o acesso aos cargos públicos não se dá, no Brasil, pelo direito pessoal do burocrata e sim como direito pessoal do senhor.

De acordo com Weber (1947), as relações de poder presentes na dominação patriarcal, estão fundamentadas na autoridade pessoal, na pessoa do patriarca que, na nossa realidade, é também o detentor do poder político e econômico, além do poder familiar. E esta autoridade é garantida pela sujeição pessoal das mulheres e escravos no domínio privado e dos servidores públicos no domínio do público, visto que o acesso ao cargo, como já dissemos, não se dá por um direito pessoal, mas por um “favor” do chefe político, o patriarca.

Dessa maneira, nos aproximamos aqui da concepção de Saffioti (1979) sobre a formação do Estado brasileiro, visto que a consolidação do poder dos chefes da parentela (patriarcas) leva o Estado patrimonial a se assentar muito mais em um tipo de patrimonialismo patriarcal do que em um patrimonialismo estamental. Queremos com isto corroborar com a visão “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas na sociedade civil, mas impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2015, p. 57).

Portanto adotaremos o pensamento de Pateman (1993) ao afirmar que a sociedade moderna fundamentada com base no contrato original, é do mesmo modo estabelecida pelo contrato sexual.

A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político enquanto *direito patriarcal* ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado se estabelece. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (PATEMAN, 1993, p.16).

O Estado, particularmente o brasileiro, sobre o qual nos debruçamos aqui é, como afirmamos no início desta parte do trabalho é patriarcal. As relações estabelecidas nele e por meio dele são relações hierarquizadas e que mantêm a desigualdade entre mulheres e homens, até os dias correntes.

Deve-se levar em conta que têm insistentemente observado que o exercício do poder estatal apresenta uma forte inclinação e/ou prejulgamento sobre as relações de gênero que o estruturam, sendo ela, quase sempre, disfarçadas sobre o manto da neutralidade de gênero no âmbito das instituições estatais. (No Executivo, no Legislativo e no Judiciário). Mas essa neutralidade simplesmente não existe e pode-se sim afirmar a presença de inclinações patriarcais estruturadas no Estado brasileiro. (MATOS & PARADIS, 2014, p. 60).

Quanto a participação política das mulheres de acordo com Moisés (1992) e Costa (2008) participação política vai além da filiação ou candidatura por meio de um partido político, ela está ligada também às manifestações de rua, agremiações e associações da sociedade civil. Mesmo percebendo grande presença política das mulheres, no que se refere à atividade política institucionalizada, ainda temos um número bastante reduzido de mulheres atuando neste espaço de poder. “A reduzida participação política da mulher está diretamente relacionada com a constituição de sujeitos e que este processo é muito complexo e se confronta com sujeitos históricos constituídos como sujeitos não políticos” (PINTO, 1994, p. 200).

Além do pequeno índice de mulheres eleitas – mesmo tendo o percentual mínimo estabelecido por lei (Lei Eleitoral 9.100) que, em 2010, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio de uma reforma na lei, torna obrigatória a participação da mulher numa proporção mínima de 30% - nas eleições

municipais em 2012 tivemos mulheres foram escolhidas para administrar cidades do país totalizando um índice de 11,9%. Já em 2016, esse número caiu para 11,6%<sup>3</sup>, no que se refere à representatividade feminina na Câmara dos Deputados. Em 2014, houve um aumento de 8,51% na bancada feminina. Porém, o total de deputadas eleitas representava menos de 10% da composição da Câmara dos Deputados<sup>4</sup>. Em 2018, esse percentual sobe para 13,8%.

Tabela 1- Número de Deputadas/os Federais eleitas/os em 2006, 2010, 2014 e 2018.

	Mulheres	%	Homens	%	Total
2006	45	8,8	468	91,2	513
2010	45	8,8	468	91,2	513
2014	51	9,9	462	90,1	513
2018	71	13,8	442	86,2	513

Fonte: TSE. Acessado em 11/10/2018

A eleição de 2014 só troca um terço do Senado. Neste caso, foram escolhidas cinco senadoras entre as 27 vagas disponíveis. Elas vão dividir espaço com outras seis que cumprem mandato até 2019. Com isso, serão 11 de um total de 81<sup>5</sup> que chegam à casa legislativa via partido e não via movimentos da sociedade civil.

Tabela 2 - Número de Senadoras/es eleitas/os em 2006, 2010, 2014 e 2018.

	Mulheres	%	Homens	%	Total
2006	4	48,8	23	85,2	71
2010	7	13	47	87	54
2014	5	13,6	22	86,4	27
2018	7	13	47	87	54

Fonte: TSE. Acessado em 11/10/2018

<sup>3</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1819610-numero-de-eleitas-cai-e-mulheres-perdem-representacao-politica.shtml>. Último acesso em 13/08/2018.

<sup>4</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/17/numero-de-mulheres-deputadas-cresce-8-5-em-relacao-a-bancada-atual>. Último acesso em 13/08/2018.

<sup>5</sup> <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/cresce-numero-de-mulheres-eleitas-no-congresso-mas-fatia-ainda-e-de-so-10.htm>. Último acesso em 13/08/2018.

Já para o governo dos Estados os números são demonstrados pela tabela a seguir:

Tabela 3 - Número de Governadoras/es eleitas/os - 2006, 2010 e 2014<sup>6</sup>

	Mulheres	%	Homens	%	Total
2006	3	11,1	24	88,9	27
2010	2	7,4	25	92,6	27
2014	1	3,7	26	96,3	27

Fonte: TSE e CFEMEA. Acessado em 11/10/2018.

Dessa maneira, temos uma realidade na qual algumas dessas mulheres buscam a solidariedade do voto feminino, porém com uma quase ausência de preocupação com a agenda feminista.<sup>7</sup>

Quanto à normatização do Estado sobre a vida das mulheres (Pontes, 2014) percebemos avanços legais ao longo dos séculos principalmente com a promulgação da Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, de enfrentamento a violência doméstica e familiar e tem um caráter revolucionário porque trata também da preocupação de uma mudança de conceitos e valores sociais que imprimem na violência doméstica um caráter “natural” que conduz a uma aceitação social. No entanto, percebemos que os avanços legais não são sinônimos de avanços reais, mesmo sendo fruto da pressão social nem sempre se transformam imediatamente em avanços sociais.

Até mesmo quando as proteções e garantias legais se fazem presentes, os braços do Estado não são suficientemente longos para neutralizar as profundas tradições culturais, que continuam relegando as preocupações das mulheres à esfera privada. Os papéis tradicionais de mulheres e homens estão ainda tão entranhados que a implementação de leis que desafiam a subordinação “naturalizada” das mulheres tornou-se um desafio crítico no país (TAVARES, 2011, p.9)

O patriarcado parece se remodelar para manter-se presente nas relações sociais apesar dos progressos e garantias legais.

A morosidade nos procedimentos administrativos é relevante, seja por dificuldades estruturais e de pessoal, ou seja, por total

<sup>6</sup> Até o momento há apenas uma mulher concorrendo ao segundo turno.

<sup>7</sup> Sobre esse tema BARBOSA (2010) aborda os ranços e avanços da atuação das mulheres na política. Atuação das mulheres na política local: ranços e avanços. Revista Ágora, Vitória, n.11, 2010, p.1-27. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1949/1461> Acesso em 11/10/1028.

descaso das questões de gênero por parte do poder público que não tem priorizado a questão da mulher em seus programas de governo. Ressalta-se a demora das delegacias de polícia na investigação dos casos, revelando que a morosidade e tempo de intervenção Estatal podem ser determinantes para o agravamento da violência, inclusive havendo uma “permissão” a etapas mais graves da violência perpetrada dentro de casa e contra a mulher. (GOMES, 2010, p.124).

Sobre essa questão, trataremos a seguir ao abordar sobre o funcionamento da Rede de Proteção à mulher vítima de Violência Doméstica em Salvador/Bahia.

### **1.3 – Estruturas de (con)formação: o Patriarcado e a Construção dos femininos.**

A importância da religião para a constituição do sujeito como pertencente a uma comunidade e a elaboração de papéis sociais generificados estabelecidos pelas religiões de base judaico-cristãs foi objeto de estudo e discussão realizado em etapas anteriores sob forma de dissertação (Pontes, 2014).

Dessa maneira, entendemos que a estruturação da consciência de si, para pessoas religiosas, leva ainda hoje, em consideração a construção social de papéis, funções e comportamentos esperados para cada indivíduo, havendo uma diferenciação acentuada de expectativas separadas pelo gênero. Evitando o sujeito, até certo ponto, se distanciar ou romper com o esperado pela instituição para evitar uma ruptura e uma conseqüente anomia (PONTES, 2014, p. 84).

A contemporaneidade e a pluralização das religiões não reduziram a importância das mesmas para a constituição do sujeito e da ideia de pertencimento a um grupo. Permanecendo essenciais para a concepção de si tanto no processo de individuação quanto no processo de socialização.

Prosseguiremos a discussão com vistas a ampliar a percepção sobre a construção da identidade feminina dentro dessas religiões partindo do entendimento de que, como qualquer outro empreendimento humano, elas são fruto de um momento histórico e por ele influenciadas. E compreendendo que as religiões judaico-cristãs sofrem influência da filosofia grega e de pensadores como Platão e Aristóteles que consideravam a mulher como um ser inferior, incorporam aspectos androcêntricos e misóginos formulando um conceito

patriarcal de Deus. “o gênero da religião cristã é masculino e é neste mundo masculinizado que nós, homens e mulheres, nos relacionamos, nos significamos (...) e nos organizamos do ponto de vista religioso” (VELOSO, 2005, p.72).

os corpos religiosos estão prisioneiros ou são prisioneiros voluntários de um sistema que continua legitimando a superioridade de uns em relação aos outros. E este sistema tem sua dose de responsabilidade na manutenção de estereótipos, de formas de socialização e dominação além de permitir que as mulheres sejam ainda consideradas cidadãs de segunda classe. Tudo isso tem consequências que precisam ser avaliadas no presente momento de nossa história (GEBARA, 2013, p.106) (grifos meus).

Esse sistema patriarcal das religiões judaico-cristãs impacta diretamente nas construções dos papéis de gênero não somente para os adeptos e frequentadores das religiões como para a sociedade de um modo geral. O discurso religioso é um discurso patriarcal. (BUARQUE, 1997; PERROT, 1998; GEBARA, 2000; SOUZA, 2010).

De acordo com Silva (1998) que em sua tese de doutoramento, o mito bíblico de Eva pode ser traduzi a seguir:

O senhor Deus disse; “Não é bom que o homem esteja só; vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada.” [...] O homem pôs nome a todos os animais, a todas as aves dos céus e a todos os animais dos campos; mas não se achava para ele uma ajuda que fosse adequada. Então o Senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e fechou com carne o lugar. E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e levou-a para junto do homem. “Eis agora aqui, disse o homem, o osso de meus ossos e a carne da minha carne; ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem. [...] A mulher, vendo que o fruto era bom para comer, de agradável aspecto e mui apropriado para abrir a inteligência, tomou dele, comeu, e o apresentou também ao seu marido, que comeu igualmente. [...] O Senhor Deus disse: “Quem te revelou que estavas nu? Terias tu porventura comido do fruto da árvore que eu te havia proibido de comer? O homem respondeu: “A mulher que puseste ao meu lado apresentou-me deste fruto, e eu comi” O Senhor Deus disse à mulher: “Por que fizeste isso?” – “A serpente enganou-me, - respondeu ela – e eu comi.” [...] Disse também à mulher: “Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dores, teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob seu domínio.” E disse em seguida ao homem : “Porque ouviste a voz de tua mulher e comeste do fruto da árvore que eu te havia proibido comer, maldita seja a terra por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu



sustento todos os dias de tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e em pó te hás de tornar.” (A BÍBLIA, GÊNESIS)

Dessa maneira, Eva e conseqüentemente todas as mulheres passam a estar sob o domínio do marido, de companheiras passam a subordinadas, além do sofrimento ao dar a luz. A culpa é estrutura fundante do *status quo* do Ocidente judeu-cristão e ela é feminina pela sua curiosidade e desobediência.

Além da malignidade e da culpa femininas temos, para a salvação, a instauração do ideal de sacrifício. Essa ideologia do sacrifício é geradora do medo, do medo de não corresponder a um ideal de comportamento estabelecido pela cultura e conseqüentemente de ser abandonada por Deus, levando a uma atitude de resistência e aceitação do sofrimento como parte dos desígnios de Deus, carregando como uma cruz imposta assim como fez o Seu Filho.

Para se redimir da sua culpa e malignidade resta à mulher o caminho da maternidade, é na imagem de Maria, mãe de Jesus, que a mulher deve se guiar, não importando o sofrimento que precise ser vivenciado, tendo em vista que o sacrifício é um exemplo deixado por Jesus a ser seguido. Esses conceitos de malignidade, culpa e sacrifício, por vezes, atuam no imaginário de mulheres vítimas de violência de gênero que, além de se sentirem culpadas/envergonhadas, são impelidas ao sacrifício em nome da manutenção familiar, colocando nas mãos de Deus a solução para a situação que estão vivenciando.

No novo testamento, apesar do relato da conduta de Jesus para com as mulheres, ser uma conduta mais igualitária. Nos escritos bíblicos permanecerá um lugar de desigualdade, de inferioridade para com as mulheres. Seja através de recomendações diretas dos escritos como o de Paulo

Esposas, cada uma de vós respeitai ao vosso marido, porquanto sois submissas ao Senhor; porque o marido é o cabeça da esposa, assim como Cristo é o cabeça da Igreja, que é seu Corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, de igual modo as esposas estejam em tudo sujeitas a seus próprios maridos. (BÍBLIA, EFÉSIOS 5:22).

Ou na ausência de registros escritos sobre mulheres no intuito de silenciar ou de minimizar a importância dos trabalhos missionários realizados. Percebe-se

claramente que as mulheres estão hierarquicamente inferiores aos homens. Ao escrever e relatar os acontecimentos mais ligados à ação masculina do que à ação feminina, corrobora com a produção de um discurso universalmente masculino, para a permanência de assimetrias relacionais de longa duração.

No que se concerne à religião católica dois expoentes do pensamento da teologia escolástica São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, sob influência do pensamento filosófico grego, em seus escritos deixam claro considerar a mulher como ser inferior tanto fisicamente, quanto racional e moralmente.

De acordo com Silva (1998), a Reforma protestante apesar de não ter realizado transformações radicais a respeito do feminino, trouxe mudanças substanciais nas representações e papéis das mulheres. Segundo Lutero “pela fé um magistrado pode exercer a vocação cristã no mundo, tanto quanto uma dona de casa” (apud Silva, p. 260). Para Lutero, a vocação cristã não era exclusiva dos religiosos, clérigos, monges, etc., mas poderia ser exercida em qualquer atividade humana, inclusive nas tipicamente femininas como os afazeres domésticos.

Apesar das atividades femininas estarem, pela ótica da vocação, em pé de igualdade com as atividades masculinas as mulheres permanecem sendo subalternas aos maridos e confinadas no mundo do privado, visto que Lutero reafirma a culpabilidade de Eva e reafirma a subalternidade da mulher frente ao marido como punição.

Dir-se-ia que o reformador como um típico representante da transição do medievo para a modernidade, por um lado mantinha a velha tradição escolástica de considerar a mulher como um ser humano inferior em decorrência do pecado original. Mas por outro lado, trazia como inovação a doutrina do sacerdócio universal do cristão que nivela homens e mulheres diante de Deus comissionando-os igualmente para a vocação cristã, para o serviço divino, estendido a todos os cristãos independente do gênero. Das ambigüidades vividas por Lutero, tem-se como consequência a inexistência de mudanças substanciais no pensamento reformado sobre a mulher, no século XVI. (SILVA, 1998, p. 261).

Outra concepção luterana que se opunha ao pensamento católico vigente foi colocar a vida de casado como superior ao celibato como defendia o catolicismo. Essa ideia contribuiu para desmistificar o pensamento que as

mulheres e o contato sexual com elas era um estorvo para o exercício da vida religiosa, neste caso, do ministério pastoral.

Já de acordo com Calvino a mulher não teria sido o instrumento da queda e, por conseguinte deixado de ser a imagem e semelhança de Deus. Calvino acreditava que ambos, mulher e homem, se constituíam a imagem e semelhança de Deus, não havendo assim hierarquização espiritual entre os gêneros. No entanto, para justificar a manutenção do *status quo*, no qual a mulher devia obediência ao marido Calvino afirma que essa obediência deve ocorrer não por superioridade masculina ou inferioridade feminina, mas por determinação de Deus. Mantendo socialmente a mulher no mesmo lugar de subalternidade ao marido.

Apesar da não alteração estrutural sobre os papéis sociais de gênero, as religiões reformadas abriram possibilidades à atuação religiosa das mulheres até então negada. A leitura e o estudo bíblico como necessidade do fiel ao protestantismo possibilitou o acesso à leitura a muitas mulheres. A participação no canto congregacional possibilitou a inserção feminina na liturgia.

Mesmo tendo atraído um grande contingente de mulheres como algumas delas destacando-se em atividades magistras e filantrópicas, manteve limites bem claros à participação feminina sendo o ministério pastoral um campo de atuação estritamente masculino.

A mensagem evangélica, difundida pelo protestantismo, colocou homem e mulher em igualdade de condições perante Deus e nas relações religiosas. No entanto, mantinha-se intacto o primado masculino quanto ao ministério da pregação e a direção administrativa da comunidade. Como homens de seu tempo, de uma conjuntura nitidamente de transição, com um pé no medievo e outro na modernidade, os reformadores responderam ao apelo das mulheres que aspiravam à igualdade também como pregadoras e membros dos órgãos eclesiais com temor e uma nítida inspiração tomista (SILVA, 1998, p. 263).

No percurso histórico, até os dias correntes, avanços foram alcançados pela luta de mulheres religiosas em virtude de um lugar mais igualitário dentro das religiões. Atualmente temos, conforme já registramos anteriormente (Pontes, 2014), a Teologia Feminista que tem lutado por uma igualdade de direitos para as mulheres dentro da religião através da historicização dos textos bíblicos,

fazendo releituras dos mesmos, valorizando as passagens que relatam a participação das mulheres, demonstrando o tratamento dado por Jesus Cristo às mesmas e buscando pensar num lado feminino de Deus.

Essas discussões objetivam romper com o silêncio/subalternidade imposto às mulheres no interior das instituições religiosas cristãs como também com a naturalização de algumas posturas e imposições de papéis femininos pelas práticas teológicas com parte de seus destinos e, portanto, inquestionáveis.

#### **1.4 – O Patriarcado e a Constituição do Sujeito: Permanências e rupturas**

A humanidade está necessariamente nas inter-relações. O ser humano só se constitui como tal a partir da relacionalidade (Scott, 1992). É na interação com o outro que se forma o eu. Por conseguinte, a formação do “Eu” perpassa por alguns conceitos que lhe são prévios. O ser humano tem sua humanidade formada através de conceitos de ser que entrelaçam questões de poder e os diferenciam quanto ao gênero, a classe social, a raça/etnia, a idade, a sexualidade. Enfim, a humanidade está subdividida em categorias de exclusão e dominação.

O sujeito humano, como centro único de uma experiência subjetiva, se faz a partir da relação com o outro. A própria noção de si está ligada a noções mais amplas e a papéis sociais pré-estabelecidos e definido com base nas categorias supracitadas.

O foco das trocas de humanidades foi desviado, pela economia do capital, para as de consumo, inclusive dos seres humanos. E enquanto houver um modelo de ser humano (homem, branco, jovem, de classe média alta e heterossexual) não haverá “expressões de humanidade” em sua complexidade e real processo de vida relacional.

Nossa hipótese é que o sofrimento social se refere à dor e perda que acompanha a abjeção que é uma consequência da existência continuada de dominação nas sociedades democráticas. Porque o exercício do “poder sobre” os outros parece natural e legítimo, a dor que produz vergonha e humilhação e os prejuízos que levam ao sofrimento que se destaquem as relações sociais que a geram. O sofrimento que

resulta então torna-se individualizado e internalizado – construído em subjetividade (FROST e HOGGETT, 2008, p. 442) (versão livre da autora).

Neste artigo, os autores abordam a questão do sofrimento psíquico através das internalizações que os sujeitos humanos fazem a respeito de si. Isso acontece a partir das relações de dominação existentes nas sociedades contemporâneas com base em atributos dicotomicamente definidos.

Este processo intersubjetivo divide capacidades humanas em atributos dicotomicamente definidos que são atributos de uma ou outra raça, classe e gênero: os atributos desejáveis para o grupo culturalmente dominante – os homens são racionais e independentes, as mulheres emocionais e dependentes, etc. A enorme sobre-representação de homens jovens afro-caribenhos nas partes mais privativas de liberdade e opressivas dos sistemas de saúde mental podem ser relacionadas com atribuição de “não-racional”, “fora de controle”, “violento” e “ameaçador” (discurso sobre jovens e homens negros – o critério da idade e racismo) (FROST e HOGGETT, 2008, p. 444) (versão livre da autora).

Percebe-se a impossibilidade de estarmos além das relações de dominação. Ao contrário, a própria noção de si (*self*) está fundamentada por essas representações que existem *a priori* e que são socialmente estabelecidas.

Frost e Hoggett (2008) exploram a noção de sofrimento social abordando conceitos de sofrimento promulgado, ou seja, o sofrimento que é posto ao sujeito. Sofrimento encarnado, tendo em vista a inscrição do sofrimento no corpo e os problemas de saúde consequente da opressão social. Do sofrimento projetado que é o sofrimento que o sujeito, em sua dor pelo sofrimento projetado e encarnado, pode causar a si mesmo. E, o duplo sofrimento.

Algumas experiências ameaçam ir além de nossa capacidade para digeri-las porque não temos os recursos para simbolizar e dar sentido a elas. Elas são mais propensas a serem experiências que foram forçadas sobre nós, em vez de aquelas a que optamos livremente: aquelas que enfrentamos como objetos impotentes, em vez de como agentes ativos (...). Estas reações a um sofrimento que não pode ser pensado e cujas fontes permanecem desconhecidas têm o caráter tanto de defesas disfuncionais como de formas adaptativas de enfrentamento. Na medida em que há os antigos predomínios como alcoolismo e abuso de drogas na resposta do indivíduo ao sofrimento, faz com que gere ainda mais sofrimento para ambos o eu e os outros. É por isso que nós o chamamos de “duplo sofrimento”. (FROST e HOGGETT, 2008, p. 449) (versão livre da autora).

A respeito dessas relações de poder e dominação, Saffioti (1995) trabalha a questão das relações de poder e de gênero indissociadas de relações outras de poder tais como raça/etnia e classe social. Seria o que a autora denomina de “nó”. As inter-relações entre categorias de gênero, raça/etnia e classe social que não podem ser consideradas de forma isolada e que estão presentes nas relações, apesar de poder se sobressair.

O gênero, a raça/etnia e a classe social, sendo todos fenômenos que estruturam relações sociais, apresentam peculiaridades, porque se inscrevem no domínio da história. Ainda que as relações de gênero tenham traduzido sempre, até o presente, a supremacia masculina, essa se realiza em graus diferentes e de formas distintas, conforme o período histórico (SAFFIOTI, 1995, p. 17)

Neste sentido, “o gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas” (Saffioti, 1995, p.32). No entanto, há uma hierarquia entre os gêneros por serem as sociedades contemporâneas, em maior o menor grau, constituídas de uma ordem falocêntrica, ou seja, da dominação do masculino sobre o feminino. Tal como há também hierarquias entre as classes sociais e as raças/etnias. Aponta um caminho que pode transformar as relações, por hora hierarquizadas em relações mais igualitárias.

A superação das desigualdades nas relações de gênero não pode prescindir, portanto, de um imenso trabalho de crítica a um senso comum cristalizado e da elaboração e difusão de uma nova cultura, que leve à superação dos diferentes mecanismos utilizados para explorar e discriminar a mulher (SAFFIOTI, 1995, p. 190) (grifos meus).

Dessa forma, a superação está vinculada a uma educação crítica e igualitária, pela superação da naturalização das relações de poder e dominação que são vivenciadas como naturais, atemporais, pré-estabelecidas. Transmitidas por ideologias. “A ideologia, ficcionalmente, tem a pretensão de expressar o “interesse comum”. “(...) se apresenta como se fosse produzida pelo conjunto da sociedade e em seu benefício” (SAFFIOTI, 1995, p.49).

Castro (1992), ao teorizar sobre a alquimia das relações sociais, realiza uma pesquisa com líderes do movimento sindical de trabalhadores domésticos em Salvador. Aborda as interações entre categorias de gênero, raça e geração e expõe conexões para a realização de uma análise crítica feminista.

Gênero, geração e raça são categorias aqui usadas para o debate sobre a alquimia das categorias sociais - Toma-se de Poulantzas (1968) o conceito de categoria social "Por categoria social, entendemos particularmente os conjuntos sociais com 'efeitos pertinentes — que podem tornar-se, como Lênin mostrou, forças sociais — cujo traço distintivo repousa na sua relação específica e sobredeterminante com outras estruturas além das econômicas" e o eu dividido, ou seja, o jogo entre encontros, contradições, transformação e parcialização das rebeliões ou seleção de frentes de rebeliões. A metáfora da alquimia não é gratuita. É preferida àquela de simbiose (Saffioti, 1992), que sugere fusão ou anulação de uma categoria pela outra. (CASTRO, 1992, p. 58-59).

Ao realizar entrevista com mulheres integrantes do sindicato supracitado, aponta a tomada de consciência e os sentidos na vida concreta.

As sindicalistas contam casos de racismo, filtrados por relações de classe, indicam casos de sexismo no interior das relações raciais e rotulam como distintos os problemas das mulheres mais jovens e das mais velhas. Elas destacam que o fazer-se sujeito de classe, trabalhadora doméstica sindicalizada, é obstaculizado pelos códigos, quer do sistema de geração - o sindicato sena lugar de mulher mais velha -, quer do sistema de gênero - as relações afetivas entre homem e mulher levariam as empregadas domésticas a se afastarem do sindicato, principalmente se mais jovens -, quer, enfim, por códigos do sistema de raça - as trabalhadoras domésticas não se sindicalizariam porque o trabalho doméstico remunerado é menosprezado socialmente como trabalho de negro. (CASTRO, 1992, p. 61-62).

Mesmo discordando de Saffioti sobre a forma como se dá a inter-relação entre categorias, Castro também irá afirmar a existência de diversas categorias que interagem na construção do sujeito. Dialogando com de Frost e Hoggett (2008) sobre essas categorias como fontes de dominação e geradoras de sofrimento. Urge para além do debate teórico, observar e captar expressões da vida concreta de mulheres que sofreram/sofrem violências sobrepostas (Cavalcanti, 2018) e violências institucionais no acesso à justiça.

No que se refere a essa interação entre as categorias classe, raça e gênero utiliza-se o conceito de interseccionalidade que surge entre as décadas de 1970 e 1980, junto às feministas negras norte-americanas ao questionarem a suposta universalidade da categoria "mulher".

Kimberlé Crenshaw (2002) apresentou uma formulação melhor elaborada do conceito.

O conceito é utilizado para referir-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades. Crenshaw (2002) enfatiza como a interseccionalidade de raça, classe e gênero produz opressões e desempoderamento.

A partir da metáfora de encontro de avenidas, torna-se claro o que esta autora entende por interseccionalidade. Os eixos de poder - raça, etnia, classe, gênero - sobrepõem-se e se cruzam. (grifos meus)

A partir da metáfora do encontro de avenidas, Crenshaw (2002) esclarece o indivíduo é semelhante a um pedestre que sofre os danos causados pelo encontro de várias avenidas. (os eixos de poder que se sobrepõem e se cruzam). A subdivisão do o conceito de interseccionalidade em duas categorias: a estrutural que se refere a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e a política que trata das políticas feministas e antirracistas. Argumenta que esta focaliza sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade, que “podem contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor)” (HIRATA, 2014, p.54)

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

Durante o tempo que imperar um modelo hegemônico de humano, boa parte da humanidade estará fora do mesmo. Todos os não homens, não brancos, não jovens, não ricos, não heterossexuais serão vistos como não-humanos ou menos humanos. E, se não são humanos, estão os “humanos” autorizados a consumi-los, destruí-los, massacrá-los ao seu bel prazer.

Enquanto houver uma modelagem a ditar o que é humano não haverá humanidade aos que, apesar de desejarem, não podem se enquadrar na mesma. A desumanização do outro tem como produto a barbárie e a violência naturalizadas por não se dirigirem a “seres humanos”. Caso não haja um



modelo de bem comum que instaure a humanidade para todos os seres humanos não haverá humanidade.

As diferenças existentes entre nós e que nos imprimem singularidade devem deixar de ser motivo de estranhamento, afastamento, segregação e dominação ao percebermos que, ao dialogar com as infinitas possibilidades de ser humano, caminhamos para a alteridade. Essa última categoria não pertence exclusivamente à relação com o outro, mas está intrínseca em cada um de nós que temos uma capacidade infinita de sermos no mundo, para o mundo, para os outros e para nós. A alteridade está presente na infinitude de cada ser humano.

## Capítulo 2 – Como? O Método como histórico: ao caminhar se faz o caminho.

Se estamos lutando por algo, seja em nossa prática social, seja na acadêmica, é pelo reconhecimento da diversidade, da pluralidade, do direito de batalhar pela construção de projetos alternativos e, sobretudo, de considerar que a nosso ver estaremos produzindo uma história que será sempre política, porque inserida no seu tempo e comprometida com ele

(FENELON, 1993, p.74)

Neste capítulo, demonstraremos os caminhos percorridos para o levantamento dos dados e, os (des)caminhos delineados por conta dos mesmos (mudanças e alterações). É através do estudo das práticas cotidianas que se percebe como as relações se dão em âmbito real. Ouvindo voz de atores sociais é possível captar como as relações se estabelecem diariamente. Por meio desta aproximação, capta-se a riqueza das relações, as influências sociais e as emoções, tais como vivenciadas pelas pessoas num determinado contexto histórico e geográfico.

Os objetos estudados pelas Ciências Sociais, ou seja, as pessoas e suas atividades, não são apenas agentes interpretativos de seus mundos, mas também compartilham suas interpretações à medida que interagem com os outros e refletem sobre suas experiências no curso de suas atividades cotidianas (MOREIRA, 2002, p. 51).

Esses dados representativos da vivência social são relevantes para o enfrentamento à violência doméstica-familiar, tendo em vista necessária compreensão das dinâmicas sociais que envolvem o cotidiano de mulheres que sofrem com as múltiplas violências. E, como a experiência dessas vivências, por parte dos sujeitos envolvidos, nos lança luz sobre um fenômeno. Ao focarmos a experiência nos fundamentamos no conceito de Thompson:

...não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

A pergunta que se segue necessariamente ao que se pretende investigar é: Como investigar? Como se dará a aproximação com situações de extrema violação? Qual o percurso metodológico? De que maneira teremos acesso à trajetória de mulheres vítimas de violência de gênero<sup>8</sup> e aos recursos utilizados por elas na busca de solucionar o problema?

Trata-se de uma pesquisa histórica com dois enfoques temporais distintos sobre o conceito de patriarcado. Um enfoque macro histórico, sustentado pela história das mentalidades, que trabalha com mentalidades de longa duração. Para compreendermos como o enfrentamento à violência de gênero se dá cotidianamente, trabalhamos com a história das mentalidades, que é o campo da historiografia que busca compreender comportamentos e atitudes coletivas através de um percurso temporal mais longo. A história das mentalidades “Situa-se no ponto de junção do individual com o coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral” (Le Goff, 1976, p.75). Tendo como conceito de inconsciente “(...) o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento” (LE GOFF, 1976, p. 71).

A partir do entendimento de que há algumas “mentalidades” que se mantêm na longa duração histórica, busca-se perceber se o patriarcado encontra-se presente no “inconsciente coletivo” das mulheres que sofrem de violência de gênero e nas redes de auxílio que elas possivelmente acionam ao recorrerem à denúncia.

Ao optar pela “História das Mentalidades”, trazemos o conceito de patriarcado como permanece na mentalidade social contemporânea, como uma mentalidade de longa duração histórica. Visto que “O presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca” (BRAUDEL, 1989, p.21).

O segundo enfoque historiográfico é o micro histórico, da história cotidiana de mulheres que lidam com o fenômeno em sua aparição palpável e cruel: a violência de gênero em suas múltiplas expressões. A concepção de micro-

---

<sup>8</sup> Utilizaremos o termo violência de gênero com um propósito político, no intuito de desvelar as relações de poder e dominação que são inerentes às violências contra a mulher, mesmo sabendo que os termos não são sinônimos, sendo esta uma das expressões da primeira.

história<sup>9</sup>, a investigação histórica torna-se viável numa escala reduzida pois, “trata-se de recompor as complexas redes de interação entre indivíduos e o meio que os cerca para que se possa compreender suas preferências, escolhas e estratégias de ação” (SILVA, 2005, p. 157).

A microanálise não tem como foco de interesse o estudo de casos singulares e típicos. No entanto, busca vislumbrar a diversidade e variabilidade de comportamentos através de mecanismos de interação, que atribuem forma e conteúdo a tais comportamentos.

Neste contexto histórico emergiram pesquisas que reconstituíram complexos jogos de estratégias individuais e familiares, tecendo rede de relações a fim de capturar tanto as experiências singulares e a racionalidade individual quanto a ação e as identidades coletivas (SILVA, 2005, p.158).

E, para realizarmos essa microanálise, partilharemos do conceito de Thompson sobre experiência a vivida, a narrada e a experimentada relacionalmente, seja em contextos sociais ou privados-familiares.

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...). Também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

Nos voltando ao campo de pesquisa a partir da “lógica histórica”

Por ‘lógica histórica’ entendo um método de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias’, ‘ilustrações’). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro (THOMPSON, 1981, p. 49).

Trata-se de uma pesquisa temática ou focal simples “elege como objeto uma realidade empírica ou uma temática específica, com foco mais ou menos preciso, para produção de conhecimento novo sobre o fenômeno” (VASCONCELOS, 2009, p.157).

---

<sup>9</sup>A micro-história é uma prática historiográfica, inserida na Nova História que se baseia em uma escala de observação reduzida, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental, propondo o estudo de temas ligados ao cotidiano, busca “dar voz” a figuras anônimas. (LEVI, 1992).

Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem constituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o comportamento de significado na pesquisa (MELUCCI, 2005, p. 29).

Buscamos perceber esse fenômeno através do registro oral das reminiscências de mulheres que sofreram violência de gênero. Esse registro é, para a historiografia, “(...) uma evidência oral específica das experiências de vida do informante. Tal evidência não passa de geração para geração, exceto de modo altamente esmaecido, como por exemplo em narrativas familiares privadas” (PRINS, 1992, p. 172-173).

Dessa maneira, a validação será feita através a história oral para identificar se o conceito de patriarcado, como uma moral familiar, mantém-se presente no inconsciente coletivo. “A continuidade histórica, especialmente nas culturas orais, requer mais atenção do que mudança. A tradição é um processo – vive apenas enquanto é continuamente reproduzida. É efervescentemente vital em sua aparente quietude” (PRINS, 1992, p. 198).

Foram captadas histórias de cinco mulheres vítimas de violência doméstica e familiar atendidas pela Rede de Proteção à Mulher vítima de violência em Salvador/BA. Buscando registrar e compreender suas trajetórias e se a opção pelo enfrentamento legal foi satisfatória para as mesmas e, partindo dessas histórias voltar o olhar para a complexidade e efetividade da Rede.

Também realizamos entrevistas semi-estruturadas com sete representantes institucionais da Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar em Salvador. Essas mulheres estão integradas ao sistema de justiça e segurança pública atuando enquanto juízas, promotoras, delegadas, major.<sup>10</sup>

As **entrevistas semi-estruturadas** combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. ...Deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas o faz em contexto semelhante ao de uma conversa informal. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume de informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançadas. (BONI & QUARESMA, 2005, p. 75).

---

<sup>10</sup> A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa parecer nº 2.436.787/2017.

O número de entrevistadas – mulheres representantes institucionais – assim como o número de mulheres que relatam suas histórias de vida – vítimas de violência de gênero na intimidade – foram definidos pelo Ponto de saturação (Bertaux, 1999) e viabilidade de acesso. O ponto de saturação refere-se, na pesquisa qualitativa, a não determinação prévia do número de entrevistas a serem realizadas pela/o pesquisador/a. As mesmas cessam quando, a partir de certo quantitativo, o pesquisador tem a impressão de não apreender nada de novo no que se refere ao objeto de estudo.

## **2.1 – O Método e o Campo de Pesquisa: Diálogos e Interferências.**

Ao redigir esse capítulo optamos por não trazer simplesmente a metodologia final adotada depois de idas e vindas, aproximações e reflexões sobre o objeto da pesquisa. Didaticamente não funcionaria apresentar cada uma das metodologias pensadas ao longo do processo. Mas faz-se necessário esclarecer que ela foi um processo de construção. É movimento e construção, especialmente quando o recorte é histórico, dinâmico e reflete nas e sobre as relações violentas em contextos de intimidade.

No primeiro instante em que pensei essa pesquisa decidi fazer o recorte temporal das histórias de vida dos sujeitos de pesquisa do momento da primeira violência reconhecidamente sofrida à denúncia formal. No entanto a partir do primeiro contato com o campo de pesquisa e as entrevistas iniciais com algumas mulheres atendidas no Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher – GEDEM de Salvador/Bahia percebemos que a escolha por esse recorte era ingênua por denotar ser a denúncia o fim do percurso para o enfrentamento à Violência Doméstica. Nos relatos, esse fato não é o que acontece. O acompanhamento, o levantamento empírico e as inúmeras visitas ao Campo de Pesquisa iniciaram em março de 2016 através de aproximações com a coordenação do GEDEM/ MPBa, sendo finalizadas em abril de 2018.

Entre os meses de abril e maio de 2016 foram realizadas três entrevistas de sondagem e acompanhamos uma oitiva sem utilizar nenhum critério de

exclusão – captação aberta e sem fronteiras, previamente sinalizadas, mais como um diário e levantamento observacional – com o intuito de aproximação com o Campo e com as vítimas<sup>11</sup>.

Como dito, pretendia-se abarcar o intervalo de tempo entre o primeiro incidente de violência doméstica e a denúncia na trajetória de vida das mulheres entrevistadas. No entanto, o que surge na fala dessas mulheres, espontaneamente, é o momento em que elas decidem pela denúncia e o sofrimento vivenciado a partir de então e proporcionado pelo Estado através das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em Salvador/Bahia.

Após a primeira agressão nós nos separamos e eu dei queixa mas os próprios funcionários da DEAM diziam que não ia dar em nada. Eles diziam: Ah foi? Você apanhou? Você não tem vergonha na cara não? ... Eu acho que homens não deviam trabalhar nesses lugares [...] Na segunda vez que ele me agrediu também procurei a DEAM. Mesmo constrangida eu fui. Aquilo é uma violência. Eles lhe abordam como se fosse uma fofoca. Tipo aqueles programas sensacionalistas. (Maria, 42)

Chegou lá [na DEAM] eu fiz uma queixa contra ele. Lá a mulher falou, ela a atendente, ela disse que era pra eu procurar um trabalho, em vez de ficar fazendo questão de barraca, essas coisas... (Francisca, 28)

Eu dei entrada na DEAM no dia 17, cheguei toda escoriada, toda machucada, pra dá queixa, o policial me cantou. Perguntou a idade dele, perguntou a minha, viu divergência né?, a discrepância, é... perguntou o que eu fazia, se ia pra seresta. Perguntas assim absurdas, que não tinha cabimento. É... o que que eu fazia com ele, se eu..., se seu tinha interesse em sair com ele. O policial! Se eu gostava de tomar sorvete? Menina foi... e eu firme ali. Só que como de certa forma eu tenho uma instrução, não prolonguei entendeu? Dei a queixa aí ele marcou a oitiva cinco de agosto. Aí eu perguntei: porque tão tarde? Aí ele falou: é porque tá disponível na agenda da delegada. Aí eu fiquei seis meses esperando pra ser ouvida ainda... (Joana, 26) (grifos meus).

Estes primeiros contatos revelaram a necessidade de rever o intervalo de tempo recortado pela pesquisa. Refletir sobre ter instante da denúncia e a opção pelo enfrentamento legal como ponto final deste intervalo revelou-se equivocado. Visto que este momento não encerra o problema da violência vivenciada, como pareceria sugerir o primeiro recorte temporal. Não é a

---

<sup>11</sup> Para essa escuta, usamos nomes comuns de mulheres brasileiras somente acrescentando a idade.

solução imediata ou definitiva para o problema e revela-se, pela fala das entrevistadas, um momento de (re)vitimização e de violências sobrepostas.

Neste instante de impasse, de diálogo e confronto entre a metodologia pré-estabelecida e o que emergia espontaneamente nas narrativas destas mulheres fez-se necessário rever o percurso e delimitar outros enfoques.

Fechar os olhos às demandas emergentes nas falas e seguir como o recorte temporal pré-estabelecido não se mostrava viável, ético e epistemologicamente honesto por não retratar a realidade emergente. Entretanto, abordar o mau atendimento e despreparo, as irregularidades, ineficácias e longa duração promovidas às vítimas pela DEAM também não se mostra viável diante do grande volume de trabalhos acadêmico que abarcam a temática.

Infelizmente, ainda persistem problemas nas DEAM's e nos serviços públicos voltados ao combate e ao atendimento deste tipo de violência. Somadas às restrições referentes à capacitação e sensibilização dos recursos humanos, que ainda possuem representações patriarcais sobre a mulher, sofre de carência de equipamentos necessários aos procedimentos de investigação e ao acompanhamento dos casos, reduzindo o êxito policial e dos demais trabalhos que devem atuar de modo integrado em rede. Diante das dificuldades, são muitos os desafios a enfrentar. Porém, o maior deles é qualificar adequadamente os/as agentes públicos/as para perceber os processos de opressão a partir dos grupos vulneráveis, assim como dos mecanismos concretos que introduzem e reproduzem as desigualdades de gênero (BANDEIRA, 2014, p. 453) (grifos meus).

Partindo da indispensabilidade de rever o método e de realizar uma pesquisa que tenha algo que possa acrescer ao campo de conhecimento sobre o fenômeno da violência doméstica e familiar alteramos o recorte temporal tendo como ponto de partida e não como ponto de chegada o momento da denúncia da violência. Porém, faz-se necessário um olhar mais amplo do que a porta de entrada na Rede de Atenção à mulher vítima de violência doméstica que é, geralmente, a DEAM e voltar o olhar sobre o seu trajeto delas dentro da rede.

Definiu-se, a partir de então, que este trabalho utilizar-se-ia de entrevistas com mulheres que já tivessem finalizado os processos criminais e o acesso aos mesmos para acompanhar a trajetória de cinco mulheres na rede para olhar para trajetórias “finalizadas” assim como observar as penas estipuladas aos agressores e a análise das vítimas também sobre a conclusão do processo.



Dessa forma seria necessário contatar mulheres que quisessem narrar essa trajetória e realizar uma leitura minuciosa dos processos com vistas a acessar suas trajetórias desde a denúncia até o julgamento final do processo. No entanto, não foi possível acessar, através da Rede, mulheres que já tivessem com o processo concluído. Deste modo, as mulheres que aqui contam suas histórias se encontram dentro da Rede com processos ainda não concluídos.

Os relatos dessas mulheres serão trazidos na íntegra por entendermos que a pesquisadora não dá voz às mulheres. Elas já têm sua voz e reclamam atenção. Aqui, daremos ouvidos a essas vozes. Por isso, no intervalo para ouvi-las, traremos suas vozes sem a interrupção da pesquisadora ou sem que se utilize de trechos dos relatos para confirmação ou refutamento da hipótese. É a voz delas que conduzirá os resultados da pesquisa e não o recorte da pesquisadora que conduzirá suas vozes. Tal procedimento consolida história de vida como método e técnica, permitindo registro na integralidade da experiência por completo.

Cada relato será aberto por um desenho feito por elas como uma maneira outra de expressar suas vivências. Os nomes utilizados aqui foram escolhidos por elas mesmas e, por isso, são mais representativos. No que se refere ao outro grupo de mulheres ouvidas aqui – as representantes institucionais – como objetivo de manter o sigilo exigido em pesquisas com seres humanos, criamos um sigla: Mulher Representante Institucional – MRI – seguida de um número de 1 a 7 (total de representantes entrevistadas), na ordem de contato cronológico.

Elas foram contatadas por meio do serviço de psicologia do GEDEM/MPBa, que indicou alguns possíveis nomes de mulheres que teriam condições de narrar suas histórias. Essa escolha se deu com o objetivo de não revitimizar mulheres que não estivessem em condições emocionais de rememorar essas vivências de dor e sofrimento. Isso também configura fatos de inclusão, garantindo autonomia e consentimento.

Trata-se então de uma pesquisa qualitativa, tendo como campo a História Cultural com o intuito de compreender como o patriarcado, enquanto uma mentalidade de longa duração, manifesta-se nas práticas e representações culturais do Estado, da família e por meio destes, incide na vida de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Buscando observar “os processos

que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim a normas a que se conformam as sociedades através de seus costumes.” (BARROS, 2003, p. 161).

Entendendo o patriarcado como um fenômeno cultural ainda presente em nossa sociedade desejo demonstrar que ao

interpretar os padrões e os significados simbólicos desses fenômenos culturais, o historiador pode revelar de que modo o sistema social se ajusta e como seus participantes se ajustam e como seus participantes percebem a si próprios e ao mundo exterior (DESAN, 1992, p.70)

Para tanto, fizemos opção com a história oral (das mulheres vitimizadas e de representantes institucionais da Rede de Atenção à Mulher: DEAM, GEDEM, Promotoria e Vara Especializada), entendendo que “trabalhar a história local significa identificar as relações de poder e saber que atuam na construção e delimitação dos espaços por meio de estratégias discursivas e imagéticas” (ARAÚJO, 2014, p.4).

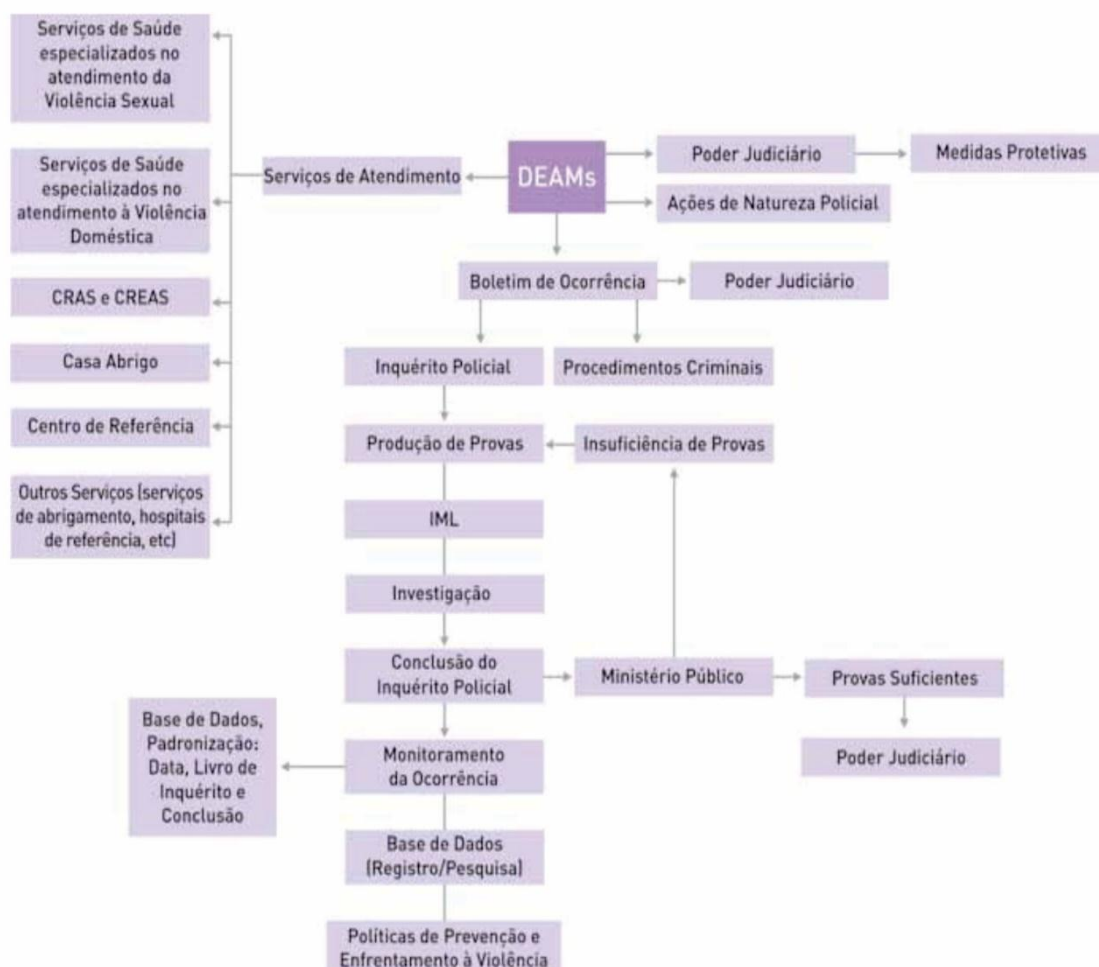
Rever a metodologia significa repensar não apenas questões instrumentais como a de adquirir competências para a leitura dos processos visto que a linguagem, os números, as incumbências de cada equipamento público, como os supracitados, são do campo de conhecimento do direito. Ou seja, compreender o funcionamento da Rede e obter o conhecimento legal das atribuições de cada órgão. Não obstante significa também escolher novas lentes para leitura dos dados, rever epistemologicamente o caminho e introduzir os conceitos de instituição, violência institucional, Estado patriarcal, patriarcado institucional visto que estes se fazem imprescindíveis na busca pelo entendimento do fenômeno a ser abordado.

## Capítulo 3 – Qual lugar? A Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar.

As redes devem articular assistência jurídica, social, serviços de saúde, segurança, educação e trabalho. Os serviços e organizações que compõem as redes incluem: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, delegacias comuns, Centro de Referência, Defensorias Públicas da Mulher, Defensorias Públicas, Instituto Médico Legal, Serviços de Saúde, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casas Abrigos (BRASIL, 2004, p.33).

Esse capítulo descreve a Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar prevista em lei (Lei 11.340/06) e sua estrutura, os equipamentos que a compõem e seu fluxo. Uma compreensão teórica de como a foi pensada a Rede para, a partir de então, observarmos seu funcionamento.

**Figura 1: Fluxograma de Atendimento na DEAM.**



Fonte: BRASIL, 2010.

### 3.1 – Um marco feminista: A Lei 11.340/06.

A Lei Maria da Penha, em consonância com a Constituição Federal de 1988, em seu § 8º no artigo 226, estabelecendo que: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. E fruto da contribuição das lutas do movimento feminista e de mulheres, no momento da sua promulgação estabelece mecanismo para coibir a violência contra a mulher (BANDEIRA, Lourdes, MACHADO, Lia Zanotta). Dentro destes mecanismos está a criação da rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica. De acordo com a letra da Lei temos:

#### TÍTULO VII

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.<sup>12</sup>

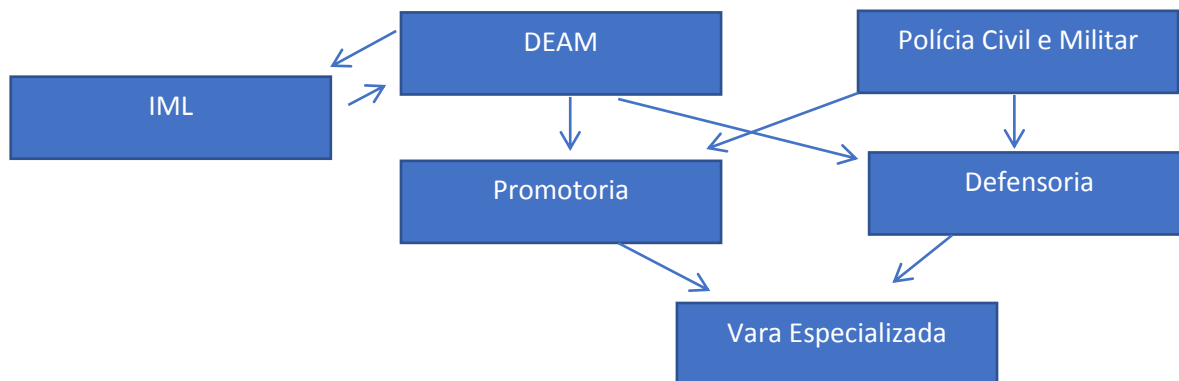
Desta maneira, teremos a rede estruturada da seguinte maneira<sup>13</sup>:

---

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm) Último acesso em: 15/08/2018.

## 1 – O procedimento legal:

Quadro 1: Procedimento Legal  
Elaboração da autora mar/2018.



1.1 – A Delegacia Especializada de Atenção à Mulher por muitas vezes é a porta de entrada da mulher vítima de violência doméstica e familiar na Rede de Atenção à Mulher. Compete à DEAM receber a denúncia e realizar o Inquérito Policial.<sup>14</sup>

O prazo para a realização do inquérito policial é de 10 (dez) dias caso o acusado esteja preso e de 30 (trinta) dias nos demais casos. De acordo com o Código do Processo Penal (1941). O prazo se inicia na data em que a autoridade policial tiver conhecimento do fato. Para início do inquérito a delegada, por meio de uma portaria, gera uma ordem de serviço para que o escrivão e os policiais iniciem o inquérito policial.

Após a realização do Inquérito Policial (IP) o mesmo segue para a Promotoria que pode realizar a Denúncia ou retornar o inquérito para a DEAM, para diligência complementar, ou seja, para que se complemente os dados do IP.

1.2 – Polícia Civil e Militar: A Delegacia comum também deve registrar toda e qualquer ocorrência oriunda de uma mulher vítima de violência. São os profissionais da Polícia Militar que, por vezes, fazem o primeiro atendimento ainda na residência ou em via pública e encaminhando para outros serviços da rede.

<sup>13</sup>As informações que aqui constam foram obtidas no site: <http://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/100040451/protecao-da-mulher-vitima-de-violencia-domestica>  
Último acesso em: 15/08/2018.

<sup>14</sup> O Inquérito é um instrumento de natureza administrativa que tem por finalidade expor o crime em sua primeira fase. A fim de que se descubra autoria, materialidade, circunstâncias do crime, provas, etc.

1.3 – Instituto Médico Legal (IML): Desempenha papel importante no atendimento à mulher em situação de violência, principalmente às vítimas de violência física e sexual. Sua função é decisiva na coleta de provas que serão necessárias ao processo judicial e condenação de agressores. É o IML quem faz a coleta ou validação das provas recolhidas e demais providências periciais do caso.

1.4 - Defensoria: Fica a cargo da Defensoria Pública o encargo de garantir à vítima o acesso ao Juizado de Violência Doméstica, através de um atendimento específico e humanizado. Além de realizar a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de qualificação profissional das mulheres, voltados para sua inserção no mercado de trabalho, como também daqueles relativos à saúde, educação e habitação. Cabe à Autoridade Policial informar à ofendida do direito que lhe é conferido de ser patrocinada pela Defensoria Pública, tanto no âmbito criminal como cível, principalmente na área de família, para o pleito de guarda de filhos, pensão alimentícia, partilha de bens e divórcio.

O mesmo acontece em âmbito judicial, determinando o Art. 18, II<sup>15</sup>, que a Juíza encaminhe a ofendida à Defensoria Pública. Isso se deve ao fato de viabilizar para que sejam adotadas por esta Instituição todas as providências cabíveis para tutela e proteção da vítima, notadamente requerer medidas protetivas de urgência e prisão preventiva em caso do descumprimento das mesmas.

As medidas protetivas são um dos mecanismos criados pela Lei Maria da Penha para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar. Em seu art. 22 prevê dois tipos de medidas protetivas de urgência: as que obrigam o agressor a não praticar determinadas condutas e as medidas que são direcionadas à mulher e seus filhos, visando protegê-los.

---

<sup>15</sup> Lei 11.340/06

**Art. 18.** Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Através da Defensoria Pública a vítima poderá pleitear que a Juíza conceda novas medidas protetivas de urgência ou reveja aquelas já concedidas, para proteção daquela, de seus familiares e de seu patrimônio. A Defensora Pública da ofendida deverá ser intimada de todos os atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao seu ingresso e saída da prisão, sem prejuízo da própria notificação da vítima.

No caso de solicitação de Medida protetiva o prazo é de 48 horas.

Parte dos magistrados entende que às medidas protetivas de urgência se aplica o rito cautelar do Código de Processo Civil, enquanto outros adotam rito mais simplificado, unicamente com o escopo de atender ao caráter emergencial da providência requerida. Não obstante inexistir consenso quanto ao rito procedimental, existindo duas posições, independentemente de sua origem (apresentada diretamente pela parte, por meio da autoridade policial, por advogado ou requerida pelo Ministério Público) deve ser objeto de autuação e registro próprios, não sendo recomendável que a questão seja tratada no corpo do inquérito policial ou da ação penal.

As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas pelo Juiz a requerimento da ofendida ou do Ministério Público e, geralmente, têm início com o recebimento de ofício de encaminhamento do pedido pela autoridade policial ou do requerimento feito pelo Ministério Público, Defensoria Pública ou advogados particulares. Quando o pedido de medida protetiva de urgência for feito diretamente pela vítima perante a autoridade policial, esta deve encaminhar o expediente em 48 horas, devendo a equipe cartorária tombar e autuar o procedimento preferencialmente com capa de cor diferente da do processo principal. O pedido de medidas protetivas de urgência deve conter todos os elementos probatórios que a vítima lograr reunir, tais como documentos pessoais, certidão de casamento e de nascimento de filhos, declarações de testemunhas, boletim de atendimento médico, auto de exame de corpo de delito, fotografias e, se possível, contar com relatório elaborado pela equipe multidisciplinar do Juizado. No caso de deferimento das medidas protetivas pelo Juiz, a equipe de processamento do Juizado procede à expedição do mandado de citação do requerido para oferecer resposta no prazo de 5 dias (Art. 802 do Código de Processo Civil), mandado de intimação do requerido acerca do deferimento das medidas protetivas e mandado de notificação da vítima. Além da expedição de mandados, a equipe cartorária deve proceder cadastro no sistema de medidas protetivas de urgência deferidas no procedimento e data do deferimento, para fins de estatística. Após a citação positiva do requerido para apresentar resposta no prazo de 5 dias, se advier pedido de revogação das medidas protetivas, abre-se conclusão ao Juiz para apreciação da pretensão.<sup>16</sup> (grifos meus).

---

<sup>16</sup> [http://www.amb.com.br/fonavid/Documento\\_Manual%20Maria%20da%20Penha.pdf](http://www.amb.com.br/fonavid/Documento_Manual%20Maria%20da%20Penha.pdf) Acesso em 15/08/2018.



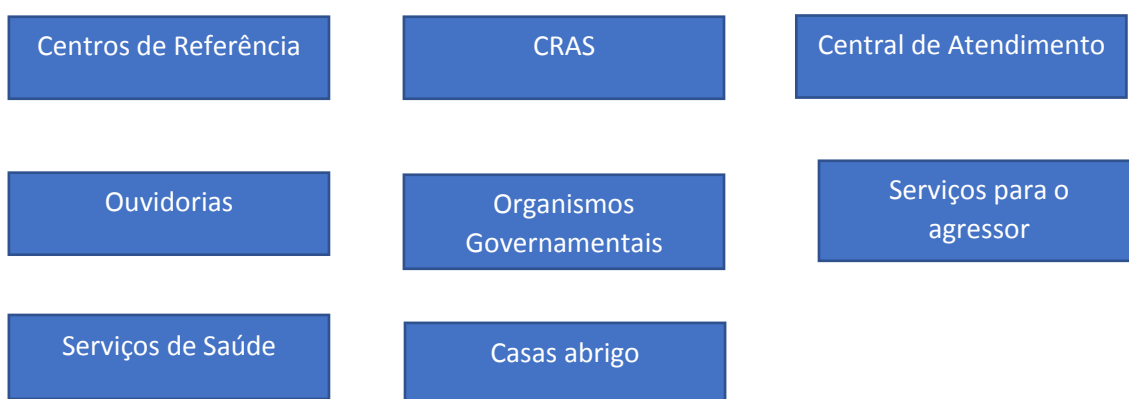
1.5 – Promotoria: As Promotorias de Justiça são integradas pelos promotores de Justiça e pelos promotores de Justiça adjuntos. As/Os promotoras/es atuam em defesa da ordem jurídica, cabendo-lhes, privativamente, a iniciativa da ação penal pública nos processos criminais, onde o delito é considerado grave o suficiente para que seja apurada a culpa independentemente da vontade ou iniciativa do ofendido.

Tradicionalmente, são as/os representantes legais da acusação nos países que adotam um sistema baseado no contraditório, como o Brasil. Entretanto, suas funções vão muito além da apresentação de denúncias contra indivíduos suspeitos de contrariar a lei em um julgamento criminal<sup>17</sup>.

1.6 – Varas Especializadas<sup>18</sup>: órgãos da Justiça ordinária com competência cível e criminal são responsáveis por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

2 – Da rede de apoio:

Quadro 2: Rede de Apoio.  
Elaboração da autora mar/2018



2.1 – Centros de Referência: Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) Os Centros de Referência da Assistência Social fazem parte do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e desenvolvem serviços

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.mpdf.mp.br/portal/index.php/promotorias-de-justica-menulateral> Acesso em: 15/08/2018.

<sup>18</sup> Sobre o eufemismo na mudança de nome das Varas de Violência contra a Mulher por Justiça pela Paz em casa ver: <https://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/57299-mudar-nome-de-varas-de-violencia-domestica-pode-silenciar-mulheres-diz-tamojuntas.html> Último acesso em 15/08/2018.

básicos continuados e ações de caráter preventivo para famílias em situação de vulnerabilidade social (proteção básica). Já os CREAS, por outro lado, são responsáveis pela proteção de famílias e indivíduos que tenham seus direitos violados que vivam em situações de risco pessoal e social (proteção especial).

2.2 - Casas Abrigo: São locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco iminente, em razão da violência doméstica e familiar. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual devem reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

2.3 - Central de Atendimento – Ligue 180: A Central de Atendimento à Mulher é um serviço do Governo Federal que auxilia e orienta as mulheres em situação de violência através do número de utilidade pública “180”. As ligações podem ser feitas gratuitamente de qualquer parte do território nacional, atende 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive nos feriados e finais de semana.

O “Ligue 180” foi criado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2005. As atendentes da Central são capacitadas permanentemente em questões de gênero, legislação, políticas governamentais para as mulheres. Cabe à Central o encaminhamento da mulher para os serviços da rede de atendimento mais próxima, assim como prestar informações sobre os demais serviços disponíveis para o enfrentamento à violência.

A Central “Ligue 180” também recebe e encaminha as denúncias das mulheres em situação de violência, registra relatos de violência e situação de funcionamento inadequado dos serviços da rede, bem como sistematiza as informações geradas pelo atendimento para subsidiar a elaboração de políticas públicas.

2.4 – Ouvidorias: Canais de acesso e comunicação direta entre a instituição e o (a) cidadão(ã). É um espaço de escuta qualificada, que procura atuar através da articulação com outros serviços de ouvidoria em todo o país, encaminhando os casos que chegam para os órgãos competentes em nível

federal, estadual e municipal, além de proporcionar atendimentos diretos. Portanto, a Ouvidoria visa a fortalecer os direitos das cidadãs, orientando-as e aproximando-as da instituição, estimulando o processo de melhoria contínua da qualidade. Vale notar que a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM<sup>19</sup> possui ouvidoria disponibilizado desde 2003.

2.5 - Serviço de Responsabilização e Educação de Agressores: É o equipamento responsável pelo acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo competente no que tange aos agressores, conforme previsto na Lei 11.340/2006 e na Lei de Execução Penal. Esses serviços devem, portanto, ser necessariamente vinculados ao sistema de justiça, entendido em sentido amplo (Poder Judiciário, Secretarias de Justiça Estadual e/ou Municipal). Entre suas atribuições, podem-se citar: a promoção de atividades educativas, pedagógicas e grupos reflexivos, a partir de uma abordagem responsabilizante, e o fornecimento de informações permanentes sobre o acompanhamento dos agressores ao juízo competente, por meio de relatórios e documentos técnicos pertinentes;

2.6 - Serviços de Saúde voltados ao atendimento dos casos de violência sexual A área da saúde, por meio da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, tem prestado assistência médica, de enfermagem, psicológica às mulheres vítimas de violência sexual, inclusive quanto à interrupção da gravidez, prevista na lei 12.845/13 nos casos de estupro.

2.7 - Organismos governamentais de políticas para as mulheres (Coordenadorias, Secretarias, Superintendências da Mulher). Têm o papel de elaborar, articular e propor políticas públicas de atendimento à mulher no âmbito do Executivo Estadual e Municipal. Cumprem igualmente o papel de articuladores das instituições e serviços governamentais e não

---

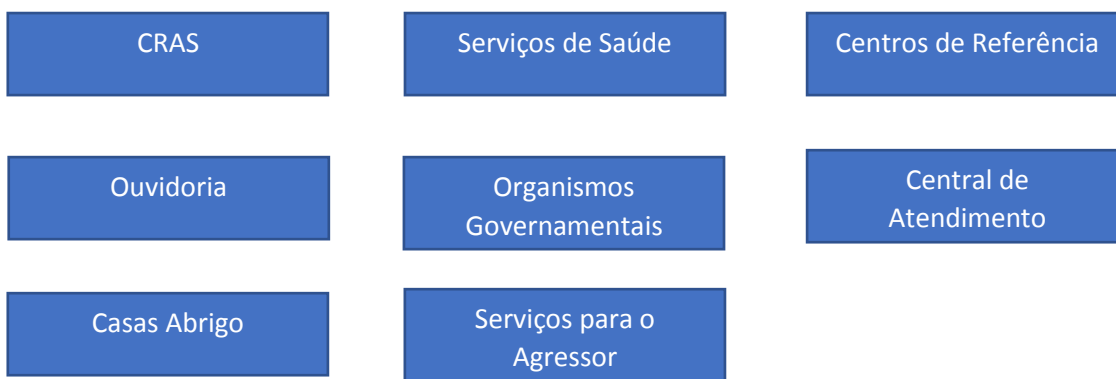
<sup>19</sup> Em 2 de outubro de 2015, a Secretaria foi incorporada ao então recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), unindo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Em maio de 2016, o presidente interino Michel Temer extinguiu o MMIRDH e atribuiu suas funções ao Ministério da Justiça, que passou a se chamar oficialmente Ministério da Justiça e Cidadania. Essa extinção foi um retrocesso às lutas e às conquistas das mulheres brasileiras.

governamentais que integram a Rede de Atendimento. Assim, os organismos de políticas para as mulheres devem monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas instituições que compõe a Rede. Nas regiões onde não existem organismos governamentais de políticas para as mulheres esse papel será também desempenhado pelos Centros de Referência, além dos atendimentos especializados às mulheres em situação de violência.

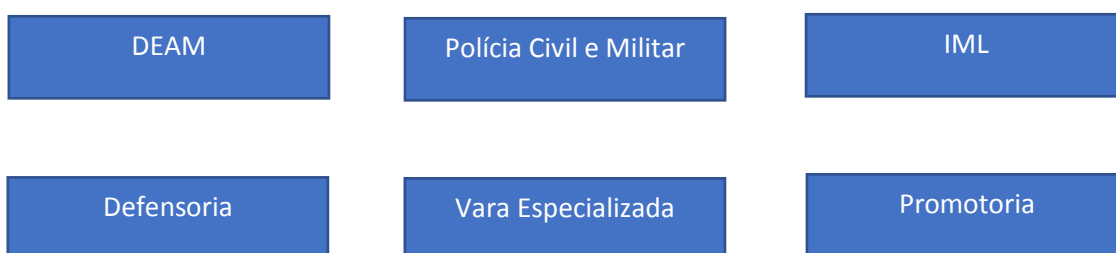
Desta maneira poderíamos ilustrar a Rede de Atenção da Seguinte Maneira:

Quadro 3: Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.  
Elaboração da autora mar/2018.

Serviços de Assistência:



Segurança Pública:



## **PARTE II: Intervalo: uma pausa para ouvir**

### **Capítulo 4 – Quando? Nas vozes das mulheres: tempos vividos e narrados.**

“É só ter alma de ouvir e coração de escutar”.  
Caetano Veloso.

Neste momento, faremos uma pausa para ouvir o registro das histórias de vida de cinco mulheres, vítimas de violência doméstica em Salvador, Bahia, e que optaram pela denúncia. As histórias aqui registradas foram capturadas de forma livre e ininterrupta sem a intervenção da pesquisadora. Por isso, optamos por trazer esses relatos na íntegra, sem o recorte parcial do meu olhar e sem utilizar suas falas como citações para embasá-lo. Por uma questão didática, dividiremos as narrativas em duas partes. A primeira delas intitulada: “O Privado, que trará o relato das violências vividas” e, na segunda parte: “O público, suas trajetórias de enfrentamento dentro da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica em Salvador/Bahia”.

Cada história será aberta por um desenho feito por elas como uma maneira outra de expressar suas vivências, no verso haverá informações sobre idade, raça/etnia, formação e religião. Os nomes utilizados aqui foram escolhidos por cada uma delas e, por isso, são mais representativos. Os outros nomes que foram citados no relato foram alterados ou omitidos, respeitando a confidencialidade das identidades.

4.1. – A história da Águia.



Águia, 36 anos, negra, enfermeira, ecumênica.

Para Águia:

Poder alto voar  
Tendo a confiança nas asas,  
no voo, no ar.  
Construir a rota inserindo cada nova  
curva repleta de formas e cores  
Ser livre para pousar e partir  
Ser cuidadora de si.  
Trocar as garras se necessário for  
porque para além da dor está a  
transmutação, a continuação do  
caminho, o perpetuar da vida.

Bárbara Pontes.



## O Privado

Meu nome é Águia e tenho 36 anos. Vim de uma família humilde da periferia de Salvador. Estudava e conheci essa pessoa em 2004. Ele era 14 anos mais velho do que eu. Na época, eu tinha 23, ele 37 anos e eu achava que seria meu porto seguro. Fui me envolvendo com essa pessoa e no total de relacionamento foram 9 anos e 10 meses.

Ao longo da relação, ele dizia para mim que não queria filho, que se eu tivesse um filho ele me largava. E toda vez que eu me separava dele por traições, porque eu sempre descobria que ele estava me traindo, ele ia atrás de mim. Não deixava eu me envolver com outras pessoas. E, por medo, eu terminava voltando. Eu dizia: O que é que minha família vai dizer? O que minha família não vai dizer? E eu terminava voltando. É tanto que eu voltei quatro vezes, porque ele chegava e dizia: “Você não vai conseguir outro homem, só eu. Você não tem condições de arranjar outra pessoa”. E quando ele sabia que eu estava com outra pessoa - tanto que eu tive três relacionamentos nessas separações - ele ficava atrás de mim, ia na minha casa.

Ele é sociólogo e era alcoólatra. Ele bebia. Passava a semana bem porque ele trabalhava, quando chegava a sexta ele bebia, e só aparecia no domingo de noite. Então eu só tinha homem de segunda à quinta, sexta, sábado e domingo eu não tinha. Ele começou a beber de tal maneira que eu aprendi a dirigir, porque toda vez que ele saía comigo, batia o carro. Dizia que não sabia o que acontecia comigo porque toda vez que saía comigo batia o carro. Então eu comecei a dirigir para quando ele estivesse bêbado.

As minha amigas, a maioria, se afastaram de mim, na época. Diziam assim: “Rapaz eu não vou ficar perto de você não, porque enquanto você não largar Fulano você não tem amor próprio.” Eu perdi muita amizade por causa disso e eu dizia: Não! O importante é que eu sou a primeira dama! E eu aceitava porque eu tinha carro, tinha apartamento com piscina. A gente ficou um ano e meio sem ter relação e eu vivia naquela situação. O importante era meu status.

E fora isso, a mãe dele caiu doente, o pai dele caiu e eu comecei a ajudar a família. Depois a tia ficou doente, o primo ficou doente e eu comecei a servir à família, que eu sou enfermeira. Então eu não estava mais só para ele, eu estava para a família. Aí fiquei nessa situação, eu dizia: Ah, não vou me separar porque tem a mãe dele que é doente. Ela precisou operar depois ficou com uma deficiência na perna, ela tinha câncer ósseo, e aí eu dizia: Não, que ela precisa de mim. E eu comecei a focar minha relação nela, ao ponto de passar quase dez anos. Então eu comecei a ser (isso eu só vim aprender na psicóloga, na terapia) eu vim perceber que eu não era mais uma pessoa de relacionamento, eu era a pessoa da casa. A pessoa que servia eles.

Quando foi um belo dia a gente se separou. A última vez que a gente se separou e ele queria voltar e eu dizia: rapaz, eu não vou voltar. Você está com uma pessoa. Sua mãe já me disse que você está com uma pessoa. Mesmo assim eu continuava frequentando a casa dele porque ele dizia direto: “Não entra outra mulher aqui”. Ele pegava as mulheres na rua, mas não levava. Então esse novo relacionamento dele começou a se sentir incomodada porque ela não ia na casa e eu ia. Eu ia, eu dormia, só que a gente não tinha nada. E eu dizia: Não. Não quero não.

Aí eu tive um acidente em 2012, fui atropelada, e aí ele ficou doido para voltar. É tanto que no hospital quem assinou os papéis todos foi ele. Eu acordei com ele do meu lado. Eu disse: Rapaz, saia daqui. Eu não quero você mais. Saia. Aí meu pai me pediu a última vez: “Olha, ele se mostrou que tá mudado, que tá diferente, dê mais uma chance”. Eu disse: painho, ele não tá mudado. Mesmo assim, ainda protelei um ano para voltar para ele. Aí quando eu voltei ele afirmou que não estava mais com fulana. A mãe dele também dizia que ele não estava mais. E quando ele voltou comigo, ele estava comigo e com ela.

Ela descobriu que eu estava com ele, que tinha voltado pra ele, ela começou a frequentar a casa quando eu não estava lá. E aí fez amizade com a mãe dele e criaram uma trama. Hoje eu sei que criaram uma trama. Aí ela (a mãe dele) me encontrou na cama dele e disse: “Você é maluco de tá com ela! Daqui a pouco tá ela grávida!”. Eu estranhei. “Tá suja! Vá tomar banho!” Esses negócios... Tipo como se eu fosse uma mulher da vida.

Eu comecei a estranhar a atitude dela. Isso foi quinze dias antes do espancamento. Ela me botou para fora e disse que não era para eu voltar mais lá. Tomou a chave de minha mão e disse: “Você agora para vir aqui você vai ter que ligar antes”. Só que tinha coisas minhas lá: roupa que eu levava, essas coisas. Isso foi dia sete de abril e eu soube que ela caiu no dia dez. Ela disse para mim que caiu dia dez, mas foi no dia sete. Discutiu com ele dizendo que não me queria mais com ele e que poderia ter qualquer mulher menos eu. Não aguentava mais de tanta separação, ida e volta, que eu não me respeitava que era só ele bater o dedo que eu abria as pernas e mais algumas coisinhas mais.

Isso foi Semana Santa aí eu liguei para ela e ela disse: “Não venha não que eu estou aqui com minha família. Venha depois.” Marcado o dia, eu disse: e o que foi que aconteceu? Ela: “Ah eu cáí” Aí eu entrei em contato com o médico, que através de mim, ela conseguiu uma rede de ortopedista e aí o médico disse o que eu tinha que fazer. Eu fui, me lembro que fui no sábado de aleluia e saí na segunda.

Aí a empregada da casa me disse (até hoje ninguém sabe que foi ela que me contou, pensam que foi o porteiro do prédio): “Olhe Dona Águia, eu gosto da senhora, eu não vou deixar a senhora ficar iludida. Quando a senhora não tá aqui, Fulana entra aqui. Ela traz as amigadas dela, traz amigo, traz tudo e Dona R(a sogra) tá com duas caras ” Eu falei: é mesmo Fulana? Ela: “É, abra seu olho!” Eu achei que era mentira. Aí eu desci e perguntei ao porteiro. Ele disse: “Oh Dona Águia eu não sei, eu sei que vem duas mulheres com uma criança.” Batia com o que a empregada me contou.

Fui trabalhar, quando foi meio dia tinha que voltar para fazer o tratamento dela que seria a injeção que o médico passou para ela tomar durante três dias, foi sábado, domingo e segunda. Aí a gente conversando pelo telefone eu disse olhe (sogra) eu estou sabendo disso, disso e disso. Ela: “Ah, você tá querendo mandar quem entra na minha casa e quem não entra? Aqui eu boto quem eu quero!”. Eu disse: eu só quero que você me diga como é que você está botando uma pessoa dentro da sua casa que não lhe conhece, que não me conhece, tem coisa minha aí, pra essa pessoa está se envolvendo com minhas coisas.

E, fora isso, ela já vinha começando com os preconceitos, os preconceitos raciais. Ela dizia: “Ah, você é uma enfermeira sem classe! Você tem cabelo duro!” Então eu tinha que andar com os cabelos escovados, nos padrões. Tipo eu não podia sentar no chão porque ela ficava me regulando.

Mas assim, voltando ao dia do fato. Saí do trabalho e disse: Eu vou lá agora! E falei: Olhe, estou indo aí agora e eu quero conversar com você. Quando eu cheguei lá, eu não entendi até hoje, eu sei que quando eu coloquei a chave na porta que eu fui entrando, ele já me pegou pelo pescoço, me botou pra dentro de casa e começou a sessão de espancamento. Ele só dizia assim: “Você veio desacatar minha mãe dentro de minha casa, você não vai desacatar não!”.

Ele começou a me bater, me bateu e eu desmaiei no corredor. Nesse desmaiar do corredor quando eu levantei estava com um galo. Ele já tinha tomado banho, ela, na confusão, tinha caído e ele estava se arrumando para levar ela ao médico e tinha ligado pra essa mulher. Eu levantei, eu não sei o que foi que me deu, eu levantei, peguei o telefone da mão dele, me tranquei no quarto e falei: Quem quer conversar agora com você sou eu, aqui quem está falando é a mulher de fulano: eu quero saber o que é que você tem com ele. Ela: “Não, ele é meu noivo, não sei o que, não sei o quê”. Pois é, então nós duas somos as duas mulheres dele e aí comecei a conversar, ela disse que estava indo lá.

Ela saiu do trabalho dela e foi pra lá. E, se eu tinha apanhado menos, aí foi que eu apanhei mais. Então apanhei de guarda-chuva, apanhei de muleta, apanhei de tudo que você pensar... Eu desci, conseguiram me botar para fora do prédio. Eu desarrumei a casa toda porque o que eu consegui pegar meu, eu peguei. Aí quando eu estou na portaria esperando ela chegar. Ele estava do lado de fora, esperando um taxi para levar a mãe ao médico e desmaiou. Quando desmaiou, fiz a reanimação, antes eu não tivesse porque eu ia levar a fama com proveito, você vai entender porquê.

Fiz reanimação nele, ele voltou, e aí em vez de levar um ao médico, levou dois. Só que quando ela chegou, ela chegou com uma amiga e mais três caras. Quando ela me viu dando socorro a ele, os dois caras me seguraram e ela e a amiga, terminaram de me bater. Então não foi um espancamento só dele. Foi espancamento dele, a mãe dele me bateu também que eu soube, a amiga, ela

e mais três caras que me seguraram. Então, na época, eu tinha as até as marcas. Tenho foto do linchamento: rosto, costela, peito. Quem conseguiu tirar eles de mim foi duas meninas que vinham passando na rua e falaram assim: isso é covardia! Eu me lembro que as meninas falaram assim: “Isso é covardia”.

Essas duas garotas, adolescentes, foram pra cima e me tiraram das mãos delas. Eu fiquei caída no chão, elas entraram no carro e deram socorro a eles. Depois eu procurei saber disse que essas duas meninas eram adolescentes e não tinham como testemunhar a meu favor. Voltei pro trabalho, não deixaram eu trabalhar, eu toda lascada. Não tinha caído a ficha ainda. Disseram que eu não ia trabalhar e perguntaram: “O que foi que aconteceu?”. E eu: Nada.

Fui pra casa, eu só fui dar queixa deles de noite. Quando eu fui pra casa, um amigo meu viu e disse: “Não! Você vai dar queixa dele agora!” Aí eu disse: Mas como é que eu vou dar queixa, vai ser um escândalo para minha família, o que é que minha família vai dizer? Eu com vergonha do que minha família ia me dizer. É tanto que eu nem fiquei em casa, fiquei na casa de uma amiga minha.

Não conseguia dormir, eu dormia de bruços, porque as costelas estavam machucadas, então eu fiquei lá pra ela cuidar dos meus ferimentos. Ela também é enfermeira e eu fiquei lá pra minha família não ver os hematomas porque eu fiquei com vergonha do que minha família ia dizer. Ainda mais meu pai. É tanto que meu pai depois, com minha mãe, me pediu desculpa porque eu não queria mais voltar e ele disse: “Volte!”.

## O Público

Eu fui dar queixa de noite, quando eu cheguei na DEAM a DEAM disse que como tinha mais pessoas envolvidas eu não podia dar queixa dele lá. Eu tinha que dar queixa na sexta delegacia de Brotas saí de lá e fui pro IML fazer o exame de corpo e delito. Isso foi no dia 22 de abril, a oitiva foi marcada pra 10 de maio. No dia da oitiva que eu cheguei lá, a delegada me pegou, me botou numa sala e disse que eu era réu. Que eu tinha batido numa velhinha e que tinha ido lá contar o conto da carochinha e aí eu ainda tava com marcas e o laudo do IML. No dia 10 de maio, a delegada me botou como réu e começou a dizer que se eu não tivesse ido com advogado eu ia ficar presa, se eu não tinha vergonha de bater numa velhinha, que se fosse a mãe dela ia me botar pro xadrez e ia terminar de me bater. E aí eu comecei a chorar lá dentro, eu disse: Mas eu não fiz nada com ela!

Estavam ele, a amante, que agora virou mulher e a mãe dizendo: “Ela me bateu mesmo.” Contando a versão dele e a delegada não deixava eu falar. Teve a oitiva. E ela disse: “Você vá embora, você não vai falar nada agora”.

\_ Mas eu preciso falar!

Ela não deixou eu contar meu depoimento. Fui embora. Comecei a chorar. Tinha uma amiga minha que é do movimento de mulheres negras da Bahia eu disse: Amiga, pelo amor de Deus me ajuda! Aconteceu isso, isso, isso. Ela disse: “Você bateu nela?”.

\_ Nem toquei! A delegada não deixa eu contar.

\_ Eu vou lhe apresentar uma pessoa e ela vai te ajudar.

Me levou ao GEDEM e lá conseguiram que a delegada me ouvisse e responderam contra ela na corregedoria. Quando eu cheguei lá que eu contei a minha versão para a escritã, ela disse: “Você não tocou nela?! Você não pegou a muleta para bater nela?”.

\_Não. Pelo contrário, eles que me bateram.

Contei toda a versão mesmo do que aconteceu.

-Pois elas disseram aqui que você bateu nela.

Então se eu não conseguisse fazer a rede, a rede de amigos, eu não ia conseguir dar meu depoimento. Nessa situação eu me senti duplamente violentada. Tipo assim, você é violentada, você sofre violência dentro de casa e, quando você chega num lugar que é pra você dar queixa, você não consegue porque não querem te ouvir. Eu via que a Lei Maria da Penha não era aquilo que dizia. Foi que no GEDEM, eu me lembro como se fosse hoje, que me encaminharam para a DEAM, lá disseram que eu não podia dar queixa mais porque já tinha passado muitos dias, voltei pra aqui (GEDEM) e por meio daqui eu consegui ser ouvida.

Enquanto eu fui sozinha disseram que eu não tinha mais como dar queixa porque já tinha passado muitos dias. É tanto que ele usou isso na oitiva dele lá na Vara, dizendo que eu só dei queixa pra me vingar dele depois de muitos dias. A delegada conseguiu ouvir minhas testemunhas, ouviu minhas testemunhas até separada: uma foi a amiga do trabalho que me acolheu e a outra foi a filha da pessoa que cuidou de mim. Aí virou o processo Lei Maria da Penha.

Eu chorava o tempo todo na época. Eu fui pra quatro audiências deles e eu não fui pra nenhuma minha. Meu processo foi arquivado. Foi para Vara, chegou lá a Vara ficou quieta, eu estranhava. Na época tinha umas estagiárias aqui, ligava para Vara e dizia: “O que é que está acontecendo com o processo de Águia?” Porque chegava aqui me acabando de chorar: Gente! Eu tive a audiência dele! E eu fui réu na audiência dele!

Eu consegui também um amigo, conhecido há muitos anos, que fez uma rede também juntamente com a SEPROMI e uma advogada também me ajudou muito nessas audiências. Ela ia pra essas audiências comigo. Consegui, por meio de outro advogado, botar um termo de bom viver. Ele abriu duas queixas: uma na Delegacia do idoso, para se defender dizendo que eu bati na mãe dele e a da sexta que eu era autora, virei réu. Então tinha duas queixas e o advogado conseguiu apensar, juntar os dois processos em um só e fez um termo onde ele não podia abrir queixa minha.

Enquanto isso, com medida protetiva, ele continuava abrindo queixa pra mim, a mãe dele continuava ligando pra mim, me ameaçando, que eu tinha que tirar as queixas, que se eu não tirasse ela ia me prender, que ela ia fazer, que ela ia acontecer. E o meu processo parado, não rolava, e eu sofrendo violência institucional. Não tinha audiência nenhuma, parado. E eu lutando, eu digo a você: eu só continuei lutando porque eu virei réu. Porque senão é muito cansativo. Eu ia na Vara. Pedia pra marcar audiência e não marcavam.

Com o termo de bom viver se eles mexessem comigo, que se eles me procurassem, eles pagavam 30 salários mínimos ao Ministério Público. Então foi aí, tanto é que eu falei que minha carta de alforria foi no dia 9 de março de 2016, um ano e nove meses depois da primeira denúncia.

- Gente, eu tô sofrendo!

Falava! Ele não respeita a medida protetiva, porque diz que tinha me dado medida protetiva. Eu disse: Não existe medida protetiva! Ele já abriu duas queixas contra mim. Não existe medida protetiva!

Como eles são de família classe média alta. Ela era aposentada e ele funcionário público, então eles pararam porque mexeu no bolso, mas a medida protetiva não barrou eles. Depois, graças a Deus, consegui que marcasse minha audiência depois de muita luta, as pessoas do GEDEM se metendo e indo lá falar, eu consegui marcar as audiências. Tanto é que nas primeiras audiências eu só fazia chorar, eu dizia: Ele não respeita a medida protetiva!

Foi quando eu pedi para que a medida protetiva se estendesse a mãe dele. Aos familiares dele porque ela liga pra mim. Dizendo que fulana ia perder o emprego se o filho dela fosse condenado. Porque ela trabalhava na época no Colégio X e ela saiu pra me bater com a roupa do colégio e a roupa dos caras que estavam com a mesma roupa. O GEDEM conseguiu que estendesse.

É tanto que a filmagem do prédio, eu pedi a filmagem do prédio, o prédio disse que só quem podia pedir é a delegacia e a delegada não pediu a filmagem. Eu dizia: Gente! Tem a filmagem! Pede a filmagem, eles me batendo na porta. Pede a filmagem, ele me pegando no corredor pelo pescoço! E a síndica do



prédio deu a filmagem para eles. Eles pegaram a filmagem, alteraram tudo e entregaram para polícia. E nada aconteceu com esse povo.

Aí tem a audiência da medida protetiva e tem a outra audiência. A última audiência minha foi 12 de setembro, ou seja, o ano passado. Não teve porque disse que faltava promotor. Eu quase surto: Gente! Depois de um ano e nove meses você ter uma audiência e não vai ter!

Que não tinha promotor na Vara, os promotores tinham saído, e aí marcou acho que foi sete meses depois, foi 20 de fevereiro, na época. Aí foi ouvida a metade das testemunhas, e quando foi 12 de setembro foi ouvida o restante das testemunhas. O que foi que me frustrou na minha audiência? Eu tinha um BO que foi pedido, foi peticionado tanto no Ministério Público quanto lá na Defensoria, eu pedi que as pessoas que me bateram não fossem as testemunhas dele. Eu dizia na juíza: Dra. eles me bateram, todos três que estão aí, todas essas três testemunhas foram as pessoas que me bateram.

E ela ouviu as três. Então isso pra mim foi muito frustrante. Eu chorava na sala: Como é que as pessoas que me bateram estão falando horrores de mim e a senhora tá acreditando? A defensora Pública me pedia calma. E o que me frustrou também: eu acho a parte da Defensoria Pública lá na Vara pra mulher muito fraca. Muito fraca. A gente fala as coisas, a gente pede pra peticionar, a gente pede pra fazer as coisas, não faz. Faz o que é de praxe, eu acho que não abraça muito a causa da mulher. Eu achei isso.

Se eu não tivesse encontrado essa casa que é o GEDEM, que eu agradeço. Eu acho que tinha surtado. Porque hoje falo sem chorar. Mas, passei uns três meses que não dormia, sentava na cama e ficava acordada me imaginando: o que foi que eu fiz? Fiz um ano de terapia individual no Loreta para tentar entender. A terapeuta me perguntava: “Você não fez?! Está sendo acusada de tudo isso e você não fez?” Tem horas que achava que ela duvidava, achava que eu estava falando mentira. Ela sempre perguntava. Eu respondia: Você não acredita no que falei? Eu não fiz! Não toquei a mão nela! Antes tivesse tocado. Saí de lá e vim pra cá. Porque achava que aqui eu era mais acolhida. Foi quando o GEDEM abriu a parte de psicoterapia, na época não tinha então eu tive que fazer lá, o primeiro ano do meu processo eu tive que fazer lá.

Eu engordei quase 20 quilos, eu engordei. Eu caí numa depressão que eu só fazia comer. Com seis meses mais ou menos eu fiquei desempregada, e foi o pico da história. Até hoje o processo não terminou, tem três anos e dez meses. Eu me sinto violentada. Porque quando eu fui dar a queixa eu esperava que resolvesse. Eu esperava que ele fosse punido e isso não aconteceu e nem vai acontecer. Porque ele tem advogado particular e, como eu te falei, eu sinto que a advogada da Vara, a defensora da Vara não tá aí nem tá chegando pra gente, ela tá cumprindo o trabalho dela, ela é uma pessoa mecânica que tá ali pra ir pras audiências, orientar, peticionar e pronto, ela não tá ali pra toda vez que o advogado dele pedir uma coisa, fazer uma coisa, ela tá rebatendo. Não sou só eu que reclamo. Todas as meninas que participam do grupo, a gente tem um grupo, fala que a defensora não faz nada pela gente. Ficamos uma apoiando a outra, é uma rede que a gente fica se ajudando.

Eu acho que a Lei Maria da Penha só está no papel. Hoje virei militante da Lei Maria da Penha, ano passado participei do evento Avon 20 dias de ativismo, aqui na Bahia. Virei militante: ajudar as pessoas, orientar, trazer pra aqui (GEDEM). Mas, a Lei Maria da Penha, digo pra você: sem essa casa aqui, não existe não. A gente ainda tem, vamos dizer assim 50% porque o GEDEM está com a gente. Essa rede do GEDEM, mas quando a gente chega na I Vara e vê tudo parado. Eu não trouxe meus documentos senão você ia ver.

Eu me sinto frustrada. É tanto que eles estavam lá na audiência se acabando de dar risada, dizendo que não ia dar em nada, entendeu? Então eu não sei o que é que vai acontecer. A audiência foi o ano passado, dia 12 de setembro até agora não saiu o conclusivo pra sentença e eles dando risada: “Não se preocupe não que não vai dar em nada” o advogado falando com ele. Eu já ia pra audiência assim me tremendo, porque toda vez que eu ia ele levava elas.

O primeiro ano pra mim foi muito ruim. Digo hoje: estou melhor e o que me ajudou muito foi a psicoterapia. Me disseram: você nunca foi mulher dele. Bote na cabeça: era empregada, enfermeira da casa. Era tudo, menos mulher dele. Na terapia me foi informado que já vivia em rede de violência. Só que era violência psicológica, onde ele dizia que não queria filho, que ia me largar, que não ia arranjar homem nenhum. Me chamava de feia. Isso já era uma violência, mas você não via. Só viu a violência quando ele lhe bateu de fato, de verdade.

A Lei Maria da Penha ela hoje não ajuda a mulher. Se a gente não correr atrás, eu digo pra você: fica parado. Ia na Vara não conseguia, só depois que me disseram: “Oh, seu inquérito ainda não chegou aqui, é por isso que você não tem audiência” Porque quando vinha aqui me diziam assim: “Vá na I Vara” quando chagava na I Vara: “Não tem nada aqui, não tem nada aqui.” Aí só depois que foi descoberto, aí tive que ir na delegacia, conversar com a delegada e dizer: Dra. Pelo amor de Deus! A senhora manda meu inquérito pra Vara (quase um ano) porque senão eu vou ser presa! Eu vou ser condenada. E minha sogra dizia assim: Você vai ser presa, você vai ser presa, porque já que eu não posso tirar seu COREN, eu vou tirar sua liberdade.

Meu caso foi inédito aqui no GEDEM, depois de mim apareceram várias com a mesma situação e não só pelo linchamento, mas de um homem espancar a mulher e dizer na delegacia que bateu porque espancou a mãe, porque bateu nos filhos, então apareceu muitas denunciando esse caso. E eu não tenho vergonha de contar meu caso porque foi o que eu passei.

É tanto que na terapia dizia assim: “O que é que você quer Águia?” E dizia: Eu quero constituir uma nova família. É tanto que graças a Deus estou conseguindo constituir uma nova família, depois de três anos. Mas fiquei quase dois anos sem querer homem nenhum. Fiquei um pouco depressiva por causa do trabalho que eu perdi e eu não tinha dinheiro para pagar a advogado. Então se não fosse essa rede... Mas lá na Vara em si, meu processo da Lei Maria da Penha, a medida protetiva. Fui chamada pois ele entrou com pedido para tirar a medida, porque disse que tinha o termo de bom viver. Eu disse: Olhe, sei que existe o termo, mas é um processo crime aonde eu sou réu e foi peticionado isso pelo meu advogado então não tem nada haver da Lei Maria da Penha. Se não tiver a medida protetiva ele não vai entender que está sendo processado pela Lei Maria da Penha. Aí não tirou a medida protetiva, mas ele pediu pra peticionar pra tirar. Então o processo tá ainda pra ser conclusivo e ele pedindo pra tirar. Para você ver que para o advogado dele as coisas andam.

Eu estou falando isso porque tenho a prova: levei fotos desde o primeiro momento que eu tive contato com a defensora. Aí, na audiência, na última audiência, ele disse que ele nunca teve nada comigo! A defensora olhou na minha cara e disse: “Águia você tem prova da formação de vínculos?”.

\_Dra. E as fotos que eu entreguei?

\_Foi mesmo? Amanhã você vem aqui pra poder a gente ver.

Aí fui pra casa passei a noite toda scanneando, scanneando, porque ela disse que não tinha mais essas fotos. Quando eu fui, tem uma atendente que fica na recepção, a menina disse assim: “Oh Águia sua pasta está aqui. Todos os documentos que você entregou, desde o primeiro dia estão aí. Dra., Águia tem uma pasta aqui com tudo: com fotos deles dois juntos, com atestado de convivência, coisas que eles fizeram junto, que eles compraram junto, Águia tem aqui”.

É um descaso com a mulher. Entendeu? É tanto que falo assim: as pessoas que estão trabalhando, fora aqui o GEDEM, mas as pessoas que estão trabalhando na Vara e em outras instituições que são de acolhimento da mulher não dão vazão a mulher. Tipo, pensam assim, o pensamento machista, tem mulheres machistas. Pensam: Ah, mulher tem que apanhar mesmo, mulher ousada tem que apanhar mesmo. Na delegacia, o descaso, entendeu? Precisa treinar, fazer cursos, humanizar as pessoas que trabalham na Lei Maria da Penha lá na delegacia. Porque eles fazem assim: “Aí oh vem dar queixa hoje, amanhã tá com...” Tipo assim, ficam fazendo descaso, piadinha. Eu ouvi na DEAM de Brotas quando eu fui dar queixa. O agente estava no face e a gente querendo dar queixa e ele lá no face. E ele: “Ah não pode dar queixa não porque já passaram muitos dias e ela já deu na sexta”. Eu sabia que tinha que dar nas duas. Mas, ele não deixava dar lá.

Eu acho que não vai sair nenhuma punição pra ele, como ele é réu primário, residência fixa. Apesar das minhas fotos, dos meus espancamentos, eu com olho roxo, costela quebrada, essas coisas... marca no peito, tudo. Eu acho que ele vai pagar uma cesta básica, uma coisa assim e pronto. Mas eu corri atrás porque independente ou não ele vai ficar com o nome sujo. Qualquer delegacia que pegar ele, qualquer policial que pegar ele vai tá lá como agressor de mulher. Eu acho que é o que eu vou ganhar para o resto da vida. Mas eu queria que ele fosse condenado. Porque do jeito que a justiça tá agora que nem prende quem é pra prender imagine agressor de mulheres que eles acham que mulher tem que apanhar, mas teria que prender.

O processo da sexta, das pessoas que me bateram, que foi o que eu virei réu, as pessoas já foram absolvidas. Então pra você ver: as pessoas que me bateram foram absolvidas quanto mais ele! Hoje fico anestesiada porque passei na pele e vi a justiça lá parada.

As delegacias estão sucateadas porque você vai na delegacia dar queixa: “Não é aqui não, é na DEAM.” Chega na DEAM a DEAM tá sobrecarregada. Eu só consegui que a delegada me ouvisse porque fui com a advogada daqui do GEDEM, mas minha oitiva marcou para agosto (quatro meses depois), minha audiência na Vara ia ser em junho e minha oitiva na Vara ia ser em agosto. Só saí de lá com um papel, mas meu inquérito não desceu, só desceu depois de um ano para a Vara, enquanto isso eu chorava. Teve um dia que cheguei lá na Vara chorando, dentro do Ministério Público, dizia: eu vou ser presa gente, eu preciso que vocês me ajudem. Eu vou ser presa!

Só dizia isso, só abria a boca pra dizer que ia ser presa. Se eu estou até hoje nesse processo foi por causa dos dois processos, se não tivesse esses dois processos criminais nas minhas costas não tinha força porque fui muito acusada criminalmente. Eu só via acusações, onde eu ia: acusações.

Você sabe o que é você tentar falar e não ser ouvida? Era eu. Eu falava e ninguém me ouvia, dizia que estava num largo de fogo, me considerava uma ave fênix, porque a ave fênix ela se queimava, ela vivia no fogo, mas quando ela saía do fogo virava uma ave muito bonita. Não quero mais ser ave fênix, eu quero ser uma águia, que não olha mais para baixo e que voa...

Acho que para melhorar a Rede precisa colocar pessoas humanizadas lá dentro ou dar cursos, tentar colocar que nem sempre a mulher é submissa, aquele olhar que a mulher tem que ser submissa. Que a mulher tem que se defender, que tem que ser feminista, que tem que trabalhar, que tem que ter as coisas dela, que o homem não pode pisar na mulher, porque tem esse pensamento ainda de que a mulher não pode responder ao homem, que a mulher tem que apanhar calada. Acho que sabe o que é que eles pensam? No fundo, no fundo: Pô é mais trabalho! Acho que eles pensam assim: “Ali é mais trabalho. Ih! essas mulheres ficam denunciando!” Descaso, totalmente descaso.

Ele ia para as audiências com quase dez pessoas e eu ali sozinha. Ainda virava pra mim e dizia: “Ela só vem sozinha. Nunca vem com o pai, com a mãe, com alguém pra apoiar” E eu não envolvi nem minha mãe nem meu pai nessa história porque meu pai disse que ia pegar ele e dar uma surra, então eu tinha medo de ir pra essas audiências com ele e o mesmo não resistir e quebrar ele no pau. Meu pai é idoso, podia enfartar, alguma coisa.. Então eu procurava poupar minha família. (grifos meus).

## 4.2 A História de Express



Express, 52 anos, raça brasileira, motorista de Uber, católica.



Para Express:

Dirigir a própria vida empoderada de esperança.

Conduzir por caminhos de paz e gratidão desviando-se da negatividade, das amarguras e violências dos descaminhos.

Guiar o próprio destino sem desatino

Seguindo em frente contemplando e agradecer o presente do presente.

Bárbara Pontes

## O Privado

Meu nome é Express. Tenho 52 anos. A minha violência começou na Europa. Eu sofri todas as atrocidades que você pode imaginar da violência e a minha filha teve consequência de tudo isso. Eu vim para o Brasil procurar ajuda porque lá fora nós não temos nenhum tipo de assistência. O consulado brasileiro seja na Áustria, Itália, Alemanha, Espanha ou, Portugal, não se influenciam. Lá, simplesmente não tem um órgão que possa cuidar disso. Você que tem que se virar sozinha. Na minha época, não tive nenhum apoio. Muito pelo contrário, ainda fui rechaçada: “Ah, tá vendo? Mais uma”.

Eu sofria violência desde 2006 até 2012 quando eu fugi para o Brasil. Digamos fugi porque eu tive várias brechas. Nesse período de violência eu fui juntando material, tudo que acontecia comigo. No início não ia nas delegacias, não dava queixa mas comecei a juntar material. Não sei porque eu fazia isso. Não tinha menção, não pensava ou talvez, no fundo, fundo... Alguma coisa...

Eu sei que tenho tudo registrado. Todas as entradas e saídas das delegacias, tudo cadastrado, tudo bem guardado. Tenho os áudios, os vídeos, mas só que lá não fui recebida bem. Lá sou estrangeira então eles protegem a pessoa que tem residência né?! Mesmo tendo uma filha. Eu dei queixa, mas tive que tirar porque era ameaçada. Não porque queria, como aqui se arrepende e volta, não... porque era ameaçada, tirava a queixa “se você fizer isso eu te dou isso, se você não fizer isso eu faço aquilo.” Aí digo: Bem.. Vou ficar sem comida? Vou tirar. Nunca ia em frente. Também em questão de documentação e tudo... Eu não podia ir em frente.

Sempre procurando os órgãos, lá não tem nenhuma lei em favor da mulher. Tem ONGs. Eu procurava as ONGs, me apresentaram uma ONG que falou: saia de casa e venha pra cá. Fui. Quando cheguei lá parecia um cortiço, era um lugar horrendo, cheio de estrangeira com os filhos andando pra lá e pra cá, não tinha nada a ver com a realidade que eu vivia. Porque eu vivia muito bem, numa casa bem estruturada, vivia de aparência. Muito bonita, tinha um belo carro um quatro por quatro a gás.

Vivia em outra cidade, me tirou de Roma e me botou numa outra cidade bem distante de todo mundo na qual não tinha contato com ninguém, não tinha nem

vizinhança. Tinha um carro, mas o combustível era controlado então só podia levar minha filha até a escola e voltar. Algumas coisas eu conquistei: quero que minha filha estude numa escola alemã. Consegui isso porque o poder aquisitivo do pai dela que é o violento era alto.

Consegui algumas coisas, mas, no entanto, me massacrei. Quando fui ver estava sendo a babá e a empregada doméstica. A minha vida se transformou nisso, numa bola de neve. Antes eu tinha meu dinheiro, minhas coisas. O fato ocorreu na Itália, a violência ocorreu na Itália, minha filha não nasceu na Itália, nasceu na Áustria, onde morava antes e tinha toda a documentação. Sou divorciada de um austríaco.

Quando estava na Itália, que sofri a violência, nunca, em momento nenhum, o pai da criança quis registrar ela, fazer qualquer coisa. Então tive que fazer todo o procedimento de pré-natal e tudo na Áustria, eu fazia Itália - Áustria uma vez por mês para fazer o pré-natal e minha filha acabou nascendo na Áustria porque não tive nenhum suporte nem da família dele nem de ninguém. Eu era independente, trabalhava, sempre fui muito independente. Então pra mim isso não era nada.

Eu ainda não via isso, interessante, como violência, mas eu era sempre a culpada de tudo. Depois quando me vi, que minhas coisas, toda a minha mudança da Áustria foi colocada dentro de um magazine trancado e eu não tinha acesso, o meu carro também foi colocado lá. Não podia ter acesso a nada. Fui colocada a morar numa casa grandíssima, numa vila com um grande jardim que tinha um andar e um sótão.

Uma casa grande que não tinha nada. O que tinha era uma mesa que eu tinha trazido porque ele liberou aquela mesa e o sofá. Não tinha o quarto de dormir, os colchões eram no chão. Ele preparou em baixo a cozinha, fez toda. Um ambiente que era de amostra. Tinha um belíssimo carro, uma belíssima mulher só que ninguém sabia o que se passava dentro da minha casa. Faltava comida, faltava tudo e eu me virando nos trinta. Resultado: entrei no judicial.

Foi aí que eu tive que fugir porque a assistente social veio conversar comigo. Peguei e dei tudo pra ela. Nisso eu já tinha entrado e saído de delegacia, entrado e saído de hospitais por causa de violência. Eu sofri todas. Todas.

todas, todas. Resultado: só foi ela me dizer, um dia ela virou pra mim e falou assim, me telefonou, era natal: “Olha, eu já vi muitos casos e esse homem me telefonou, e falou essas coisas, você tem que sair dessa casa.” Eu falei: mas eu já troquei as chaves” “Não. Você tem que sair daí porque você está correndo perigo de vida”

Ela foi clara. Ela já tinha me falado outras vezes, mas dessa vez falou: “Você tem que sair agora” Como eu tinha o passaporte da minha filha brasileiro e eu como mãe solteira, e nesse dia, quando a assistente social me falou isso, fiquei pasma. Ela disse: “Você tem que ir embora porque como outras, você vai ser a próxima” Ela estava me dizendo que ele ia me matar de qualquer jeito, ele estava armando tudo isso.

Então peguei, me organizei toda, estava nevando até dessa vez. Peguei, esperei a neve baixar porque Roma não nevava nunca e dessa vez nevou, e nevou justamente onde eu estava, uma loucura, eu esperei a neve baixar. Minha filha não tinha roupa de neve, não tinha sapato, não tinha nada. Ele não dava nada. Tive que botar um monte de roupa nela, me comuniquei com a Áustria, uma pessoa muito cara me ajudou, a minha ex-sogra que me ajudou bastante em tudo. Mandou algumas roupas, pagou minha passagem e fui para Áustria.

Fiquei uns dias lá, mas antes disso fui até minha advogada conversei o que estava acontecendo. Da Áustria peguei um voo e vim pro Brasil. Passei por três fronteiras quando chegou na última, a fronteira alemã, última fronteira na Europa eles pediram o documento e eu já usei o brasileiro. Aí ele perguntou: “Cadê o documento?” Mostrei o da Áustria que já tinha vencido, ele viu que tinha alguma coisa errada, mas falou: “Vai, vai porque senão você vai perder o avião” Foi uma emoção total aquele homem tinha me liberado. Ele tinha entendido o que estava acontecendo, mas me deixou ir! Aqui no Brasil entrei, não entrei como estrangeira, entrei como brasileira então ninguém pergunta nada, não controla nada.

A minha história eu contava, contava e hoje quero esquecer. Ele tem um problema psicológico, mas isso eu não consegui nunca provar. Depois ele me acusou de bipolar. Eu não sei se o caso dele é de bipolaridade, não sei. Mas hoje ele tá bem com você e aí atacava todo mundo ao redor, quando não

atacava todo mundo atacava a mim, fazia muito isso. Me agredia fisicamente na frente da minha filha, ele pegava os colares, arrebatava. Ele me batia, me dava chute da cintura pra baixo porque assim ninguém vê, porque inverno estou vestida. Quando chegou verão que eu botei a saia todo mundo dizendo: “Que mancha é essa na perna?” Sabe o que ele falava? “Ah ela que bateu ali, ela com qualquer toquezinho fica roxa.”

Ficava calada. Ele me dava encontrões, empurrões. Pegou a minha filha com tanta força e jogou em cima da cadeira. Já me deixou trancada no carro, já me deixou do lado de fora de casa sem poder entrar, desligou o celular. Liguei para mãe dele e ela disse que não sabia de nada. E eu podia denunciar pra vir abrir a porta? Não. Porque não tinha documento nenhum italiano. Passava fome, mas a minha filha não porque eu tinha leite.

Quando estava na Itália era ruim porque sofria muito. Era péssimo. Todos os dias tinha uma coisa. Ele fazia as coisas e depois dizia que era eu. Cheguei ao ponto de enlouquecer, no sentido assim: não enlouquecer, mas de não ter mais entendimento das coisas. Um exemplo: se ele quebrasse um prato ele dizia que fui eu. Uma coisa que registrei, eu gravei. Brigou comigo, pegou meu colar e arrancou, quebrou. O colar partiu todo no chão, foi ele até quem tinha me dado. E aí minha filha disse pequenininha:

\_Você quebrou o colar de mamãe.

\_Não amor! Eu não quebrei nada não, foi ela, não foi eu não.

\_ Sim você quebrou colar de mamãe, eu vi.

\_ Então a gente vai pegar pra colar, vamos porque não fui eu não, você não viu nada disso não, papai não fez isso não.

Eu fiquei assim... Foi ali que me dei conta, depois, que ele fazia essas coisas também na frente da criança. Porque tudo se passava na frente da minha filha, tudo. Um dia ele chegou nossa casa, porque ele nunca estava em casa, botou a gente lá distante de todo mundo e de vez em quando vinha.

Chegou num dia de verão e disse assim: “Hoje eu vim dar banho na minha filha” Nunca fez isso, eu estranhei. Eu disse: Ela já tomou banho. Aí ele falou: “Você não quer que eu brinque com minha filha, não sei o quê...”. Porque na

banheira tinha um monte de brinquedo que eu brincava com ela. Ficava fora da banheira, botava ela lá, ela brincava com os patinhos enquanto eu dava o banho nela e eu só entrava na banheira quando ia lavar o cabelo dela, entrava para segurar.

No outro dia ele chegou cedo porque eu disse que naquele horário já tinha dado, chegou três horas: “E aí você já deu banho?” Não, não, tudo bem. Achei aquilo legal, bacana. Aí ele pegou, subiu. Quando entro no banheiro ele nu, fazendo assim com a criança em cima dele! Eu peguei e xinguei ele: Seu desgraçado! O que você está fazendo dentro da banheira? Ele: “Eu não posso brincar com a minha filha?” Você ia dar banho nela, você fora da banheira e a criança dentro da banheira, não dentro da banheira desse jeito.

E aí eu fiquei... Digo: Não estou vendo isso, não estou vendo isso, pelo amor de Deus! Fiquei desesperada. Ele já fazia em outras situações e eu não sabia, eu não via! Eu via, mas não enxergava, digamos assim. Me falou que eu não queria que ele brincasse com a filha dele! Gente! Saiu da banheira, vestiu o short e voltou pra banheira.

Agora imagine a minha situação, depois daquele dia ele nunca mais tomou banho de banheira com minha filha. Quando ela era pequenininha eu tinha visto uma coisa: pedi a ele pra trocar a fralda. Eu aprendi na Áustria que os homens ajudam, têm que trocar a fralda, essas coisas com a criança, aqui no Brasil já não acontece isso né?! Disse: Você troca a fralda que eu vou botar o espaguete no fogo. Porque a água estava fervendo e ia botar o espaguete. A água já estava borbulhando. Peguei, joguei o espaguete e voltei.

Quando voltei ele estava com aquela pomada de assadura e tinha feito uma calcinha nela, passado em todas as partes. Cheguei lá quando ele estava tirando o dedo do ânus da criança. Jesus! Eu fiquei alucinada! Imediatamente fui em cima dele chamei de desgraçado, chamei de tudo. Ele me xingou toda. Disse, na minha cara, olhando para o meu olho: “Estou fazendo o que você sempre fez com ela!” Gente... Ele me desmontou! Eu nunca tinha feito aquilo, mas ele falou de uma maneira como se eu fizesse aquilo e ele estava só repetindo o que faço.

Imagine o que esse homem era comigo, psicologicamente ele me acabava. Estava destruída porque tudo que eu dizia ele virava contra mim. Numa facilidade, na frente de qualquer pessoa. No dia que fui na advogada, na primeira vez que fui na advogada com ele. Quando chegou lá ela conversou com ele e eu contei a história, não queria nem olhar para a cara dele para não dar espaço. Aí ela falou: “Por que você não olha para cara dele?” Falei: porque eu não quero. Porque conheço ele muito bem.

Ela falou pra ele: “Conte agora o que aconteceu” Aí ele contou assim: “Eu estava no meu escritório ela chegou jogou tudo pra cima, muito nervosa, muito agressiva e depois pegou a minha secretária pelo pescoço e segurou pelo pescoço” Ele pegou e se levantou e fez toda a cena. Fiquei assim... An?! Não acredito gente! Eu estava no escritório dele, ele que chegou me expulsando de lá, e eu com minha filha dentro do macaquinho. Me pegou pelo pescoço, me empurrando pra fora do escritório dele.

Ele descreveu tudo isso como se eu tivesse pegando a secretária dele pelo pescoço e botando para fora do escritório. Mas ele falava com tanta realidade! Eu Fiquei impressionada! Então comecei a ficar cada vez mais... Quando uma pessoa diz assim: Você que pegou esse pano e de tanto dizer você já tá dizendo que pegou mesmo. Entendeu como é que é? Então tudo ele pegava e transforma e eu já estava psicologicamente destruída, não aguentava mais.

Teve várias situações, várias. Tive um dente quebrado logo no início, minha filha era bebê, torci o pé porque ele me empurrou escada a baixo, depois ainda chamou a polícia, aí veio a polícia italiana, mas não fez nada porque disse : “Você vai se enrolar todo, porque ela está aqui com a filha e não está com documentação” aí os vizinhos dele camuflaram lá, saiu todo mundo para o hospital, ele devolveu minha filha porque ele pegou a criança, me empurrou de escada abaixo e eu torci meu pé. Imediatamente meu pé ficou enxado.

Pegou a criança e se meteu na casa de uma vizinha, eu saí gritando no prédio, todo mundo veio me acolher, foi aí que fiquei sabendo que ele não regulava bem, a vizinha veio me dizer, os outros vizinhos ficaram calados porque ele é contador, tem um grande escritório de contabilidade dá emprego às pessoas. Então tinham algumas pessoas que trabalhavam com ele que moravam no

prédio, todo mundo acobertou ele, só aquela disse: “O que você precisar... Tenho advogado, te ajudo. Mas não sabia do que se tratava. Foi horrível.

Nossa! Quantas vezes entrei, quando estava grávida, nós decidimos ter um filho. Foi tudo programado. Ele me encheu de murros e pontapés na minha barriga e caiu fora. Antes de ir para a Itália conversamos o que íamos fazer, o que não íamos fazer, uma das coisas foi ter um filho. Era o nosso projeto de vida, nós tínhamos um projeto de vida juntos. Porque eu tinha uma vida muito diferente quando morei na Áustria, tinha uma tranquilidade e na verdade era tudo uma fantasia da cabeça dele e ele não cumpria com nada.

Ele era totalmente fora, uma pessoa que você não sabia o que podia acontecer. Eu cheguei, nós começamos a trabalhar, fazer bebê né?! Aí já no primeiro mês nós não funcionamos. Ele me acusou, fiquei meio assim... Senti um pouquinho como quem diz: O que é isso? No segundo mês funcionou, mas ele já estava violento, agressivo. Comecei a refletir: O que foi que eu fiz?

O pior é que algumas pessoas já tinham avisado: “Olha, ele é meio esquisito viu?”. Mas era a secretária dele, eu achava que ela falava assim por qualquer coisa que ele tinha tido com ela e não deu certo. Até cheguei a perguntar para ele porque a secretária tinha dito aquilo, ele disse: “Ah porque ela queria ter alguma coisa comigo e eu não quis” Mas você ia confiar nele que você conhece ou na outra pessoa que você tá chegando, você ia acreditar que ela que tinha ciúme né? Então foi avisado, até que ele era violento, que já tinha dado um murro na parede para não dar na cara da irmã.

Desde o primeiro momento sempre passei por agressividades, no início, eram coisas pequenas, coisas psicológicas. Depois começou a ser pequenas violências físicas e aí foi aumentando cada vez mais. Ele tentou que eu abortasse com violência, mas não conseguiu. Tive deslocamento de placenta.

A mãe dele tentando me envenenar com comida. Comi aquela comida e senti um calor desesperado: ia para o banheiro, tirava a roupa toda, em pleno inverno e deitava no chão de mármore para temperatura baixar e ele na dele. Ficava uma hora no banheiro e ele: “Tá tudo bem aí?”. Se tivesse morta ninguém estava nem aí. Pra você ver a situação. Depois, soube que até botaram alguma coisa na bebida pra eu dormir no ano novo.



Botaram alguma coisa na minha água, depois de um pouquinho, me senti tão cansada que me recolhi em outra sala e dormi, apaguei. Pense: o ano já estava raiando e minha filha em cima de mim me chamando. Não foi muita coisa que botaram, só foi alguma coisa que me fez apagar e depois acordei, mas já tinha passado umas três ou quatro horas.

Já fizeram tanta coisa comigo que prefiro nem recordar porque no final estou até conseguindo falar, mas não me traz boas recordações e minha filha sofre até hoje com isso porque ela tem alguns comportamentos que é, que eu vejo muito que é dele. Uma mentira que também devido à idade, a pré-adolescência. Eu sou preocupada com as coisas que ela sofreu quando era pequena e agora que estão aparecendo.

Tudo isso pra mim é terrível, terrível. Quando cheguei aqui tentei abrir uma empresa, tive o suporte da minha ex-sogra porque fui casada com um austríaco e ela virou uma mãe para mim depois da separação. Estava sempre aqui. Mandava aqui para o Brasil caixas com roupas para minha filha, com livros, eu falava sempre com ela pelo telefone, praticamente toda semana.

Então nós ficamos de 2012 até 2016 porque tem um ano que ela morreu. Ela todo o tempo com a gente conversando, telefonando, dando assistência. Como meu dinheiro terminou ela passou a pagar a escola da minha filha e falava que eu tinha que correr atrás dos direitos da minha filha, tudo isso.

## O Público

Fui procurar alguns lugares, como o consulado italiano, para pegar informação. Não consegui nada por ali. Cheguei aqui com muita dificuldade com o português porque eu morei 25 anos na Europa. Então, o meu português estava escassíssimo, não falava muito. Uma amiga que conheci no avião, uma baiana, que foi comigo, me ajudava e foi ótimo assim.

Depois de um tempo fui lá perguntar como tinha que proceder. Me disseram: “Você tem que ficar quieta que é bem provável que esse homem não venha atrás de você” Não demorou muito esse homem veio atrás de mim. Nesse tempo descobri que minha filha tinha sido abusada e tantas outras coisas, como eu lhe disse. Sofri todas as violências possíveis.

Fui na DERCA fazer a denúncia, não tinha procurado o GEDEM ainda. Estava no Projeto Viver e todo mundo sabia da minha história porque minha filha não falava o português. Ele chegou aqui foi direto na minha casa, mas como tem porteiro com sistema de segurança não deixaram. A síndica já estava de sobreaviso porque eu não queria que ninguém subisse na minha casa sem minha autorização.

A noite não recebo ninguém, nem interfone. Então ele chegou a noite na minha casa, fez aquele escândalo. Resultado: no outro dia de manhã peguei minha filha, levei para escola quando estou voltando o porteiro me fala: “O pai da sua filha teve aqui” Eu falei: O quê? “Chegou aqui, não falava muito português, tinha um outro que falava por ele”.

Imediatamente liguei para o Viver, tinha uma advogada lá que falou: “Vem pra cá, pegue sua filha, pegue algumas coisas, bota tudo na bolsa e vem para cá” Recolhi tudo e fui. O Viver entrou em contato com o GEDEM, e ali eles me abraçaram. Eu fui marcada imediatamente para ir a uma casa abrigo onde fiquei por dois meses, posso dizer que fui bem acolhida nesse sentido. Porque foi uma coisa imediata.

Cheguei lá e fui bem apoiada porque as pessoas viam... Quando cheguei, não conseguia contar minha história porque queria contar do início, os detalhes. Não conseguia. Falava, falava, falava. Meu primeiro contato foi com um psicólogo do GEDEM e depois estive com a coordenação. Teve uma entrevista

em que ela escreveu tudo pra mim, ela conseguiu me entender, porque os casos: seja aqui no Brasil, seja fora, tem o mesmo fundamento, muda história, e quando tem criança aí que piora a violência, e as crianças elas ficam mais desprotegidas.

Consegui abrir um processo de destituição do pátrio poder. Ahh quando ele esteve aqui, foi até onde faz registro de criança. Registou a criança como filha, mas como se fosse eu que tivesse registrado a menina, que tinha levado o documento dizendo que ele era o pai. Só que outra coisa que pra mim ficou tudo muito bem porque no dia que ele fez isso eu estava na DEAM fazendo a denúncia. Então pude provar que aquela pessoa não era eu.

Mesmo assim a justiça brasileira ela é muito lenta. Pedi a destituição do pátrio poder, demorou para sair. Consegui, mas demorou. O abuso foi arquivado porque disse que o Brasil não tinha jurisdição e eu não entendia o que era isso porque esse homem pode entrar e sair do meu país depois de tudo que ele fez comigo. Já avisei para justiça, vários processos e a polícia não faz nada, a federal não faz nada.

Ele entra, tira passaporte, diz que é residente de cá, faz tudo e eu estou sendo prisioneira e ele está livre, andando dentro do meu país. E até hoje é assim, não mudou nada. Ele entrou com um processo de busca e apreensão de menor dizendo que eu raptar a criança, mas eu cheguei com muitas, muitas provas.

Até hoje o processo ainda não foi encerrado, o processo de busca e apreensão. Que a criança tem que retornar ao país, mas já se passou muito tempo pelo que eu entendi. Também fizemos uma perícia psicológica porque ele esteve aqui várias outras vezes. Fomos: eu, ele e a minha filha fazer uma perícia e no final a minha história com todas as provas que comprovam, que batiam certinho com tudo e a dele via que ele tinha que fazer cobertura porque até as fotografias, todas as fotografias eram minhas, era eu que fazia ele com a criança, era eu com a minha filha sozinha, virava a câmera e fazia as fotos e ele não tinha nenhuma fotografia, ou a mãe dele ou alguém da família, não tinha nada.

Eu sabia tudo que passava, mas o povo não sabia. Eu tinha que provar. A lei aqui não me deu brecha, não resolveu nada porque até hoje ele está andando por aqui. Ele entra e sai do país tranquilamente, eu não tinha nem endereço, nada dele aqui.

Quando você tem que mandar carta rogatória você tem que mandar através de Brasília então eu tinha que fazer tradução, tanta coisa! Eu juntei dinheiro mandei essa carta e a carta não conseguiu sair de Brasília sempre faltava alguma coisa que eu enfrentava, não consegui. Para mim era muito difícil Consegui alguma coisa, de todos os processos que movi aqui, foi pela Federal.

No dia que nós tivemos a audiência na Federal porque ele estava pedindo a busca e apreensão da criança para levar a criança de volta para Europa e ali eu consegui que viesse outra pessoa do cartório, para o despachante trazer pra ele que tinha uma audiência, foi ali que consegui. Mas aqui no Brasil ele tem endereço, tem CPF, tem tudo, e eu não tenho contato, não sei nada. Ele sabe tudo de mim onde moro, onde estou, onde deixei de estar.

Nós tivemos uma audiência que ele pedia visita, mas aí já foi tudo destrinchado mesmo assim ele pediu. Abriu um processo pra visitar a criança, mas eu mostrei todo o material e, no dia da audiência, me lembro até hoje, ele falou que queria entrar em um acordo. E qual era o acordo? Que ele ia ver a criança e com isso daria um salário mínimo! Esse era o acordo dele: dava um salário mínimo e eu deixava ele ver a criança. E eu muito prontamente disse: não concordo com isso. E o abuso? O que significa tudo isso? Não era a juíza, estava uma substituta, ela se levantou e falou: “Vamos marcar outra audiência, vocês se resolvam e tragam aqui o acordo que vocês querem”.

Não faço acordo nenhum. E foi nesse tempo que saiu a destituição do pátrio poder e ele desapareceu. Para ele dar os alimentos, um salário mínimo? Ele estava entendendo o quê? Um salário mínimo europeu ou um brasileiro que não tem condição? Quando minha filha lá estudava numa escola alemã! Que é a escola mais cara que tem na Itália. Então você imagine a situação.

Minha filha continua até hoje fazendo tratamento, porque foi aliciada e para tirar isso da criança é muito difícil e agora que ela tá ficando mocinha, tá na pré-adolescência então a gente tem que ter mais cuidado. Ele não cumpriu com a

relação, mas aliciou a menina desde pequenininha, eu não via isso. Essa era uma coisa que eu me acusava, ficava enlouquecida, mas todo esse meu processo com o GEDEM que frequentei grupos, psicologia no Viver, todo mundo me ajudando desde 2012 até hoje, e naquele processo todo para eu entender que o que estava acontecendo não era culpa minha.

Era muita coisa sabe? Para você entender as coisas, saber da lei, ler sobre a lei porque quando cheguei aqui tinha que dizer ao advogado como agir, tinha que dizer as leis da Itália, estudar tudo, e procurar saber, destrinchar. E aí graças a Deus, junto com o GEDEM a gente foi conseguindo. Eu posso dizer que eu fui muito bem apoiada pelo Viver e pelo GEDEM, mas para gente ser apoiada a gente também tem que dar documentação, material. Porque sem isso eles não têm como. A gente também tem que ajudar.

No meu caso, como é em outro país, tive que dar material, como é que a gente pode fazer para ir contra esse estrangeiro. É tudo um processo você tem que parar a vida, estudar, ler coisas de advocacia na língua italiana para poder dizer: Olha, tem essa brecha aqui tem isso.

Agora eu entrei com o processo de alimentos que é outra loucura, digamos assim. Fui pessimamente atendida, muito ruim mesmo. E quando eu falo de estrangeiro: “Ah tem que ser carta rogatória” E aí é um jogando para cá, para lá. Fui atendida por uma defensora substituta que não deu a mínima ideia e falou: “Você tem que fazer a carta rogatória e você traduza essa carta e depois traga aqui que a gente vai enviar.” Mas tem que ser com um tradutor juramentado, o custo fica de quatro a cinco mil reais.

Eu disse: por que não bota no Diário Oficial? Como ele tem um advogado aqui, o advogado vai ver e vai tomar as providências. Eu consegui o telefone do advogado dele aqui no Brasil, pedi pra o meu advogado enviar os papéis porque não quero que ele tenha contato nenhum comigo. Se esse homem tem o meu telefone a minha vida vai virar um balaio de gato de novo.

A justiça aqui é muito lenta. Cinco anos para conseguir destituição do pátrio poder, apesar de todas as provas, mas eu consegui. É... Digamos que os alimentos, estou indo agora, mas vamos ver o que vai acontecer ainda. Sobre o abuso foi arquivado, sobre a violência contra a mulher eu não pude fazer muita

coisa. Porque eu só pude entrar quando ele foi na minha casa e me ameaçou e tentou invadir a. Disse que ia invadir, que ia entrar pela garagem, e ali tinha testemunha, o porteiro não queria testemunhar, mas a síndica já veio testemunhar.

Aqui as pessoas não se envolvem, não querem. Por mais prova que a gente tenha, por mais que a pessoa está vindo ali para te ajudar, ela se nega. Você só vai ser ajudada por uma pessoa que sofreu a mesma coisa, fora isso ninguém quer te ajudar. Então eu acho, até hoje, é muito difícil. Falta muita informação e tem muita troca de gente sabe? Vira um Balaio de Gato que ninguém segue, porque no serviço público a coisa não vai em frente.

Cada dia morre mais mulheres e não se resolve porque os homens se sentem mais potentes, se tem alimento é uma violência, o homem não paga os alimentos da filha, do filho, isso é uma violência também não é só alimento, é uma violência também. Tem coisa que é muito clara, mas você tem que ir lá e provar, nós não somos ouvidas, nunca! A gente tem que provar cada palavra que a gente dá e os homens simplesmente não fazem nada, ele não estão nem aí, eles abandonam, deixam de lado, eu vejo a sociedade aqui muito machismo porque nós temos que provar tudo.

Ele diz que não tem para ajudar. Eu cuido da criança em tudo. Ele vem, fica um pouquinho com a menina, faz todos os caprichos, as manias e a mãe luta pra manter um equilíbrio em casa. Dá tudo a criança e a mãe geralmente não tem condição de fazer isso. Porque a mãe está com a criança 24 horas, ele normalmente tá só um período e larga com a mãe dele, com a vó, com uma parente, até a esposa, a atual esposa.

Então se você perguntar: Você se sentiu acolhida? Sim. Em todos os setores tem que melhorar, é normal. Na casa abrigo que eu fiquei, eu fiquei com várias outras mulheres, a qual uma tinha um problema que o marido era traficante e ela estava lá com a criança, a outra teve que escapar para viver, cada história! A gente vive juntas e aprende umas com as outras ali. Porque a violência sempre é a mesma, mas as situações são diferentes. Quando entrei na casa abrigo, tinha meu carro que tinha acabado de comprar e elas estavam vindo sem nada e a gente começa a enxergar como é a violência em si que é igual pra todas nós. São de maneiras diferentes, mas é tudo igual.

Hoje eu virei motorista Uber. O apartamento que tenho, comprei há muitos anos atrás, já tinha antes de me casar com o austríaco, antes de conhecer o pai da minha filha já tinha uma vida estável porque aqui no Brasil eu tinha algumas coisas. Então eu vivo bem hoje, num lugar bacana, numa zona nobre, mas não tenho como pagar mais a escola da minha filha. Esse ano eu tive que colocar a minha filha numa escola estadual.

E eu vou te dizer uma coisa: hoje quando eu conto a minha história com esse passado da agressão toda, o que mais me dói, me faz chorar é ver a minha filha numa escola do governo onde ela começou as aulas já tudo atrasado, tem colégio que já está fazendo a prova da primeira unidade e ela nem livro recebeu, nem farda escolar, nem nada. O professor chega lá com uma folha e manda as crianças fotografarem no celular para fazer o dever em casa que não é para copiar é para fotografar, passar para o caderno, fazer o dever e trazer.

Na sala dela tem uma criança que já é mãe. Meninas de facção que moram não sei aonde, cada ambiente pesadíssimo que não pode nem falar o ambiente que moram e que ela entra no banheiro e estão as meninas fumando. Ela está no sétimo ano e no primeiro dia de aula eu botei ela lá, acompanhei, fiquei esperando e vendo aquelas crianças chegarem com celular iPhone chique e eu fiquei abismada. Como é possível está aqui dentro?

Fiquei abismada, minha filha usa um celular pequenininho, comum, justamente para ela não ficar viciada em internet e não vejo tenha maturidade para enfrentar os perigos que tem na internet então, ela tem um telefone que se comunica.

Hoje, estou batalhando para ver se consigo os alimentos para colocar ela numa escola. O processo da queixa que eu fiz na DEAM não andou, mas pra mim se a justiça não andou, não ficou por isso mesmo porque eu sou uma bomba de informação e eu posso ensinar e ajudar muitas mulheres. Para mim não ficou por isso mesmo porque eu quando entrei no GEDEM nós fizemos um grupo de Whatsapp cada uma passa informação para outra: “Gente tá assim, bora fazer assim, bora correr pra cá, se não resolve assim a gente vai correr pro lado de cá”.

Eles não resolvem, mas a gente corre atrás, tem que correr muito atrás pra resolver as coisas. Não andou lá, mas andou pelo outro lado. Esse processo não saiu, ele não foi acusado de violência, nada, não foi em frente e eu consegui outros porque ali eu comecei a focar no quê? Em fazer a destituição do pátrio poder e ele que estava me acusando de sequestro de menor querendo levar a minha filha pra outro país.

Então nesse caso de violência era a coisa mínima porque eu já estava na violência total em todos os parâmetros, em todos os parâmetros. Ele chegou a dizer na polícia federal que a casa que eu tinha aqui era dele e eu tive que provar: se comprei esse apartamento em 1988 como é dele? Até isso, a loucura era tão grande, que era aviltante. Então você imagina se eu vou me preocupar se a DEAM está indo pra frente ou não? Ali é uma baderna.

Você vai ali, faz queixa, não anda nada. Você que sofreu, você que tem que provar. Você toda arrebitada você tem que provar que tiro foi esse, você tem que provar que foi ele. A pessoa que viu não quer saber, não quer dizer e eu vou me preocupar ainda com a DEAM? A gente vai lá, denuncia e você vê que é uma mulher atrás da outra que são mortas.

Nós é que temos que unir esforços. Se ele tá perturbando? Ahh esquece a DEAM. Você tem que fazer a queixa lá, mas vai no GEDEM. Pelo menos naquele momento ele te acolhe, você vai ficar fora de acesso. O GEDEM age muito mais rápido que a DEAM, a DEAM não age. Então eu vejo o GEDEM muito mais próximo. Mas não é todo mundo que sabe disso.

Você chega na DEAM e tem aquele mural na parede. Não vejo psicóloga lá. Das vezes que tive lá não vi. Vi a mulherada lá esperando sentada. Quando cheguei, marcaram pra ser ouvida (entrei em 2012) para ser ouvida em 2013, imagine! A gente tem que correr atrás da nossa vida para sair daquilo tudo.

Vá criar forças, vá fazer uma universidade, vá crescer. Você tem que caminhar pelas suas próprias pernas. Porque não é só ir atrás da justiça e sentar e esperar não, ela tem que ir à luta. É difícil, você não aceita, mas tem que ser assim. Aqui a gente tem uma coisa inédita, na política do Brasil, lá fora o Brasil é visto como um país que ajuda as mulheres porque tem a Lei Maria da Penha.



Já é uma grande coisa, já é uma grande vitória, agora nós mulheres temos que ser muito mais incluídas porque tem homens e homens, famílias e famílias.

Nós temos também mulheres violentas, mas muito mais homens, eu nunca vi homem morto, eu só vejo mulher. Então é isso: a gente tem que incluir as mulheres mais. O trabalho tem que ser fazer com que mulher se entenda e se autovalorize, tem que mostrar àquela mulher que ela é capaz, porque quando vive a violência tem todo um processo psicológico que tem que ser apurado delicadamente.

Ela primeiro tem que se encontrar e entender o que aconteceu. Depois sair fora. Porque perde todo o contexto sabe? Perde tudo! Vejo o que era e o que sou hoje. Não sou mais aquela pessoa. É estressante a situação e minha filha sofre. Queria que não se repetisse com ela! A gente fica muito mais sensível. E para uma mulher acima de 50 que já viveu meio século, não é brincadeira não.

Agora já vejo que tenho que viver mais a vida. Tenho que viver a vida. A pessoa pensa que viver a vida é ter um homem, é o carnaval, é sei lá o quê. Não. Você tem que aproveitar cada momento. Estou aqui com você? Você tem que aproveitar cada momento que estou com você. Procurar ver as belezas, as positivities que a gente tem pela frente. Acho que as mulheres que sofrem de violência tem que ser trabalhadas nisso: na autoestima. Não é ensinar ela a se maquiar é ensinar a compreender porque ela tem que se rever de novo.

Porque não importa se você bota aquela maquiagem, depois tira e se sente um caco. Tem que maquiar e se sentir bela também. Vejo que as pessoas têm que se ajudar em tudo e não se prejudicar. Viver os momentos. Acho que o momento é importante. Cada dia que passa é uma vivência nova, mas nunca devemos olhar o lado negativo, sempre positivo. Porque o positivo ensina e o negativo destrói. A gente fica triste? Fica porque não está feliz todo dia, mas tem que buscar, naquele momento triste, onde tem uma luz para gente sair, ficar melhor. Todo dia é uma batalha.

Hoje minha filha está no colégio do governo, eu estou muito triste, mas amanhã ela vai estar numa escola melhor que fala outras línguas porque pra mim é importante ela manter a mentalidade austríaca, italiana e brasileira. Em casa a gente vai falando as duas línguas juntas, assim, acho isso importante também.

Se tenho alguém na minha vida? Não. Se quero? Não tenho nenhuma intensão agora. Eu quero viver eu, eu. Não quero viver com outro porque aqui no Brasil o homem é muito das outras né?! E não quero isso. Teve aproximações? Ohhh e como! Eu dou espaço? Não. Porque vejo que não tem afinidade, não tem.

Adoro ler, minha filha gosta muito de ler, a gente só vive lendo então para encontrar uma pessoa, tem que ser alguém que possa ler tanto quanto eu, que goste de curtir as mesmas coisas.

O Brasil é maravilhoso e para você encontrar pessoas maravilhosas é só se deixar levar pela positividade da pessoa. Se a pessoa for amargenta, negativa, você disfarçadamente vai seguindo em frente. Como foi na DEAM seguiu em frente? Não. Mas a gente tem que caminhar e seguir em frente. Tem um monte de coisa pra melhorar? Tem, mas até agora é o único país que tem uma lei. É uma batalha constante então está se auto melhorando.

O Brasil tem uma lei e outros que não tem nem isso? Que as mulheres morrem a pedradas, vestidas de burca. São mentalidades e culturas diferentes. Claro que faria diferença se ele fosse punido, eu gostaria muito, mas não tem cogitação. Ainda tem muitas águas pra rolares, eles ainda têm alguns anos pra melhorarem isso e, como é uma coisa internacional, aquele outro país tem que também melhorar porque não tem nenhuma lei, nada que seja a favor da mulher. Então o que for resolvido aqui não vai ser nada lá. Lá eles já decretaram que eu sequestrei a criança, já foi decidido lá e aqui foi dito outra coisa. E lá eles nem me julgaram, nem me ouviram, nem nada. Nem viram as minhas provas nem nada, decidiram e acabou. E aqui não, o Brasil quer ouvir. São diferentes os casos que acontecem aqui e os do exterior. Todo mundo quer ver a punição, mas no meu caso acho que vai precisar ainda de uma década, talvez, no mínimo.

Todo mundo quer a punição, mas eu acho que não é punição é tratamento que seria a palavra certa. Punir para quê? Você vai punir e ele volta a fazer a mesma coisa porque não foi tratado. Mas como vai tratar a violência de alguém que sempre fez? Porque na casa dele eu vi o pai cometer violência contra a mãe. Eu vi eles se xingando, se gritando. Você queria o quê se ele foi criado naquilo?

Por isso que eu tenho medo com a minha filha, por causa dessa situação, porque o que você convive na sua infância... Ela conviveu o tempo todo com essa violência. Além da violência foi também a questão do abuso. Quando vim para cá foi pra tirar ela dessa situação.

Nós mulheres passamos por essas atrocidades todas e ainda pensamos: ah! Se ele fosse diferente poderia ter dado certo, ainda tem um pontinho de esperança lá atrás de dizer: Poxaa, poderia ter sido diferente! Por que não foi? Todos nós temos nossas parcelas de culpa. Poderia não ter continuado quando eu vi que não dava, que o cara era doido era para ter... Mas não.

Hoje mesmo, como me sinto falando dessa situação? Mais tranquila. Não machuca tanto, antes sim. Mas se você me falar da escola da minha filha que eu vejo que ela tá passando por essa situação toda porque ela não tem suporte de alguém que deveria dar. Aí eu fico nervosa, eu choro, porque eu vejo que ali não é o lugar dela, ela poderia está numa situação melhor. Aí me vem um ódio dessa pessoa! Mas por que tanta maldade? É filha, mas ele nunca considerou como filha. E ainda tem que passar por processo na frente do juiz para acordar o quê? Nós não temos que acordar, tem que decidir.

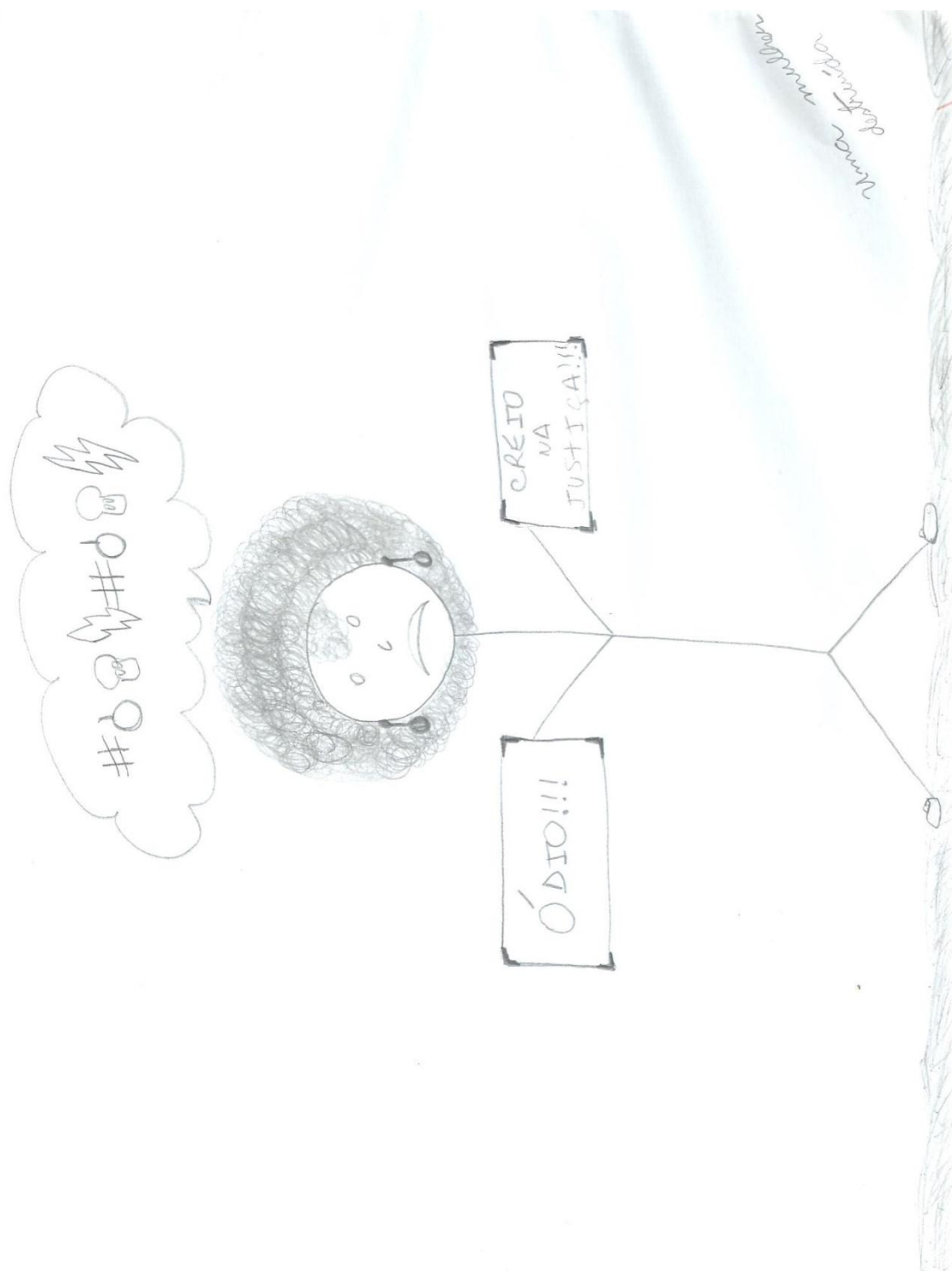
Mas aí é você que tem que provar que ele ganha X pra te dar Y. Como é que eu vou provar? Se os homens começam a vender o que tem, botar no nome de outra pessoa, fazer uma embrulhada. Então a gente sofre todo o tempo e a gente tá vendo isso. Isso machuca é uma outra violência, é uma violência atrás da outra.

Acho que tem que fazer curso de formação para as mulheres que sofrem a agressão. Primeiro para que ela entenda todas as questões, de como é a violência em si. Oferecer curso de formação, alguma coisa preparatória, profissionalizante para que elas comecem a andar com as próprias pernas. Porque não é só a psicologia por um lado, mas buscar um curso de formação porque aí a mente também fica ocupada com outra coisa e ela está se preparando. Não é só dá o curso, é fazer ela entender que com aquilo vai se melhorar. Encaminha para o SEBRAE para ser empreendedora individual, quem sabe até fazer um grupo.

A questão dos órgãos que não ajudam, elas fazem na medida do possível, mas tá melhorando só que lentamente porque deu uma melhorada de quando eu cheguei aqui para cá. As pessoas que estão aqui não conseguem ver, mas eu vejo. Quando cheguei que fui denunciar eles me mandaram voltar no ano que vêm, seis meses depois para fazer a denúncia, mas eu fui, tem outras que não vão, mas eu fui.

Quando fui fazer a destituição do pátrio poder tinha gente na Vara que não sabia que ele perdia o poder, mas mantinha a obrigação de prover, eu tive que ir pesquisar na internet, levava cópia da lei pra mostrar. Imagina! Eu fiz isso. Mas tem muitas que não são como eu. (grifos meus).

### 4.3 A história de uma mulher destruída.



Uma mulher destruída, 39 anos, negra, professora, espírita.

Para uma mulher destruída:

Ter que viver uma personagem  
Atuando para seguir  
Sem deixar vestígios do verdadeiro eu  
Uma mulher em destroços  
Uma guapa destruída  
Para recomeçar e seguir  
A justiça terá que inserir  
Ao menos o nome deste  
No rol dos demolidores.  
Para que todas as dores se vão  
Do vão onde há de se reconstruir.

Bárbara Pontes.

## O Privado

Eu sou uma mulher destruída. Tenho 39 anos Eu... Não consigo falar sobre isso sem chorar muito (choro) porque eu acredito na justiça do país apesar de todas as histórias que a gente ouve por aí. Eu acredito, eu acredito... Eu nunca fui uma pessoa que tive muitos relacionamentos, minha vida sempre foi voltada para a academia e para a minha vida profissional, sempre dei muito valor aos meus sucessos acadêmicos e profissionais porque era o que me satisfazia até então.

Sempre fui uma pessoa muito aplaudida pelos colegas desde a fase escolar: pela inteligência, pela maneira de falar, pela postura, pelos posicionamentos críticos, então sempre me senti muito bem com isso e nunca almejei ser melhor em nada porque não é o meu objetivo, mas me faz bem conseguir descortinar olhares, me faz muito feliz quando eu vejo pessoas que começam a observar, a ler o mundo de uma maneira diferente. Eu sempre digo isso: que o meu grande objetivo é fazer com que as pessoas leiam o mundo de uma forma diferente.

Trabalho na área de educação há muitos anos. Só como funcionária pública. Tenho 18 anos, assim que eu me formei, fiz o concurso, passei e comecei a trabalhar. Já trabalhei em todas as instâncias desde a educação infantil até a superior e na superior, mesmo sendo doutoranda, já dei aula em curso de doutorado também. Conheço todas as instâncias, sei como falar e, como eu sou formada em letras, o meu discurso é um discurso muito voltado para o receptor. Então, posso falar para magistrados e para meninos de uma comunidade muito carente, consigo alcançar essas pessoas, justamente por pensar no meu receptor, eu enquanto a emissora do texto.

Então me vejo muito feliz porque acho que faço escolhas muito boas e aí, infelizmente, fiz uma escolha que foi péssima. Sempre digo isso porque acho que é a frase que me representa: eu sou uma mulher destruída... Porque... Ele destruiu minha vida e desde que a gente terminou o relacionamento eu criei um personagem para conseguir viver e as pessoas não sabem o que está acontecendo porque eu criei uma personagem e vivo esse personagem todos os dias.



Eu sofro muito ainda apesar de não ter contato nenhum com a pessoa, a pessoa ainda continua me fazendo muito mal e já falei para as psicólogas porque, inclusive, estou com duas psicólogas. Já falei a elas que só vou sair disso quando ele for sentenciado, eu não vou conseguir é... Conduzir minha vida se ele continuar impune como está. E elas ficam preocupadas porque sabem a questão da justiça e tal. Mas eu não penso nisso.

Não penso que existe alguma possibilidade, por exemplo, de ele não ser punido. Acredito que por ser réu primário, não acho que ele vai ser preso, não acho que ele vai ser deportado, extraditado, porque ele é estrangeiro. Mas acredito sinceramente que, no mínimo, ele vai pagar cestas básicas, mas o registro no nome dele vai ter.

Como é que tudo começou: entrei no doutorado. Era caloura dele. Veio de Cuba e veio para cá há muito tempo né?! Quando a gente se conheceu ele estava aqui há aproximadamente oito anos. Eu sinceramente nunca imaginei que uma pessoa que viesse de um país daquele fosse chegar aqui ter a oportunidade de crescer academicamente, profissionalmente e fazer o que ele faz. Realmente fiquei e estou ainda muito chocada com a situação.

Ele estava no segundo ano do doutorado, quarto semestre, tinha acabado de fazer exame de qualificação, a mãe tinha acabado de ir embora. A mãe veio, passou seis meses com visto de turista e ele estava mal porque ela não estava aqui e tal... A gente se conheceu nesse momento, ele estava com a tese parada. Tinha acabado de fazer exame de qualificação e não estava conseguindo caminhar na tese e aí a gente se conheceu. Eu fui uma pessoa muito cautelosa para deixar que essa pessoa invadisse a minha vida. Eu sou uma pessoa muito cética com os homens.

Apesar de ter tido poucas relações amorosas, as pessoas que me rodeiam são pessoas que sofreram demais na mão de inúmeros homens. Inclusive homens que eu conheço e que eu jamais ia imaginar que fariam uma mulher sofrer. Sempre fui muito cética, cautelosa, reservada. Demorei um mês pra fazer sexo com esse homem, três meses para apresentá-lo a minha família. Tudo era no sigilo, tudo: eu estou conhecendo, eu estou vendo, eu não sei quem é ele.

Também tinha aquela visão que: estrangeiro, a gente não sabe de onde é que vem, qual é a índole. Como se os brasileiros também não fossem assim... Mas a gente, no senso comum né?!, A gente tem isso de que estrangeiro vai passar doença, de que estrangeiro é mau caráter, não tem boa índole, a gente tem isso. E eu lutava muito com essas questões para dizer assim: Olha, eu não posso generalizar, preciso dar um voto de confiança a essa pessoa.

A gente se conheceu em um mês. Passou a sair no outro mês, só fez sexo no outro mês, eu só apresentei minha família três meses depois. Foi tudo tão, na minha cabeça né?! Como tudo na minha vida é tão planejado, tão organizado que jamais ia imaginar que isso iria acontecer comigo. Primeiro porque eu não sou militante levantando bandeiras e indo à rua, mas sou uma militante acadêmica então eu contribuo para o empoderamento das minhas alunas.

Sempre falo que, para mim, empoderar-se é um verbo pronominal porque eu não empodero ninguém. Acho que o poder está em você, o que eu posso é oportunizar elementos para que esse *start* aconteça, mas o protagonismo é da mulher e não de alguém. Porque até hoje parece que o empoderamento é uma dádiva que alguém vai dar e eu não faço essa leitura. Então, muitas alunas são empoderadas e falam, e me aplaudem, e eu gosto muito disso.

Eu jamais ia imaginar que ia passar por uma situação dessa justamente porque eu milito nessa seara, meu recorde é de raça em minha pesquisa mas eu milito nessa seara. Então achava que estava blindada, digamos assim, para não passar por uma situação dessa.

Eu entrei na vida deste homem e fiz uma revolução que ele o tempo inteiro me abraçava, me beijava, me acolhia, me elogiava e dizia que eu fiz o que nenhuma outra mulher fez: juntando todas, elas não fizeram metade do que eu fiz. Fui aquela namorada que fazia surpresas semanalmente quiçá diariamente, fui a namorada que acompanhei em todos os concursos públicos, em todos os interiores da Bahia, elaborando os slides, assistindo as aulas públicas, contribuindo para o êxito no que diz respeito à exposição porque a língua nativa é o espanhol e apesar de ele morar há muito tempo aqui ele não fala bem o português, ele mistura um pouco, é o “portunhol” e tem um sotaque

muito forte. Então, eventualmente, se ele falar muito rápido, as pessoas não vão entender. Contribuía também nesse sentido para tentar desacelerar porque às vezes, na ansiedade, a gente termina falando dessa maneira.

Fui a namorada que mostrei a essa pessoa que ele poderia ser um homem respeitado na sociedade porque na cabeça dele- ele viveu quatro anos com a bolsa de doutorado - então ele não podia jantar fora, não podia almoçar em restaurante, não podia comprar coisas, não podia nada disso.

A gente fez uma viagem a Morro de São Paulo, foi quando ele oxigenou o corpo, a mente, a alma e disparou na tese de doutorado. E ele sempre faz esse marco de que graças à viagem a Morro de São Paulo, que foi num São João, ele começou. A grande ideia no doutorado ele teve nessa viagem, voltou cheio ideias e começou a escrever e eu ajudei em tudo. Apesar de que ele não pesquisa a mesma área que eu, não tenho conhecimento nenhum sobre o que ele fala, mas ajudei durante todo processo. Esta pessoa estava organizando um golpe contra mim e eu não sabia.

A partir do momento que eu apresentei a minha família, minha família inteira acolheu: meus primos o chamavam de primo, minha mãe tinha uma consideração absurda para com ele e minha mãe dava mais presente a ele do que a mim: Ah... porque ele não tem, ah... porque ele não tem roupa, Ah... porque ele isso, Ah... porque ele aquilo. E eu dizia assim: não é a data do aniversário dele, a senhora não precisa está fazendo isso. E não querendo comprar, nem paparicar, é o jeito dela. Tem um tio meu que mal conversa, que mal gosta vida social, mas conversava com ele. Meu tio é muito idoso, perdeu o filho, e a gente estava lá no momento né?! Para dar atenção à família e tal. Então assim: meu tio gostava muito dele e a família inteira né?! Meus amigos acolheram.

Na academia eu apresentei para todo mundo. Essa pessoa começou a crescer academicamente por causa de mim, essa pessoa começou a respirar eventos acadêmicos por causa de mim. Comecei a fazer eventos acadêmicos para melhorar o currículo dessa pessoa. Posso lhe dizer que cuidei deste homem da pele à alma porque ele não acredita em Deus. Eu sou espírita. Levei ao centro

espírita, expliquei o que é o espiritismo, falei que não precisava ser espírita, mas que ele precisava ter uma relação com a espiritualidade dele.

Eu fazia evangelho no lar ele aceitava, lia também o evangelho segundo espiritismo comigo. As mensagens a gente debatia. Vamos pensar em crescimento moral, intelectual, espiritual, não necessariamente crer nos postulados de Allan Kardec. Se tivesse uma espinha eu comprava sabonete e fazia tudo. Enfim, eu fiz tudo. O que as minhas amigas falam, que são casadas: “Eu sou casada há não sei quantos anos eu nunca fiz 1/5 pelo meu marido do que você fez pra este homem em dois anos e meio”.

Fazia tudo! Se ele falasse: “Ah eu nunca mais comi salmão” No outro dia tinha salmão e eu não sei cozinhar. Comprava e levava salmão. “Ah porque eu não tenho isso” E eu fazia. E só fui despertar agora recentemente que ele era um gigolô. Só que não é aquele gigolô que pede o dinheiro. Ele sempre recusou dinheiro. Era aquele gigolô indireto que o tempo inteiro deixava claro que a lacuna existia e eu ia suprindo na tentativa de não humilhar, de ele não se sentir mais inferior do que já era, etc.

O plano foi armado e ele tinha que acompanhar o planejamento desse grande golpe que me daria. No segundo semestre quando ele já conhecia a minha família, quando a gente estava mais próximo, ele falou que estava com muita saudade, muita saudade e queria muito ir a Cuba, que é o país dele. E aí eu falei assim: Vamos a Cuba então, vamos matar a saudade da sua família. Minha vida financeira ficou assim, uma decadência, mas eu não abri mão de ir porque tinha prometido e fui.

Com sete meses de namoro, a gente foi a Cuba e passou o natal e réveillon lá. Esse foi o primeiro elemento do golpe. Eu não sei o que você sabe sobre Cuba, mas Cuba é um país extremamente pobre no que diz respeito às pessoas e às relações. Eles não são capitalistas então não passa propaganda na televisão para não estimular nenhum tipo de compra, mas eles são paupérrimos.

Tentando fazer uma analogia com nosso redor: eu moro com você então a gente só pode comprar no Bom Preço dois pães, se você quiser comer pão de manhã e de tarde você tem que dividir o pão ao meio. Agora está liberado para

que você compre na Perini todos os pães que você quiser e a gente sabe que a gente não tem o dinheiro para ir à Perini todos os dias. Então a gente sempre opta pelo Bom Preço. Todo mundo tem uma caderneta com o nome dos moradores da casa, isso é organizado pela família Castro e eles só podem comprar tudo regrado. São cinco ovos por mês, se bater um bolo problema seu, você fica sem comer ovo. São três dedinhos de óleo por pessoa, tudo é por pessoa, contado.

Levei um susto muito grande. Ele já tinha me dito como era a situação, mas quando cheguei lá eu chorava. Passei vinte e dois dias em Cuba. Eu chorava sempre, sempre porque fiquei chocada com aquela situação e as pessoas em uma subserviência: “Porque a família Castro é incrível”, todo mundo achando tudo muito ótimo e eu fiquei extasiada com o que vi. Falei a mãe dele: Olhe, voltar mais pra cá não viu?! A senhora vai ao Brasil visitar a gente, mas ele não volta mais para cá não.” Aí falei com o pai dele também. Os pais são separados: O senhor tem medo de viajar avião? Olhe, o senhor vai visitar a gente viu?! Porque ele não vai morar mais aqui não e eu também não venho para aqui não.

O tempo inteiro era para que a família estivesse aqui eventualmente visitando, mas deixando claro que eu não gostaria de que ele lá estivesse. Quando voltei em janeiro, começou o planejamento do segundo golpe. Abriu um concurso na UEFS e ele: “Eu preciso fazer o concurso porque meu doutorado está acabando e etc então eu preciso que você me ajude”. Eu falei: Claro! Eu posso ajudá-lo como? “Ah só tem problema: preciso ter visto permanente para fazer o concurso”. Eu falei: Ah! Tá bom. Então vamos conseguir o seu visto permanente. Como é que consegue? “Só tem duas maneiras de conseguir visto permanente: ou casando ou tendo filho”.

Eu fiquei entre a cruz e a espada porque ele já tinha relatado um outro relacionamento dele que foi o primeiro e, segundo o que ele me disse, a namorada falou: “Eu não vou casar. Você faça o que quiser para ficar aqui mas eu não vou casar com você”. Aí decidi fazer união estável e, nós não moramos juntos, eu continuei morando na minha casa, ele morando na casa dele, mas a gente fez união estável. As únicas pessoas que sabem dessa história, que

souberam, na época, foram minha mãe e minha irmã. Porque eu não contei a ninguém.

É tanto que meus amigos ficaram chocados: “Como é que você casou com nove meses de namoro?!” Eu falei “Não, mas eu não casei não gente! Eu só assinei um papel para ajudá-lo a fazer o concurso, não foi pra casar não!” A gente fez a união estável e ele começou a fazer os concursos. Viajei para todos interiores com ele para acompanhar e dar todo suporte emocional, conceitual porque algumas coisas eram ligadas à área pedagógica e tal. Eu tinha esse suporte muito mais que ele que é bacharel. É licenciado também, mas tem pouco essa questão de pedagogia. Dei todo esse respaldo como já falei: fiz slides, corrigia ortograficamente o memorial, os slides, o plano de aula que era entregue e fiz tudo que era possível.

Dentro dessas viagens todas, ele conseguiu ser aprovado em segundo lugar e, num dado momento, ele foi chamado para assumir lá em Cruz das Almas e começou a trabalhar. Enquanto a gente estava no processo de namoro os outros golpes foram aparecendo e aí o grande príncipe encantado do doutorado começou a aparecer como um algoz camuflado de um lorde que enganava todas as pessoas ao redor.

Durante dois anos e meio eu sofri tudo calada. Minha mãe e minha irmã só souberam no dia em que saí de casa dizendo: Vou terminar o relacionamento agora! E eu não consegui, durante o relacionamento, perceber que eu estava sofrendo violências. E tudo já estava as claras e eu percebia ou minimamente ou não via como uma violência e ficava numa espécie de compensação como “Poliana no mundo dos contentes”.

Das cinco violências da Lei Maria da Penha sofri as cinco: sofri violência física, violência moral, psicológica, patrimonial e sexual. Eu só não fui estuprada e espancada por este homem. Ele puxou meu braço, apertando, três vezes dentro do Bompreço do lado do Shopping Barra e fiquei completamente perplexa porque eu não esperava. Ele era extremamente calmo, aquele grande homem que fala manso, que fala bonito, que tem todo um jeito para se aproximar das pessoas e eu tenho certeza que mesmo depois deste

depoimento, se esse homem entrasse nessa sala você seria capaz de desconfiar de mim. Porque que é a máscara que ele usa e tem usado durante todos esses anos aqui.

As pessoas jamais vão entender a dor que eu sinto e acreditar no que ele fez comigo porque as pessoas que estão ao meu redor e que veem o sofrimento que tenho ficam perplexas por revisitarem toda a postura que ele teve socialmente. Então hoje eu acredito, sinceramente, que me relacionei com um sociopata. Porque ele tem todas as características, todas, todas, todas. E aí, além desses três momentos de segurar o braço, que era sempre na rua, não era dentro de casa. E a primeira vez que ele fez, eu falei: Largue meu braço porque aqui tem a Lei Maria da Penha, se a polícia passa aí, antes que você explique o que está acontecendo, você já foi agredido, já foi violentado.

Ele pedia mil desculpas que não era aquilo que ele ia fazer, etc... E a quarta violência física foi apertando minha mão, apertando bem forte para baixo. E eu dizendo: tá doendo, tá doendo, tá doendo. E a gente caminhando para ir até o carro. As pessoas inclusive olhando pra gente porque estava falando que estava doendo, no meio da rua. Ele não tinha medo algum de que acontecesse algo, alguém visse etc., porque ele sabia certamente que eu ia conduzir de outra maneira: Não, não é nada demais é porque ele tá nervoso e tal...

A violência patrimonial: ele bateu meu carro deu perda total. A gente sofreu um acidente que não foi nada demais, descendo a ladeira da Barra ele bateu meu carro e deu perda total. Eu passei anos com meu primeiro carro que era um carro usado e tinha comprado esse há menos de três anos. Então meu carro era muito novo. E eu tinha uma relação com o carro, assim... absurda. E aí ele bateu, ficou extremamente nervoso. Eu estava indo trabalhar, desci do carro, falei com o taxista. Ele encaixou no fundo do carro. Conversei com o taxista que tinha seguro, dei meu número, mostrei meu crachá do trabalho. Falei: Estou atrasada para o trabalho, preciso ir. Não posso dar atenção, mas não se preocupe... Aí marquei a tarde um horário para poder a gente conversar e tal...

Ele estava extremamente nervoso, descontrolado. Assumi o volante, acalmei, comecei a cantar pra ele, pra ele ficar calmo, deixando claro que era um bem

material, que graças a Deus não tinha acontecido nada com a gente. Fui ao trabalho, dei aula a manhã inteira como se nada tivesse acontecido. Ele saiu levando o carro, meu carro era um Peugeot. Como as peças são muito caras porque o carro é importado, graças a ele, hoje, eu tenho um carro nacional.

Tive que vender o carro porque o seguro não queria arcar com os gastos que eram absurdos, preferiu dar PT e vendeu pela tabela FIPE, aí eu recebi um valor e, esse valor foi o que me ajudou a dar entrada nesse carro, que é um carro nacional. Eu pago parcela do carro, seguro do carro, IPVA. Então assim... Bater o carro para mim não foi só a violência patrimonial o que ele me deu foi um grande desfalque na minha conta bancária. Além disso, de março a agosto a bolsa do doutorado dele estava suspensa e ele estava vivendo de economias.

E eu, uma mulher apaixonada, que não queria deixar faltar nada, sempre fazia o que eu podia. A gente não deixou de ter vida social. A gente saía, eu pagava, ele ficava: “Ah, não, porquê...” Eu falava: Calma, as coisas vão melhorar. Nós não somos um casal? Quando você tiver com dinheiro, você vai passar a pagar, nesse momento, eu pago. A gente não sempre dividiu as coisas?

E quando ele teve o dinheiro, esse ressarcimento não aconteceu. Então, por exemplo, quando ele defendeu o doutorado, que foi em março de 2016 a gente foi jantar no Lafaiete e eu paguei feliz da vida! Porque era o momento, a família dele não estava aqui, eu combinei para mãe e o irmão gravarem em um vídeo parabenizando, passei para ele esse vídeo, ele ficou muito emocionado e tal... Só tinha eu aqui para comemorar com ele, e aí a gente foi lá, jantou, enfim durante todo esse processo a gente continuou saindo.

Eu gosto muito de comer bem. Não abro mão de comer bem e de me vestir bem. Sempre estive com ele acompanhando, ajudando, parando tudo que eu podia. No momento que ele passou no concurso da UFxx e que ele estava com o dinheiro em mãos ele, em nenhum momento, me levou de novo aos mesmos restaurantes para dizer: “Pronto. Agora é a minha vez, vamos continuar” Não. Eram outros restaurantes quaisquer, mais baratos. Eu também nunca cobrei porque eu acho que cada um dá o que pode e eu dei o que eu pude.



A violência física, patrimonial, a violência sexual. Ele não me estuprou. Durante todo momento que a gente fez sexo, ele tinha o meu consentimento. Entretanto era sempre quando ele queria, os meus desejos sexuais não eram respeitados. Se eu falasse ele dizia que não estava bem, estava com a cabeça estranha, que alguma coisa tinha mudado entre a gente etc. Mas quando ele queria, ele nem perguntava. Ele levantava a coberta e a gente começa a fazer sexo. Dentre as vezes que ele passou dos limites no que diz respeito a esse tipo de relação desrespeitosa, ele estava falando que não sabia como é que a gente ia ficar porque eu era muito ciumenta, porque isso, porque aquilo e aí quando a gente acabou de fazer sexo, eu aí falei com ele e tal, a gente estava conversando. Ele chegou, me segurou, me afastou assim dele e falou: “Já foi melhor” Então até isso eu tive que ouvir dessa pessoa.

Violência psicológica: durante todo o tempo o que ele podia fazer para me diminuir ele fazia. Essa coisa mesmo do empoderamento ele fazia: “Ah... mas você não é empoderada. Você acha que você é porque você não é.” Então o tempo inteiro o que ele queria era puxar para baixo porque eu estava muito! Eu sou uma pessoa que quando vou aos espaços, acho que talvez pelo meu jeito, pela minha simpatia, as pessoas gostam de mim. Então das rodas das quais a gente participava, que eram de amigos dele, em geral sempre cubanos, as pessoas gostavam de mim. Falavam, etc.

Naquele momento, para todos, ele não dizia nada, mas no reservado ele passava a me diminuir, a me humilhar, a falar que não era bem assim, a discutir comigo sobre algumas situações. Assim, eu sempre passei por isso de inveja, de cobiça, em ambiente de trabalho, mas num relacionamento foi a primeira vez que eu vi um homem se sentir inferior a mim e fazer o sentido inverso porque tudo que eu fazia era pra enaltecê-lo, engrandecê-lo. E ele fazia o sentido inverso para me diminuir, para me humilhar, para me colocar para baixo mesmo.

Via isso, mas achava que ele estava se sentindo, como homem, porque sempre foi machista. Achava que fazia isso porque era bom para o ego dele e que não me abalava. Achava que não me abalava, que minhas questões estavam sendo mexidas e o desastre foi absurdo né?! E eu não conseguia ver

que era dentro do relacionamento. Tudo que ele podia fazer, fazia, para me colocar para baixo, para deixar claro que eu não era isso tudo. Na frente das pessoas quando estávamos em outro espaço, principalmente na casa dele, era quando ele efetivamente falava o que ele queria e era eu que ia escutar.

Quanto à violência moral ele começou a dizer que as pessoas estavam se afastando dele por causa de mim. Então eu era a pessoa inconveniente que estava fazendo com que os amigos dele, as amigas, as pessoas com as quais ele se relacionava se afastassem dele. Eu era culpada. Aí eu falei: Eu? Eu não tenho nada a ver com isso. Se você tá convidando e as pessoas não estão saindo é porque as pessoas não têm tempo ou gente tá no meio de uma crise nem todo mundo têm dinheiro para está sentando e gastando todo final de semana, enfim... As pessoas devem ter seus motivos. Mas a culpada era eu.

Durante todo o período que a gente esteve junto a gente sempre teve um diálogo muito tranquilo. E eu achava essas coisas pelas quais ele estava passando eram coisas porque ele tinha uma mulher do lado dele que era uma mulher empoderada. Eu não tenho outra palavra para dizer. Eu não sou uma mulher carente, não fico pedindo carinho, não fico pedindo atenção, não preciso que ninguém me dê dinheiro, não sou dependente financeiramente. Nem financeiramente, nem afetivamente, nem nada.

Acho que ele não se via como uma pessoa que poderia trazer, na mesma intensidade, o que eu trazia para vida dele. Então ele passava a me humilhar, a me maltratar, a fazer tudo que ele podia. Socialmente ele sempre tentava, principalmente perto da minha mãe, da minha irmã, da minha família, ele sempre tentava fazer da melhor maneira possível. Mas, algumas pessoas, por exemplo, algumas amigas, que são duas amigas que inclusive são testemunhas no processo, elas vivenciaram situações com ele.

Comecei a perceber que tudo que ele fazia era para me diminuir. Ele mora só e ele tem hábitos como uma pessoa que tem TOC, ninguém pode entrar na casa dele com sapato, entrar descalço. Ora, acho que isso é tranquilo para você fazer com uma pessoa que se relaciona. Mas, no momento, por exemplo, que

tem mais pessoas dentro de casa é complicado que você obrigue uma pessoa a tirar o sapato. Eu, inclusive, acho que é uma indelicadeza, mas enfim...

O tempo inteiro, a gente tinha algumas coisas que eu falava assim: “Não, pera aí” Aí brincava: Eu sei que você tem TOC, mas vamos controlar esse TOC, pera aí, não sei o quê... Então, por exemplo, eu recebi dois conhecidos meus, um casal, que foi levar o convite do casamento para mim, e eles dois entraram com sapato. E estava na hora de ele sair para fazer um concurso e ele já ia começar uma confusão. Eu falei: Olhe, vá fazer seu concurso em paz, pelo amor de Deus, não perca seu equilíbrio, você precisa fazer essa prova bem. Deixe que eu limpo a casa, passo pano, limpo, lavo, faço o que você quiser.

Sempre era alguma coisa assim. Ele tem que ser atendido, tem que ser atendido, tem que ser atendido. Eu sempre falei. A questão dele também era muito essa. Porque eu sempre falei, eu nunca deixei de falar. Fui extremamente apaixonada, eu nunca senti esse amor por ninguém, mas eu nunca perdi a lucidez de falar o que ele precisava ouvir.

Tinha que ser do jeito dele. E isso era com várias coisas: tem que tirar a cortina para lavar, tem que não sei o quê, tem que não sei o quê. O tempo inteiro. Aí eu lavava os pratos, ele ia lá e ajeitada do jeito dele. Porque eu lavei, mas eu não fiz... Então sempre eu estava devendo alguma coisa deixando de fazer algo, quem sabia fazer era ele, eu não sabia fazer. Foram muitas coisas que aconteceram, muitas coisas. E todas eram voltadas para você não sabe fazer. Quem vai fazer sou eu.

A leitura que faço como mais criticidade é: realmente, eu não sou uma mulher prendada. Então esse critério é um critério que ele vai ficar o tempo inteiro trazendo à baila porque se você me pedir para lavar roupa ou escrever um *paper* eu vou escrever um *paper*. Se você pedir para eu arrumar uma casa ou para fazer slides, para fazer uma apresentação oral, vou querer fazer slides. Então eu nunca fui uma pessoa prendada e ele tem muito isso: eu já vi que esse aqui é o calcanhar de Aquiles então é aqui que eu vou pegar.

Bem, passaram-se dois anos e meio de relacionamento. Os três últimos meses foram mais intensos. Por quê? Porque ele começou a mudar o comportamento

e eu não estava entendendo por quê. E, na minha cabeça, era por conta da situação, de ele está sem dinheiro, o dinheiro da poupança, das economias já estava acabando. Então como é que ele ia ficar? Como é que ia ser isso? Etc., etc., etc. E aí eu fiquei muito preocupada achando né!? Com medo mesmo de ele ficar assim mal, eu dizendo: Calma, calma. E nada adiantava.

Nos três últimos meses de relacionamento, eu fui: humilhada, maltratada, rejeitada, destrutada, traída. E esse foi o meu ápice. Porque ali foi o momento de eu dizer assim: Não preciso passar por isso. Três meses, os três meses finais, agosto, setembro e outubro. Foram três meses em que eu tinha uma relação com o meu emocional que nunca tive durante toda a minha vida. Pelas características que falo as psicólogas falam que eu já estava em depressão e não sabia.

Continuei, apesar de tudo, com o mesmo amor por ele, o mesmo. E dizia: Não, é porque você não está bem, é porque você está passando por alguns problemas, eu sempre tentava justificar essa postura dele. E passei por situações muito vexatórias, mas muito vexatórias. Nessa época ele fez dez anos aqui no Brasil. Gravei um vídeo como se fosse um Arquivo Confidencial do Faustão.

Entrevistei inúmeras pessoas: baianas, brasileiras, cubanas falando pra ele. Inclusive ele vai ter vergonha de mostrar esse vídeo para próxima namorada porque o vídeo começa com as pessoas falando de mim: “Que mulher incrível que você tem do seu lado! Que presente lindo!” E aí fala dele. Ou então fala sobre ele e depois me elogia: “Que pessoa maravilhosa! Que bom! Que mulher apaixonada!” O tempo inteiro os depoimentos são voltados para parabenizá-lo pela luta que foi conseguir ficar dez anos aqui e por mim, pela relação que a gente tinha e etc.

Quando eu mostrei esse vídeo para ele, todo mundo ficou emocionado, menos ele, menos ele. Inclusive coloquei pessoas que ele jamais pensou que eu ia procurá-las. Ele falou: “Meu Deus! Como você conseguiu?” E se mostrava chateado, assim: “Você mexeu com várias pessoas.” Como se tivesse com raiva de mim por eu ter procurado essas pessoas, que até hoje não consigo

decifrar esse enigma. “Você buliu com muita gente!” E eram pessoas da relação dele, eu não tinha relação com essas pessoas, meus amigos não falaram.

Da minha parte as pessoas que falaram: minha mãe, minha irmã, um primo que é muito próximo e esse meu tio com a família, só. Os outros depoimentos são da parte dele. Gravei com professor do doutorado, com orientador dele. Gravei com melhor amiga, com amigos. Fiz malabarismo. O vídeo ficou lindíssimo, extremamente poético, brincando com a área dele. Realmente não entendi a raiva que ele estava porque a frase dele é: “Você mexeu com muita gente”.

Realmente não entendi. Mostrei o vídeo, fiz um aniversário surpresa para ele, só apareceu uma pessoa. E várias foram convidadas. Também não entendi até hoje porque é que isso aconteceu. E ele também ficou muito decepcionado, falou: “Eu estou feliz porque eu nunca ganhei um aniversário surpresa, mas eu estou triste porque as pessoas não vieram.” E realmente não entendi porque é que elas não foram.

No último momento foi quando descobri a traição. Pra mim, eu não perdoou traição. Acho que traição é o maior desrespeito dentro de uma relação, o maior de todos. E eu me sentia perplexa porque ele estava em Cruz das Almas: segunda, terça e quarta. E estava comigo: quinta, sexta, sábado e domingo. E domingo, eu ia levá-lo na rodoviária. Não entendia em que momento isso acontecia. E aí o meu choque foi que era na hora do meu trabalho.

Ele ligava ou mandava *WhatsApp* e perguntava: “Você está aonde?” Aí eu dizia a unidade do trabalho. “Que Campus é?” Aí eu dizia o Campus. “Que horas é mesmo que você vai chegar?” Então existia toda uma arquitetura para que eu não desconfiasse nunca do que estava acontecendo. E, para mim, isso foi um golpe tão grande, tão grande. Porque assim: eu fui a melhor namorada, fui a melhor esposa, a melhor amiga, a melhor companheira, dito por ele! Então não consigo conceber ser melhor em tudo e passar por essa situação.

Fui terminar o relacionamento, pois três meses ouvindo humilhações. Na terça-feira antes do término ele falou: “Sua felicidade pode não ser comigo.” Aí eu fiz assim: Como é? Minha felicidade pode não ser com você? Não entendi. “Não...

Porque talvez não seja, não sei o quê e tal...” E essa foi a frase que eu usei para começar o diálogo. Cheguei lá, entreguei tudo que estava na minha casa. Devolvi presentes, mas eu não queria nenhum perto de mim, recolhi o que era meu que estava lá, apesar de também ter deixado outras coisas porque na hora a agonia foi tanta que eu realmente deixei outras coisas lá.

Comecei a conversa exatamente dizendo para ele: Que eu estava ali pra sepultar duas pessoas: o guapo adúltero e a guapa traída porque assim que agente se tratava, de guapo e guapa. Ele levou um susto e começou a conversar: “Que eu estava enganada, que não era isso, que não era aquilo, que não sei o quê, que não sei o quê” Eu falei: Durante os últimos três meses eu fui mal tratada, humilhada, rejeitada, destrutada e agora eu descobri que fui traída.

Ele negou a traição durante a manhã inteira. E ainda falei assim comigo: essa conversa vai ser muito rápida porque um homem que terça-feira falou comigo: “Sua felicidade pode não ser comigo” então eu vou chegar lá, recolher minhas coisas e sair. Não tem mais conversa. Ele não deseja o relacionamento. Para minha surpresa, essa conversa começou oito horas da manhã e acabou quatro horas da tarde com este homem aos prantos, pedindo perdão, que ele se enganou, que não era aquilo. Primeiro que negou o adultério. A manhã inteira ele negando, quando foi lá para uma hora, ele resolveu dizer que aconteceu. Mas que foi uma vez só, como todos os cretinos que assim falam, que foi uma vez só e que ele estava muito arrependido.

Qual foi o acordo que a gente tinha feito logo no início do relacionamento? Se alguém apaixonar por alguém, no meio da relação, a gente vai ter a hombridade de sentar, conversar com a pessoa. Então faltou essa hombridade da sua parte. “Não, mas eu não estou apaixonado por ela, não sinto nada por ela, não aconteceu nada, não é nada, não é nada...” Bem, eu saí de lá com a sensação de dever cumprido. Porque se eu tivesse terminado antes desses três meses, talvez hoje me arrependesse. No sentido de: eu não esgotei as possibilidades, eu não fiz tudo.

Ele estava passando por algum problema psicológico, eu poderia ter ajudado e saí da relação. E essa sensação, graças a Deus, não faz parte. Tenho a sensação de dever cumprido. Fiz tudo: melhorei o currículo, repaginei a pessoa, esteticamente, porque começou a se ver com outros olhos, vamos usar outro perfume, vamos usar outros óculos de sol, vamos se vestir dessa maneira né?! No caso: a gente pode se vestir dessa maneira, a gente pode comer de uma outra maneira. Então tudo que estava ao meu alcance eu fiz.

Infelizmente, não foi o suficiente para eu ser respeitada. Porque eu acho que o maior desrespeito que um homem pode fazer com uma mulher é trair. Porque não existe a possibilidade de você ter um relacionamento com uma pessoa de confiança e a pessoa está ali de maneira promíscua. Eu não quero isso pra mim e, a partir do momento que descobri, para mim foi a gota d'água e eu terminei o relacionamento e avisei a ele: Terça-feira, às 13 horas, você vá ao cartório onde fizemos a união estável porque a gente vai dissolver. Aí ele enlouqueceu. Por quê? Porque o golpe dele não tinha encerrado.

Ele esperava era chegar abril para ele ganhar a carteira definitiva de visto permanente no Brasil devido a tanto tempo de relacionamento. X tempo de relacionamento. E aí foi a outra violência que ele fez comigo. Ele pediu pra eu mentir para Polícia Federal do Brasil, para o mundo! Manter o casamento de fachada para poder ele ter esse visto em abril. Falei que eu jamais ia fazer isso. E aí ele chorava loucamente, falou: “Eu me ajoelho aos seus pés!” Eu disse: Ah, o que você deseja não é estabelecer um relacionamento, o que você deseja é o seu visto permanente. Agora eu consigo entender claramente como você arquitetou cada etapa do processo para conseguir.

O golpe foi quase perfeito. E aí ele se desesperou. Eu falei: Você sabe que eu trabalho com esse âmbito, então os textos já estão escritos, o advogado só vai assinar. E foi exatamente o que aconteceu, na terça-feira ele estava lá, com o irmão e a segunda amante do irmão, que aí já é um capítulo à parte dessa história. Ele chegou, dramatizando, como se o pedido fosse dele. Como se ele fosse o que estava pedindo a dissolução. Olhei assim para ele... Um teatro absurdo! A gente assinou.

Eu tinha um evento acadêmico na quarta-feira, trabalhei com uma máquina. A partir de quinta-feira, é como se a ficha caísse. Quinta-feira foi um dia que não levantei da cama o dia todo, todo! E aí na quinta a noite eu tinha uma saída pedagógica, tinha que ir trabalhar. Foi a única força que consegui. Tomei banho, fui trabalhar e voltei. E, a partir daí, eu entendi que essa seria minha vida, e é minha vida até hoje.

Hoje eu tomo quatro remédios para conseguir ficar em pé. Eu já troquei de psiquiatra três vezes porque os psiquiatras não conseguem encontrar a medicação correta para minha depressão. Graças à depressão, eu desenvolvi uma fobia social. Então eu não posso estar em lugares cheios, passo mal em shopping, e não só aqui porque eu fui à Maceió, no ano passado, e quase caio. Tive que ser amparada por minha mãe e minha irmã e um segurança porque eu ia cair. As pessoas vinham na minha direção e eu me desequilibrava. Comecei a tremer comecei, a ficar louca, com falta de ar, e ia caindo. Eles me ampararam para eu conseguir sentar.

Não tenho vida social. Não desejo que as pessoas me vejam. Não desejo encontrar essa pessoa. Não consigo entrar lá no doutorado. Tudo do doutorado quem resolve é minha mãe. Deixo minha mãe na porta, ela entra, assina tudo por mim, ou leva o papel, aí eu assino e mando por scanner ou peço para que ela leve lá porque não consigo entrar no doutorado. Meu exame de qualificação teve que ser feito em outra unidade porque eu não consigo entrar no doutorado.

Não saio, não vou a festas, nem familiares, inclusive. Para não dizer que eu não fui a uma festa, fui para o casamento de meu primo que é evangélico. Foi um casamento super cedo, eu só vi a cerimônia, quando os noivos saíram fui a primeira a cumprimentar e não fiquei para festa. Não consigo participar de eventos que tem muita gente. Então hoje, por exemplo, eu abri mão de estar no Fórum Social Mundial porque não consigo. Se for falar para pessoas eu consigo, com esse personagem que tenho. Fazer comunicações orais, participar de algum evento assim, mas não consigo estar num espaço em que as pessoas estão porque sinto um pavor absurdo das pessoas, apesar de que elas não sabem o que eu estou passando.



## O Público

Quando foi na quarta fui à Polícia Federal por quê? Com a união estável eu solicitei a permanência dele aqui no país inclusive, assino papéis dizendo que sou responsável por ele. Tenho que levar meus contracheques para deixar claro que até economicamente sou eu que vou arcar com as demandas e esse processo demora, demora muito. Vai a Brasília, Ministério das Relações Internacionais ou Exteriores, alguma coisa assim, esse processo demora muito, mas ele recebe uma carteira provisória. Então ele circula pelo Brasil, sai e entra com essa carteira provisória. E essa carteira provisória foi que o habilitou a fazer os concursos todos, a trabalhar, se fosse o caso, em uma rede privada, etc...

Eu não sabia o prazo que tinha para isso, mas ele sabia. E estava contando esse prazo. É tanto que no dia que a gente sentou para conversar e que eu terminei o relacionamento ele pediu para gente mentir até abril porque era em abril que ele ia finalmente conseguir a carteira permanente, a definitiva e eu não sabia. Aí tomei um choque, achei um absurdo mais uma vez, de ele pedir pra eu mentir para sociedade, mentir para Polícia Federal, mentir para todo mundo. Como se o relacionamento ainda continuasse, simplesmente porque ele queria essa carteira.

Tive que fazer um requerimento pedindo o cancelamento porque o meu pedido para permanência dele aqui era por conta da União Estável, se a União Estável não existe mais eu não posso mais ser responsável por essa pessoa nem tampouco ter meu nome lá na Polícia Federal, inclusive o advogado me orientou o seguinte: que se eu tivesse me casado ou feito união estável com algum outro estrangeiro a Polícia Federal poderia supor que eu estava vendendo visto permanente porque isso existe aqui.

Inclusive conheço vários cubanos que não são casados de verdade, é um casamento de fachada, eles pagam e a pessoa casa. Casa como se fosse uma relação homoafetiva, heteroafetiva, não importa. Mas eles fazem isso também aqui. Acredito que não só eles, outras nacionalidades também podem fazer, mas eu não conheço.

Então fui lá para pedir isso e lá eu fui muito mal tratada, na Polícia Federal o responsável é um homem extremamente arrogante, extremamente mal educado, grosseiro, indelicado e ele chegou a me dizer, me perguntar se eu estava querendo uma vingança. Falei que não era uma vingança não, mas que fui orientada pelo advogado para desfazer a relação: não podia ter meu nome lá, meus dados, minha assinatura, meus contracheques dizendo que eu era responsável por uma pessoa que eu não tinha mais nenhum tipo de relação.

Me senti muito mal nesse dia. Saí de lá chorando, muito triste porque não era minha intenção fazer uma coisa dessas nem tampouco passar por uma situação daquela. Me orientou. Redigi um requerimento, anexei o documento e entreguei. Passei a acompanhar pela internet e a Polícia Federal me omitiu inúmeras vezes, quando ia lá perguntar diziam que não era mais, não fazia mais parte da minha alçada. Perguntava como é que ia ficar sabendo. Respondiam: sua parte você já fez, não faz mais parte da sua alçada. Me tirando para que não soubesse. Inclusive ele falou: “Você sabe que se ele for chamado aqui e já tiver feito união estável com outra pessoa a gente não vai fazer nada né?!” Aí falei: Sim, não tem problema nenhum que ele faça união estável com outra pessoa, mas eu não quero mais meu nome vinculado ao nome dele. Aí ele falou: “Ah, tudo bem” e recebeu o requerimento. Mas eram informações que não eram dadas, era uma coisa bem fechada, velada.

A Polícia Federal sabia tudo o que estava acontecendo e não agia, não tinha vontade de agir. Eu também não sei quantos estrangeiros estão nessa situação e ele só é mais um e a Polícia Federal não vai ficar como se fosse a caça às bruxas. Aí escrevi uma procuração para me representar e receber informação e eles lá falaram que o pessoal de Brasília não tinha mandado nada ainda.

Passei a acompanhar pela internet e falei tanto com o pessoal de Brasília que cheguei a dizer: Eu pego um avião aqui e vou a Brasília resolver isso. Aí eles falaram: “Mas nós não fazemos atendimento ao público”. Escrevi para a ouvidoria inúmeras vezes e o pessoal do Ministério *printou* para mim a página deixando claro que eles já tinham mandado para Polícia Federal daqui e a Polícia Federal estava omitindo essa informação para mim, se eu perguntasse, se eu ligasse, eles não diziam.

Diziam que não podia falar mais nada, que não era mais minha parte. Aí a advogada foi tentou resolver, assim dando a carteira da OAB, mostrando a procuração, me representando e eles também engabelando, dizendo: É, tá resolvendo. Usando verbos no gerúndio e deixando claro que não tivesse pressa porque isso é uma coisa morosa mesmo e por eles não tem celeridade nenhuma para acontecer. Então sinceramente fiquei muito decepcionada com a Polícia Federal porque achei omissa, inerte. Porque uma coisa é você não saber, outra coisa é a pessoa lhe dar ali e você não agir.

Naquele momento ele era ilegal e a Polícia Federal não fez nada, nada, absolutamente nada. Eu não sei dizer também como é que ficou a questão do concurso que ele fez da Universidade Federal porque ele também entrou com esse documento e aí para renovar ele teria que continuar, como a carteira não foi retirada ele poderia usar essa mesma carteira e está ilegal também trabalhando porque só pode trabalhar quem tem visto permanente para ficar aqui.

Se, por exemplo, ele renovou o contrato, ele renovou com a carteira que não tinha mais validade. Porque a partir do momento, e essa foi a orientação que o advogado me deu, a partir do momento que eu entreguei a documentação na Polícia Federal eu já não faço mais parte do processo, que eu pudesse ficar tranquila. E realmente fiquei nesse sentido, mas que ele estaria com a carteira em mãos e estaria usando para fazer outros concursos, para trabalhar na rede privada e está no Brasil sem ter a legalidade efetiva porque na época ele não era mais aluno da UFBA, não tinha mais a União Estável e continuava aqui como continua até hoje.

Eu demorei muito para abrir o processo, por não ter coragem, por me sentir invadida, por expor minha vida porque querendo ou não eu expus para duas promotoras, para duas delegadas, para agente que registrou. Estava me sentindo muito mal com isso tudo, mas decidi fazer. Registrei o BO na DEAM de Brotas e quando elas leram a delegada sugeriu que eu constituísse advogado para peticionar a queixa crime e foi o que fiz. Então constituí advogado, ele registrou, elaborou a notícia crime e a gente abriu o processo.

A gente abriu o processo pelo JECRIM e aí a primeira audiência foi uma audiência que aconteceu no ano passado. Foi o único dia que eu vi este homem desde que tudo aconteceu. E o advogado de defesa dele disse que o meu prazo já tinha expirado, foi o único argumento que ele utilizou. O meu advogado solicitou que fosse encaminhado o processo para a Vara competente e foi o que aconteceu. Então foi levado para aquela Vara que tem vários crimes que é em Sussuarana e aí quando foi para lá era para ter distribuído para uma das Varas: primeira, segunda ou terceira. Foi lá que meu processo foi perdido e meu processo foi físico.

Como vi demorar muito, fui ao fórum e perguntei: olha meu processo tá demorando e tal... Eu gostaria de saber, ter uma orientação, o Sr. me desculpe, eu não sei como é a tramitação e aí ele falou assim: “ Não, seu processo não tá mais aqui não. Aqui ó, já foi recebido (e aí ele imprimiu o papel e me deu), já foi recebido em tal lugar, por tal pessoa.” Aí fui a esse lugar. Rodei o CAB três vezes e passei pela frente desse lugar duas sem saber onde era. Quando consegui achar, fui lá. Procuraram o processo e não sabiam onde estava então eu vi cinco pessoas feito barata tonta procurando um processo e não achavam e aí a responsável pediu meu número e disse que ia me ligar dentro de dois dias e ela não me ligou.

Retornei lá na semana seguinte e eles já me reconheceram e disseram: “Já achamos seu processo” eu falei: Ah foi?! Que bom. “Se você não estiver com muita pressa aguarda aí que eu já vou fazer a distribuição” Eu falei: Com certeza. Entendo que tudo tem que ter muita paciência, muita resiliência. Eu sentei e esperei. O processo foi distribuído para Segunda Vara em dezembro, a gente tá em maio e o processo está parado. Tem mais ou menos duas semanas o pessoal do GEDEM me ligou porque eu também fui ao GEDEM, registrei tudo lá, conversei com a promotora e tal. O pessoal me ligou para saber como é que estava, como as coisas tinham sido encaminhadas e aí eu falei que o processo estava parado ficaram de ver a possibilidade de uma solicitação do Ministério Público, para uma intervenção, para ver se existe alguma possibilidade de adiantar.

Eu entendo, são inúmeros processos, mas tá demorando demais, demais e essa morosidade não me desanima no sentido assim: eu não vou voltar atrás, eu não vou desistir, mas querendo ou não é uma coisa que vai protelando e vai desgastando. Eu tento não ficar tensa com isso, mas eu não consigo. Eu tento não ficar pensando nessas coisas, mas eu penso.

Hoje o meu processo está na Segunda Vara e eu estou aguardando que a audiência seja marcada para ter, mais uma vez, infelizmente, um encontro com esta pessoa. O que acho péssimo. Acho que esse tipo de crime deveria ser reservado à vítima o não contato. Lá no JECRIM, ele levou: a mãe, a irmã, o irmão, a melhor amiga, a nova namorada, que é uma coroa muito coroa, uma amiga dessa namorada, mais o advogado. Eram sete pessoas com ele. Eu esperei que a carreta passasse para poder entrar na sala e ser ouvida pela mediadora. Ser ouvida não, ser atendida, porque só quem fala nesse momento são os advogados.

Fui ao GEDEM. Escrevi um e-mail, na verdade, com todas as violências que passei. Comecei a escrever para entender, pena inclusive que eu só fui conhecer depois que se chama *gaslight* que é... Ele me chamava de maluca, que eu estava maluca, que eu estava doida, que ele não falou isso, de onde é que eu tirei isso? Que ele nunca falou isso. Então tenho tudo registrado, tudo. Esse e-mail descrito. Estive com a coordenadora falei a ela que naquele momento não tinha condição de dizer nada, se ela se incomodava de ler, e aí ela leu o e-mail, orientou, falou sobre a questão do acompanhamento psicológico e tal...

Eu não queria ir à psiquiatra, não queria ir ao psicólogo. Não queria tomar remédio. Achava que eu ia superar isso sozinha, que com três meses, no máximo - eu me dei esse prazo - com três meses, no máximo, eu já estou pesando diferente etc. Isso já tem um ano e meio e eu digo a você que continuo no mesmo lugar. Como se ontem eu tivesse saído do cartório e feito a dissolução da União Estável. Não consigo sair deste lugar onde estou. Espero nova audiência. Espero que o processo seja exitoso para mim e desejo que ele seja punido. A quantidade de mulheres que já passaram por este homem é uma quantidade absurda! Eu estou trazendo palavras dele, foi ele quem me

disse isso. Acho que cada mulher que é violentada e silencia, dá espaço para que outro corpo seja marcado. Eu não desejo que outras mulheres passem pelo que passei. Então ele precisa ser chamado à responsabilidade.

Gostaria muito, o meu desejo, a minha vontade, era que da Vara de Violência Contra a Mulher que agora é da Justiça pela Paz em Casa, infelizmente essa nova nomenclatura foi estabelecida, eu gostaria que ele fosse convidado a ir à Polícia Federal, que a Polícia Federal estivesse ciente de tudo que ele tem feito aqui, e que ele fosse extraditado do meu país.

Esse seria meu sonho. Se alguém me perguntasse: “Qual é o seu sonho?” Eu falaria esse. Mas, infelizmente, acho que não vai ser realizado. Desejo que ele seja punido. E a punição, segundo a lei, é ser preso, o que não vai acontecer também porque ele é réu primário. O advogado de defesa vai recorrer. Têm todos esses trâmites jurídicos. Espero que, no mínimo, ele tenha que pagar cestas básicas para a comunidade, mas que ele seja devidamente sentenciado e que o processo receba aquele carimbo de arquivado definitivamente. A partir do momento que o advogado dele não vai poder mais recorrer.

Poderia abrir outro processo pela Vara Cível (por conta do carro). E fiquei muito contente com esse novo Código de Processo Civil porque senão o meu carro ia ser meu e dele. Porque quando comprei esse carro a gente ainda tinha a União Estável, mas segundo o novo Código Civil, graças a Deus, para um casal ter os bens divididos significa que ambos precisam dar uma colaboração financeira e ele não deu colaboração nenhuma. Até porque ele não tinha, na época, e, mesmo que tivesse, não acredito que quisesse arcar com isso.

Eu me senti muito feliz e acolhida dentro do GEDEM, pelas pessoas que me ouviram. Eu também fui muito bem tratada na DEAM, pela delegada e pelas pessoas também que estavam ali ao meu redor. Graças a Deus, foram dois espaços em que eu me vi acolhida, apesar de ouvir histórias que não coadunam com essa minha experiência. Entendo que a Lei Maria da Penha tem lacunas, mas acredito que falar de violência contra a mulher é falar de um âmbito do privado então, só a gente sabe o que passou dentro de casa, dentro de um quarto. E, para esses relatos, eu não vou ter um testemunho.

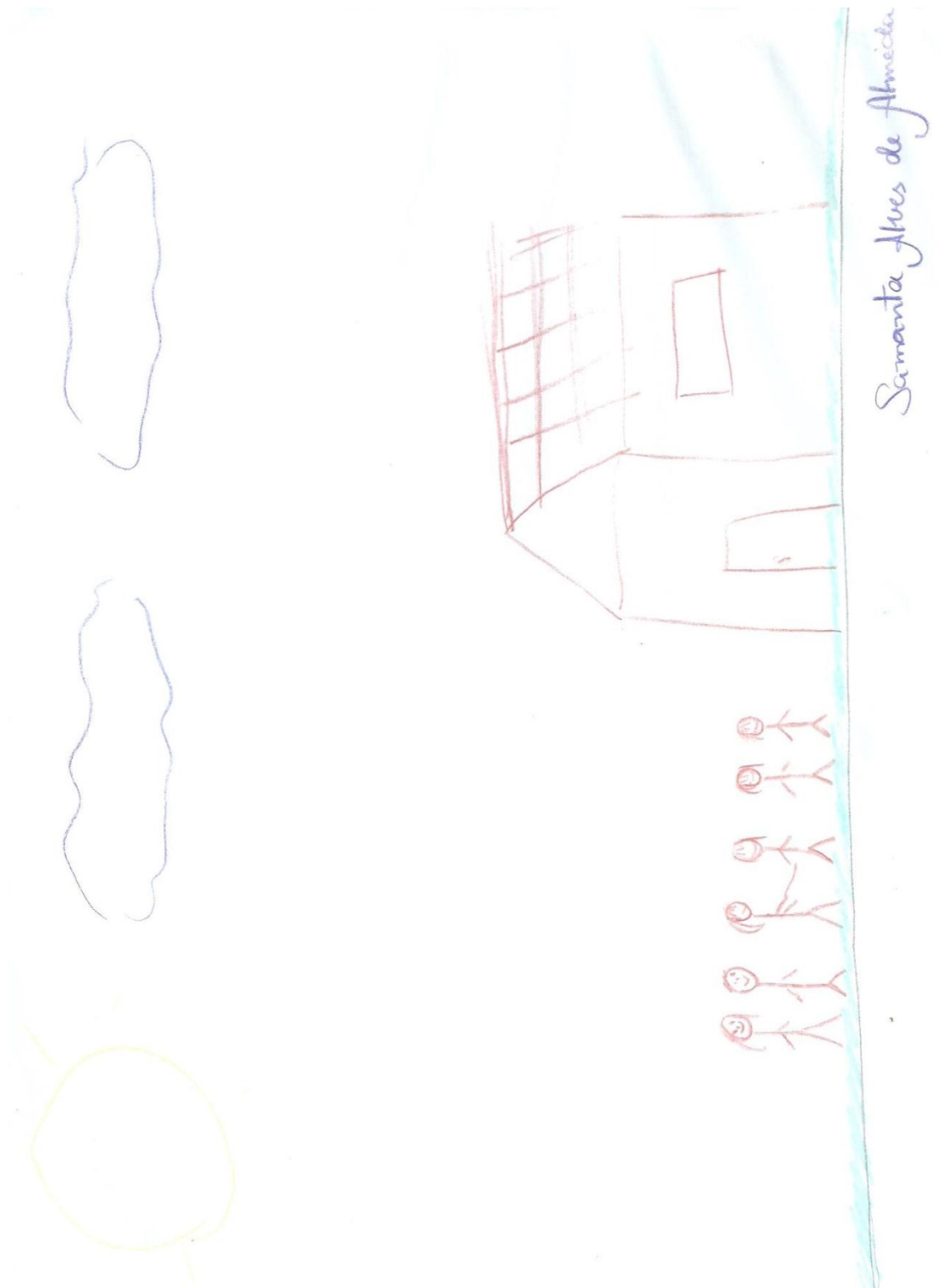
O que as minhas amigas falarão elas viram, elas presenciaram publicamente, mas inúmeras coisas pelas quais eu passei, só eu vivi. A primeira vez que disse a esse homem: Eu te amo, um ano depois, foi um ano depois de relacionamento, ele disse que não podia dizer que me amava porque não tinha dado um filho para ele. E eu já tinha decidido para minha vida que eu não seria mãe como eu não desejo ser. E, no meio do caminho, eu abri mão, eu disse que ia parir. (silêncio)

Várias coisas aconteceram e só eu escutei. Não tenho como trazer um relato oral gravado porque jamais ia pensar que essas agressões verbais fossem repetidas e me destruíssem como pessoa. E hoje vejo o tamanho do estrago que isso foi. Dois anos e meio passando por isso e eu lutando, fazendo de conta que não era, que eu não estava passando.

Não... Graças a Deus ele não bebe, não faz escândalo na rua, graças a Deus ele não é mulhengo, porque eu achava que não era, graças a Deus ele não me trai, porque eu achava que não me traía. Então, o tempo inteiro era meio que: tem tanta coisa pior, é só isso que ele fica falando... Não tem nada não! Deixa ele falar! E achava que isso não estava me afetando. Hoje vejo o tamanho do estrago que é absurdo!

Não tive nenhum relacionamento depois dele, já tem um ano e meio disso e não tenho perspectiva nenhuma de me relacionar com alguém estando com esse abalo emocional que estou. Com essa desconfiança, com essa situação tão complicada para mim. Eu realmente não sei lidar com isso. Eu posso ter muita inteligência cognitiva, mas confesso que não tenho inteligência emocional. Eu não tenho. Espero e desejo realmente sair disso, graças a Deus parece que uma medicação que o psiquiatra passou agora está fazendo efeito. Não estou bem, mas eu estou menos pior. Não digo nem um pouco melhor eu acho que estou menos pior. É isso... Acho que é isso. (grifos meus).

### 4.4 – A história de Samanta





Samanta, 39 anos , raça humana, policial, cristã.

Para Samanta:

Estar presa, impotente,  
violentada internamente.  
Ser revitimizada, difamada, caluniada  
e buscar seguir em frente  
desmentido essa gente que  
ardilosamente só quer o mal fazer.  
Semear o benfazejo  
mantendo o desejo de feliz ser.

Bárbara Pontes.

## O Privado

Eu sou Samanta. Tenho 39 anos. Entrei na polícia em 2005 e meu primeiro marido terminou comigo porque ele não queria que eu entrasse na polícia. Cerca de um ano depois conheci meu segundo companheiro. Foi num evento entre amigos, um amigo meu me levou para um aniversário. E aí nos conhecemos. Ele inclusive, no dia, tinha me dado até carona porque eu ia voltar com esse meu amigo que escolheu ficar até mais tarde, eu estava cansada, e ele me ofereceu uma carona. Fomos com outra pessoa no carro ele me pediu que o acompanhasse a levar primeiro esse colega e depois me deixaria no condomínio. Trocamos telefone, nos falamos uma semana mais ou menos quando a gente combinou de sairmos juntos.

Ele me levou para o meio dos amigos dele, eu à época fazia faculdade de economia, estava terminando o curso quando entrei na polícia. Tinha as responsabilidades de mãe porque eu já tinha uma filha do meu primeiro marido, mas que sempre tive o suporte de minha mãe por ser filha única. Sempre assumindo total responsabilidade sobre o processo educacional da minha filha, as despesas financeiras enfim... Tudo o que é relacionado. Como dou o suporte necessário que minha mãe precisa desde financeiro, não que ela precise de mim, mas às vezes, eu preciso gerir algumas coisas dela: comercial, jurídica, emocional, afetiva. É como se eu me tornasse mãe da minha mãe.

Entre amigos sempre fui uma pessoa bastante querida, sou uma pessoa bastante seletiva com relação as minhas amizades e depois da polícia tive que ser mais ainda porque tinha amigos que começaram a ter hábitos que não eram condizentes com a minha atividade então, às vezes, a gente para precaver, a gente não faz parte, não pode estar mais em todos os ambientes, até por uma questão de segurança pessoal.

Conheci ele, fui para roda de amigos dele, onde conheci os mais próximos. Todo mundo gostou de mim. Ele na verdade tinha terminado um noivado em 2004, ele namorava com uma menina que era estrangeira, mas era filha de brasileiros, de migrantes, nasceu nos Estados Unidos e ela sempre vinha para cá e passava dois, três meses fazendo intercâmbio.

Ele conheceu ela numa viagem que eles fizeram para Morro de São Paulo aí instalou ela dentro de casa toda vez que ela vinha. Para ela era uma facilidade, porque tinha casa, comida, ele como motorista, chofer dela né?! Então ela passava o período de intercâmbio aqui e aí eles ficaram namorando assim à distância. Quando ele se formou, que ele quis ir para os Estados Unidos em 2004. Ela simplesmente terminou o relacionamento com ele por telefone dizendo que tinha contraído doença sexualmente transmissível, que ele tinha sido responsável. Ele já tinha comprado aliança, ficou paranoico, depressivo.

Nós temos um biótipo assim bem semelhante: olhos claros, meu cabelo era castanho, estatura, biótipo e aí quando eles me viram, a família dele e amigos, eles fizeram o link, mas eu não sabia do contexto. Só vim a saber tempos posteriores. E aí, quando o conheci, eu era a oitava maravilha do mundo porque ele estava no momento de carência, estava se relacionando com pessoas de comportamentos assim... Que a família não aceitava.

E aí tudo caminhando muito bem. Pouco tempo depois da gente tá namorando eu comecei a ir aos finais de semana para casa dele. Muitas vezes minha filha, quando não ia com pai, estava na nossa companhia. E aos finais de semana os pais dele, às vezes iam para casa de Areias e aí a gente ficava na casa, praticamente só nós três.

Tudo tranquilo até o momento em que ele começou a implicar com meu ex-marido porque a gente tinha um relacionamento, a gente se comunicava, meu ex frequentava a minha casa porque ele tinha um bom relacionamento com minha mãe e porque a gente nunca tinha tido nenhum problema de briga, e aí por causa do ciúme dele a gente começou a entrar em atrito, eu e meu ex-marido. Porque justamente tentando trazer uma resolução para o meu problema pedi ao meu ex-marido que evitasse estar tanto na minha casa, que ele fosse buscar, avisasse porque às vezes eu e meu companheiro chegávamos em casa e ele estava lá para ir buscar nossa filha entendeu?

Nisso, meu ex começou a pirraçar ele, uma vez meu companheiro tinha me deixado em casa e pouco tempo depois meu ex chegou. Aí eu falei com ele: Por gentileza, não me leve a mal, mas se você puder retornar daqui algum tempo, meu companheiro está vindo aí, para não ter problemas entendeu? Ele é uma pessoa ciumenta e eu entendo os motivos dele, talvez, se fosse na

mesma situação, eu não iria gostar. Aí ele se chateou, desceu. Na hora que meu companheiro chegou meu ex foi no meu portão, abriu e subiu e meu companheiro lá em baixo me esperando, aí eu desci e foi outro motivo de briga.

A partir daquele momento ele já me criava restrições para voltar para casa, eu já ia permanecendo, morando com ele porque ele era ciumento. E aí você começa a entrar no ciclo vicioso né?! Eu não ia nem na esquina comprar um pão sem ele. Todos os lugares ele me levava e ia me buscar.

A gente desenvolveu algumas atividades comerciais e, paralelo ao nosso relacionamento, a gente tinha uma facção de produtos esportivos, biquínis de praia. A gente comprava na representação, sunga, tudo que era originário de esporte porque ele trabalha com educação física. Então eu fazia o meu roteiro no horário que ele estava trabalhando, no roteiro comercial também. Eu pegava, botava as mercadorias e aí a gente ia adequando o roteiro de vendas no momento que eu não estava na polícia.

Ele ia me buscar e o restante do itinerário a gente fazia em paralelo, mas eu não percebia que ele me controlava tanto porque eu achava que era uma otimização né?! Eu achava que estava vivendo na verdade, um relacionamento amadurecido, que estava dentro daquela relação buscando otimizar os espaços para que a gente tivesse resultado juntos. E aí alguns comportamentos foram mudando por interferência do irmão dele.

Ele tem um irmão que é dez meses mais velho. Tem alguns traços, quando são crianças gêmeas, quando são crianças de idade simétrica que o mais velho é independente e o mais novo se torna dependente e isso interfere, se a família não tiver cuidado, que não tiveram, cria problemas. Eles têm um tipo de rivalidade e eu não conhecia esse contexto. Eu fui conhecer depois da evolução do relacionamento.

O irmão passou no concurso do CFO para ser oficial da polícia, meu companheiro fez e não passou. E isso foi um ponto de discriminação muito grande entre os pais dele. Tanto é que ele foi ser professor de educação física, foi fazer o vestibular escondido. Quando passou na faculdade a família não aceitava porque achava que ele tinha que ser igual ao irmão porque senão não prestava. Tanto é que não foram nem para formatura dele, não foram quando

ele se fez especialização, não participaram. Quando eu o conheci ele estava justamente nesse momento do Patinho Feio, uma pessoa desacreditada que não acreditava nem em si próprio.

Três meses depois de relacionamento ele perdeu todos os empregos. Então eu entrei na relação dando valores, atribuindo e eu já tinha vindo, antes de trabalhar na polícia, trabalhei no aeroporto, fiz curso de comissária de voo, tomei curso de aeronave em várias empresas, trabalhei no setor financeiro e pessoal de uma empresa parceira da Claro, fui gerente norte/nordeste nessa área então fui meio *coaching* para ele: ensinando a fazer um portfólio de apresentação de serviço - ele é *personal trainer* - desde vestuário, como ele deveria fazer uma padronização dos vestimentos, ajudei a desenvolver, fiz para ele um sistemazinho simples no Excel de avaliação, desde avaliação individual como coletiva.

O irmão, um tempo depois, conseguiu até encaixar ele como professor na academia da polícia onde hoje ele tem uma rede de conhecimento *network* grande e que veio a me prejudicar também. Eu vou explicar isso mais à frente. Então todo o suporte de uma mulher, no sentido de trazer um resultado justamente porque eu estava construindo uma família com ele, a gente estava buscando e algumas coisas que eu estava passando eu não conseguia visualizar como violência doméstica.

Em razão dessa rivalidade que eu lhe contei dele e do irmão, meu companheiro passou a ser *office boy* da família, completamente dependente, misturava o dinheiro dele com o dinheiro da família, às vezes a mãe brigava achando que ele tinha gastado demais e às vezes ele pegava o dinheiro dele, cobria. Não tinha aquela organização e aí quando ele começou a me ouvir, a gente desenvolver essas atividades, ele passou a ter uma independência, começou daí a causar um desconforto porque uma pessoa que tá trabalhando já não pode atender todas as necessidades dos quebra galhos de todo mundo.

Acharam que eu estaria, digamos assim, que estava sendo muito centralizadora, controladora dele. Na verdade não era, era o contrário e eu estava só direcionando aquele controle que ele estava fazendo comigo de uma forma que nos trouxesse resultado já que a gente, a gente nunca brigou, quando a gente brigou foi realmente para se separar. Vivíamos muito bem!

Quando houve essa intervenção da família, mexendo com o ego, dizendo que eu era controladora, que ele já não tinha mais tempo para família dele porque estava ocupado resolvendo as coisas, as necessidades dele, ele já tinha absorvido um monte de trabalho. Enfim, e aí esse irmão começou a dizer que tinha um conhecimento do meu histórico, histórico esse que eu não sei o que é.

Algum tempo depois, o comportamento da mãe já tinha mudado comigo, a gente brigou em abril, março. A gente tinha brigado justamente por causa dessa interferência, justamente por causa da família, mas aí ele viu que não era nada daquilo e a gente voltou. A família ficava meio que pressionando. Teve o casamento do irmão, e eu até participei, não como madrinha de casamento mais como uma daquelas testemunhas. No dia do casamento, foi um sábado, eu não tomei o anticoncepcional no domingo porque o casamento terminou no sábado de noite e aí teve festa em Jauá e a gente foi direto, eu acabei esquecendo porque tinha ficado na casa onde a gente morava.

No outro dia, na segunda-feira eu tomei as duas pílulas, mas assim... Minha filha, que eu tenho com esse relacionamento, ela não tinha nada para nascer porque eu já usava anticoncepcional há nove anos, tenho ovário policístico, dois miomas, não tomei aquela vacina - sou A negativo - não tomei a vacina e Maria é AB positivo. Tive rejeição dela, de placas, ter que tomar remédio no final da gravidez para que ela terminasse. E aí a gente descobriu que eu estava grávida na véspera do Dia dos Namorados, meu companheiro já estava diferente comigo.

A ex-namorada dele já vinha se comunicando com minha ex-cunhada que é uma pessoa assim, extremamente interesseira, materialmente, financeiramente. Uma pessoa que tinha um desequilíbrio financeiro muito grande, onde ela fazia dívidas enormes: mais onze, quinze mil. E botava a mãe para pagar. Usava o cartão de crédito da mamãe e de fez a mãe, sem saber, pagar a conta de telefone dela e do namorado, aquele plano controle que vem duas contas em uma.

Quando a mãe dele estava num arrocho financeiro, meu companheiro disse assim: “Minha mãe, fala com Samanta que ela dá uma organizada na sua vida financeira, ela fez isso comigo e hoje eu tenho equilíbrio financeiro graças as orientações dela”

Ela me chamou, quando eu comecei a organizar as contas, vi o que ela estava fazendo com a mãe que começou a me confidenciar que já tinha uma dívida de quinze mil porque ela teve que pegar dinheiro com agiota para poder pagar, que já teve outras dívidas, e que naquele momento que ela estava me chamando tinha onze mil de gasto criado pela filha. Quando vi a conta do telefone que ela estava ainda pagando para o namorado, aí a mãe se irritou, brigou com ela e tudo mais. Eu despertei um ódio nessa minha ex-cunhada que já começou a, de forma maliciosa, promover essa reaproximação.

Meu companheiro tinha uma relação mal acabada com ela e isso trás, às vezes, confusão né?! Nos sentimentos das pessoas. E ela, de forma ardil, quando a mulher chegou, eu grávida de quase seis meses, ela veio em agosto, 3 de agosto, a irmã simplesmente promoveu um encontro dela, na casa da minha sogra em Areias, onde tinha visitas. Onde todo mundo presenciou esse reencontro, a princípio como amigos, mas em meu companheiro floresceu aquele sentimento de ele tentar uma reconciliação com ela.

Eu invadi o e-mail, invadi não, ele na verdade deixou aberto no computador e eu, como estava aberto, tive a oportunidade de fuçar e descobrir né?! Ele dizia, inclusive eu encaminhei para o meu e-mail, que só ia esperar que minha filha nascesse para terminar o relacionamento. Para tentar ter a guarda dela, tentar ficar com a minha filha e que ele queria que ela viesse.

Quando li aquilo, o choque emocional, liguei para ele. A gente discutiu por telefone. A mãe dele subiu horas depois, foi dia 26 de agosto isso. Mas antes, quando eu tinha brigado com ele, que ainda não tinha visto esse e-mail, a gente brigou porque eu descobri que ele tinha feito esse almoço a distância, a gente terminou. Depois de uns três dias ele, não sei se ele se arrependeu ou se era estratégia dele, me pediu desculpa disse que só tinha ido ver como amiga que na verdade não me levou porque ia afetar minha gravidez, que eu não ia entender...

Eu acabei voltando para ele. Quatorze dias depois meu ex-cunhado, que tinha feito o primeiro almoço na casa da minha sogra, fez na casa dele porque a filha dele tinha nascido, para apresentar a menina, fez um almoço. Meu companheiro novamente tinha me deixado em casa sozinha e foi e meu cunhado deixou pistas para que eu descobrisse. Como ele deixou pistas,



naturalmente eu descobri. Isso aconteceu no dia dezessete de agosto. Dia vinte e seis meu companheiro esqueceu o e-mail conectado no computador de casa e eu tive acesso. Li e liguei para ele, briguei com ele.

Ele ainda estava na rua, ele prontamente contou a mamãe, quando ele chegou. Subiram. Antes eu morava embaixo, com a gravidez a gente fez a casa em cima, a ampliação da casa em cima, só tinha um quarto pronto e aí a gente fez a divisória, a parte elétrica, já estava reformando a sala e o quarto da nossa filha que estava para chegar. Foi quando a mãe dele subiu e se meteu na briga dizendo que eu era muito controladora, que eu era muito ciumenta, e que estava orando, pedindo a Deus que arrebatasse a vida da minha filha se ela não fosse para trazer paz.

Aquilo me trouxe um choque tão grande que eu respondi a ela, eu disse assim: Minha sogra, a senhora não tem noção que a senhora não soube educar seu filho a ser homem, a senhora ensinou o seu filho a ser um moleque. Eu não tenho nada a lhe dizer, seu comportamento, o que a senhora falou agora já diz quem a senhora é. Eu não quero mais conta com nenhum de vocês, eu só vou ficar aqui na casa até o tempo de vocês me pagarem o que eu gastei aqui porque eu sou concursada e posso tirar um apartamento no meu nome. Só não quer sair de forma correndo, até porque os errados aqui são vocês. O meu dinheiro está empregado aqui nessa casa. Eu vou me habilitar no processo da Conder para tirar o imóvel, vou viver a minha vida. Com seu filho eu não quero mais nada.

Quando eu disse isso eles desceram. Meu companheiro dormiu lá embaixo, eu dormi sozinha, nem dormi naquela noite. Aí ele foi me levar no trabalho, nessa de me levar no trabalho, ele tentou tomar a chave do carro em movimento. Eu abri a porta do carro e disse a ele que ia sair se ele não parasse. Quando ele viu que eu abrir a porta do carro, parou, eu desci, saí e fui para o meu trabalho de ônibus. Quando eu ia voltar de noite, naquele mesmo dia, minha filha tinha sofrido um acidente: foi brincar de cabra-cega e o dente tinha soltado, ela estava na casa de minha mãe, aí eu passei a madrugada de novo na emergência. Quando eu chego no dia 28 na casa onde a gente morava, as minhas coisas pessoais estavam todas empilhadas, jogadas pela casa.

Chega meu ex-cunhado dizendo que era para eu entregar as chaves. As chaves eu guardo até hoje que tem a impressão digital de todos nós. Que eu iria sair da casa por bem ou por mal, me cobrou hierarquia e disciplina, que eu não chamasse ele pelo apelido, que ali ele era o tenente. Eu pedi permissão a ele para ligar para o meu comandante, informar que eu não estaria indo para o trabalho. Ele disse que se eu não saísse ele ia jogar as coisas pela janela.

Meu companheiro pegou algumas coisas, alguns pertences meus, coisas de necessidade mais básicas, me levou para o ponto comercial de minha mãe para deixar as coisas lá. Eu tinha conversado com minha mãe, liguei para ela e disse: Minha mãe estou passando por isso e isso, mas gostaria que a senhora não se envolvesse, quero ver até onde essas pessoas irão, qual vai ser as atitudes dela. Aí minha mãe: “Menina volte pra casa” Eu disse: Não minha mãe a senhora sabe que eu vou voltar, mas eu quero ver o nível dessas pessoas. Ela disse assim: “Não, você está querendo? Tá”.

A gente foi, pegou, deixou lá em Mussurunga. Naquele momento ele começou a se arrepender do que ele estava fazendo e aí ele disse assim: “Olha, vou te levar pra casa de um amigo meu até eu providenciar um aluguel de uma casa perto de mim para que eu possa lhe dar um suporte”.

Eu fui para casa desse amigo que mora no Doron, o primeiro amigo que eu conheci dele. Era um apartamento vazio, os pais moram em Itapuã e nem alugaram nem venderam aquele imóvel, era mobiliado e eu fiquei lá uma semana. Ele conseguiu uma casa no Cabula VI, mas pense que a casa não tinha nada, ele malmente me conseguiu um colchão, tinha uma geladeira que era de minha mãe que ele foi pegar, voltou e eu fui permitindo sabe? Até que ponto que ele ia me submeter.

Não tinha condições financeiras na época, porque meu cartão estava todo estourado com a reforma da casa: com piso, argamassa, coisas do enxoval. Aí ele pagou o primeiro mês, me deu uma materna, uma vitamina materna, depois não pagou mais o aluguel. O cara da casa trocou o cadeado para que eu não entrasse. Eu fiquei sem poder entrar na casa porque nem ele me pagava o que me devia e eu não tinha condições de pagar o aluguel. Meus pertences ficaram presos nessa casa uns três meses até depois que minha filha nasceu.

Eu tinha voltado para casa de minha mãe logo no primeiro mês porque eu não tinha condições, até os móveis que tinha comprado: um guarda-roupa de uns R\$ 1000,00, R\$ 2000,00 entre outras coisas da mobília da casa. Ele me pagou esses R\$ 2000,00. Na verdade eu pedi a ele que ele tirasse uma geladeira para minha mãe que minha mãe ia me dar o dinheiro.

Ele me fez assinar um recibo como se ele tivesse me dando a mais só que aí eu tive como descaracterizar no processo porque justamente informei que o somatório dos recibos se tratava, na verdade, da restituição de uma coisa que eu tinha comprado. Ele apresentou os recibos mais a nota fiscal da geladeira, que na verdade o somatório era condizente com aquela nota e tinha as conversas nos e-mails, mas assim muito ardilosos entendeu?

A mãe dele começou a me mandar e-mail de conciliação, todo dia me mandava dois, três, quatro, cinco e-mails e aí quando chegou no dia 19 de setembro ela me mandou um de reconciliação de casal, ela sempre me mandava com cópia para todos os familiares. Quando eu li aquele de reconciliação sabe? Era lindo! Aí respondi a ela, pedi que ela nunca mais escrevesse nada, que não me procurasse, não me ligasse. Ela já vinha me ligando e eu não atendia. Que ela procurasse, no tempo dela, educar melhor o filho a ser homem, coloquei que ela procurasse conciliar a ele com a nora anterior porque era a nora que ela merecia ter.

A mulher tinha um book que desde a época de antes dele tinha foto dela com vários caras, cada ano com um, fotos de hotel, a cama decorada e tinha uma que ela estava com as calças abaixadas fazendo xixi. Ela e duas amigas sendo que estava numa festa onde ela está meio de sanduíche com dois caras. Aí eu peguei essa foto e botei e respondi com cópia para todo mundo: Essa é a nora ideal para você, não me procure nunca mais.

## O Público

Meu ex-cunhado foi na corregedoria e deu uma queixa de mim como se eu fosse suicida. Que eu tinha tentado me atirar do carro, que eu nunca tinha morado com eles. Inclusive o arquiteto que fez a planta de lá da casa foi até da polícia, amigo meu, que eu trabalhava justamente no setor de obras. Então tinha várias testemunhas: desde policiais, amigas, fotos, tudo. E aí eles tentaram me desqualificar.

Ele entrou com várias representações dentro da polícia dizendo que eu estava difamando, que eu estava ameaçando essa menina que morava nos Estados Unidos. Primeiro que, se eu tivesse difamando, ameaçando, ele não era a pessoa representante legal dela. E outra, colocando como se eu tivesse perturbando a vida do irmão, ameaçando-o, ele também não é o representante legal dele, ele não era incapaz.

O e-mail que ele usou como matéria, foi avaliado pela promotora, tem o parecer dela, dizendo que não existe nada ofensivo, só demonstra uma relação conflituosa, que em nenhum momento eu faltei com respeito com ninguém, simplesmente falo os fatos com aconteceram. Nem uso xingamento entendeu? Como eu estou lhe falando aqui, está escrito lá.

Eles, de forma ardilosa, deram uma queixa no JECRIM, depois da Corregedoria, pegou a queixa de suicida, aí foi no JECRIM. Voltou para polícia de novo dizendo que eu estava perturbando, entrou com ação de crime de insubordinação superior-hierárquico sem eu nunca ter trabalhado com ele. Depois foi na Vara Violência Doméstica botou a mãe e a irmã para dar uma queixa dizendo que estava ameaçando e perseguindo, onde ele tinha um tráfico de influência com a funcionária do cartório que é responsável pelo acolhimento desse processo, que inclusive não poderia porque medida protetiva é só de mulher para homem, sexo oposto.

Um tempo depois, minha filha já tinha nascido, eu com 15 dias pós-parto, recebi intimação do JECRIM com a denúncia de perturbação à tranquilidade. Aí eu dei a ele até o dia da audiência para retirar porque ele estava frequentando minha casa, inclusive no dia do meu parto, sem o meu consentimento, as pessoas da família dele aparecendo no visor do hospital.

Eu tive pressão alta, não pude fazer o parto normal, eu tive que fazer uma cesariana de última hora e minha filha foi parar na UTI, desenvolveu intolerância a lactose, tudo em decorrência daquele turbilhão de estresse. E aí ele disse que ia tirar, mas por orientação novamente do irmão, que alertou que se ele retirasse a queixa, já que eu tinha sido citada, eu poderia entrar com uma ação contra ele. Jamais ia fazer até porque eu ainda o amava muito.

Naquele momento, eu não queria uma reconciliação, queria que ele me demonstrasse por ações que ele estava arrependido e, quem sabe, no futuro, houvesse uma possibilidade de reconciliação. Eu não tinha intenção nenhuma de criar a minha filha solteira. Ele não era má pessoa, mas é uma pessoa muito fraca, influenciada. Ele tem uma questão muito carente, uma dependência muito grande.

Depois eu fui estudando a parte de psicologia vi que ele tinha um pouco de Síndrome de Peter Pan em decorrência do modelo de criação que teve da mãe, ele passou a oscilar os comportamentos dele. Se não houvesse intervenção da família dele eu acredito que não teríamos passado por tantas situações e aí ele não tirou a queixa. Dei a ele 30 dias, ele não tirou.

A partir daquele momento minha mãe proibiu que ele entrasse lá em casa, e foi cortado qualquer tipo de acesso dele a mim, justamente porque minha mãe tinha medo. Com é que uma pessoa está lhe processando e está vindo aqui para dentro de casa? Daqui a pouco ele cria uma situação pior. Minha mãe realmente tinha razão, novamente né?!

Quando chegou no dia da audiência minha filha foi, ela tinha um mês só de vida foi, participou da audiência porque eu era lactante e foi ofertado, nem foi entrado no mérito, o próprio juízo, a moça do Ministério Público ficou consternada com a situação. Disse: “Olha Samanta, o processo pode seguir, mas você pode fazer uma transação penal e acabar esse processo aqui mesmo”. Aí eu: O que é isso transação penal?. Ela disse: “Você pode fazer serviço social ou então pagar uma cesta básica parcelada para esse processo ser extinto e você não tem que vir mais aqui”.

Eu perguntei ao meu advogado: Se eu pagar para me livrar? - Achando que eu nunca mais ia vê-lo. Aí ele fez assim: “É”. Sabe aquele momento que você

paga para não se aborrecer? Eu disse: Ah, então eu topo fazer isso. Deixei registrado que eu só estava fazendo aquilo para respeitar meu estado pós-parto. Já que ele não tinha capacidade de nem suprir as necessidades da filha dele e ainda estava me causando aquele inconveniente. Primeira vez que eu tinha sentado numa sala de audiência.

Eu não tinha procurado até então a Vara de Violência porque tudo que a gente registra na polícia, até um furto, fica constando em nossa ficha. Eu não queria ser exposta por eles, mas já estava sendo e não sabia. Ele pegou essa transação penal e colocou nos processos como uma confissão de culpa. Isso é um crime. É proibido.

Mesmo tendo o registro que eu fiz só para respeitar... E aí, com base nessa transação penal, ele colocou no PAD um processo administrativo disciplinar que foi de insubordinação superior sem nunca ter trabalhado com ele, onde as testemunhas eram: melhor amigo, uma tia e uma prima. As duas nem moravam aqui em Salvador, todos três disseram que nunca viram nada, só ouviram dizer.

Nas provas que ele apresentou, disse que eu estava ameaçando por ligações anônimas e de voz masculina. Se é anônima não sou eu, se é masculina eu não tinha mudado de sexo. Que eu estava seguindo, grávida, na época naquele fez a denúncia, que eu estava seguindo e perseguindo. Eu passei a andar a pé e todos na casa andavam de carro. Então para eu está perseguindo ou eu teria que fazer o sequestro de um ônibus ou o sequestro de carro.

Eu coloquei nos termos assim mesmo, para que se tornasse uma coisa assim ridícula as acusações dele. E não foi noticiado, não foi feita nenhuma reclamação de nenhum taxista e de nenhum motorista de ônibus de que alguém teria sequestrado já dinheiro não tinha porque, inclusive coloquei no processo que todos os meus cartões estavam estourados justamente com compras de materiais que eu ainda estava pagando porque tinha compras mesmo que parcelei em 10 vezes entendeu?

Era coisa de enxoval de menino e tudo mais. Ele colocou essa transação penal e quando a mãe e a irmã foram lá na Vara de Violência, no dia que eu tive audiência deles eu recebi uma medida cautelar, uma medida preventiva em meu desfavor favorecendo a mãe e a irmã. Quando eu denunciei ao CNJ a

juíza foi notificada e aí ele deu a sentença, transferiu a funcionária, e a juíza deu uma sentença dizendo que aquele documento foi emitido por erro do cartório que a ação dele visava me causar constrangimento processual que até aquela presente data não teve condições de demonstrar qualquer tipo de situação que desse veracidade ao fato de eu estar ameaçando, perseguindo, aos crimes relatados.

Todos os processos eu consegui arquivar menos o da polícia porque ele tinha um tráfico de influência muito grande. O ex-comandante geral tinha sido o chefe dele na CNE e foi quem indicou ele para ir para SSP e quando esse Comandante Geral estava para sair, no dia 29 de dezembro de 2014 a comissão do PAD tinha colocado que ele não conseguiu provar, mas por ele ser Capitão e a comissão ser tenente, ia me dar uma advertência.

Quando chegou na relatoria da corregedoria, mudou para uma punição de 21 dias, gravíssima. Não pelo crime de insubordinação, mas pelas falsas provas que ele criou no processo. Mesmo eu acostando a sentença, mesmo eu acostando o relatório, a certidão de nascimento, que minha filha tinha parado na UTI, mesmo colocando que eu fiz a transação penal justamente para respeitar o meu período que eu estava sendo violentada que na verdade eu era a vítima, nada daquilo não foi suficiente entendeu? Para fazer a reconsideração.

No ato da saída desse comandante, que era muito amigo dele, despachou a punição de 21 dias onde minhas férias, que eu estava de férias em Janeiro foram suspensa, férias não podem ser suspensas, só no caso de flagrante delito, de crime ou por ato do Governador. Inclusive depois que isso aconteceu hoje ninguém mais pode suspender férias de ninguém, saiu uma portaria posterior a esse fato.

Você sabe quando você é acusada de forma errada? Quando alguém tá mentindo para lhe prejudicar você cria uma revolta dentro de si, aí meu psicológico foi... Aquele processo foi sobrestado, foi suspenso. Voltou depois de um ano. No processo lá do JECRIM, depois que eu fiz uma transação penal, ele, depois de seis meses, entrou com a mesma representação.

Com base nesses processos, eles pediram a busca e apreensão da minha filha. Fizeram a queixa e pegaram todo material do processo. Entraram na Vara de Família pedindo a busca e apreensão da minha filha. Então o que é que percebo durante esse tempo todo? Que foram maquiavélicos nesse sentido. Entrei com medida protetiva - depois da audiência no JECRIM, segunda denúncia - o juiz encaminhou para que a gente fizesse acompanhamento psicológico. Deu um sabão nele dizendo que tinha perdido a família dele por causa de influência da família, na verdade o termo de acordo foi uma barganha financeira onde ele queria enganar a justiça fazendo uma oferta de R\$200,00.

Eu entrei com uma ação de pensão e regulamentação de visitas e ele entrou com uma oferta dias depois, mas porque ele tinha esse tráfico de influência a sentença dele saiu mais rápido do que a minha. Então o processo dele se tornou precedente ao meu, ele deu uma oferta de R\$ 200,00 e a juíza que era do meu processo deu de um salário mínimo, isso em 2010 aí eu tive que provar que na verdade era uma fraude. Ele me criou esse negócio lá no JECRIM e fez uma barganha aumentando a oferta de R\$ 200,00 para R\$ 300,00 querendo me obrigar a recuar, que eu arquivasse a ação do processo de alimentos.

Naquele momento eu já não queria nenhum tipo de conciliação, não era nem mais possível. Por tudo que eu tinha sido exposta, por tudo que ele me fez passar, a minha filha também, eu não tenho nenhum interesse. Não guardo mágoa dele, mas também não quero nenhum tipo de aproximação porque eu não confio. Aquilo que os olhos não veem o coração não sente.

Justamente por causa do Juiz a gente começou a ter encontros em locais públicos, por exemplo, no jardim zoológico, onde encontrava com ele. Fui abaixando a guarda, ele me pegou para irmos ao shopping com Sofia a tarde, a gente fazia alguma programação junto tentando criar uma história de pai e mãe de nossa filha, mas já não mais um relacionamento.

A gente tinha ido ao shopping. Eu não ia fazer o aniversário de um ano da nossa filha porque não estava com dinheiro, já estava com muitos problemas com relação a ele, tinha gastado muito dinheiro com advogados, eu gastei mais de R\$ 17.000,00 com advogado particular, tinha as associações, mas eu não confiava nos serviços das associações e achava que se contratasse associações estaria me expondo porque todo mundo sabe de tudo né?



Até que chegou o momento que eu não tinha mais condições financeiras de arcar com tanto advogado porque quanto mais processo eu resolvia mais ele me arrumava outro. Arrumava um procedimento administrativo, uma situação no JECRIM, no Ministério Público o que fosse. Era uma constante, eu não tive paz.

No dia 17 de Janeiro era um domingo de dois mil e três, eu tinha uma cirurgia ortognática. Tinha conseguido, eu tinha sorriso gengival e mordida cruzada. Foi o dia que ele me pediu para ver nossa filha e foi para quadra do meu condomínio. Eu até tirei foto, eu de casa me arrumando para ir para cirurgia e ele lá. Quando fui buscar a menina por volta das 17:30h, minha cirurgia era às 19h, eu ia de ônibus para o hospital, tinha marcado com meu pai para está lá no Jorge Valente me esperando porque eu só podia dar entrada com uma pessoa e minha mãe ia ficar tomando conta das duas meninas para eu fazer a cirurgia.

Eu desci. Ele começou a brigar comigo pedindo as fotos do aniversário, as fotos que ele tinha com nossa filha. Eu disse: Agora não dá porque você sabe que eu estou com essa cirurgia para fazer, eu estou me arrumando, eu não tenho como separar. Aí ele: “Você tem sim” aí começou, na verdade ele estava procurando uma briga porque estava chateado por não ter participado do aniversário da filha e ali ele queria criar qualquer tipo de situação.

Eu disse: Mas você está me cobrando agora que tenho cirurgia, querendo brigar comigo, você sabe que preciso fazer uma cirurgia. Preciso está bem emocionalmente. “Ah mais eu quero. Não lhe custa nada, suba lá e pega” Eu disse: Eu não vou fazer isso. Já que você tem dinheiro para revelar as fotos porque você não paga os 50% do plano da nossa filha que você já está me devendo 3 meses? Dinheiro para isso você tem, para revelar fotos, mas para assumir as responsabilidades da criança você não tem. Isso não é coisa de homem não.

Ele disse que estava gravando, que ia tirar minha filha de mim e botou o celular no bolso e eu fui fazer assim para pegar o celular com ela no colo, ele entortou o meu braço com a mão. E aí os vizinhos passaram, eu avistei minha mãe chegando. Separaram, ele saiu. Quando minha mãe chegou eu entreguei minha filha, ela subiu com a menina, ele saiu do condomínio.

Quando deu uma hora depois eu toda desflagelada, ele tinha estacionado próximo ao meu prédio, já com a roupa toda... dizendo que eu tinha feito, voltou com um Tenente monitorado pelo meu ex-cunhado que estava em ligação, inclusive eu consegui a cópia autêntica, onde ele diz que o irmão estava passando por problemas por causa da companheira dele, da esposa dele, naquele momento eu era esposa. Pediu um apoio policial e o tempo todo o tenente sendo monitorado.

Expliquei a situação ao tenente, meu condomínio tinha porteiro, tinha portão de restrição de acesso, tinham câmeras. Eu pedi que fossem chamar testemunhas que separaram ele na hora, apresentei todo mundo ao tenente, expliquei, mostrei a guia de internamento. O tenente tomou a guia da minha mão, disse que o problema era meu, que eu não ia para cirurgia nenhuma que eu não me envolvesse naquela situação.

Eu falei a ele, expliquei, apresentei as testemunhas, disse que o caso era de DEAM, ele me levou para décima companhia de polícia civil pra fazer um termo circunstanciado contra mim, em meu desfavor, a favor dele de lesões corporais. Eu fiz o exame de corpo delicto, mostrou a luxação no meu ombro, causada por ele entendeu?

Foi aí que peguei todo esse material desse tenente que tinha invadido minha casa depois das 18 horas porque isso aconteceu às 17:30h ele chegou no condomínio por volta das 18:30, 19h. Me tirou de dentro de casa sem ordem judicial, mesmo apresentando testemunha, me levou para uma delegacia para fazer um termo circunstanciado de lesões corporais em meu desfavor por um tráfico de influência de me ex-cunhado que estava monitorando ele. Eu tenho tudo, eu tenho a certidão do horário da ligação o registro do 190, a ligação funcional, que ele manteve contato do celular dele para o funcional do tenente.

Eu vim passando por várias situações e ainda tem muita coisa. Aí eu fui buscar por essa ajuda. Quando eu fui para delegacia disseram que eu não podia dar queixa porque já tinha sido feito o termo circunstanciado das lesões corporais. Daí foi indicado que fosse procurar a Vara de Violência, eu fui na Vara de Violência umas cinco vezes para conseguir um atendimento com a defensora.

Esse fato aconteceu no dia 17 eu só consegui dar entrada, acho que dez dias depois, no pedido da medida protetiva porque fui todos os dias. Eu sentei para fazer junto com a estagiária o pedido da medida protetiva para depois a defensora ler, assinar, dar entrada. Quando foi dar entrada a moça do cartório, a amiga do meu ex-cunhado não queria dar porque já tinha uma medida protetiva contra mim forjada por eles. Todas as vezes que eu precisei da delegacia fui muito maltratada eu como público interno entendeu?

Muitas vezes eu não cheguei a me identificar como policial. Da primeira vez mesmo eu não cheguei a me apresentar, depois eu me apresentei, quando eu tive a negativa, dizendo: porque eu sou policial como é que eu não posso registrar? Conteí todos os fatos. “Não você não pode porque já tem um termo circunstanciado”. Ele, de forma arдил, me tirou de dentro de casa para que justamente me impossibilitasse de eu entrar com uma representação contra ele que seria a medida protetiva.

Eu demorei muito de achar o GEDEM, muito. Foi aqui que as coisas começaram a piorar e a melhorar para mim. Por que piorar? Porque depois que eu fui presa, dia 19 o comandante da minha unidade me informou que eu estaria sendo presa, eu pedi a ele um prazo de dois dias para tentar entrar com remédios jurídicos. Inclusive hoje, depois que isso aconteceu, não é mais permitido a prisão de ninguém em Janeiro porque é um período de recesso forense, o juiz não pode dar o remédio jurídico e ele foi me dar esses dois dias para que eu procurasse um advogado para entrar com habeas corpus, mandato de segurança...

Existem processos que eles são marcadas dentro da polícia, para se criar uma punição. Tem processo, dentro da polícia, que são marcados criar uma solução. Depende. PM ela pode ser pai e mãe. O símbolo PM você pode ter duas polícias dentro de uma só. Uma que é a mãe, mas é padrasto para outros. Esse jargão é utilizado. Então o meu processo era para que se arrumasse algum tipo de punição entendeu?

Depois que eu entrei na justiça pedindo anulação de punição até porque eu fiquei 21 dias presa no Choque, não me lembro agora em que data foi que ele descobriu que eu estava presa e me ligou para o Choque três dias consecutivos.

Se existia alguma dúvida, porque eu estava presa, não teria condições de está indo atrás de ninguém, se eu estou lhe perseguindo no momento que estou encarcerada você vai ligar para mim? Algo estranho né? E aí me ouviram em termo circunstanciado e fiquei com medo de ele aparecer lá e me criar qualquer tipo de situação e eu ainda ser penalizada.

Eu entrei na justiça com base nesse termo de declaração, para validar mais ainda. Eu já ia entrar com a ação de anulação de punição por tudo que tinha acusado era mentira, prova falsa, testemunha que não viu nada, ouviu dizer, acusada de crimes que não teria condição de realizar. Ele usou o tráfico de influências que ele tinha na polícia para me prejudicar.

Uma amiga minha me disse para procurar o GEDEM e contar a minha história lá. Eu era atendida pelo Maria Felipa que é uma instituição interna da polícia e também outra colega minha disse para eu procurar o Ministério Público. Tem um Subtenente que eu chamo até ele de meu anjo da guarda que também me indicou o GEDEM, e eu vim , participei dos grupos de reflexão. E foi aí que tive acesso a coordenação que me ajudou muito quando ela pediu na Corregedoria diligência procurando saber como é que estava o meu processo. Isso fez com que alguns procedimentos no sentido contrário de que fosse solucionado a minha situação fosse abertos.

Inclusive quando eu entrei com a ação, pouco tempo depois, eles armaram outra punição no GRAER, eu fui expulsa do GRAER, onde eu era concursada. Foi até a forma que eu encontrei de sair do Dal, onde eu estava sendo perseguida. A amiga de turma dele, madrinha de casamento, tinha pedido para ser minha chefe. Na época que eu estava comprando meu apartamento pela CONDER eu coloquei com uma substituição de sargento, quando ela soube, ela pediu a transferência de um policial mais antigo e eu perdi a substituição de sargento.

Paguei o apartamento como se sargento fosse e na verdade com rendimento de soldado. Isso me trouxe um grande colapso financeiro além dos atrasos da pensão, os compromissos que ele não assumia mesmo com acordo assinado. Eu passei por muitas situações assim difíceis, criadas por ele de forma direta e indireta e procurei solucionar da melhor forma possível.

Essa Capitã, na verdade, foi determinada que ela fizesse uma oitiva para mim porque no GRAER eu tinha uma escala de 24 por 72. Em 2014 eles me afastaram da função que é essa do concurso. Eu estava sendo exposta a vários tipos de assédio moral dentro da instituição. Eu precisei me internar três dias por sérias dores de cabeça. Na unidade eles me tiraram da função operacional porque, no período, eu estava terminando os exames, estava usando drammin e você não pode dirigir porque ele dá sonolência.

Eles me tiraram da função, eu apresentei relatório neurológico dizendo que eu estava apta para o serviço, que as investigações foram realizadas e que eu estava bem de saúde, apta. Eles não aceitaram. Da Minha Escala 24 por 72 eu passei para uma escala de dia sim, dia não de 12 horas. Aí quando dava o choque de horário no GEDEM, eu tentava adequar os dias de trabalho. Quando eles souberam que eu estava fazendo essas mudanças porque estava sendo acompanhada pelo Ministério Público eles me criaram essa oitiva, mudaram minha escala para todos os dias, para que eu não viesse mais, e isso foi assim no dia 27 de Abril, nem tinha fechado o mês, e eles determinaram que minha escala fosse todos os dias e que eu teria que cumprir de imediato.

Eu disse que tinha médico, tinha compromisso já agendado, infelizmente eu vou faltar e vou trazer o atestado de comparecimento porque esses eu não tenho mais como me adequar. Aí eu já tinha conversado aqui com a advogada e ela me disse para comprar um gravador digital e gravar tudo. Foi minha salvação.

Dia 5 eu fui trabalhar, apresentei o atestado dos dias que eu não tinha ido, que correspondiam as minhas folgas porque eles mudaram a minha escala abruptamente, e no dia 6 eu faltei porque eu vim aqui no GEDEM entregar um documento. Fiz uma redação informal dizendo que a escala de todos os dias ia me prejudicar financeiramente, fiz uma planilha de cálculo, das minhas despesas da escala de 24 por 72, da escala de um dia sim, outro não e da escala todos os dias.

Eu tinha feito concurso e eles já tinham mudado, eu já tinha perdido CET, e relatei tudo que estava acontecendo e dei entrada no dia 5, aí no dia 6 eu faltei porque eu vim aqui fui no GEDEM entregar a cópia, fui no CEVAP também entregar outra cópia e depois fui no advogado para receber as orientações.

Quando eu cheguei na unidade, o gravador já estava funcionando. O tenente falou que eu tinha que descarregar a arma toda, inclusive descarregar o uniforme porque eu ia ser transferida. Eu perguntei porque e ele respondeu: “Ah não sei você tinha que sair antes do GRAER, você não sabia que você estava sendo perseguida?” Lá eu fui ouvida de dez horas da manhã até às 13 horas. Minha audiência era as 14 horas para dissolução da União Estável, eu informei a capitã, ela disse que eu não iria, que o problema era meu.

Ela me perguntou por que eu estava faltando, eu expliquei que a escala tinha mudado, mostrei o *WhatsApp* ela ficou com medo de eu estar gravando pelo celular, não sabia ela que eu estava com o gravador no bolso, tomou o celular. Dizia: “Aqui você não manda em nada” Aí fazia perguntas para mim e estalava os dedos e dizia: “Alô, raciocine!” Querendo me humilhar para que eu perdesse a minha estrutura emocional. Ela mandou que eu tirasse todo o uniforme.

Eu tinha dois macacões secos dentro do armário e peguei e o meu de uso, fui para o banheiro e lavei com sabonete de banho. Eu tenho minhas convicções religiosas e sei, tem passagem na Bíblia que diz que é do suor do seu rosto que você trará o seu sustento. Eu fui educada de forma que não dou uma roupa usada para ninguém vestir, a roupa tem que ser limpa. Se for fazer uma doação, que faço periodicamente, e crio minhas filhas para que façam, a roupa tem que está em condição de uso para qualquer pessoa. Doo a roupa como se eu fosse vestir. É lavada, é passada, é dobrada e é num saco organizada.

Tenho esse hábito de deixar minhas coisas sempre limpas e dou aos outros como gostaria de receber. Eu fui, saí do alojamento, uma colega viu que estava lavando, chegou lá e fez o comentário. E aí quando botei as roupas molhadas dentro de um saco, já não queria mais manter o contato com eles, eu liguei para o meu advogado para pedir que ele comparecesse porque a audiência já ia começar e eu precisava de uma declaração da unidade dizendo que eu não tinha ido para audiência porque eu estava em serviço. Estava descendo com as roupas molhadas e o tenente, meu chefe imediato, disse que era para eu ter saído do GRAER. Chegou no saguão e tinha câmara em posição: tem até no áudio. Falei: não estou esperando o meu advogado para ele entregar porque as roupas eu ia colocar no carro para ir escorrendo o excedente de água para quando ele chegar. Aí ele tomou da minha mão e eu fui para o carro.

Quando o tenente foi lá com o recibo, me enchendo o saco para eu fazer logo a descarga, eu disse assim: mas tenente eu estou esperando meu advogado chegar, ele vai resolver tudo para mim, eu realmente não estou bem emocionalmente, eu já fui submetida a muitas humilhações, por favor. Aí ele: “Não, me entregue aqui”. Peguei o recebido, entreguei e botei a observação que o uniforme tinha sido entregue imediatamente conforme determinação da capitã, inclusive até os sapatos porque ele só tinha colocado o armamento.

Ele entrou, levou a via dele e a minha eu botei no carro e fiquei dentro do carro, sentada, esperando o advogado chegar. Quando ela veio, começou a brigar comigo do lado de fora do carro querendo que eu devolvesse o recibo, pegou a vida a unidade, rasgou, e queria tomar o meu. Eu não ia dar porque o recibo era de minha propriedade e era a única prova que eu tinha entregue a arma e o colete. Se alguém roubar, você responde e você pode ser excluída. Você é obrigado, se você perder sua arma, a pagar pelo menos o dobro do valor. É aberto um processo. Diante do cenário todo onde estava sendo exposta a todos os tipos de vergonhas, você acha que ia dar recibo? A única prova que tinha entregado a uma pessoa, que tinha rasgado a via da própria unidade?

Ela começou a abrir a porta do meu carro tentou entrar pela janela. E eu dizia: Capitã, - tem isso no áudio - o carro segue as mesmas condições da casa. Ele é asilo inviolável, nele a senhora não pode adentrar, a não ser por mandato judicial, flagrante delito. E aí ela não respondeu, me agrediu, me tirou sangue, foi feito o exame de corpo delito.

O comandante da unidade estava presente, eu expliquei a ele que se tratava de meu recibo e que é facultado a mim o direito de entregar ou não. Que não se tratava de uma desobediência e mesmo assim ele permitiu eu que fosse presa. Inclusive a própria capitã disse que ela estava obedecendo ordens dele. Isso é considerado como crime de cabeça porque é responsabilidade dele a minha integridade física e tudo que acontecer com policial dentro da unidade. Eu sofri uma prisão forjada onde ele presenciou e ainda permitiu que se desse continuidade.

Fui apresentada à corregedoria por volta das 18 horas fiquei lá até quase duas horas da manhã onde foi feito o lavramento da prisão por crime de desobediência eu procurei uma promotora para abrir um inquérito e depois que

eu apresentei os áudios se transformou em uma ação penal contra o comandante. Eu ainda não tive acesso à denúncia que foi aberta no ano passado, mas já é um grande alívio porque é sinônimo que as pessoas já passam a ter compreensão de como os fatos estão efetivamente acontecendo.

Passei Dia das Mães presa. Minha mãe e minhas filhas tiveram que ir pra Camaçari, só que dessa vez não era presa dentro da unidade, era presa dentro de uma cela. Meu dia de visita era no sábado, eu pedi ao colega que remanejasse (silêncio, choro) para o domingo para que eu tivesse contato com minhas filhas e minha mãe.

Sou filha única e todo o sacrifício que minha mãe fez para que eu tivesse uma boa educação, estudei em boas escolas em Salvador, às vezes até fora do padrão social de minha mãe, mas que ela teve muito esforço. Fiz curso de inglês, fiz curso de informática em boas instituições, fiz uma universidade particular, cursei economia, eles sacrificavam para que eu fizesse uma faculdade privada e aí eu submeter a minha mãe a ter que ir numa cadeia no dia das mães, as minhas filhas.

Esse relacionamento já fez minha filha parar na delegacia, já fez minha filha parar numa audiência. Minha dignidade, eu fui e sou rotulada na polícia como a problemática. Eu tenho um relacionamento de quatro anos e dois meses que já me criou alguns desgastes por conta desse histórico dessa relação. Esse fato anterior trouxe consequências para toda minha vida entendeu? Nada para mim passa ileso, nada.

Meu ex-companheiro simplesmente cancelou o plano da nossa filha. Não sei quando, mas precisei de emergência e constatei que ela estava sem plano. Ele já tentou buscar atestado na escola, falando o que bem queria, para obter guarda compartilhada e não pagar a pensão, a coordenadora da escola se recusou e me informou a situação, ele já falou para minha filha falando que eu tinha sido presa, porque eu tinha sido presa. Eu pedi até que ela fosse submetida avaliação psicológica porque ele tentou fazer alienação parental, mas minha filha é muito apegada a mim é em mim que ela se espelha. Então o que ele falou para ela não surtiu o efeito que ele esperava. Fica tentando me prejudicar de todas as formas, ele não tem um amadurecimento para entender que tudo que ele me prejudicar ele vai tá prejudicando a filha.



Tudo meu foi muito exposto. Porque por exemplo se abre uma sindicância dizendo que eu estava perseguindo, ameaçando. Foi publicado em um boletim onde todo mundo lê. Aí foi aberto um PDS sobre o mesmo fato, foi aberto um PAD, aí foi aberto outro PDS, aí foi aberto outro PDS da capitã lá da prisão lá no DAR. E ainda ficou chacota na rede social, dizendo que eu tinha feito *striptise*, que tinha ficado de calcinha e sutiã entendeu? Dizendo que a policial surtou, que estava pedindo socorro e que tinha ficado de calcinha e sutiã.

O poder das redes sociais né? De difamar as pessoas. Mas tudo porque eu fui exposta. O intuito deles né? Só que eles não contavam com o gravador porque, se não fosse ele, digamos que eu estava correndo risco de ser excluída da polícia que era o objetivo dele. A justiça têm sido lenta, para se transformar uma ação penal contra o cara, uma medida protetiva, às vezes a pessoa tem que morrer ou quase morrer, ela não pode ser assim não. Ela tem que ser mais eficiente porque tem pessoas morrendo, tem pessoas é...

Eu mesma ia pagar por um crime que não cometi. Se não tivesse o gravador, hoje poderia estar excluída da polícia, passando necessidade. Se não tivesse dinheiro para comprar o gravador, não gravasse, não tivesse tido a orientação para usar o gravador, ia ficar eu como? E ainda ia validar porque um crime de insubordinação superior hierárquico com quem eu nunca trabalhei e depois logo um de desobediência vai dar legitimidade ao primeiro fato, entendeu? Entre com anulação de punição da primeira prisão (irregular) e a segunda foi escancaradamente forjada para que aí não se tornasse difamação, calúnia de que eu sou uma pessoa problemática e sem que eles tivessem materialidade.

Imagine... Eu, público interno, estou passando por isso. Hoje quando escuto determinados crimes, envolvimento da polícia, começo a avaliar assim: será que foi? Ou será que foi forjado? Tenho pretensão de sair do Brasil porque eu não acredito mais em nada daqui, aqui não é um país sério. Ainda não fui porque tenho alguns laços de família. Só espero justiça (lágrimas), a minha dignidade de volta, a reparação de tudo que eu sofri, que as pessoas fossem qualificadas, cada um com suas ações, que eu não pagasse o preço, que tudo que na minha ficha foi colocado indevidamente fosse retirado, que eu tivesse paz para viver minha vida, que essas pessoas não interferissem mais direta ou indiretamente. (grifos meus).

#### 4.5 – A história de Mônica



Mônica, 28 anos, negra, professora, cristã.

Para Mônica:

Se valorizar como ser humano pra não  
entrar no jogo do engano

Cuidar da carência pra não se tornar  
presa, um objeto de posse, mas em  
essência, ser o amor que respeita.

Sanar as feridas que não ficam só na pele  
mas que registram na alma as dores de  
tantas vidas. Se livrar dos monstros e  
se tornar dona de si.

Bárbara Pontes

## O Privado

Eu sou Mônica. Tenho 28 anos. Sou professora. A gente se conheceu no ambiente universitário, foi entre 2013 e 2014. Eu entrei em 2013 no IFBA, no início do curso nós temos nas disciplinas básicas, mas até então era contato aluno professor. E eu nunca gostei de me relacionar... Na verdade nunca tinha me relacionado com ninguém do trabalho ou faculdade. Eu já tinha feito a faculdade de nutrição antes, em 2008. Mas eu não concluí. Aí eu fiz radiologia no IFBA.

Lá faculdade o conheci através da disciplina que ele lecionava. Ele sempre tratava todo mundo muito bem. Eu achava aquilo normal. Nunca tive essa coisa assim... ainda mais faculdade né?! Faculdade eu acho que tem que tá tudo muito bem resolvido. Professor nada de muita intimidade né?! A gente trata bem. Começou ele se oferecendo a me levar para casa, eu lembro disso na época.

Só que a minha questão... Eu sempre tive uma questão de família muito complicada porque minha mãe não me criou. Fui criada por meu pai e minha madrasta. Então eu tive duas madrastas. Meu pai não prestava muita atenção nessas coisas e minha madrasta, chegou ao ponto de morar as duas juntas numa mesma casa. E elas tinham filho né?! Então uma puxava pelo filho e a outra puxava pelo outro filho e eu ficava à deriva. Para mim era complicado e quando comunicava ao meu pai as coisas, meu pai não me ouvia. Meu pai achava que era a implicância.

Ele começou a me levar em casa. Eu ficava assim meio estranha porque nunca tinha passado por a situação assim e tal. E sempre ele se preocupava, mostrava interesse, mas eu: Não! A gente pode ser amigo, não se envolver. Depois de um tempo eu comecei a gostar dele. Uma pessoa te tratando bem, você trabalhando e estudando e tudo. Sempre muito solícito, preocupado. Só que a questão é que ele era muito mais velho. Na época, tinha 23; ele 52, 53.

A gente começou a se envolver, mas não queria expor o relacionamento para ninguém porque assim além de ser o ambiente de trabalho dele, eu também me sentia constrangida por ser aluna né?! Foi passando o tempo e tal... E aí tem aquela questão: a gente sai em público, as pessoas acabavam vendo.

Esse relacionamento durou cerca de dois anos, aproximadamente. No início ele era muito bom, muito preocupado, muito solícito, mas depois de um tempo começou a ficar estranho. O estranho porque ele implicava se eu saía com minhas amigas. De maneira muito sutil, era muito sutil. Que hoje eu sei que é violência psicológica.

Se saísse e não falasse para ele, ele dizia que estava traindo, que era vagabunda, que era mentirosa. Às vezes, ia para casa de uma amiga fazer um bolo, fazer uma torta. A gente sempre procurava estar juntas. Só que eu não dizia. Eu comecei a parar de dizer. Quando vi, já não saía mais com amigas. Já não ia para Saraiva, que gosto de ir para ler e tomar um cappuccino.

Eu saía do telemarketing, onde trabalhava, e ia para lá. E eu comecei a perceber que não tinha mais aquela liberdade, aquela independência de pegar meu ônibus, de estar com minhas amigas, de dar risada. Então me sentia, muito assim, assustada. Sempre tinha que dar satisfação, sempre tinha que fazer as coisas falando para ele. Aí começaram as brigas.

Como já tem um tempo, tento não ficar mais me recordando essas coisas. Mas depois de uns seis, sete meses. E eu percebia também que ele fazia algumas coisas para me causar ciúmes. Na frente de outras alunas... Era muito meloso, muito... Era demais, sabe? E quanto a mim eu deixava de fazer minhas atividades, minhas coisas e tinha que dar satisfação a ele. Eu começava a ficar irritada, eu estava percebendo que eu estava deixando de ter minha vida.

Foi quando a coisa começou a ficar mais séria, quando partiu para o lado da agressão. No carro já aconteceu a situação dele me bater na caixa torácica assim, me empurrar, dar um... tapa forte. Ele falava: "Ah, faço as coisas para lhe agradar. Tenho um monte de coisa para fazer e estou com você e você tá insatisfeita!" Mas não era insatisfeita! Ele que estava causando isso em mim.

Ele dizia que eu não ia arranjar outro homem que fizesse as coisas por mim como ele fazia... E, tipo assim, eu já tinha minha vida antes, não dependia dele para nada. Ao mesmo tempo, me via presa ao relacionamento por conta da minha carência de família. Hoje eu consigo enxergar isso! O papel da família é muito importante! Mas, infelizmente, muitas vezes observei também nesse processo, algumas mulheres, a gente cai nessas enrascadas.

Cada vez mais ia me afundando porque ele fazia essas coisas e não pedia desculpa. Achava que era normal aquilo. Depois vinha, aí fazia carinho, me dava um beijo como se nada tivesse acontecido. E eu achava que era errada. O pior de tudo isso é a gente se achar errada. Errada de fazer o certo. Errada de tentar agradar, errada de dar satisfação.

E ele vivia a vida dele e não me dizia nada. Ele ia caminhar, é porque ele corria, ia correr, fazer as coisas dele e não me ligava. Era um negócio estranho, uma sensação de posse. Não é amor, é posse. Como se fosse um objeto mesmo. Eu vim sofrendo, aí veio essa agressão. Me xingava, me chamava cada nome feio, muito feio mesmo.

Chegou a um ponto que me afastei, mas aquela coisa, brigava e voltava, brigava e voltava. Era reincidente. Até que chegou um dia que a gente foi no shopping, tinha-mos terminado, mas aquele terminado que né?! Aquela dependência ainda, minha, não dele.

Foi no carnaval. Agora não me lembro se foi 16 ou 17 de Fevereiro de 2015. Era uma terça-feira, eu lembro, e ele pediu para ver meu celular. A gente foi assistir àquele filme, até me marcou: “A teoria de tudo: a vida de Stephen Hawking”. Aí eu levei o celular... Ah! Ele brigava também por causa do whatsapp que estava no boom, na época. Dizia que eu dava mais atenção ao celular do que a ele.

Brigava, falava o tempo todo, queria ver o que eu estava postando, escrevendo. Ele pediu para ver o celular na saída do shopping. As lojas estavam fechadas. Como estava fechado a gente foi para o cinema. Eu lembro até que eu paguei o cinema e tudo. E ele comprou a pipoca, alguma coisa assim. Fomos assistir o filme.

Na época, lembro, que ele estava me alfinetando, assim... jogando indireta sabe? Fui ao banheiro, e do banheiro eu liguei pra minha amiga. E minha amiga falava: “Mônica, você e ele não combinam, gaste sua vontade”. Ela falava sempre isso: “Gaste sua vontade, mas não dá certo vocês dois”. E outra coisa, ele falava que a gente ia casar, mas eu não me via casada com ele, era um negócio diferente. Não me via! Dizia: Isso não é um relacionamento sabe?

Era uma sensação de posse. Me sentia como se fosse um objeto mesmo. Só que maquiado, disfarçado de uma preocupação. Porque não era normal, não era! Eu estava na faculdade e ele falava pra mim, afff deu até ojeriza! Ele falava: “Amorzinho...” Ai meu Deus! Me dá uma aflição: nunca mais quero que nenhum namorado me chame de amorzinho! “Amorzinho, eu trouxe cuscuz para você, uns salgadinhos. Eu sei que você está com fome” Aí eu: Ah! Tá bom, depois passo na sua sala.

Mas era assim... Depois ele tinha que jogar essas coisas para mim. De me desmoralizar, xingar, se eu não atendesse “Você estava fazendo o quê que não me atendeu? Você é uma vagabunda mesmo!”. Eu ficava assim: Meu Deus! Como é que a pessoa me chama de amorzinho, faz essas coisas depois me esculhamba toda? E eu nunca tinha vivido um negócio desses sabe? Então você fica perdida! Não tinha com quem falar, só desabafava com essa amiga.

Apresentei ele para minha família e tudo. Trataram bem. Quem era muito contra era minha madrasta. Mas ela não é uma pessoa que posso levar a sério, até hoje. Saí da casa de meu pai e tudo. A casa no meu nome e ela me botou para fora. Não podia estudar até tarde por causa da luz. Não podia nada! Até a comida que fazia incomodava. A roupa que lavava incomodava e isso foi depois que meu pai morreu.

Aí, voltando a essa situação, eu ficava confusa. Quando culminou nessa agressão: fui no cinema, liguei para minha amiga do banheiro. Quando voltei: “Você estava falando com quem?” Aí eu disse estava falando com miha amiga. Quando a gente entrou no estacionamento do shopping eu pedi a ele para me deixar na Paralela pra eu voltar para casa.

Ele pediu para ver meu celular. Disse: Não. Porque já estava me sentindo mais forte em relação a essa loucura que estava vivendo. Às vezes é até a forma, a afronta dele: “Deixa eu ver o celular!”. Eu disse não e ele achou que estava traindo ele. Aí me encurralou entre os dois carros e começou a me bater, me esbofetear, me bater no rosto. Eu: Pare com isso, por favor! E ele: “Você é uma vagabunda, você não sei o quê...”. E eu angustiada. Não tinha ninguém lá. Ele continuou me xingando. Tentou me bater de novo e revidei com minha bolsa. Tinha uma bolsa grande e fui bater nele. Foi quando empurrou minha bolsa e caí no chão, do outro lado do estacionamento. Caí entre dois carros.



Começou a me chutar e me bater, dar murro. Aí foi quando coloquei a mão e quebrou meu dedo. Você vê meu dedo ó... Isso aqui, meu dedo era normal. Ficou com essa deformação. O soco que ele deu quebrou meu dedo. Na época, era para ter feito cirurgia, não consegui e perdi um pouco a força na mão esquerda. Ele começou a me bater, eu gritando. Foi quando um casal (ela repórter e ele não lembro) me socorreu. Viram ele me batendo e começaram a gritar: “Você é covarde?”

Lembro assim, por alto, porque estava desnorreada. “Você é covarde! Você bate em mulher, rapaz!” Ele entrou no carro e quando levantei tinha um policial com a esposa. Ele foi no carro pegar a arma. Eu pedi: não, moço, pelo amor de Deus! Não foi que eu gritei porque, tipo assim, “ah eu tenho pena dele” entende? Mas é por causa daquela situação toda! Não estava bem. Entendeu?

Fiquei com medo de ter um assassinato ali, ele pegar e atirar entendeu? Tenho medo dessas coisas. Aí, como sempre, fica aquela questão a mulher vai lá e vai perdoar e vai voltar entendeu? Foi muito difícil. Não tinha segurança. O segurança veio aparecer uns cinco, oito minutos depois. Esse casal me acolheu, botou no carro e me deixaram até o meio do caminho.

## O Público

Peguei um ônibus e fui para o hospital. Não, fui para a delegacia. Aqueles policiais, igual a nada, porque a queixa pode ser registrada em qualquer delegacia. A mulher não sabe e ouve: “Não primeiro vá no médico”. Porque eu disse: ele quebrou meu dedo, acabou de me bater. Estava toda arranhada, com lesão porque ele tocava violão então deixava a unha grande. Estava toda arranhada, ferida. Aí ele: “Vá para o hospital ver isso e depois registra a queixa na DEAM”.

Fui para o hospital. Uma enfermeira me recebeu logo. Registrou tudo. No outro dia, fui na DEAM, depois no IML e, depois de um tempo conheci o GEDEM. Não recordo como conheci o GEDEM... Acho que foi por acaso. Estava pedindo pelo Ministério Público um médico. Para ter celeridade pelo Ministério Público, um especialista de mão para tentar fazer cirurgia.

Desci naquela rua para ver como é que estava o andamento do processo, vi o GEDEM (Grupo de Apoio à Mulher). Voltei, entrei, perguntei e me orientei. Me encaminharam e passei pela advogada e pelo psicólogo. No hospital, o atendimento foi muito bom. Porém na delegacia é um lixo. Aquela delegacia é um lixo, é asqueroso. Primeiro que delegacia já não é um ambiente legal porque falta humanização, parece que eles estão lidando com animais.

Eles acham que todos são leigos. Todo mundo tem direito e tem dever. Acham que são funcionários públicos, têm estabilidade, podem falar o que quiserem, tratar as pessoas como animais. E tem aquele estereótipo de que toda mulher vai voltar para o cara. Essa é a verdade.

Por mim, ali só teria mulheres atendendo e, mesmo assim, teriam que passar, não sei se semestralmente, mas de período em período por uma avaliação psicológica. Lidam com muito problema, muitas questões de agressão e tal... Violência, não é saudável né?! A gente sabe disso.

O policial me cantou aquele nojento, asqueroso. Depois ele me ligou do telefone da delegacia me chamando para sair, esse filho da mãe. Lá em cima, uma moça perguntou: “Você quer prestar queixa contra ele?” Eu não. Já estou com tanto problema que nem quero. Asqueroso, asqueroso mesmo, nojento. E ele continua lá ainda.

Era um transtorno, não saía a certidão... Mas o pior foi o assédio. Além de sofrer violência, chegar com dedo quebrado lá, toda escoriada, passar pelo IML, aí você vai no IML e o policial: “Foi o quê? Foi Timbalada?” Eu nem sabia o que era timbalada. É porrada no carnaval. Então assim... Uma linguagem muito vulgar, muito escandalizado.

Tudo é muito... É como se fosse um oba-oba ninguém se importa com sua dor e a ferida não fica só na pele é uma ferida que fica na alma sabe? É uma cicatriz que não tem como apagar. Por isso que não gosto nem de tocar no assunto, estou tentando lembrar aqui. Porque é o tempo todo você retroalimentando que não existiu, foi a forma que eu tive de aprender a lidar e não me submeter mais, não me sujeitar a esse tipo de, de... Não parceiro, mas de pessoa.

A maioria deles, pelo perfil, depois pesquisei muito como é essa questão da violência, desmoraliza a vítima, a mulher, desmerecem para depois ter o domínio e colocar que ela é errada. Me sentia isso mesmo. Errada, estava errada sempre, pedia desculpa. Só que comecei a enxergar que aquilo não era normal. Aquilo não era um relacionamento saudável. Aliás, aquilo não era um relacionamento. Se fosse um relacionamento era unilateral, era só da minha parte, da dele, eu era o objeto. A gente tem a visão de amor como se fosse posse, infelizmente a maioria das pessoas. Mas não. O amor é respeito, sinônimo de amor é respeitar. Aonde começa o direito de um, termina o do outro e assim vice-versa.

Então, o atendimento na DEAM foi muito ruim, muito precário, mas a assistente social foi muito boa e isso foi importante porque pesa muito. A delegada falou: “De todo esse tempo que eu estou aqui raros são os casos que as testemunhas vem” E minhas testemunhas foram, foram na delegacia e foram na audiência.

Na delegacia foi, isso eu observei também, uma coisa interessante: a delegada tentava mostrar muito serviço, muito rápida, e isso, às vezes, para gente que é vítima é ruim. Em resumo, quem prestou o melhor serviço foi a assistente social. Porque até a delegada mostrava uma certa impaciência. Então se você é delegado e fez para, ou foi transferida, para trabalhar na DEAM, você também tem que ter uma certa cautela no atendimento.

Ali são mães de família, são mulheres frágeis. É igual quando você fala, um exemplo, um usuário de drogas, geralmente são pessoas boas que tem fragilidade emocional. Se sente rejeitado ou tem problema familiar, a mesma situação. Não são pessoas ruins. A maioria das vítimas de agressão, não está lá apanhando do cara ou submissa porque acha bonito. Mas é porque ele faz, muitas vezes, com que todo mundo se volte contra ela. Ela pede ajuda a um, a outro e ninguém leva a sério! Depois que morre é mais uma na estatística.

Por quê? Porque vai numa delegacia aí o policial assedia, aí o policial não tem paciência, trata mal, ela já está fragilizada. Eu aguentei muita coisa. Acredito que foi Deus. Sei que tem os pensadores iluministas que criticam a questão da religião, mas acredito sim que suportei tudo isso porque foi Deus. E o GEDEM foi muito importante, como se fosse uma mãe nesse processo. Me encaminhou, tive acompanhamento de psicólogo, o pessoal do estágio.

A primeira foi maravilhosa, a psicóloga. Depois tiveram mais duas que eu não lembro agora o nome. Tinha professora também maravilhosa, não tenho o que falar. E depois, ficava numa sala, eles perguntaram se poderiam estudar o meu caso, eu ficava na sala espelhada, eles me ouviam e tal... Até que recebi alta. Mas foi muito, muito decisivo essa questão do suporte psicológico e o GEDEM que proporcionou isso. Mas é um sistema assim, precário, o suporte à mulher.

E ele, nesse processo, me procurou, mandou mensagem querendo ir para motel, sair de novo. Dizia: quem vai é outro. Porque comigo não cola, me libertei mesmo. Solicitei a medida protetiva de urgência porque como ele era professor e eu aluna da instituição. Não parava em casa e a intimação chegou no trabalho, fato mais delicado. Imagine chegar no seu trabalho a intimação. Então chegou lá para ele. E vira e volta a gente se batia no corredor. Foi o que ele falou lá na audiência: “Ah Doutora como é que vou passar no corredor da faculdade e não vou me bater com ela?”. A juíza: “Vire você, saia você”.

Ele com uma conversa mole só que na faculdade a história era outra, ele passava perto de mim propositalmente. Então assim, eu que saía de perto dele entende? Quem precisa sou eu então eu que saía. Mas ele vinha, se aproximava, com tom de deboche. Eu com dedo enfaixado ele olhava para minha cara assim... Era como se fosse uma ameaça velada. A justiça não aceita esse termo “ameaça velada”, mas ela existe.

Ele fazia caras e bocas, passava perto de mim e me surpreendia. Até um dia que me abordou. Parecia gato e rato: Tom e Jerry. Teve umas duas vezes que ele me abordou na rua. Sempre fazia assim: quando me via na rua gritava: “Mon!”. Tipo: não estou entendendo! Horas me ameaçava, horas era como se fosse meu melhor amigo! Eu nem olhava, quando ouvia a voz: “Tá tudo bem com você?” Saía. Não olhava nem na cara dele, saía e deixava ele falando sozinho. Mesmo com a medida protetiva!

Toda vez que estava na aula tinha a sensação que ele ia entrar na sala e ia me bater. É essa a sensação que tinha, eu tinha um pânico! E outra: nem meus colegas, homens, deixava chegar perto de mim. O trauma que fiquei! Durante um bom tempo não deixava nenhum homem chegar perto de mim porque tinha a sensação que ia me bater. Quando eu fechava o olho, lembrava da agressão, tinha pesadelo, era horrível, horrível! E eu tinha que lidar com tudo isso.

Pensei em sair da faculdade, tanta coisa. Mas sabia que não podia sair porque meu pai poderia me faltar. E foi o que aconteceu. Não demorou muito tempo meu pai enfartou. E acho que essa situação também foi um dos motivos que contribuiu. Ele já tinha a saúde bem frágil, era diabético, descompensado, comia tudo que não podia. Durou só um mês. Enfartou na minha frente no hospital. Foi horrível isso.

Então Bárbara, a medida protetiva ela existe, mas eles não respeitam. Eles não respeitam. Eu chorava muito, ficava com medo na faculdade, evitava ficar em lugar deserto, escuro. Ele continuou dando aula lá em radiologia, isso era ruim. Porque a faculdade não tem nada a ver com isso né? Quando eu procurei lá, na Reitoria, para entrar com processo administrativo, pedir ao menos a transferência dele porque eu estava lá e a vítima era eu.

Descobri que ele já tinha agredido uma ex-mulher que foi aluna do IFBA também. Eu comecei a entender que a história era muito mais fundo do que imaginava. E ele não tinha antecedentes, teve até um filho com ela. Ela deixou o filho com ele porque não aguentava o menino, o menino parece ter traços autista, um aspecto autista mas não é muito, muito forte, é bem leve. Eu não sei explicar, ele parece ter algum distúrbio, o menino.

Ela já tem dois filhos, é casada. Ela estudou lá, foi aluna dele do ensino médio. Começou a se relacionar com ele quando tinha uns 17 anos. Fez faculdade lá e ele a agredia também. Eu soube quando fui na Reitoria. Conteí a história, aí reuniu algumas pessoas: coordenação de ensino, diretoria geral e aí alguém sem perceber falou: “Eu lembro dele. Ele não era casado com Débora?” Aí eu disse: Não, ele já é separado, estava separado já quando estávamos juntos.

Falaram assim: “Mas ele já bateu nela. Lembro que estudei lá e ela aparecia roxa na escola”. Bárbara quando falaram isso, digo: meu Deus! Mas ele não tinha antecedência quem abriu fui eu, quem deu queixa fui eu porque Débora engravidou dele e não queria. Tinha um filho, acho que não queria entrar com ação contra o pai do filho dela. Enfim ele dizia que ela era ciumenta. Então a história né?! Que a mulher é a errada, é a louca, ciumenta, mas ele não é.

Fiquei com a pulga atrás da orelha né?! Já fiquei assustada. Quando foi na DEAM, nas minhas idas para tentar pegar a certidão. Não geram boletim? Pronto! Eu estava chorando e nervosa porque toda vez que ia lá: “Ah, não está pronto! Ah, não está pronto!”. Queria falar com a delegada para pedir celeridade da minha audiência, ficar em cima né?! “Ah não tá pronta. Ela não está aqui. Está aqui em tal plantão”.

Sentei e chorei. Chorei de raiva. Estava chorando de tanta raiva. Aí uma moça: “Minha filha porque você tá chorando?” Falei: Não moça, é porque estou esperando aqui a certidão e não saiu e é um sofrimento. Diz que vai pegar e não saiu. Falta a delegada assinar. A senhora perguntou: “O que aconteceu?”. Conteí que me relacionei com um professor da faculdade e ela: “Onde é sua faculdade? Onde é que ele mora?” Disse o bairro e ela: Como ele é?”. Aí eu falei, dei as características. Pediu: “Me mostre a foto dele!”. Quando eu mostrei ela: “Eu conheço ele, é casado” Digo: Não. “Ele é casado com uma moça branca” Eu: Débora? “Eu acho que é essa mesmo, que teve um menino”. Não ele já tá separado faz tempo, já tinha anos separado, falei.

Ela: “Ele batia nela! Não tinha um Gol?” e descreveu. “Ele batia nela, só que ela, na época, juntou os irmãos e bateram nele” Aí lembrei que ela apareceu roxa. Só que eu falei: porque ela não deu queixa? Porque os irmãos dela se juntaram e bateram nele. Resolveram entre aspas. Ele não ficou com o histórico na delegacia.

Olha que coisa! Como é que ia imaginar: uma senhora, morava no mesmo bairro. E falou assim: “Minha filha, não diga nada para ele, não me envolva não. Porque eu moro no bairro. E outra: ele era alcoólatra” Digo: não, ele não bebe mais. Mas na casa dele tem um monte de bebida. Só que não bebia na minha frente. Ela disse: “Ele é alcoólatra, bebia direto no bar lá com o povo. Pagava e hoje tira onda, diz que o povo é cachaceiro e bebia lá várias vezes”. Ela é católica, uma senhora católica.

Eu digo: gente! Contando parece mentira. Uma senhora que nem conhecia, na DEAM, estava lá, com a filha dela. Foi registrar uma ocorrência, o conhecia. Disse que ele tinha o histórico! Porque mesmo registrando a ocorrência, a gente fica assim, eu não sei as mulheres em geral, mas ainda ficava me sentindo culpada por aquilo. Aquilo aconteceu por culpa minha. Permiti e, às vezes, oscilava que estava errada porque fiz coisa errada para ele, depois dizia: não! Estou certa de querer me libertar disso. Ele que está errado.

Ficava nesse duelo muito grande na cabeça por isso é que o acompanhamento psicológico foi decisivo para me libertar dessa corrente. Desse emaranhado. Foi uma confirmação. Aí vem a questão de Deus né?! Porque se Deus não quiser, não adianta. Foi quando eu tive essa confirmação de que ele já tinha esse histórico de agressão, de agressividade.

Ele me bateu. Senti muita dor. Não fiz tomografia, só fiz o raio x da mão. Mas, durante um bom tempo, lembro que fiquei sentindo o gosto de sangue na boca. Não, não partiu. sabe? Mas não sei porque ele chutou meu estômago e eu tive... sabe quando você fricciona assim? (gesticula passando uma mão na outra) e acaba assando? Pronto! O sapato dele, ele chutou minha barriga quando estava no chão e aí ficou machucado assim...

Meu Deus! Como é que um homem diz que ama, não sei o quê, me trata bem e faz um negócio desse? Eu poderia ter ficado infértil! A força que ele bateu na minha barriga! E no estômago também. Foram duas regiões. Fiquei sentindo o gosto de sangue oh... (estala os dedos para demonstrar a passagem do tempo). Depois disso, meu advogado não foi na última audiência na Vara. Fiquei muito chateada. Fiquei lá para ouvir, disseram que eu podia ficar. Ele disse que eu joguei meu dedo, bati minha mão no carro, cada coisa absurda! Que eu queria me machucar pedindo para voltar. Sem cabimento! Só faltava

dizer pra juíza: “A senhora é idiota!” Não existe isso! Que comecei a me bater no chão, me jogar no chão, fazer escândalo. As testemunhas foram decisivas.

Na primeira audiência, para medida protetiva, eu lembro, que a irmã dele foi. Quando saí, fui com um amigo, virei a esquina e ela me gritou: “Ei! Ei!”. Falei para o meu amigo: não olhe pra trás! Não olhe! Continue andando. Ele olhou. Aí ele: “Mon está te chamando” E eu: não olhe! Siga em frente, ande! Porque se eu voltasse ela ia me bater. Que é irmã dele né?

Depois ainda me chama para sair. É idiota mesmo. Para esses homens, eu acho... Nem sei se tem um tratamento eficaz sabe? Mas entendi que era um processo muito delicado porque ele já tinha feito isso com a ex e estava fazendo comigo. Quem sou eu para dar um diagnóstico alguém! Mas pensei em várias coisas: que é psicopata, psicopatia não tem cura não é? Não sei.

Não sei o que leva uma pessoa... É não ter amor. Não sei. Não sei. Cheguei a me perguntar, fui estudar porque sou uma pessoa que gosta muito de investigar. Aquela vertente de pesquisa e, muitos homens que agridem as mulheres tiveram exemplos ruins na família. É uma coisa a ser pensada, tiveram exemplos ruins de relacionamento do pai com a mãe. Na época, falava muito bem da mãe. Mas não lembro se ele falava bem do pai. Acho que não gostava do pai. Mas ele, de maneira involuntária, sei lá, acabava reproduzindo, não sei dizer. Falava muito bem da mãe, mas do pai acho que não gostava. A mãe já era morta há um tempo e ele tinha as irmãs mais velhas como mãe.

Sabe Bárbara, o que mais me impulsionou a registrar queixa foi depois dessa moça porque eu já estava desistindo. Estava achando que estava errada, que estava dando tudo errado, que não era para prosseguir com aquilo. Quando estava chorando na delegacia e ela me contou esse histórico dele, que já tinha batido na ex e o que ele fez comigo, que era para eu está morta! Ele me bateu como se eu fosse um saco. Era para está morta. Com certeza! Aí eu prossegui.

Na época, quando ele me ligou, falei: olha, não adianta mais. Você nem me pediu desculpa. Fez isso e nem me pediu desculpa. Olha que tola! Se ele tivesse pedido desculpa talvez não tivesse prosseguido, mas isso foi até importante. Hoje, analisando, que foi muita ingenuidade, muita imaturidade da minha parte porque independente disso eu tinha que prosseguir.



À medida que fui prosseguindo com o processo, que fui lá pegar o boletim, que encontrei com essa senhora sem querer. Na verdade ela que se compadeceu da minha situação. Chorando, nervosa, naquela delegacia sozinha. O que ela falou me deu mais força para seguir.

Eu sei que a justiça é muito limitada. Na regra, ela é maravilhosa, mas a aplicação dela a gente sabe que é muito falha porque é aí que os advogados trabalham né? Para minimizar a pena, não sei o quê... Eu sei que o que pode gerar é serviço comunitário à sociedade. Mas assim... É tipo um alerta: Olhe! Não faça isso porque tem mulher que não é idiota, que sabe do seu caráter. Entendeu? Não é vingança, mas você tem que pagar pelo que você fez.

Não é que eu queria que ele ficasse na cadeia 50 anos ou pena de morte. Mas assim, cara você tem que se tratar e tem que pagar pelo que fez. Não pode passar em branco o que você fez, o transtorno que você causa na vida de duas mulheres não só na minha, mas se bem que respondia pelo meu caso. A juíza estava ouvindo o meu, mas nem imaginava o que ele já tinha feito. Porque é tudo respaldado em provas, em processo, advogado e tudo. Mas assim, não pode continuar. Eu poderia está morta e essa tal de Débora, poderia está morta. É mais uma na estatística. Então alguém tem que tomar uma atitude.

Foi bom para mim, por um lado, nem tudo que vem de problema em nossa vida é porque é para nos jogar para baixo, pelo contrário, é para nos alertar para não passar mais por uma dessa. Mesmo passando por isso, o ser humano é muito complexo e tem uma capacidade grande de camuflar características ruins que é a manipulação. A maioria desses homens buscam vítimas, mulheres extremamente emocionais. Que agem pela emoção não pela razão. Eles fingem ser emocionais. No fundo, é só mesmo para satisfazer a vontade deles. Então quando você acha que passou por uma situação: ontem passei por isso, ele era assim, assim, assim. Você não acha que vai passar mais. Não! Estou forte agora. Criei anticorpos. Não vou passar mais por uma dessa.

Chega lá na frente você se depara com outro, que tem as mesmas características, mas que age de forma um pouco diferente. Aí acha que é outra pessoa, mas não é. E, a maioria deles, são separados. Não tem amigos, visam muito *status*. São pessoas que se mostram solícitas, educadas. Mas, na vida real, na convivência, são pessoas feias, inescrupulosas e manipuladoras.

Hoje estou sozinha. Não quero tão cedo na minha vida. Não quero. Foi muito, muito doloroso e continua sendo! Digo novamente: só Deus para continuar me curando. Estou indo para psicóloga, que é um amor de pessoa, mas vou deixar de ir também porque acredito que só Deus para curar. Não tem remédio. Fui para dois psiquiatras que me passaram remédio.

Tentei me matar. Tomei quinze comprimidos de razapina. Quinze comprimidos de quinze miligramas. Dois já era o suficiente para eu ter um ataque cardíaco e morrer. E quantas mulheres passam por isso? Minha aluna conversando comigo falou: “Pró eu já tomei seis para tentar me matar” E eu observei também que a maioria das pessoas que tentam suicídio foram rejeitadas pela mãe.

Minha mãe não me criou e eu não sabia disso. Que as pessoas que tentam suicídio foram rejeitadas pela mãe. Então o conhecimento ajuda muito, mas a gente também tem que valorizar enquanto ser humano. E não tem fórmula, por mais que a gente ache: Não! Dessa vez eu aprendi! Mas é como se eles ficassem expert nisso sabe? Em enganar é o jogo do engano, o blefe o tempo todo. Muito solícitos, muito calmos, muito educados, articulados, inteligentes. Mas no convívio familiar são muito ruins, são monstros. (grifos meus).

## Capítulo 5 – Onde? Atuação institucional

### 5.1 – Tempos da Justiça

Durante a pesquisa de campo foram realizadas sete entrevistas com representantes institucionais da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica em Salvador. Tendo como ponto de partida cinco perguntas (Apêndice I) para cada entrevistada, a composição desses sujeitos está atrelada ao juizado (28,57%), promotoria (28,57%), segurança pública (delegacias e atenção especial) (42,5%). Traremos as sete respostas referentes a cada pergunta na íntegra<sup>20</sup> e, para análise das mesmas, trabalharemos com análise do discurso.

Pertencem ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir do conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. (BARDIN, 2011, p.42) (grifos meus).

Com base nesta perspectiva foi realizada uma análise quantitativa das expressões frequentes, atinentes à análise temática de objeto ou referente:

O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar as motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc. As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupos, os psicodramas, as comunicações de massa, etc., podem ser e são frequentemente, analisadas tendo o tema por base. (...) O objeto ou referente: trata-se de temas de eixo, em redor dos quais o discurso se organiza. (...) Recorta-se o texto em função dos temas eixo, agrupando-se à sua volta tudo o que o locutor exprime ao seu respeito. (BARDIN, 2011, p.106) (grifos meus).

Com o intuito de perceber se as mulheres representantes institucionais, integradas ao sistema de justiça e à segurança pública são consonantes e/ou divergentes em seus posicionamentos à frente da Rede de Proteção à Mulher vítima de violência doméstica em Salvador/BA.

<sup>20</sup> A opção se justifica pelo mesmo argumento de termos trazido na íntegra as histórias de vida. De não nos apropriarmos de partes das falas correndo o risco de selecionarmos apenas o que corroborasse com o nosso pensamento, descontextualizando-as. E também por entendermos que esses dados podem ser utilizados em outras pesquisas revelando outras possibilidades de interpretação.

A primeira pergunta é sobre a percepção dessas Mulheres Representantes Institucionais (MRI)<sup>21</sup> com relação ao fenômeno da violência de gênero.

É um sistema milenar, patriarcal. Muitas mulheres vêm sofrendo há milênios essa discriminação, esse quase genocídio de mulheres em razão única e exclusivamente por serem mulheres. Sempre foram discriminadas. Hoje, nós estamos tendo uma visibilidade maior dessa questão porque está se colocando politicamente, mas antigamente chamava-se: “crime invisível”, onde a mulher no recesso do seu lar, onde ela deveria ter a paz e a tranquilidade para a sua família, era ali que sofria as maiores atrocidades quando chegando às vezes até a morte, na presença dos seus próprios filhos. (MRI1) (grifos meus).

Friso aqui as categorias/conteúdos que trazem elementos para análise tais como: discriminação patriarcal, atual visibilidade para este tipo de crime e morte de mulheres por questão de gênero (feminicídios).

Já para segunda captação, MR2 as aborda a crescente das denúncias, do volume de trabalho, nos levando a refletir sobre a questão do quantitativo de recursos humanos para o trabalho e da necessidade de intervenção do Estado.

Algo crescente que por mais que se faça e trabalhe a respeito a gente sempre fica na dúvida se realmente é a violência que está crescendo ou se as mulheres é que estão denunciando mais. O que é fato que a gente vê, é surpreendida a cada dia com as notícias na mídia de que cada vez mais mulheres estão sendo vítimas de violência e parece um trabalho de formiguinha. Você vai fazer a sua parte, trabalha com um volume que é alucinante de processos porque comparado a outras Varas Criminais daqui de Salvador as Varas que trabalham com a Violência Doméstica são as que mais recebem processos. Inclusive tem meses que a gente recebe muito mais do que as Varas de Tóxicos. Então, assim é um fenômeno que clama por uma intervenção mais, um olhar mais cuidadoso. Uma intervenção mais dinâmica, mais efetiva para a gente tentar prevenir outros feminicídios que estão aí para acontecer a qualquer momento. (MRI2) (grifos meus).

A terceira traz, juntamente com a primeira, a questão histórica da violência, a interseccionalidade do fenômeno e para outros níveis da violência contra a mulher além da doméstica e familiar. Aponta também para a possibilidade de uma mudança social.

A violência contra a mulher para mim é histórica, milenar, intercontinental e, no Brasil especificamente. É uma herança

---

<sup>21</sup> Serão codificadas com essa sigla, seguida de números (de um a sete).

que nós trouxemos da colonização. Ela termina que é estruturante da nossa sociedade. Seja por conta da colonização dos portugueses, seja por conta dos resquícios da escravização e toda a forma da construção política social do Brasil. Para mim, a violência, além disso, envolve uma questão de educação fragilizada, de instituições estruturadas a partir da questão educacional, de classe, social, racial, de controle, de poder. E termina que reflete em todos os níveis não só da violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, mas a violência urbana. Na violência em todos os níveis onde existe mulher: nas relações de trabalho, nas relações sociais. Enfim, nas relações de afeto, ela está presente em todos os lugares. Eu penso que a violência está um pouco introjetada na própria formação nossa, do brasileiro e, assim como construímos, eu acredito que podemos desconstruir. (MRI3) (grifos meus).

Essa próxima resposta denota outros níveis da violência, além da doméstica e familiar. Entretanto aponta para o enfrentamento do fenômeno como político, vinculado aos Direitos Humanos. Trazendo a questão do atendimento integral e da Rede de Proteção.

É um fenômeno grave. Na minha opinião, avançamos muito no Brasil, principalmente a partir da política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres que é uma política que pretende mais do que só o combate, ela também o viés da assistência integral a essa mulher, tem o viés da proteção dos Direitos Humanos dessa mulher, da promoção da igualdade e do combate efetivo de atos pontuais de violência doméstica e familiar. Na verdade contra a mulher, porque essa política nacional traz a violência doméstica familiar como uma das formas de violência contra a mulher então ela traz uma forma mais ampla que é da violência na comunidade, a violência institucional, todas as formas de violência contra a mulher na política pretende abarcar. E com essa orientação, essa diretriz da política nacional se começa realmente a delinear padrões mínimos de órgãos, de competência de órgãos relacionados a redes de proteção das mulheres e traz um fortalecimento na minha opinião. (MRI4) (grifos meus).

A complexidade do fenômeno é aqui apontada, concomitante com a questão do machismo como estruturante cultural, inclusive entre as mulheres e dentro das instituições. Essas últimas deveriam enfrentar esse crime levantando a questão identidade/alteridade e sobre a naturalização da violência, bem como as dificuldades de percepção da violência doméstica e familiar como um crime. Aponta a solidão das mulheres que decidem denunciar e para a Lei Maria da Penha como uma possibilidade de enfrentamento.

É dos crimes mais vis e complexos que existem, a violência contra a mulher ela é normalizada nas nossas relações, ela é permitida socialmente. Então é normal nos termos situações familiares em que inclusive uma outra mulher dessa família recrimina a mulher se ela for denunciar, por exemplo. “Como você pode fazer isso com ele? É o pai de seus filhos! Ele só estava de cabeça quente” ou então a responsabiliza “Mas você também, foi fazer isso, você sabe que ele não gosta!” Então, até em nós, mulheres, esse crime passa pelo espaço do permitido, do possível. Se o homem te dá dinheiro, provém o lar e na rua te trata com respeito, pronto ele já valida a violência dentro de casa sem ninguém ver. Se ninguém vê não tem problema. A violência contra a mulher ela é complexa por isso. E quando a gente vai partir para o lado de quem deveria coibir, de quem deveria punir esses criminosos, e a gente precisa entender que esses homens são criminosos, eles estão cometendo crimes. Esses homens e mulheres que estão nesse espaço de punir vieram de onde? Dessa mesma sociedade, dessa mesma cultura. E eles vão olhar para essas mulheres e olhar para esses criminosos no lugar de absurdo “Não! Isso é um crime de nada, só foi um empurrão... Ele só fez dessa vez, foi um murro só! Pense bem, é o pai de seus filhos! A senhora tem certeza que vai largar? A senhora também! Sabe que ele não gosta e a senhora fez!” Nós, quem deveríamos coibir o crime, o validamos, permitimos que ele aconteça. E as pessoas que comentem e que também sofrem com o crime, também vivem nisso. Quando a mulher se insurge contra uma violência, seja lá qual for, a doméstica, a sexual, o assédio moral no ambiente de trabalho, quando ela se insurge, nós da comunidade tendemos a questionar porque ela está levantando essa bandeira. Aí vamos rotular ela de diversos nomes. O soteropolitano adora rotular as ações do outro e eu acho um problema sério porque as pessoas estão tentando sobreviver, estão tentando se defender. Ela não está fazendo isso porque ela quer aparecer, ou porque ela é burra, ou porque gosta de apanhar. Não. É o jeito dela sobreviver, ela sobrevive assim. Se ela sobrevive mantendo uma relação abusiva, é o jeito que ela escolheu. Então eu credito esse crime como algo tão complexo, tão difícil, em especial porque a sociedade valida ele, ela não olha para isso como um crime, ela não observa isso como um crime. Se eu não vejo um problema, eu não vou procurar solução. E a Lei Maria da Penha há onze anos apenas, está aí tentando fazer as pessoas olharem para este crime como um crime, tentando, não sei quando, mas eu acho que a gente vai conseguir. (MRI5) (grifos meus).

Consolidam a noção de historicidade e a necessidade de enfrentamento político para o combate ao fato.

É um fenômeno que precisa ser controlado. É um processo histórico, a mulher sempre foi violentada, mas na maioria das vezes ela não tinha voz e a partir do momento que essa mulher questionou, buscou, passou a dizer esse problema foi visualizado pelas autoridades que seriam capazes de criar os mecanismos para coibir e isso vem sendo feito. Eu entendo

que de uma maneira tímida diante do grande número de violência contra as mulheres, que chega a ser perverso, precisa ser mais visto e novas políticas sejam implementadas. (MRI6) (grifos meus).

Tais argumentos identificam urgência na abordagem ético-política, assim como relatam o crescimento da violência, do machismo como estrutura social expondo a necessidade de educação para o enfrentamento do fenômeno que não será extinto apenas com punição. Isso coaduna com as agendas internacionais e a construção/elaboração de letras jurídicas e institucionais.

Na realidade um crecente, a cada dia tem aumentado, a gente já está este ano, agora, com um número de ocorrência maior que no ano de 2016, e preocupada porque acredito que não é a delegacia que vai resolver essa violência. Porque acredito que é um problema de valores, estrutural, não é um problema de polícia, e que se a gente não trabalhar junto com educação, pra mudar o conceito, esse machismo, essa maneira de ver, a gente não vai ver diferente e a violência só vai tender a aumentar e não a diminuir. (MRI7) (grifos meus).

As respostas para essa questão são convergentes, pois todas abordam o fenômeno da violência contra mulheres como uma questão histórica e social, normatizada e estruturada socialmente, permitida. Algumas narrativas, de agentes institucionais e representantes das instâncias centrais da parte jurídica da Rede abordam o crescimento do fenômeno e da necessidade de ser melhor enfrentado politicamente.

Segue ilustração da nuvem de palavras gerada a partir das respostas para análise das mesmas.

A segunda questão norteadora está vinculada à avaliação que elas fazem da eficácia da Lei Maria da Penha em território demarcado como município de Salvador/Bahia. A primeira resposta tece elogio a Lei, mas menciona da responsabilidade política para sua efetividade.

A Lei Maria da Penha é a terceira lei mais bem feita do mundo. É uma lei maravilhosa. Ela se fosse efetivamente aplicada em todos os Estados da federação, nós teríamos metade da violência que nós temos hoje porque é necessário uma conjuntura dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Porque uma sentença minha, uma medida protetiva minha, não vai resolver a vida da mulher. Claro que ela abrandam um pouco, evita, mas no final, se o homem quiser matá-la vai lá e mata, como a gente já viu. (MRI1) (grifos meus)

Direciona importância a estrutura e a abordagem em e da Rede. Entretanto, expressa e se coloca como não pertencente à própria Rede.

É preciso que tenhamos uma Rede, essa Rede é muito importante, que nos apoie de todas as maneiras. Aqui em Salvador eu não tenho muita coisa para lhe dizer porque nós aqui da Vara de Violência não fazemos parte da Rede. Eu não sei porque que o Tribunal não nos colocou. Eu não sei nem como é que funciona a Rede. Eu faço o meu trabalho dentro do que a Lei determina, na medida do possível. (MRI1) (grifos meus).

Explicita o trabalho interdisciplinar realizado no órgão para atendimento às mulheres e homens como se houvesse uma busca mútua entre vítimas e agressores. Se referindo à letra da Lei x materialidade da Lei.

Tanto é que eu, quando os homens saem da cadeia, eu tenho uma equipe que não é grande, antigamente era, agora não. Tenho uma psicóloga, uma assistente social e tenho um professor de psicologia que me ajuda para tratar dos homens. Eles fazem grupos reflexivos de homem, autores de violência doméstica, para entenderem porque que eles batem, porque que eles agridem. E também tenho outro grupo de empoderamento das mulheres para que elas não venham repetir este fenômeno. Porque não adianta prender, soltar, prender, soltar porque ela vai procurar outro homem, ele vai procurar outra mulher, é cíclico. É como as crianças que veem a violência, elas tendem a repetir a violência, uma menina vai procurar um agressor, um agressor vai procurar uma vítima. Então é por isso que é necessário uma Rede, um estudo muito bem aperfeiçoado nesta questão tanto do lado psicológico, tanto do lado sociológico, para que se diminua um pouco essa coisa escandalosa que é, como eu já falei, a violência contra a mulher. Que já não deveria existir mais. Nem contra a mulher, nem contra a criança, nem contra o idoso. Mas infelizmente em 2018 ainda precisamos de ações discriminativas positivas<sup>22</sup> para que a Constituição Federal seja cumprida. E a Constituição diz: "São todos iguais perante a lei". Mas, cadê? Isso na formalidade, mas na materialidade você está vendo aí: mulheres morrendo, crianças morrendo, sendo abusadas e os idosos sendo também abusados. Então é necessária uma vontade política para que se erradique, um dia. Eu estava outro dia em Brasília, num curso e estávamos fazendo uma estatística de quando nós não precisaremos mais dessas leis discriminatórias positivas: é uns trezentos, quatrocentos anos. Para chegar à igualdade. É muito difícil. (MRI1) (grifos meus).

<sup>22</sup> O Estado, através de sua atividade de normatização, estabelece as discriminações positivas por intermédio de leis, portarias e regulamentos. A discriminação positiva está inserida no rol de ações afirmativas praticadas pelo Estado, consistindo em uma diferenciação legal em relação a determinado indivíduo ou grupo de indivíduos, mas com o objetivo de lhe maximizar direitos em virtude de sua posição social desequilibrada advinda de situação fática. Disponível em: <https://rafasalviano.jusbrasil.com.br/artigos/148612553/discriminacao-positiva> Acesso em 27/08/2018.



Através desse relato, percebemos que algumas narrativas “internas” ao sistema de justiça, mesmo após doze anos de implementação da Lei, reconhecem que há um hiato entre a letra da lei e sua aplicabilidade. Não obstante e observando o atual momento, não necessariamente promovem a justiça e acesso à cidadania em sua integralidade e garantismo.

A Lei Maria da Penha é um instrumento importante para vítimas pela crescente violência e imagina como seria se não existisse a Lei. Tem um grupo de trabalho bastante atuante nessa área e a gente tem em vários casos resultado. Claro que a gente não consegue 100% de resultado em todos os casos, mas ela é importante, ela é eficiente. Talvez a gente não consiga aplicá-la na totalidade como deveria ser porque aí eu resultado seria melhor ainda. Mas quando a gente faz audiência, quando a gente tem a oportunidade de ouvir a vítima, a gente percebe que a medida protetiva, ou a atuação da Justiça naquele caso surtiu efeito. Na maioria das vezes a gente vê uma resposta positiva. Então o que a gente precisa fazer é melhorar, diminuir prazos, porque às vezes demora muito uma intimação do agressor, demora muito pauta pra audiência, porque as Varas têm dificuldade de atuação. Hoje os defensores públicos, aqui em Salvador, nós temos três Varas que trabalham com violência doméstica sendo que apenas a primeira Vara tem defensor público para o acusado e defensor público para vítima. A segunda tem defensor público pra vítima, mas não tem para o acusado e a terceira não tem nem pra vítima nem pra o acusado. E isso é um entreve. Então a gente precisa melhorar, mas a lei em si ela é benéfica, ela é útil e surte efeito sim. (MR2) (grifos meus)

A narrativa oferece leitura sobre a complexidade e déficits estruturais: falta de recursos humanos. Isso porque, para os resultados positivos das medidas protetivas, ao contrário do que narram as usuárias e, de forma indireta, coadunam um “ponto cego” (Cavalcanti & Silva, 2015; Estevão, 2013): a questão da letra da Lei “a lei em si” e a “dificuldade de atuação”, a demora temporal e executiva nos prazos. É importante ressaltar que há uma diferença de denominação com relação ao homem agressor. Na primeira fala temos “homens autores de violência” e, nesta segunda, “agressor”.

O próximo relato converge com este no que diz respeito à efetividade da medida protetiva. A entrevistada responde à questão através de uma retrospectiva histórica e do impacto da Lei na sua vida profissional e na vida das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Aponta também as violências sobrepostas e institucionais sofridas pelas vítimas e a importância da visibilidade ao fenômeno alcançada através da Lei.

Eu sou Promotora de Justiça desde os anos 90. A violência contra a mulher me chama a atenção desde que eu tenho sete anos porque meu pai foi político, foi deputado. Quando eu era menina e mesmo antes de ser deputado, ele trabalhava com políticos, de uma geração da época do general Juracy Magalhães (interventor da Bahia), e meu pai recebia e atendia muitas pessoas em casa. Então, ainda bem pequena, quando eu acordava tinha uma fila na porta da minha casa para ele atender e, sempre me chamava atenção que tinha muitas mulheres na fila. Muitas mulheres às vezes chorando com filho. A gente morava perto de uma delegacia e, quando estava de férias, principalmente, quando brincava de boneca num tanque que tinha no escritório dele e eu ficava em cima desse tanque, brincando com minhas bonecas de escola e eu ouvia muitas histórias de mulheres dizendo que tinham sido agredidas por seus maridos; de mulheres que diziam que suas filhas tinham sido agredidas por seus namorados, de mulheres que diziam que seus maridos estavam presos porque tinham batidos nelas e queriam que ele ajudasse a soltar e aquilo me chamava muita atenção. E, na faculdade de Direito, o primeiro atendimento que fiz foi uma violência doméstica, extremamente grave. Eles eram estrangeiros, salvo engano, colombianos, e ela estava mantida em cárcere. Consegui fugir, e tinha praticamente a metade do cabelo só na cabeça. Eu estava com 18 anos. Naquela época, eu pedi a meu pai para me ajudar. Tinha um tio delegado e a gente conseguiu tirar ela, tirar a menina, resolver a situação, ela voltou para o país dela com a criança, anos depois eu soube que essa menina voltou para o Brasil e foi morar com o pai e ela ficou lá. Me lembro de ver a dificuldade ali, do que era conseguir comprovar tudo que a mulher estava me dizendo e remontava a todas as coisas que eu ouvia quando era criança. Então a Lei Maria da Penha quando ela chega, eu já atuava como promotora de justiça nesse atendimento ao público e vendo mulheres vítimas de violência, para mim é um marco extraordinário. A Lei Maria da Penha para mim, que nunca sofri violência doméstica e familiar, foi como se tivesse recebido um alento: “Ahhh, agora aconteceu alguma coisa!” (MRI3) (grifos meus).

Nomear é atuar, mesmo que institucionalmente, de outra forma, buscando promover acessibilidade e partindo do pressuposto de dignidade da pessoa humana.

A primeira coisa que me lembro é do nome dessa moça, toda as vezes que eu falo sobre isso: Marisol Molina Herrera, foi a minha primeira cliente, no escritório da Universidade Federal da Bahia, quando eu estava com 18 anos em 1982. Anos depois eu vim atender esse mesmo homem que agrediu Marisol, agredindo a esposa dele, num projeto itinerante que a gente fazia, atendendo nos bairros, e ter a Lei Maria da Penha foi super importante para conseguir ajudar aquela que seria a terceira mulher desse cidadão brasileiro, embora colombiano (MR3) (grifos meus).

Outro item sobre a preparação de centros/coordenações especializadas, além de propostas educativas.

Atuei de 2006 até 2016, no Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher, cerca de 25 mil mulheres. Desde as medidas protetivas, orientação, pedido de socorro, violências sobrepostas, violência institucional, falta de atendimento. Mas eu também atendi, entre essas mulheres, muitas mulheres que se livraram das agressões. Muitas mulheres que conseguiram suas medidas protetivas, que conseguiram condenações, e, mesmo as que não conseguiram condenações, com a medida protetiva, elas conseguiram se livrar. Porque, muitas vezes, no monitoramento, que era um serviço que eu prezava muito em fazer, que a cada mês ou a cada dois meses ou, nos casos mais graves, a cada quinze dias, pedia a equipe multidisciplinar para ligar, para saber e ver que aquelas mulheres estavam recompondo e reconstruindo as suas vidas. Então vejo a Lei Maria da Penha como um marco mesmo, muito importante, para visibilizar a violência, para fazer com que a gente conversasse sobre isso, para que a imprensa dessa importância, para que o Estado e o sistema de justiça dessem importância a isso. Para que fosse conversado nas escolas, para a minha filha de dez anos saber o que é machismo e saber se defender, pedir ajuda e, por mais que a gente ainda veja casos de violências praticados contra as mulheres, muitas vezes crimes com uma força, com um vigor, com uma potência virulenta muito grande, mas eu vejo as mulheres com mais esperança, com mais determinação, principalmente as mulheres mais jovens. (MRI3) (grifos meus).

A entrevistada a seguir menciona a importância da Lei, do seu conhecimento entre a população, do fato dela ter sido eleita a terceira melhor lei de combate à violência doméstica e familiar pela ONU Mulheres. Ela se questiona sobre a aplicabilidade da Lei e sua eficácia, assim como a da punição. Porém não como única solução para o combate a esse tipo de violência que ela traz como violência de gênero, sendo a primeira das entrevistadas a abordar o conceito. Assinala a relevância de trabalhar com os homens, denominados de agressores, e da educação para uma resolução efetiva da questão.

A Lei Maria da Penha é muito importante. Se nós pararmos para pensar, talvez seja a mais conhecida no Brasil. Então a gente fala: A Lei Maria da Penha, todo mundo sabe do que se trata. Pode até não ter lido o texto, mas sabe que se trata de uma lei de proteção à mulher. Então isso é muito importante, saber pelo simples nome da lei do que se trata, isso é muito importante, é fundamental. A ONU mulheres considera a Lei Maria da Penha a terceira melhor lei de combate à violência doméstica e familiar do mundo. Aí a gente fica perguntando o que está faltando. Não é? (MR4) (grifos meus).

Sinaliza os altos índices, tema recorrente nas falas, indicando suas possíveis causas.

Se a gente tem uma das melhores leis do mundo porque é que os índices continuam tão altos? Eu acredito que os índices altos dizem respeito, principalmente, a uma tomada de consciência das mulheres e a existência dessa rede de proteção. À existência e consolidação dessa Rede de Proteção. Porque na verdade, os atos de violência contra mulher nunca deixaram de acontecer na nossa sociedade, sempre aconteceram, mas eram invisibilizados, justamente por aquela ideia “Ah, é briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Realmente as pessoas não se metiam, não denunciavam. A própria mulher tinha e em certa medida ainda tem, tanta vergonha de se colocar como vítima numa situação de estar realmente está sendo vítima de violência, de violência de gênero. As dificuldades sempre existiram, o que eu acredito que está acontecendo é a visibilização desses atos de violência a partir da Rede de proteção, a partir dos órgãos responsáveis pela proteção e enfrentamento à violência contra a mulher e também a partir da Lei Maria da Penha que é uma lei muito conhecida e que vem sendo aplicada (MRI4) (grifos meus).

Sobre a efetividade da aplicação lei, focando nas medidas protetivas de urgência que foram apontadas como de grande importância no enfrentamento à violência, por parte das agentes. Porém menciona pontos que precisam ser fortalecidos e melhorados.

Está sendo aplicada a contento? Aqui nós temos uma ação desde o início desse ano a focar bastante no ajuizamento de medidas protetivas de urgência em favor de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que é quando cabe esse tipo de medida pela Lei Maria da Penha. Então nós fizemos uma pesquisa dessas mulheres em situação de violência doméstica e familiar que ajuizaram medida protetiva de urgência por aqui e, conseguimos verificar que, em média, dos pedidos que solicitamos, realmente tem saído em dois dias, no máximo dois dias e meio, que é o prazo que a Lei Maria da Penha dá para a concessão de medidas pelo judiciário, que são 48 horas. Então a gente tem uma efetividade, houve uma mudança com a lei. É ideal? Não é ideal ainda porque a gente tem que trabalhar as outras vertentes da Lei Maria da Penha, além da questão da punição e, além das medidas de proteção à mulher, tem outras questões aí: educativas, de acompanhamento psicossocial da mulher, inclusive até do agressor que pouco são aplicadas e que deveriam ser uma vertente de atuação do poder público no combate à violência doméstica e familiar porque tratar da mulher é fundamental. A gente cuidar dessa mulher para fortalecê-la para que ela possa sair de ciclo de violência é fundamental. Só que a gente precisa trabalhar também os homens, porque ele faz parte do problema e, se ela faz parte

do problema, ele vai ser parte da solução. Então eu digo sempre que um homem não é agressor de uma mulher, ele é um agressor em potencial, então ele deixa de agredir aquela mulher que nós conseguimos fortalecer para sair do ciclo de violência, mas ele vai ser agressor de outras mulheres que não estejam tão fortalecidas quanto a mulher que ele deixou de agredir porque ela saiu do ciclo de violência (MRI4) (grifos meus).

Demonstra a importância do trabalho preventivo com homens agressores, questão que também foi elencada em outras falas.

A gente precisa trabalhar e isso é um trabalho preventivo também, quando a gente trabalha o agressor a gente previne que ele cometa novos crimes, novos atos de violência contra outras mulheres. Então há vertentes ainda a serem exploradas, mas não há dúvidas de que houve uma melhora, só pelo conhecimento que a população tem em relação à lei, ela gera um certo temor nos agressores. A gente fala: “Ah, tem mulher que às vezes têm medida protetiva de urgência e é morta pelo companheiro, pelo ex companheiro, pelo marido, pelo ex marido.” Acontece isso sim, mas a grande maioria dos casos, a gente pode dizer até 80% dos casos o homem recua. Sabendo que tem o conhecimento do poder público, do judiciário, que há uma medida contra ele. Pelos menos um ato de violência mais concreta, pode até continuar uma violência psicológica, uma violência moral. Mas aquele ato de violência mais concreta que é a violência física, que é a tentativa ou o feminicídio consumado, acredito sim que a gente previne muito com a Lei Maria da Penha (MRI4) (grifos meus).

Punibilidade e agravos a partir de 2015, com a lei do feminicídio, ainda sob implementação e formação de quadros, traz leituras ampliadas como também soluções no sentido de coibir e dar outra dimensão aos crimes e violências contra mulheres.

Para mim a pena ainda é muito baixa. Quando a gente fala em tentativa de feminicídio ou feminicídio, a pena é alta. Até porque o crime de homicídio tem penas altas. Quando veio a lei do feminicídio que é de 2015, trouxe ainda uma qualificação a mais, quando o crime ocorre pela condição de mulher da vítima, mas os outros crimes: quando envolve ameaça, quando envolvem os crimes contra a honra, quando envolve agressão física, ainda tem uma pena que permite que não haja uma condenação efetiva, uma prisão efetiva desse agressor. Mas também não é o caso de a gente acreditar que a prisão em si vai trazer uma modificação do comportamento, uma modificação cultural da sociedade, não necessariamente. Então por isso que eu digo que a punição ela é importante, para que não gere também essa sensação de impunidade, de que nada é feito pela Lei Maria da Penha, mas na minha visão ela não é a única solução nem a mais eficaz para a gente

trabalhar no combate à violência doméstica e familiar (MRI4) (grifos meus).

Esses dois últimos relatos apontam para a questão de um único homem ser, ou poder vir a ser, agressor de diversas mulheres, abordando a relevância observar e trazer responsabilização aos agressores, projetando participação dos homens para o enfrentamento ao fenômeno em sentido relacional. A resposta a seguir coloca a lei como um marco histórico, transformador cultural. Gerando uma mudança de comportamento que é processual e que requer tempo para acontecer, tratando da eficácia da lei como proposta transformadora.

A Lei Maria da Penha só tem 12 anos e é só porque a sociedade brasileira já tem mais de quinhentos e nós só tem onze anos tentando modificar uma prática. Uma prática que eu aprendi na escola, aprendi nas minhas relações. Eu lembro de minha mãe falando que “em briga de marido e mulher ninguém metia a colher”. E algumas mães que vieram antes da minha também devem ter dito. Então para eu fazer essa mudança de comportamento, é processual, eu não vou dá um salto evolutivo tão breve, tão pequeno. É um grande salto evolutivo. Eu vejo a Lei Maria da Penha em Salvador, como em todos os lugares onde eu passo como catalisador dessas mudanças. Ela veio sinalizar um problema, e agora nós estamos nos mexendo. Recentemente estou ouvindo algumas pessoas reclamarem “Você já viu quantas mulheres estão sendo mortas?” Aí eu perguntei: Vocês sabem quantas pessoas morrem em Salvador no final de semana? Sabem? “Não, não sei” Talvez 30. De 10 a 30 pessoas morrem por final de semana em Salvador. Quantas dessas você vê noticiada na TV? “Ah, não sei, duas ou uma”. As outras você não vê noticiar. Não é verdade? Porque os veículos de mídia não veem como notícia trazer essa informação para gente. Você sabe porque agora a gente está sabendo que as mulheres estão sendo mortas? Porque os veículos de mídia entendem que agora é interessante. Porque antes sempre morreram (MRI5) (grifos meus).

A violência urbana/social assinalada como comum, ocupando estatística e cotidiano, mas vista com um recorte essencial do aparato jurídico/institucional, com efeitos legais potentes a partir da Lei Maria da Penha. A violência de gênero - com ênfase ao doméstico-familiar – sendo adicionada como agenda, políticas e legislação específicas.

Sempre as mulheres foram mortas pelos seus companheiros, sempre. Só que a Lei Maria da Penha fez com que essa história virasse pauta. Fosse pautada nas nossas redes, fosse pautada na prova do Enem, por exemplo. Então o que

antigamente ninguém noticiava, ninguém falava, ficava lá. Agora virou pauta. Então a Lei fez isso, a Lei tem mudado a história. Existir a Ronda Maria da Penha é um avanço significativo dessa Lei. Você sabe o que é uma Polícia Militar pegar um efetivo e recursos pessoal e material de direcionar exclusivamente para esse trabalho? Nós só fazemos isso: enfrentamento à violência contra a mulher. Antes estava tudo isso diluído entre outras ações, mas agora não. É tão importante essa Lei, ela é tão eficaz no máximo que ela se propõe, porque as pessoas ficam dizendo que a Lei foi feita só para prender homem e não é. A Lei foi feita para mudar uma cultura, essa é a grande ambição da Lei, que fez com que a polícia militar do meu estado instituisse uma unidade como essa apenas, aspas bem grandes nisso, apenas para poder proteger mulheres. Até dez anos isso não seria possível, mesmo com a Lei vigente isso não seria possível. A lei trouxe para Salvador, para a Bahia, para mim, para a Polícia Militar, um avanço significativo. (MRI5) (grifos meus).

Seguinte depoimento faz uma aproximação sobre os afetos que permeiam as relações das quais emergem a violência doméstica-familiar e, de certa forma, corrobora com o relato de algumas mulheres que narraram suas vivências de violência. Afirmam que todos pensam que elas vão retornar para o parceiro, que elas não querem a punição, que sentem pena, traz também a questão da aplicação da Lei. Do ponto de vista relacional e ouvido, com certa frequência, afetividade, vínculos e não autonomia são características sinalizadas por ambos os grupos (MRI e as mulheres que vivenciaram violências), que necessita ser encarada com mais seriedade, apontando para o problema da efetividade como se o mesmo estivesse atrelado às vítimas e às aplicadoras da lei.

Veja bem, é um grande avanço se a gente comparar como antes era visto, era tratado o fenômeno da violência contra a mulher. A gente vê que é um grande avanço. Agora a gente ainda precisa dessa questão de efetividade. Eu acho que ela precisa ainda se dar, digamos assim, até um trocadilho, de alguma maneira mais efetiva. Por quê? Porque a gente percebe que é até levado pela própria vítima, que a vítima quando vem ela está registrando um Boletim de Ocorrência, ou ajuizando uma queixa crime com relação a alguém que ela gosta ou que já gostou muito e que retribui de uma maneira diferente. Então, às vezes, quando ela chega, ela quer uma medida. Mas se no meio do caminho a própria vítima entende que aquela medida é muita dura ela quer voltar atrás, que não merecia tanto ou já reconcilieij. E assim, os aplicadores<sup>23</sup> da lei se deixam envolver, quer dizer, não deixando de aplicar voluntariamente a lei, mas como a mulher não quer, você

<sup>23</sup> A entrevistada sempre usa o masculino mesmo se tratando de mulheres.

termina como ter uma coisa outra mais urgente. Então eu entendo que essa aplicação precisa ser feita de uma maneira mais contundente até dizer porque é uma lei que está sendo violada e que precisa ser aplicada como qualquer outra lei, porque uma lei não cria delitos, os delitos são todos aqueles do Código Penal, e quando são violados têm que ser aplicados de maneira até quando uma lesão de natureza leve. Se a lei diz que o inquérito policial, aquele homem tem que ser indiciado, independe dessa vontade da vítima ou a gente pensa: “Ah vai ser pior para essa mulher se esse homem for condenado” (MRI6) (grifos meus).

Responsabilização e ações atinentes aos autores/agressores observando ainda inoperância e início de atividades quanto à atuação relacional. Observância de machismo/racismo institucional, desde o atendimento ao apoio sócio psicológico centrado no imediato (urgência cotidiana).

Acho que não, se ele vai fazer, ele que vai criar os mecanismos para se reabilitar, então entendo que ainda precisa de todos os profissionais. Eu digo assim, todas as áreas que apliquem, que vejam de uma maneira como outra qualquer. Você ver a gente tem às vezes, pela própria delegacia, uma mulher: “Ah eu quero dar um susto, eu não tenho muito interesse, Ah eu não quero representar o crime de lesão corporal” A gente vê, às vezes, numa audiência de custódia, a coisa é tratada de uma maneira... Quando a lei diz que no momento em que o homem é liberado que a mulher deve ser de logo informada. A gente percebe que nem sempre isso acontece, então a mulher fica vulnerável, se o homem é liberado numa audiência de custódia e ela nem sequer foi avisada ou recebeu uma ligação. Então precisa ser visto com outros olhos pelos aplicadores, ela não é assim, totalmente aplicada, ou efetivada de maneira que possa ser elogiada. (MRI6) (grifos meus).

A última resposta a esta segunda questão percorre o fator tempos, ou seja, a demora do processo, dos entraves que as vítimas encontram para conseguir efetivar a denúncia e o processo propriamente dito, baixa punibilidade, levantando também um dado financeiro, um recorte de classe, declarando necessidade de olhar/interpretação interseccionais ou em “alquimia das categorias” (Castro, 1992). Toca, assim como a entrevistada anterior, no tema dos afetos que envolvem esse crime, da atuação com os homens, do contexto social patriarcal que enquanto não mudar socialmente não mudará o fenômeno e propõe como possibilidade de resolução a Casa da Mulher Brasileira (CMB) e terapia das conjugalidades e na intimidade.



Na realidade a Lei Maria da Penha é a terceira melhor lei do mundo. Realmente ela é muito bonita, ela abarca quase tudo, mas no papel, na prática a gente não vê ela acontecer como devia, em função de todos os entraves: jurídicos, polícia, de tudo. A gente tem uma rede que trabalha bem, até além do que devia porque tem pessoas abnegadas, mas ainda não é o ideal que a pessoa espera. Por quê? Na realidade, o processo hoje demora muito e percorre vários caminhos. E isso atrapalha a vida da mulher. Ela chega numa delegacia hoje e se ela chega sozinha, vai registrar um Boletim de Ocorrência e vai marcar uma data pra ela retornar e, em média, depende do meu plantão, está indo para março, para fevereiro, para janeiro (MRI7) (grifos meus).

Cabe atentar sobre a “Rota Crítica”, o percurso das mulheres em situação de violência no momento de pedir ajuda (Silva, 2016).

Quer dizer que, ela veio numa delegacia, ela tem uma urgência e marca para ela retornar com trinta, sessenta, noventa dias. Aí, de repente, daqui para lá ela nem retorna, porque ela já resolveu o problema dela sem precisar da delegacia. E isso por quê? Por carência de efetivo. Registra. Se tem lesão, tem que ir para o Instituto Médico Legal, dinheiro de transporte, tempo de trabalho. Aí marca uma data para ela voltar, com duas testemunhas. Mais três passagens de ida e de vinda. Tudo isso é entrave. Aí, quando ela retorna com as testemunhas, se tem dano ou se tem injúria a gente tem que encaminhar para a Defensoria Pública porque depende de uma queixa crime que o delegado não pode fazer. Vai à Defensoria e lá recebe um cartão com a data de retorno. Então é muito percurso, muitos encaixos até chegar ao final. Acredito que muita gente desiste no meio do caminho pelo financeiro. Isso tudo é desgaste de passagem, de dinheiro, e também porque trabalha. A grande maioria dos patrões não aceita um atestado da delegacia. Não permite que funcionário falte para vir à delegacia. Tudo faz com que ela desista pelo caminho ou que fique mais difícil. Hoje acredito que a solução para isso seria o que foi prometido e não foi cumprido, que é a casa da mulher brasileira. A mulher tinha que chegar num espaço onde registrasse a ocorrência, se precisasse de lesão tivesse um transporte para levar e trazer, fosse feita a audiência na hora, naquele mesmo dia, e se providenciasse as coisas naquele mesmo espaço, porque é muito difícil percorrer esse caminho para chegar até o fim (MRI7) (grifos meus).

Os tempos, temporalidades e “desilusão” como entraves da Rota Crítica. Entrando na seara das emoções vivenciadas. Também mencionadas nas narrativas das mulheres vítimas de violências.

Na realidade, acaba desiludindo a mulher. Apesar do volume ter aumentado, muitas vezes, a mulher deixa de procurar pela desilusão. Porque não é só isso, além disso, tem o quê? Quer dizer o crime de ameaça, de injúria, de dano ele tem uma pena pequena e ele é considerado crime de menor potencial

ofensivo. Em função da Lei se transforma em inquérito, mas quando o juiz conclui o inquérito não pode penalizar além do que está no código. Então vem a decepção também daí, porque aí a pena é de que, de um mês. Tem muitas decepções (MRI7) (grifos meus).

Aponta sobre o que esperar e as possibilidades de concretizar ações. É uma fala que, por se remeter às questões emocionais e afetivas se aproxima bastante dos relatos das mulheres recorreram ao Estado para o enfrentamento das violências sofridas.

Hoje eu acredito que se deveria encampar uma campanha de procurar estudioso da área pra tentar viabilizar um mecanismo da efetividade da lei realmente acontecer. Porque a decepção vem daí, a frustração vem daí. A lei é linda, é bonita, ela ampara com atendimento psicossocial, que na grande maioria dos lugares não tem. Tudo isso é dificuldade, por exemplo eu não tenho aqui, devia ter na delegacia, um atendimento terapêutico, um atendimento psicossocial, porque é um crime que mexe e mexe muito com a estrutura da mulher. Eu já peguei pessoas aqui depressivas, desequilibradas mesmo pelos problemas enfrentados no convívio. E você não tem essa estrutura, tem uma rede e acaba que aí me diz o seguinte “Ah, o Loreta tem”. Mas, o Loreta funciona lá nos Barris. Essa mulher trabalha, não tem dinheiro suficiente para transporte. Acho que tinha que se pensar uma maneira de fortalecer essa rede, de uma forma de melhor atendimento a essas mulheres assistidas. Aí acontece uma disparidade como eu tenho hoje, eu estou com quase duas mil ocorrências registradas e só tenho oitocentos inquéritos. Porque a maioria desiste no caminho, a maioria não volta aqui, porque são muitos percalços para ela conseguir concluir o inquérito. E aí a gente está falando só de estrutura jurídica porque tinha que analisar também a estrutura emocional, é um crime diferenciado. Não é um crime de uma pessoa qualquer que lhe agrediu. É um crime de alguém que você tem vínculo, tem filho, ama e que, mesmo com a decepção, ainda ama (MRI7) (grifos meus).

Na sequência, anuncia um ponto crucial dessa tese, envolvendo relações familiares e como essas relações entram em pauta nos casos de violência. Muitas vezes no sentido de silenciamento, mas reviolentando e expandindo a violência conjugal para o âmbito familiar.

Que precisa essa mulher também ser fortalecida psicologicamente para conseguir enfrentar. É a sogra que diz que não quer, é o filho que já está maior que diz que não quer. Então tudo isso é confusão na cabeça da mulher e a gente também não tem esse amparo psicológico. Precisa de uma estrutura para mostrar a ela que não vale a pena, por todo amor, por tudo, viver submissa a uma agressão, ou violência, ou mau trato, por esse amor egoísta. Porque o amor mesmo

não é esse. Esse é um amor bandido, porque quem ama não mau trata, não machuca e a gente que fazer essa mulher entender que o amor que a gente prega numa convivência não é esse de viver sofrendo porque ama. Esse amor é doentio. A gente não tem esse amparo. Gostaria muito de ter aqui na delegacia: um psicólogo, um terapeuta, pra gente fazer terapia de casa, porque enxergo hoje, depois de quatro anos, que o problema está no homem. Viemos de uma estrutura machista, não é no homem porque ele quer, é por que ele perpetua o que ele aprendeu. A gente vê hoje que a maioria das mulheres não se desvincularam ainda desse machismo porque ainda acham interessante quando o homem manda ela entrar e trocar de roupa, acha que é ciúme, que é lindo. Porque é esse entendimento que nem a mulher tem direito ainda. De que ninguém é propriedade de ninguém. É por isso que eu acredito que isso só vai mudar com educação. A gente tem que trabalhar essa juventude nova que está aí de forma diferente. A gente veio de uma cultura que ser mãe era criar filhos em casa. Hoje, não pode mais se dar esse luxo. Se a mulher não sair para trabalhar junto com o companheiro, a família não vai existir, porque para existir, para educar os filhos direito, para pagar escola, não tem como não trabalhar o casal (MRI7) (grifos meus).

Assim como em falas anteriores reforça a importância de trabalhar com os homens para o enfrentamento ao patriarcado.

Tem que trabalhar o homem também porque acredito que o casamento não é uma coisa de obrigações distintas. É dos dois. A mulher não tem obrigação de lavar roupa, de lavar prato. Acho que é conjunto. Tem que existir um consenso: hoje você faz isso; amanhã, eu faço aquilo. Não existe mais nessa conjuntura, nesse momento atual, divisão de trabalho porque ambos estão trabalhando na rua e os dois tem que trabalhar em casa. Enquanto não mudar isso eu não vejo como a violência mudar. (MRI 7) (grifos meus).

As respostas demonstram consonância em relação a impactos da Lei, como um marco para mudanças no enfrentamento à violência contra mulheres. É apontada como a mais conhecida do país, a terceira melhor lei do mundo, porém há o reconhecimento de que a efetividade da lei precisa ser ampliada.

No que tange ao item 3 (Apêndice I), debruçamo-nos sobre a avaliação feita pelas entrevistadas no que se refere a efetividade da Rede de Proteção às Mulheres vítimas de violência doméstica em Salvador. A primeira resposta diverge das demais, consubstanciando visão excepcional nos contextos institucionais, por afirmar que não faz parte da Rede.

Eu tenho que me queixar muito, porque não vem aqui na Vara. Não é integrada conosco, não procura saber o que nós

precisamos. Eu tenho várias queixas da Rede. Não sei nem quem está à frente porque não me procuram, não vem aqui na Vara. Então quero até me abster de falar, mas quero dizer isso: que para mim a Rede aqui em Salvador não existe. Eu sou sozinha aqui na minha Vara, trabalhando onde eu posso. O Tribunal de Justiça me ajuda. Tem mais duas Varas, é cada uma do seu jeito. A gente leva como a gente pode, mas a Rede não nos ajuda (MRI1) (grifos meus).

A partir da invisibilidade e não integração, além da espera por ser procurada, apresentados acima, os demais depoimentos assinalam outras dimensões e procura por parcerias e versatilidades institucionais. Há o reconhecimento de ser membro da Rede. No entanto destacam alguns pontos fracos como, por exemplo, a comunicação e a partilha de informações entre os órgãos, em caráter de interligações e ampla atuação/alianças.

Eu percebo, nos esforços que a gente faz, nas reuniões que a gente tem, uma boa vontade de todo mundo que integra a rede, mas eu percebo a rede atuando de forma isolada. A gente tem dificuldade de comunicação, existem vários órgãos que dispõem de serviços que outros órgãos não têm conhecimento. Eu acho que a gente deveria ter um meio de contato mais eficiente. Eu adoraria, por exemplo, que delegacia soubesse que hoje eu dei medidas protetivas pra tais e tais vítimas. Eu adoraria que a ronda tivesse como acessar essas medidas protetivas e saber quais foram deferidas. Eu adoraria saber que hoje a ronda esteve fazendo relatório com tal vítima. Então essa falta de comunicação dificulta o nosso trabalho. Eu percebo que todo mundo é bem intencionado, todo mundo tem boa vontade, mas a rede, ela não se comunica como deveria se comunicar. Então isso eu acho que a gente deveria trabalhar. (MRI2) (grifos meus).

Como descritos a existência do aparato em conjunto, outra colocação demonstra que os equipamentos se encontram fragilizados/subutilizados/inoperantes. Aborda a necessidade de maior integração, inclusive com os setores de saúde e assistência social (basilares no atendimento e previstos legalmente). No tópico relativo à comunicação, há concordância sobre a formação para as pessoas que integram a Rede. Ademais aponta a importância das políticas públicas para uma estruturação e enfrentamentos exitosos.

A gente tem em Salvador, todos os equipamentos, mas nós temos equipamentos fragilizados. O que importa na rede não são os equipamentos, são as pessoas que estão nos equipamentos. Eu digo o mesmo em relação ao sistema de justiça. Se você que tem na sua história um comprometimento

com o feminismo, com a Lei Maria da Penha, com as lentes de gênero que conhecem um pouco do que é essa história da violência, que se preocupam em se capacitar. Então a gente pode dizer assim: naquele equipamento procure fulana e beltrana, naquele equipamento procure tal pessoa. Existem equipamentos, ou existem instituições, que conseguiram fazer com que a Lei Maria da Penha entrasse em parte das suas articulações, no seu DNA. Mas eu diria que 100% das instituições não têm isso 100% fixado. Em Salvador eu entendo que nós temos casos de sucesso, muitas práticas exitosas, mas eu não diria que nós temos uma rede forte como ela deve ser. A Rede pressupõe que todos que a integram a saibam onde essa mulher está e o que está sendo feito, que ela não se perca mesmo que ela resolva voltar para ele, que ela não se perca. O monitoramento eu acho que tem 100% de importância, mas o que nós temos, por exemplo, é que tem ainda a concretude da Lei Maria da Penha em sua inteireza. A gente tem uma questão muito grave que é a interligação das informações (MRI3) (grifos meus).

Faz referência à Rota Crítica quanto à entrada das mulheres na Rede.

As pessoas têm o hábito de dizer, e eu até dizia isso no início: a porta de entrada da vítima de violência doméstica são as DEAM's, se ela está sofrendo a violência ela pode ligar 190, nem sempre ele vai atender, mas ela vai ligar. Se ela consegue correr ou passou aquela violência imediata, ela vai para delegacia, mas a porta de entrada não pode ser só a delegacia. A porta de entrada dessa mulher tem que ser os Centros de Referência, os Núcleos de Atenção, tem que ser os Serviços de Saúde, os serviços de assistência social, antes dela sofrer efetivamente aquela violência que faz ela ter coragem de procurar a DEAM. Procuro, até nas minhas falas mais atuais, dizer: a porta de entrada da violência concretizada e grave para as mulheres são as DEAM's. Não podemos pensar só nisso. A Secretaria de Saúde que é quem atende à mulher poliqueixosa, que é a que fala sobre a dor de cabeça, que é a que caiu da escada, que caiu disso, que caiu daquilo, precisa estar atenta. E a gente precisa que o Centro de Referência seja capacitado para atender à mulher, mesmo que ela chegue lá e diga; "Me casei, tem um mês, dois meses, e meu marido começou a querer ver meu celular. O que é que eu posso fazer?" "Ah, quando ele te bater você volta". Não (MRI3) (grifos meus)

Propõe atividades educativas e criação de espaços relacionais e de prevenção, trazendo a pauta a indispensável atuação com os homens que foi explanada em diversas falas institucionais como também entre as vítimas.

Aí tem que ter palestra. Antes não pensava nisso, mas esses anos de experiência: a gente precisa ter trabalhos para homens. Não com o dinheiro que trata das mulheres, mas a gente precisa ter um outro recurso que cuide disso. Por exemplo, eu tive uma entrevista com a delegada da DEAM de Brotas, se ela atende por volta de onze mil mulheres, ela faz

cinco mil inquéritos, e ela remete para o Ministério público cerca de três mil inquéritos, cadê os dois mil que estavam aqui? e cadê os seis mil que estavam aqui? (se referindo a diferença entre os números informados). Aí ela me diz: “Esses dois mil eu não consegui concluir por causa de uma infinidade de questões, esses seis mil eu não consegui sequer instaurar por uma infinidade de questões” Mas o que eu vou fazer com essas oito mil mulheres que me procuraram? Isso tem que ser pensado para que essas oito mil não tenham voltado para casa ou tenham encontrado outra alternativa e que daqui a dois, três, quatro, cinco anos elas voltem. Então isso a gente ainda não teve a capacidade de pensar. (MRI3) (grifos meus)

A discussão envereda sobre a representatividade feminina nos órgão de chefia, de poder, de tomada de decisão. Tal fato sugere que no cotidiano as ações e os sujeitos devem integrar atuação macro-estruturalmente.

Tenho pensado assim por que as instituições, em sua grande maioria, em Salvador, e em alguns outros estados eu vejo isso ocorrer, por que são poucas as mulheres que estão à frente? Por que são poucas as promotoras, juízas, delegadas, diante da magnitude da proporção dessa violência? Quem está na chefia desses poderes? Na maior parte, são homens. E será que eles criam esses cargos para dar uma resposta de perfumaria? (MRI3) (grifos meus).

Aborda um olhar emergente para as mulheres que integram a Rede, trazendo dados que estão aquém da necessidade soteropolitanas. Quadros e estudos, especialmente, sobre sistema de justiça e políticas sociais indicam que todas as envolvidas vivem contextos extremos e questionam sobre o real significado e impacto do vivido, narrado e efetivado.

E nós fazemos um esforço hercúleo para exercer os nossos trabalhos e aí quando nós nos encontramos, analisamos inclusive os nossos desgastes físicos, pessoais, emocionais, para dar conta daquelas companheiras. daquelas mulheres como eu, como a maioria das pessoas que estão trabalhando nessa “rede”, para dar uma resposta política? Para dizer que a minha instituição está olhando? Por que eu moro numa cidade que tem três milhões de habitantes e estou numa instituição que em tese se preocupa com os Direitos Humanos, tem os Direitos Humanos como um ponto de planejamento estratégico, o Tribunal de Justiça também, a Defensoria Pública também, e você tem 11 anos depois duas Varas criadas e uma terceira vara criada como uma Vara de Justiça pela Paz em Casa?! E aí você tem quatro promotoras, duas em cada Vara, e você tem duas delegacias, uma com cinco delegadas, agora, porque durante esses 11 anos eram três, e uma outra delegacia com três, agora, mas que durante 11 anos, ficou com duas, com uma. Então isso é o quê? Será que a gente está levando à sério mesmo? Será que a Política Pública, não a gente, porque

eu levo isso muito à sério, será que as Políticas Públicas estão, de fato, preocupadas com a violência que as mulheres sofrem? Ou somos nós que estamos segurando nas costas? (MRI3) (grifos meus)

Com base nessa última expressão, uma dentro do quadro de entrevistas, realizamos mais uma pergunta para essa entrevistada: Então a reflexão seria que o patriarcado está infiltrado dentro dessa própria Rede de Proteção, desde lá de cima? Será que seria a ser esse machismo, esse patriarcado que impedem a efetividade?

Eu não tenho dúvida disso. Eu diria que eu tenho certeza disso. Isso, na minha opinião, só mudará quando nós mulheres estivermos em cargos de decisão e mulheres que sejam preparadas e tenham lentes de gênero e capacitação específica para lidar com esse tema. (MRI3) (grifos meus)

A próxima fala também aborda os equipamentos da Rede, listando-os e avaliando-os. Versando sobre sua falta de estruturação.

Em Salvador a gente tem uma rede até razoavelmente completa. Quando a gente pensa nos diversos atores dessa rede. A gente tem: a Ronda Maria da Penha, muito bem instalada em Salvador e já multiplicada para outros estados e até para outros municípios da Bahia, nós temos a Defensoria Pública que tem um núcleo específico o NUDEM, nós temos o 180 que funciona muito bem, no sentido que ele é encaminhado todo o Ministério Público, para o GEDEM, que recebe esse 180 da Bahia inteira e filtra e distribui para cada promotor responsável, para cada setor responsável, a delegacia, enfim. Nós temos duas DEAM's, o que é muito pouco, muito pouco. Se nós formos olhar as normas de padronização técnica das DEAM's, elas colocam lá um quantitativo pela população da cidade, a gente está muito aquém, muito aquém. E também pela própria Constituição do Estado da Bahia estamos aquém, porque a Constituição fala que cada município, com pelos menos 50 mil habitantes terá uma DEAM, então se a gente colocar que Salvador tem mais de três milhões de habitantes, se a gente fizer uma proporção aí a gente tem poucas DEAM's e a gente também com a prática que a demanda nas DEAM's é absurda. Quando as DEAM's deveriam trabalhar, pela norma de padronização técnica, com toda a violência de gênero e não só com a violência doméstica e familiar, nós sabemos que só com a demanda de violência doméstica e familiar as DEAM's já não dão conta. Imagine se as DEAM's tivessem, como a norma de padronização técnica manda, atendendo toda questão de violência de gênero. As DEAM's também não atendem mulheres transsexuais, o que é uma das recomendações que o Ministério Público está já para expedir para as DEAM's, no sentido de que atendam as mulheres transsexuais também. Então a gente sabe que falta, falando especificamente de

DEAM's, estrutura, quantidade que é pouquíssima e material humano qualificado. A gente teve uma audiência pública no dia 30 de agosto (de 2017) aqui no Ministério Público sobre as DEAM's como porta de entrada do sistema de justiça. Porque quando a mulher decide romper esse silêncio, ela rompe esse silêncio procurando as DEAM's. Não tenho dúvida nenhuma disso. Então, muitas vezes, ela procura as DEAM's como porta de entrada e não recebe o acolhimento que deveria. Ela é desencorajada a registrar ocorrência; às vezes, se sente culpada com a ocorrência, porque é questionado o que é que ela fez. Às vezes, se questiona a questão da roupa. Eu estou dizendo isso a partir de uma pesquisa que foi feita por um estagiário de serviço voluntário concluinte do curso de Serviço Social que apresentou nesta audiência pública os resultados da sua perspectiva qualitativa, então não estou falando à toa, estou falando porque teve uma pesquisa sobre isso e a gente tem material. E foi justamente a partir dessa material nosso, das reclamações das assistidas no GEDEM, em relação às DEAM's que ele se pautou para poder trazer esse resultado. Então a gente há que melhorar muito no que diz respeito às DEAM's. Aí gente também, eu falei de Polícia Militar, de Polícia Civil, que são as DEAM's, falei do 180, da Ronda Maria da Penha, do Ministério Público, Defensoria Pública (MRI4) (grifos meus).

A indispensabilidade da interlocução com da área da saúde, já abordada em fala anterior assim como a implantação da Casa da Mulher Brasileira que será reiteradamente citada.

Agora a gente tem uma outra vertente que também é muito importante que são os profissionais de saúde, que são a porta de entrada para as mulheres vítimas de violência que não querem, necessariamente, procurar a justiça. Então a mulher não quer necessariamente registrar uma ocorrência, a mulher tem vergonha, nem se sente vítima de violência de gênero, mas dá entrada numa unidade de saúde, que há evidência que ela sofreu algum tipo de violência. A gente tem sentido falta dessa articulação dos profissionais de saúde, com os profissionais do setor do sistema de justiça. Temos buscado fortalecer esses laços. Temos notícias de mulheres grávidas que são agredidas e vão para as maternidades que acabam não relatando isso, quer ao sistema de justiça que à notificação compulsória, epidemiológica que tem que ser feita também. Porque a notificação compulsória, não é uma medida criminal é uma medida epidemiológica, e nós percebemos que há muito mais facilidade, talvez pelos preconceitos, pela cultura patriarcal mesmo enfim, o machismo institucional, que há uma facilidade desses profissionais notificarem casos, por exemplo, de violência contra a criança e adolescente, ou violência contra o idoso, mais o mesmo não se pode dizer em relação à mulher, é aquela ideia também de culpabilização que se repete na sociedade, que se reproduz nas instituições de que a mulher tem alguma culpa naquela violência, que a mulher não procurou denunciar, que se submete, continua um



relacionamento, sem que se compreenda que isso faz parte do processo de violência. Esse sentimento de impotência da mulher, até pela falta de credibilidade que ela sente no próprio sistema, na própria Rede. Então, infelizmente, nós temos tido poucos casos de notificação compulsória, que é uma medida médica, epidemiológica, como eu falei. Além disso, o profissional de saúde, ele tem a possibilidade de denunciar também, mesmo anonimamente. Então, o profissional de saúde que perceba uma situação de violência doméstica e familiar, ou uma violência de gênero mais abrangente, ele pode denunciar ao 180, inclusive anonimamente. O 180 não exige que você se identifique, precisa apenas identificar a vítima e a situação de violência que ela está passando, trazendo os detalhes suficientes para que o sistema de justiça procure essa mulher, forneça esse apoio a essa mulher, não só o sistema de justiça, mas a Rede de Proteção de uma maneira geral. Para além do Sistema de Saúde a gente tem também as Casas de acolhimento da mulher, a gente tem, em Salvador, a Casa de acolhimento Irmã Dulce, que funciona de maneira sigilosa e temporária, a ideia é essa, esse acolhimento temporário da mulher. Nesse caso, a média são 15 dias, podendo ser prorrogável e tem o acolhimento de mulheres que não estão em situação de risco. A gente tem ainda a casa de abrigo, a Casa Abrigo do Estado, que não atende mulheres só de Salvador, mas da Bahia inteira, o período aí já é 90 dias, podendo ser prorrogável também por mais 90, e atende mulheres em situação de risco iminente de morte. A gente já tem esses dois serviços, nem todo município tem esses dois serviços, tem municípios que sequer tem condições de abrigar uma mulher em situação de violência. Mas a gente diz que esse abrigo deve ser a última hipótese na Rede de Proteção, porque no fim das contas essa mulher fica num endereço sigiloso, sem possibilidade de contato, pelo menos não livremente com o mundo externo. Ela tem um atendimento com psicólogo, com o profissional de enfermagem, se for necessário, com os profissionais que cuidem do seu filho, inclusive pedagogicamente, se ela estiver acompanhada dos filhos nesse processo de abrigo, mas a gente tem restrições no sentido de que, só encaminhamos essa mulher para esse serviço se for imprescindível. Porque no fundo acaba que a mulher fica prisioneira, enquanto o agressor continua, às vezes, praticando a violência livremente. Além das Casas de acolhimento da Mulher a gente tem, para finalizar, os Centros de Referência. Em Salvador tem o centro de referência Loreta Valadares que traz aí apoio jurídico, pelo menos na concepção original tem apoio jurídico, tem serviço social, psicológico e pedagógicos para as crianças estejam acompanhando as suas mães. Infelizmente, a gente percebe que esse Centro de Referência, eu não falo só de Salvador, mas de uma maneira geral, acabam ficando com menos serviços do que deveriam porque não há uma articulação de política pública suficiente para que esses Centros de Referência sejam bem estruturados, fortalecidos na rede proteção e a gente tem uma falta muito grande aqui em Salvador que é de um órgão muito importante na rede de proteção que é a Casa da Mulher Brasileira, nós não temos em Salvador a Casa da Mulher

Brasileira que a ideia é ter, dentro de um mesmo ambiente, espaço para todos esses órgãos da Rede de Proteção. Então essa mulher, adentrando num só espaço, ela teria acesso ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Delegacia Especializada, ao próprio poder judiciário, ao Centro de Referência, a um apoio psicológico, um apoio psicossocial. Então tudo isso num só serviço que garantiria para essa mulher maior efetividade, que ela poderia dar entrada na Casa da Mulher Brasileira e já ter aí, rapidamente, uma medida Protetiva já deferida, que daria mais agilidade a essa proteção da mulher, e já teria acesso e orientação de todos os órgãos da Rede. Então é uma grande falta que nós temos aqui em Salvador, é a Casa da Mulher Brasileira. (MRI4) (grifos meus).

E finaliza tecendo uma crítica com relação à necessidade de maior comunicação e coloca também a questão da educação para efetivar mudanças. Alude sobre a violência institucional e do dever de assegurar os direitos das mulheres.

Os órgãos da Rede ainda estão pouco estruturados. Quando existem, na sua completude, ou quase completude, de todas as áreas de atendimento integral à mulher, não só os sistemas jurídicos, mas o serviço social, a psicologia, e a integralidade dos serviços ainda dialogam, na minha opinião, pouco. Se articulam de uma maneira ainda incipiente, quando haveria necessidade dessa articulação realmente ser efetiva, para se garantir realmente a proteção e o enfrentamento em Rede. É uma questão que embora a gente tem avançado no Brasil com a Lei Maria da Penha, com a Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, a gente precisa focar muito na questão da educação. Porque a gente tem tido dificuldade com isso. Com projetos como o “Escola sem Partido”, com a retirada nos planos municipal e estadual de educação da questão de gênero, sob o argumento de que se trata de ideologia de gênero quando na verdade a gente quer buscar igualdade e, para buscar igualdade, a gente precisa mudar o comportamento. A legislação é importante, é um avanço. Mas quando a gente não muda comportamentos porque a questão do patriarcado, da inferiorização da mulher é uma questão cultural, é uma questão histórica, é uma questão realmente ligada às entranhas das sociedades. Enquanto a gente não mudar comportamentos e mentalidade, a gente vai seguir reproduzindo essa violência institucional, essa violência da sociedade contra a mulher. Então a gente tem que trabalhar em todos os eixos. Trabalhar na prevenção, e a prevenção envolve educação; a assistência que envolve a questão da Rede que está se estruturando, aos poucos, e ainda há muita diferença entre os Estados nessa estruturação das Redes, a questão do combate efetivo e a questão da garantia de direitos dessas mulheres. Porque não é só combater a violência quando ela acontece, mas essa mulher em situação de violência, ela precisa de uma série de direitos assegurados: moradia, renda, educação dela e dos filhos, que muitas vezes,

não são assegurados com a eficácia com que deveriam ser. (MRI4) (grifos meus).

A próxima mulher chama a atenção para a necessidade de enfrentamento ao machismo que se encontra dentro da Rede.

Eu acredito que nós temos que evoluir muito ainda, que nós temos muito ainda que nos mobilizar, que crescer, que dialogar. O machismo, não estou falando do macho, estou falando do machismo. Ele criou uma coisa muito perversa com nós mulheres, criou uma competição entre nós. Acho que bem perto da arte da guerra, eu tenho estudado muito isso, ele nos separou para enfraquecer. E as mulheres tendem a fazer esse movimento de competição e repulsa, ao contrário de fortalecer, a Ronda, sem nenhuma vaidade excessiva, fez esse movimento com o termo de cooperação técnica, por exemplo. Aquele termo de cooperação técnica fez assim: “Faça essa redinha aqui do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Polícia Civil, DPT, Polícia Militar, para proteger as mulheres e coloque o nome disso tudo de Ronda Maria da Penha.” Então, na verdade, nós somos uma rede, nada que nós fazemos aqui, fazemos sozinhos, e a gente começou a fortalecer essa redinha aqui. Mas a rede em Salvador, a Rede na Bahia, precisa muito se despir desse estigma que o machismo nos trouxe que nos separou. Uma mulher ela tende, isso é horrível de dizer, ela tende a duvidar, a criticar outra figura feminina, ao contrário de congregar, de fortalecer, de empoderar. Então a tendência da Rede quando se reúne é de reafirmar essas masculinidades que foram impostas para gente: que mulher só sabe discutir, que mulher não resolve nada, que mulher começa a conversar e não faz e aí a Rede vai se dissipando em vez de se fortalecer, de parar, escutar, ouvir, evoluir, acatar mesmo discordando, se sabe que o coletivo é melhor. A gente tem que treinar ainda mais isso. Enquanto a gente não se fortalecer como Rede, enquanto estrutura, e levar para dentro da Rede, das nossas práticas femininas, as masculinidades que nos foram impostas socialmente, é difícil a gente consolidar uma Rede. Muito difícil, os homens fazem isso muito mais rápido e melhor que a gente. A gente precisa fazer esse trabalho. (MRI 5) (grifos meus).

O registro seguinte corrobora com a necessidade de maior conexão entre a Rede, de recursos necessários ao seu funcionamento e, mais uma vez responsabiliza as usuárias pelo não andamento da denúncia.

Eu entendo que cada um dos componentes da Rede, de forma isolada, trabalhe e trabalhe muito. Até porque os números são muitos e a gente tem que trabalhar, tem que desempenhar. Agora veja, a Rede também funciona, porque esses órgãos se reúnem, discutem normalmente naqueles casos de maior repercussão, mas eu entendo que precisa que essa rede esteja assim contínua não assim de maneira pontual. Não em casos isolados, mas que fosse assim em caráter permanente e que

esses membros da Rede têm que estar vinculados. Até porque se não fossem vinculados ao fenômeno da violência doméstica, eles não poderiam estar ali atuando em Rede. Mas você fica assim: tem uma série de compromissos que todas aquelas pessoas recebem e, essa Rede às vezes fica condicionada ao dia que se melhor pode, deveria ter uma coisa mais permanente. Agora também precisa que essa Rede atue, que essa Rede busque, veja onde está o problema: os acertos e os erros. E que também a gente tenha mecanismos para buscar tudo aquilo. Porque se a Rede buscar detectar onde está, mas na hora: E por que não realizou? Por que não fez? Porque os organismos que deveriam fazer não vão ter como fazer, você pode cobrar? Precisa disso, disso e disso. Só que aquele mecanismo de onde precisava, ele não vai ter recursos naquele momento, por falta de política pública ou de outra situação: acompanhamento da própria vítima ou o que a gente tem, dando um exemplo: a DEAM tem cerca de 6.000 ocorrências por ano. É muita coisa, mas no meio do caminho você fica assim: aquela vítima que ela precisa mesmo, é um crime de ação penal pública incondicionada, mas ela some, ela não retorna, ela não traz uma testemunha. Às vezes fica difícil a delegacia conseguir isso, já que a gente trabalha em Rede, é difícil, se a gente tivesse um órgão, uma psicóloga, uma assistente social que pudesse trazer isso e ajudar. Só que não, a gente pensa isolado. Aquele órgão não fez isso. Mas também a gente precisa fazer como Rede. Eu costumo dizer que a Rede ela é horizontal e não vertical. Não têm quem fez melhor, quem está em cima, quem está em baixo, mas são todos. Porque o fim que a gente quer é atingir o bem estar da mulher. Então eu entendo que essa Rede precisa ainda ser mais agregada. Não pelos próprios componentes da Rede em si, mas que dê assim, elemento. Alguma coisa que a gente vá buscar. Porque aí das mulheres se não existisse a Rede, mas eu entendo que ela poderia funcionar melhor, tem mais a dar. Agora a gente precisa essa melhor forma, dinamizar, buscar por uma melhor forma de dar, entrosar. (MRI6) (grifos meus).

Essa última resposta coaduna com a terceira no sentido de apontar as individualidades dentro da Rede. Está em diálogo com outras cinco no que diz respeito à necessidade de maior entrosamento. Aborda também os tempos que se alongam e reforça o recorte de classe para o público atendido pelo órgão.

A rede existe, a gente tem contato, ela funciona. Agora funciona um pouco melhor porque a gente tem pessoas abnegadas em cada órgão. Na defensoria a gente tem, no GEDEM a gente tem, pessoas que vão além do seu limite de profissional, pra tentar. Mas a gente não tem uma Rede de excelência, porque chega na delegacia e a delegacia está marcando para daqui a trinta, sessenta e eu não posso dizer que está correto. Eu estou aqui, mas não posso dizer que isso é o correto. Devia chegar e ser atendido na hora, mas eu não tenho servidor para isso. A gente se desdobra, mas não tem como. Aí sai daqui vai para a Defensoria, a Defensoria também

está marcando para daqui a sessenta, noventa dias, porque não tem servidor para fazer isso, não tem defensor. Então é uma rede que funciona, mas não funciona ainda como deveria. É uma Rede que se a gente precisa de atendimento psicológico a gente só conta com o Loreta Valadares que, pela distância, muita gente não vai mesmo. Porque aqui eu trabalho com um público carente, que é difícil, e que não é o suficiente. Até o Projeto Viver que a gente tinha aqui para o atendimento de vítimas de violência sexual foi fechado por falta de efetivo. A estrutura está aí, linda, aqui na minha unidade, mas ninguém atende mais. Na realidade a gente só tem duas Casas de Abrigamento. E quando a gente precisa abrigar alguém tem que estar implorando, correndo atrás porque não tem vaga, não é porque o povo não quer, não. É porque não tem vaga. É uma de atendimento temporário e a outra de longo período. Só tem uma de cada e que não comporta, a de curta temporada, acho que comporta dez pessoas, a de longa acho que vinte, trinta, porque a gente tem que pensar que quando ela vai abrigada, ela não vai sozinha. Existe a rede, existe. Existe muita gente com vontade de fazer diferente, mas ainda não é. (MRI7) (grifos meus).

A maioria das entrevistadas apontam para a existência da Rede e dos equipamentos. Porém, funcionando de forma isolada, apresentando dificuldades de comunicação sem haver uma interligação de informações. Das setes mulheres, seis apontam a comunicação como elemento central. Duas entrevistadas apontam para a importância de maior articulação com o sistema de saúde. No entanto uma das entrevistadas chega a afirmar a inexistência da Rede em Salvador/Bahia.

A próxima questão se conecta com as duas anteriores. Solicita sugestões para melhorar a atuação da Rede e a eficácia da Lei Maria da Penha em Salvador. A primeira resposta salienta uma vontade política.

A Rede está na lei, não é? Está na Lei, está tudo lá descrito. Como eu disse é a terceira Lei mais bem feita do mundo. Se se aplicasse não é? O executivo, o legislativo e o judiciário. A Rede tem que vir do executivo, tem que ser estruturada dentro do executivo, através do legislativo para chegar a nós e a gente fazer um apoio para que essa mulher, quando sai daqui, com a medida protetiva, não tenha para onde ir, não tem trabalho, não tem onde colocar a criança, a Rede vem aqui e apoia. Nós não temos isso, eu não sei o que falar sobre isso, infelizmente, porque está tudo na lei, é vontade política. E vontade política você sabe como é? Não adianta, você tem que esperar o que eles querem e acabou, entendeu? Realmente eu não tenho o que dizer (MRI1) (grifos meus).

As seguintes informações ressaltam uma melhor comunicação. Como pressuposto e estratégia de articulação e aliança institucional. Uma interligação entre os dados e maior otimização nos prazos. Sugere um local onde funcionasse vários órgãos, reafirmando falas anteriores sobre a Casa da Mulher Brasileira, apesar de não se referir a esta especificamente.

Uma eficácia na comunicação. Porque não adianta cada um saber, por exemplo: tem o Loreta, tem a Defensoria Pública e, de repente têm grupos reflexivos para vítima num campo, tem outro e a gente, às vezes, não sabe. Eu faço um grupo de vítima aqui, mas eu não sei o que é que o outro órgão oferece. Outro dia nós fomos surpreendidos com Loreta Valadares oferecendo milhares de cursos para vítima e se questionando porque que a Vara não encaminha essas vítimas para lá. E, simplesmente porque a Vara não sabia os serviços que eram disponibilizados no Loreta, então essa comunicação que eu acho que deve ser estreitada. Muitas vezes o que a gente percebe quando eu chamo pra instruir uma ação penal e a vítima é intimada, ela chega aqui aí faz assim “Nossa, achei que isso já tinha sido arquivado”. Por quê? O tempo que leva na delegacia, não são todos os casos, mas assim, em alguns casos, a gente percebe que leva muito tempo na delegacia. Da delegacia vai para central de inquéritos e, às vezes, o Ministério Público pede diligência, volta para delegacia. Daqui que esse inquérito seja concluído, que o Ministério Público ofereça a denúncia, que essa denúncia seja recebida, que ele seja citado para apresentar defesa, que venha para uma audiência já passou muito tempo. Tanto tempo ao ponto da vítima achar que tinha sido arquivado sem nem ela ter conhecimento. Entendeu? Então acho que se a gente conseguisse, talvez pelo nome da vítima, e cada órgão conseguisse alimentar o sistema que fosse com as informações de que dispõe, quando você acessasse você ia saber o que aconteceu e às vezes fica assim, muito solto. Eu acho que a gente tem que fazer um trabalho de estreitamento nessas comunicações. Sem pensar no sistema interligado, o que nos ajuda atualmente são os grupos do *WhatsApp*, porque nós temos, então às vezes chega uma vítima na delegacia mas aí sabe o que já passou pela Vara, aí a delegada manda, eu às vezes quero saber do cumprimento, como está a investigação, aí eu peço pelo nome. Está assim, tem nos auxiliado, mas isso só não basta. Então seria outra coisa que a gente percebe (MRI4) (grifos meus).

Ciclos e paradas em instituições. Cada instância para tramitação pode fragilizar a ação de proteger e acessar a justiça. Pelo relato a seguir, infere-se que um caso atinente a uma tipologia sem agressão física, uma ameaça ou xingamento, pode chegar à última e mais letal: o feminicídio.

A Vara que trabalha com violência doméstica trata de assuntos que às vezes são interligados com as Varas de Família, porque é o término de um relacionamento que vai resultar numa ação de divórcio, numa ação de reconhecimento de união estável, de partilha, de guarda de filhos, de alimentos, enfim, são notícias que nos interessam. Às vezes, a gente determina o afastamento de um agressor de um lar e esse imóvel, na partilha, ficou para ele não para ela. Então assim, a gente precisa saber disso, e eu não consigo visualizar o processo dele na Vara de Família, a Vara de Família não consegue visualizar o processo dele aqui. Essa falta, essas dificuldades são o que colabora para que haja uma morosidade que no caso de violência doméstica não pode ocorrer que, às vezes, o demorar pode resultar na morte de uma das vítimas porque a gente não tem como mensurar o que é uma ameaça que vai parar numa ameaça, um xingamento que vai parar um xingamento ou será que ele vai evoluir para um feminicídio (MRI4) (grifos meus).

Internamente há sugestões e recomendações já sinalizadas, o que nos leva a indicar a avaliação, acompanhamento e escuta ativa, gerando informações e material acessível que consolide eficácia e eficiência.

Então a gente tem que parar e pensar com mais cuidado isso. O que a gente desejaria é que funcionasse pelo menos tudo muito próximo pra que as vítimas não tivessem que caminhar tanto. Se você for olhar geograficamente, se falar só das varas que tratam de violência doméstica. A primeira fica nos Barris, a segunda fica desse lado da paralela, a terceira na Faculdade Jorge Amado que é do outro lado. Às vezes, elas tem um processo que cai aqui aí, de repente, tem um outro fato que vai gerar um outro processo que vai cair na primeira e aí ela quer cuidar do divórcio e guarda. Vai cair na Vara de Família que funciona no Fórum Rui Barbosa. Se ela precisar da assistência do NUDEM, da Defensoria Pública fica em Sussuarana. Então ela tem que caminhar muito para resolver um problema. Eu acho que isso acaba contribuindo pra que ela desista no meio do caminho, entendeu? Se a gente conseguisse, se existisse um complexo onde tudo funcionasse no mesmo lugar, cada qual com sua competência, cada qual no seu espaço, mas que pelo menos fosse próximo pra que ela soubesse “olha, eu tenho que cuidar, é ali, então eu vou nesse lugar e aqui eu vou resolver minha vida”. A gente percebe que elas chegam aqui naquela ânsia de querer resolver e, às vezes, frustra você dizer: “Olha, aqui você vai resolver só parte do seu problema”. O ideal seria. Mas por conta dessa logística, o tribunal dispõe de prédios em vários lugares, eu não imagino, pelo menos a curto prazo, que isso venha a acontecer. Seria ideal, mas eu nem imagino efetivamente isso sendo implantado. Porque demanda deslocamento de muita gente, uma estrutura maior, que fica difícil operacionalizar (MRI2) (grifos meus).

A terceira colocação está atrelada à participação das mulheres nas tomadas de decisão, envolvimento substancial e promotor de Direitos Humanos.

Eu acho que posso me apropriar inclusive da fala do movimento negro que é: Nada sobre nós sem nós. Que é o que eles têm usado bastante e acho que cabe como uma luva, até porque a maior parte, em Salvador, das mulheres vítimas, são mulheres negras. Uma grande parte das mulheres que trabalham na Rede são mulheres negras. Então, nada sobre nós sem nós. (MRI3) (grifos meus).

A ênfase em uma abordagem que valorize caracterização identitária étnico-racial também consubstancia num olhar mais atento e lentes de gênero e raça. Por isso a necessidade de interseccionalidade com a categoria de classe, por conta das vulnerabilizações e violências sobrepostas que acontecem ao longo do processo. Destarte, existe recomendação de valorizar e aparelhar a Casa da Mulher Brasileira, contemplando maior interlocução e um sistema integrado em todas as etapas e englobando todas as instituições.

A da Casa da Mulher Brasileira que falta e a questão também de uma maior articulação entre os órgãos da rede. Eu percebo também essa fragilidade. No que diz respeito às medidas protetivas de urgência e a forma como elas são deferidas e a esse atendimento multidisciplinar da mulher, poderia haver uma interlocução muito maior desses órgãos, muito melhor. Às vezes essa mulher passa por um órgão específico e não é encaminhada corretamente dentro da Rede, e acaba que não tem um acompanhamento psicológico que ela precisaria, não tem um apoio para os seus filhos que ela precisaria, não tem, às vezes, um encaminhamento para um benefício social do qual ela também precisaria. Eu acho que está faltando essa articulação entre os órgãos da Rede está fragilizada, precisa melhorar muito. Por exemplo, a gente poderia ter, e já é uma sugestão, que não implementamos ainda, um sistema integrado: uma mulher deu entrada numa DEAM a gente tem já a informação, a partir do Ministério Público, de que deu entrada, de qual é o fato, para que a gente possa também, a partir da nossa atribuição, do GEDEM, do Ministério Público, acolher essa mulher do nosso modo, do nosso lugar na Rede. Isso não acontece. A gente fica dependendo da informação circular de um órgão para outro, para poder tomar providências. Cada órgão da Rede tem o seu próprio histórico e não são interligados. Isso seria muito mais fácil se a gente tivesse uma interlocução entre os sistemas das DEAM's, o sistema do Ministério Público, o sistema do Judiciário, o sistema da Defensoria Pública, porque isso facilitaria, inclusive, coleta de dados, pois tais dados são fundamentais para que possamos priorizar, ou não, determinadas ações de Políticas Públicas em favor de mulheres e de combate à violência de gênero. (MRI4) (grifos meus).

Nessa avaliação sobressai ademais, a composição e a atuação dos recursos humanos e a indispensabilidade de capacitação, avaliação e monitoramento.



Recomendações de um perfil mínimo para trabalhar e integrar as equipes interdisciplinadas com violência doméstica-familiar se destaca no depoimento a seguir.

Capacitação, avaliação e monitoramento, eu sempre estou fazendo, eu leio os relatórios deles, eu acompanho os trabalhos para diálogo com eles para poder acompanhar o trabalho deles, e avaliar. Quando não está muito bem eu chamo: “Você tem que rever essa postura, quer conversar sobre isso?” Não é pegar um policial e transferir para cá simplesmente e vai trabalhar, não. Eu preciso de um perfil mínimo e eu acho que as outras instituições precisam elaborar isso: que perfil é esse desse policial que vai trabalhar com atendimento? Esse policial, esse técnico, enfim qualquer profissional que vai atuar na ponta da Rede. Que perfil é esse dessa pessoa que vai trabalhar com mulheres vítimas de violência? Eu preciso de um perfil, um perfil mínimo, eu não posso pegar um agressor e colocar nesse lugar, não vai funcionar. Em algumas demandas não posso pegar uma mulher vítima de violência e colocar nesse lugar, que talvez esteja punindo muito mais ela que ele. E tenho que dar essa capacitação, essa sensibilização, essa mobilização, mas ainda assim, muito embora a gente ofereça, tem gente que não recebe, a gente tem que monitorar para saber “Não está dando liga, não está pegando”. Às vezes, porque a gente não tem esse efetivo. Às vezes, porque a gente não tem essa possibilidade e acaba aceitando diversos perfis diferentes, mas vai impactar no atendimento e vai desconstruir a Rede ao invés de construir (MRI5) (grifos meus).

Apresenta um olhar multifocal para as pessoas envolvidas no processo e no sistema: vítimas e agentes.

Se eu sei que tal instituição trabalha com tal atendimento e eu encaminho a vítima para tal instituição e ao chegar lá, nessa porta de entrada essa mulher é destrutada, mal tratada, ela vai voltar? Ela vai confiar nos outros pontos da rede? Sequer ela vai querer acessar de novo essa Rede. Por isso é fundamental que falemos a mesma linguagem, que tenhamos essa possibilidade. Isso é um movimento complicado, mas é necessário. A Rede precisa ser empoderada e uma forma de empoderar é pontuar virtudes, defeitos e possibilidades. Eu gosto sempre disso, eu faço a política da solução, eu sei o que está acontecendo, eu sei que é isso. E agora? Como é que eu faço para melhorar? Eu gosto das possibilidades. Não deixa de ser com técnica, não deixa de ser com amor, não deixa de ser com sofrimento, mas o grande barato é que dá para fazer, dá para fazer (MRI5) (grifos meus).

A agente a seguir detecta uma contribuição para o funcionamento e melhoria de cada órgão. Pontua o item comunicacional como basilar para o processo, além de trazer um aspecto interessante que reproduz uma permanência

suscitada por algumas mulheres em suas histórias de vida. Tal elemento é um dos achados relevantes dessa tese: a não escuta.

Veja bem, eu inclusive sempre estou conversando com as pessoas que fazem parte do Ministério Público, do poder judiciário. A melhoria vai passar por coisas que a gente não vê funcionar. É melhorando mesmo os órgãos que compõem a Rede, cada secretaria, cada instituição trabalhando melhor, vai dar um suporte melhor para que a Rede possa, até com relação aos números. O que é que eu posso fazer? O que eu não fiz? Então para a situação da Rede melhorar é fortalecer essa Rede para que ela possa atuar. E que essa Rede até seja ouvida, às vezes você até detecta o que é que se precisa fazer mas alguém me ouviu? Às vezes até eu tenho como resolver aquele problema, mas você não é ouvida. Quem tem que desentruar naquele momento, por não poder, ou por situações outras, não desentruava. Então assim, é uma situação que não é uma resposta muito objetiva não. A gente tem que estudar mesmo porque não é também unilateral, tem que sentar todo mundo. Mas que precisa ser melhorada. Já atua, a gente têm que parabenizar por ter uma Rede, mas precisa de alguma melhora. (MRI6) (grifos meus).

Na derradeira resposta, novamente aparece a Casa da Mulher Brasileira e a união do sistema de justiça aos setores de saúde e educação como urgências institucionais de efetividade. Numa colocação que reafirma o que algumas histórias de vida nos trazem sobre o pensamento das pessoas que estão na Rede. Tal ideia confirma que as mulheres não vão levar a queixa adiante, reconciliando-se com os agressores, de que o trabalho não valeria a pena. Assim como as usuárias, aponta também captam um matiz que dá relevância ao serviço psicossocial, enfatizando a conjugalidades por meio da Terapia de Casal. Coloca esse processo terapêutico como alternativa para a ineficácia do sistema prisional, apesar de não ser foco dessa tese e não ter outras narrativas que confirmem a coletividade nem mesmo uma ação atinente juridicamente ou prevista. Conclui, com esfera mais emocional, e como se sente envolvida nas próprias subjetividades.

Além da Casa da Mulher Brasileira, hoje eu acredito que a Delegacia especializada, a Defensoria, o Ministério Público, as Varas da Justiça pela Paz em Casa, deveriam estar unidas também ao setor de saúde e ao setor de educação. Tinha que esse link pra que a gente pudesse trabalhar essa juventude que está vindo aí. É a longo prazo, não é a curto prazo. Mas se a gente não fizer nada, não vai ser nem a longo prazo. E a área de saúde porque muita coisa não é noticiada e fica esquecida porque a gente não tem ainda esse link. Muitas mulheres chegam no hospital e dizem que foi uma queda, que foi não sei

o quê. Mas se tem um atendimento diferenciado, de repente na hora desse atendimento, ela está fragilizada e ela vai acabar dizendo. Não existe essa vontade do setor de saúde também. É que na realidade, eu acredito que a decepção de muita gente que eu ouço, é por quê? Por conta do tipo de crime, por conta da fragilidade, muitas vezes a mulher desiste. Às vezes a gente ouve esses comentários. “Ah, vai para quê? Se amanhã ela vai desistir, se amanhã ela está com ele”. Mas eu acho que a gente tem que pensar diferente, que ela está ali, naquele momento, precisando da gente. Se ela vai desistir um dia, problema dela, é a opção dela, eu não tenho nada com isso. Eu tenho que atender, atender e atender. Quantas vezes ela chegue aqui (MRI7) (grifos meus).

As impotências e envolvimento pessoal/individual acarretam outras dimensões: a tomada de uma abordagem feminista simboliza e efetiva a ideia que, para além das instituições – tanto nas mulheres que acessam quanto nas agentes – há forte impacto pessoal e compromisso/atitude frente aos enfrentamentos à violência de gênero traduzida em sua ambiência na intimidade.

E esse olhar às vezes atrapalha, porque a gente houve comentário, a PM já não quer ir mais no local, porque vai, conduz, daqui a pouco ela está com ele de novo, essas coisas. A juíza me mandou um mandato de prisão e eu fui tentar cumprir e os meninos chegaram lá e o cidadão está dentro de casa. Então, essas coisas, às vezes eu acho que decepciona e às vezes atrapalha na hora da gente atender essa criaturinha que precisa. Porque muitas vezes ela retornou pela fragilidade, pela circunstância, pelo tipo de crime e a gente tem que entender isso e só apoiar e fortalecer e é por isso que eu digo que o setor de terapia e de psicologia tinha que existir em todas essas unidades, mas existir efetivamente. Porque têm. No GEDEM eu acho que tem um psicólogo, mas a gente teria que pensar na lei como uma obrigatoriedade. Tem uma ocorrência registrada aqui, é a minha ideia, selecionar tantos homens e chamar todos eles e obrigar que eles participem de uma terapia de casal, ou que participe de um curso de entendimento da violência (MRI7) (grifos meus).

Uma entrada em temática não prevista inicialmente: punibilidade e sistema prisional. Isso assinala urgência no caminhar e analisar todo o sistema desde a porta de entrada até a execução penal de agressores, para além da atenção substantiva às mulheres que procuram e pedem “escuta”.

Alguma coisa no sentido da gente mudar o perfil, porque a gente sabe que a estrutura nossa prisional está falida. Na minha concepção, desculpa, não é o total, é o meu pensamento, não adianta a gente pegar um agressor de violência doméstica e jogar num presídio da Mata Escura, no COPE, numa Lemos Brito que não vai ser trabalhado. Ele vai sair do mesmo jeito porque a lei de execuções penais é linda

também, mas não é cumprida. Não existe a ressocialização, existe aprisionar, trancafiar, sem modificar. E aí? Ele sai como? Pra mim ele sai pior. Porque ainda existe a possibilidade de ele se misturar com pessoas criminosas e sair para praticar outros crimes e não só a violência. Então eu acho que tinha que ter um trabalho para os homens e para as mulheres vítimas de violência. Para as mulheres para elas abrirem os horizontes, se fortalecerem e enfrentarem a violência como deve ser enfrentada e não se permitir ser violentadas. E para o homem, para ele entender. Porque muitas vezes a gente vê que o homem também precisa. Cada dia eu me convenço mais. Fiz um flagrante anteontem obrigada porque o cidadão foi para a delegacia de furtos e disse aos investigadores lá que ia matar a mulher. Os investigadores com medo trouxeram e eu tinha que fazer, e aí ele foi para audiência de custódia e o juiz decretou a preventiva com o mesmo medo que eu tive dele fazer alguma coisa com a mulher, mas também disse a mesma coisa: “Ele precisa de ajuda. Ele está doente”. Porque um cara que vai dentro de uma delegacia e diz que vai matar a mulher ele está doente. Aí ele vai preso vai ficar lá preso, mas não vai trabalhar ele em nada. E o medo é na hora que ele sair. Difícil, eu me sinto muito triste hoje trabalhando com a violência doméstica e familiar dessa forma (MRI7) (grifos meus).

As respostas para essa questão também convergem para a melhoria na comunicação e articulação entre os órgãos, inclusive nas políticas sociais, especialmente no setor de saúde. A redução no tempo dos serviços, a implantação da Casa da Mulher brasileira além de capacitação, monitoramento e avaliação para os profissionais são itens frequentes e que reforçam os pontos frágeis que corroboram com tempos/temporalidades dilatadas.

A questão que encerra essas entrevistas concerne à percepção a respeito do avanço com relação à aplicação de penas a partir da implementação da Lei Maria da Penha em relação à Lei 9.099/95 que criou os Juizados Especiais Criminais onde a violência doméstica e familiar era considerada crime de menor potencial ofensivo. Visto que entendemos que a punibilidade é um fator importante para a eficácia de uma Lei.

Não tenha dúvida que melhorou! Sabe por quê? Porque pela Lei 9.099 ele não podia ser preso por nada! E na Lei Maria da Penha ele pode ser preso até por ameaça. Só isso, já é um grande avanço importantíssimo. As medidas Protetivas de Urgências dadas em 48 horas e ele descumprindo, ele vai preso na hora. E mesmo em flagrante delito, se ele estiver ameaçando ele pode ser preso porque na lei 9.099 de menor potencial ofensivo não tinha nada: ele saía, voltava. Eu já vi um dizer: “Eu não sabia que era tão barato bater em você: dois sacos de feijão, dois isso e aquilo...” Então banalizou a violência e a Lei veio para dizer não: a lei é dura, até por

ameaça, os promotores, os advogados ficam loucos: ameaçou, cadeia. Está lá, isso é violência, violência psicológica contra a mulher e a mulher passa por isso ela não pode suportar nenhum tipo de ameaça. Então para mim isso foi um dos grandes avanços, uma das grandes vitórias em relação ao enfrentamento à violência contra a mulher, foi a condição de prender o agressor. Porque nós estávamos impedidas de prender o agressor, mesmo ela apanhando, ele não era preso porque era considerado crime de menor potencial ofensivo. Não. Aí vem a lei e disse: o crime de violência contra a mulher é um crime de violência contra a pessoa humana dessa mulher, é um crime gravíssimo, a palavra dela vale muito aqui. Então não preciso provar nada: ela disse que foi, foi. Aqui inverte-se o ônus da prova (MRI1) (grifos meus).

A afirmação acima vai de encontro às narrativas das histórias de vida que registramos aqui. Elas afirmam reiteradas vezes que foi necessário provar as violências, se fazer crível.

Então deu um poder ao Estado para proteger a mulher muito grande. Antigamente tinha aquela coisa de “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” agora você pode ser a colher. Você pode dizer: “Não, a mulher está apanhando então vou lá denunciar” e essa mulher pode ser salva por você. Antigamente, ela morria por isso. Porque o Estado patriarcal protegia a família ao invés da pessoa da mulher, aquele ser humano que estava sofrendo ali. Ela é o alicerce da família então ali ela morria. Não era um ser humano que estava sofrendo. Então essa distinção e esse poder que a Lei Maria da Penha deu de poder prender o agressor, tanto em flagrante delito quanto descumprimento de medida protetiva, isso já foi um avanço importantíssimo. E muitos e muitos já foram presos e não rescindiram em razão disso. Então é uma vitória. Nós tivemos em 2015, o senado fez uma pesquisa: 10% da violência contra a mulher diminuiu em razão da Lei Maria da Penha, 10% já diminuiu, então isso é uma vitória maravilhosa, e é uma das leis mais conhecidas do Brasil, todos conhecem a Lei. A Lei é linda, maravilhosa, só que precisa ter agora vontade política de juntar os poderes e dar mais poder a ela. Inclusive eu soube agora que transformou a medida protetiva em um artigo, o descumprimento da medida protetiva você já pode prender porque é um artigo, tipificou, eu nem via ainda, nem li, foi até meu filho que me falou sobre isso, mas você veja que está avançando porque antigamente você não tinha o crime de desacato. Você já podia prender, mas agora, o descumprimento da medida protetiva já está tipificado e você pode prender em razão disso. Já podia prender, mas agora está tipificado. Para mim a Lei Maria da Penha é um avanço maravilhoso e ajuda muito. Eu sou uma apaixonada da Lei, eu fui a primeira juíza da Vara da Violência doméstica do Estado da Bahia, essa Vara tem 10 anos, eu recebi quase 20 mil processos, com poucas pessoas e a gente conseguiu dar conta e de repente a coisa foi indo, foi indo e foram vendo que a violência existia porque diziam que não existia e eu tenho muito

orgulho disso porque é uma paixão da minha vida. Espero que no futuro, vai ser uns quinhentos anos, nós não vamos ver, mas um dia não vamos mais precisar de lei nenhuma que equipare os seres humanos porque todos são iguais perante a lei como está na nossa Constituição e todos merecem respeito como seres humanos. É isso que eu acho. (MRI1) (grifos meus).

Assim como a última resposta “Espero que no futuro” projeta uma mudança a longo prazo. Mas afirma que a Lei foi um avanço principalmente pela possibilidade de prisão de agressores. Afirma sobre o grande valor da “palavra da mulher” portanto, da escuta ativa e da inversão do ônus da prova, fala que é contrariada pelas experiências vividas e narradas nas histórias de vida. Outra questão que é contestada pela fala das mulheres vítimas de violência é sobre o descumprimento da medida protetiva que, para duas delas (Águia e Mônica), apesar de proferida não resultou em cumprimento.

Dentre as considerações, uma reflexão interessante é sobre o Estado patriarcal e sua proteção à manutenção da família, ao invés da integridade de seus membros. Esse avanço legal, no sentido das proteções às individualidades e detrimento da organização familiar é de fundamental importância para o enfrentamento às violências sofridas no interior da célula familiar, no mundo do privado e nas relações de intimidade.

A próxima MRI ressalta a respeito da especificidade da violência doméstica e familiar, além das relações de gênero que permeiam as tipologias. Traz a questão do registro no nome do agressor, citado por algumas histórias de vida (Águia, Uma Mulher Destruída e Mônica); mas coloca também a superação da cesta básica como punição. Fato este que indica o desconhecimento das mulheres que contam suas histórias de vida, pois as mesmas se referem a elas como possível punição.

Da mesma maneira como na primeira resposta menciona a prisão pelo descumprimento de medidas protetivas, temos que a resposta é afirmativa:

Sim. Querendo ou não se tratava de crimes de pequeno potencial ofensivo, havia uma tendência a se banalizar a violência doméstica. Uma ameaça que ocorrida no âmbito familiar, no âmbito dessas relações afetivas de domesticidade, tem um peso maior do que uma ameaça praticada por um vizinho, por um estranho. Não é de pequeno potencial ofensivo. Muitas vezes, é dormir com o inimigo. É uma ameaça que tem

ali grande chance, até pela proximidade de espaço que venha a evoluir para algo mais sério, e a gente trata de uma ameaça que é motivada por uma questão de gênero, de propriedade, aquela noção de que aquela vítima me pertence, que ela é subordinada, isso é de muita gravidade não podia ser tratado no âmbito da lei 9.099. A Lei Maria da Penha veio para agravar essa situação e permitir que os agressores desses crimes guardem em seus registros uma condenação. Porque quando era a lei 9.099 muitas vezes terminava numa cesta básica, numa transação penal que não tinha registro apenas impedia que nos próximos cinco anos fosse beneficiado novamente. Mas se puxasse seus antecedentes ele não ia ser considerado reincidente por conta disso. Muito embora as penas não sejam muito grandes, não sejam muito altas, e a gente na maioria dos casos, dos réus, eles não respondem a processos por outros crimes e quando tem processos abertos contra ele, geralmente, é de outra violência doméstica. Serviu pra agravar, o fato de prevê a prisão preventiva por descumprimento de medida protetiva. Para você garantir que aquela medida protetiva seja cumprida. Tem instrumentos muito importantes. Não é um crime que seja banal e precisava realmente de um diploma que tratasse com mais severidade. Então, querendo ou não, eles saem condenados, vão ter registros, correm o risco de ter a pena agravada num próximo evento por conta da reincidência. É importante, tinha que acontecer. Você vê que com todos esses mecanismos, a violência está crescente do jeito que está, imagina se não tivesse. Se continuasse sendo tratado com cesta básica, transação penal (MRI2) (grifos meus).

Com o intuito de complementarmos a resposta sobre a questão norteadora 5 (Apêndice I) perguntamos sobre os mecanismos de punibilidade e aplicação da Justiça Restaurativa em sua fala como uma possibilidade de enfrentamento, ao qual revela o trecho adiante:

Deveria ser melhorado. De novo eu falo da comunicação. O que acontece: você vai, instrui um processo chega numa sentença condenatória. Se não há recurso, se há recurso e a sentença é confirmada vocês expede uma carta de guia, que vai para Vara de Execução Penal. E aí a gente não tem retorno desse cumprimento. Eu sei que eu condenei, mas eu não sei o que aconteceu com o agressor na Vara de Execução Penal se realmente está tendo uma audiência lá, se ele está sendo encaminhado para prestar algum serviço à comunidade, se realmente estão fiscalizando os finais de semana dele. Enfim, esse retorno a gente não tem. Agora eu sei que é uma condenação que se ele precisar de antecedentes dele vai estar lá registrado então, numa próxima, a pena dele vai ser agravada por conta disso. Tem uns ajustes que precisam ser feitos, que a gente reconhece e deseja que sejam feitos. Mas a gente sabe que está bem melhor do que como era antes da Lei Maria da Penha. A nossa esperança que a gente consiga eu evoluir para ter uma resposta mais efetiva quanto a isso. Eu acho que outras coisas estão surgindo, a gente está vendo agora a possibilidade de aplicar a Justiça Restaurativa, têm as

constelações familiares, são outros instrumentos que vão permitir que a gente tenha uma visão mais ampla desse fenômeno da violência. Porque a gente tem vítimas que não querem mais ter contato com o agressor, como a gente também tem contatos com vítimas que sofreram violência, sabem que sofreram violência, tem consciência disso, mas acham que há possibilidade de um retorno, de um convívio ao lar, de tentar mais uma vez, que é uma escolha e a gente tem que respeitar também. Se a gente conseguir através desses outros instrumentos, desses outros institutos, fiscalizar melhor essa relação, eu acho que a gente vai ter um sucesso mais garantido adiante. Vamos torcer (MRI2) (grifos meus).

A fala a seguir traz o fato de que a punição permanece atrelada aos mesmos tipos penais do Código Civil e aponta para a importância das medidas protetivas.

É porque na verdade não foram criados novos tipos penais. O que é que acontece? Lesão corporal continua sendo lesão corporal tal qual está no Código, quando é com violência doméstica recebe como se fosse um carimbo: com violência doméstica. Com violência doméstica vai trazer para o magistrado, o promotor, o defensor, daquela vara criminal, onde não há a Vara Especializada, o cuidado de pegar o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei Maria da Penha, se a mulher for idosa vai ser Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso, da infância, a mesma coisa. E ali o que é que a gente vai agregar: Medida Protetiva, a Lei do Femicídio se for tentativa, se for morte e os equipamentos, a Rede. Isso é que vai agregar, se for idosa a Rede de idosos, então a gente vai fazendo essa movimentação desses serviços. Então na verdade a Lei Maria da Penha ela não ampliou a punibilidade. O que ela tem de mais precioso são as questões relacionadas às Políticas Públicas e a Medida Protetiva. Inclusive com as últimas decisões você pode requerer a Medida Protetiva de urgência sem o Boletim de Ocorrência. Então aquela mulher que eu falei lá que com dois, três, quatro, cinco meses ela fala assim: “Eu estou namorando com ele, mas ele fez um escândalo, ele disse que ia me bater, ele empurrou minha prima que foi me defender, meu irmão que foi me defender” Eu posso requerer a Medida Protetiva, em favor dela, sem precisar ela ir na delegacia. Então a Medida Protetiva, no que vem sendo construído pela jurisprudência, é uma coisa fantástica, porque você pode em 48 horas se for um juiz ou uma juíza que tenha agilidade, isso em regra, no Brasil acontece, é o que nós temos de precioso hoje. E, na grande maioria das vezes, funciona. Isso não significa que ele vai ser condenado, mas a Medida Protetiva, na maioria das vezes, funciona. É muito difícil na Bahia, em especial em Salvador, é muito difícil perder uma mulher, não estou dizendo que nunca aconteceu, em 11 anos já aconteceu, mas que eu conheça, eu citaria dois casos apenas, um mais recente e um faz muito tempo, que elas estavam sob medida protetiva e foram mortas, mas nenhuma



das duas estava sob a proteção da Ronda, nenhuma das duas. Em Salvador. (MRI3) (grifos meus).

A comunicação seguinte igualmente traz a questão dos tipos penais serem os mesmos que os da legislação anterior e se coloca no sentido de ampliação dessa punibilidade. Portanto, permanências no sistema jurídico-cultural reafirmam patriarcado e “ponto cego” frente a um problema indivíduo, família e social de grande impacto.

No fim das contas a Lei Maria da Penha ela não muda a questão das penas, ela não tem em si nenhum tipo penal, é uma lei muito mais de proteção à mulher, em todos os seus aspectos, uma lei de proteção integral à mulher do que uma lei que traz tipos penais novos. Ela não traz tipos penais novos. A punibilidade fica por conta da legislação anterior que já existia. Eu acho sim que, no atual contexto, pela gravidade e permanência e persistência do fenômeno da violência contra a mulher, a gente merecia penas mais graves, mais altas para esse agressor, como aconteceu no caso do feminicídio. A gente poderia punir de maneira mais eficaz também, com penas maiores, aquele agressor de lesões corporais. Porque o feminicídio ele não é um fenômeno que acontece isoladamente, ele acontece com aviso prévio, eu tenho certeza. É muito raro, muito raro mesmo, pela experiência de trabalho que eu tenho aqui que, um belo dia o agressor acorde e mate a mulher. Então, já houve violências anteriores, de níveis diferentes, e de tipos diversos: já houve uma violência psicológica, moral, sexual, patrimonial, física, para se chegar até um feminicídio. É muito raro, eu não conheço, sinceramente, nenhum caso de feminicídio que tenha acontecido de repente, nunca tenha tido nenhum histórico de violência doméstica e familiar. Nunca aconteceu e, de repente, o homem mata a mulher. É raro. Todos os casos que eu conheço, tem sempre avisos. E esses avisos são as violências anteriores que acontecem antes do feminicídio.

A gente chama da rota crítica, tem várias pedras, vários aclives nessa rota crítica que a Rede precisa está estruturada para essa mulher conseguir percorrer essa rota crítica junto com a Rede. Porque não depende só da Rede e não depende só da mulher. Então a gente precisa estar com essa Rede firme para apoiar essa mulher. Porque, às vezes, a Rede pode até estar estruturada, mas essa mulher não se sentir em situação de violência, ela pode ter tido um, dois, três, quatro, cinco aviso prévios do feminicídio e não ter procurado a Rede e a Rede também não ter tido conhecimento por nenhum outro órgão, por uma Unidade de Saúde, ou por um familiar, ou por um vizinho e acontecer o feminicídio. Acontecem casos assim também. Então é preciso que a Rede esteja mais fortalecida. É preciso difundir mais informação, mais educação. Não só para as mulheres. O problema da violência contra as mulheres não é só das mulheres, é da sociedade e precisa ser sempre revisitado, sempre incrementado e intensificado na questão da educação (MRI4) (grifos meus).

Em consonância com a primeira resposta, o relato subsequente aduz a Lei Maria da Penha como um início para a punibilidade. Algo contraditório, apesar de apontar que a Lei é mais ampla que a questão da punição.

Eu acredito que se iniciou uma punibilidade. Antes eles não eram punidos, os homens não eram punidos. Pagar sexta básica, serviço comunitário, depois que a mulher teve que fazer três cirurgias no rosto, por exemplo. Não era punido, começou a ser punido, iniciou. Agora se essa punição ainda está no mesmo nível tem um monte de fator que a gente tem que avaliar. Eu sei que aquele homem já deu um murro na cara dela, que fez ela perder um dente, eu sei que ela quase ficou cega de um olho, mas eu estou julgando a ameaça que ele fez aqui. Ela não historiou tudo isso, quando eu falo que a gente precisa dialogar com as mulheres, trabalhar muito na causa para que essa mulher entenda que nesse primeiro sinal aqui ela tem que denunciar. Eu peguei um caso aqui mesmo que a mulher tem uma cicatriz fora a fora de um murro que ele deu, só que ela veio denunciar uma ameaça, ela entrou por uma ameaça, ameaça são seis meses de prisão. Essa lesão corporal ele ficaria mais tempo. Então existe este problema e às vezes a gente prende o homem, o crime de ameaça mesmo, às vezes ele fica preso mais tempo do que a juíza pode dar, quando dá a sentença já saiu. A justiça brasileira é muito complicada, esse negócio de Código Penal eu nem quero entender, porque eu sou bem mais pragmática. Então existe isto também que faz a punição não ser o que as pessoas erradamente imaginaram pra lei (MRI5) (grifos meus).

Menciona as limitações do sistema de justiça e expressa a amplitude da Lei para além da punibilidade.

Porque a Lei não é só para prender o homem, prender é fácil. Eu quero que esse homem, quando ele sair da cadeia, ele não cometa mais violência doméstica. Como é que eu faço? Como é que eu faço isso? É a justiça que vai dizer a ele? Nós somos um exemplo, a medida protetiva de urgência: “você não pode se aproximar quinhentos metros”. É o papel que vai dizer a ele? Se esse quiser matar essa mulher? Quem é que vai impedir? Ele tem o livre arbítrio, nem Deus. Deus pode sinalizar, Deus pode sensibilizar, mas deu a todos os homens e mulheres o livre arbítrio, se ele quiser matar, ele vai fazer, ele vai fazer. Então a gente entra aí, a ronda entra aí. Para poder dizer “Não faça não que a gente está aqui” então essa punição não pode ser o mote da Lei. Eu entendo que ela começou a ser implantada a partir da Lei. Foi isso que um homem disse pra gente: “Eu achei que a Lei era só para me punir, hoje eu sei que é para educar” Não tem essa relação só de punir, a Lei está dizendo que o Estado precisa criar Centro de Tratamento para agressor, não tem não mas está. (MRI5) (grifos meus).

A agente relatora do próximo trecho consolida dado captado em uma das histórias de vida (Águia). A premência no quesito da celeridade da justiça no que se refere à violência contra mulheres e de um pensamento patriarcal persistente e ativo – violador de direitos e garantias já preestabelecidos em lei - dentro da Rede como apontou a MRI 4.

Veja bem, essa punibilidade tem chegado. Os números dizem isso. Porque antes se aplicava a lei 9.099 que ele poderia ter aquelas penas alternativas e não teria o indiciamento, ele poderia ficar um homem livre, era um termo circunstanciado. E depois disso, tem a aplicação da pena, ele já sai indiciado, ela vai ter consequências até nos antecedentes dele e a gente tem pelo número. Digamos assim: as prisões, anos passado a gente teve mais de 400 prisões em flagrante e que, seguramente, anterior à lei, essa ameaça seria um termo circunstanciado e deixaria de ser preso. A gente tem um avanço com as medidas protetivas que exige uma pena mais célere do judiciário se tem uma medida protetiva. Vigora, não vigora, prorroga ou não. Então, aquele procedimento, ele não vai ficar estaque como antigamente. Porque precisa de uma decisão, já foi dada uma decisão interlocutória então precisa de uma decisão final que examine o mérito. A gente vê que tem sido mais eficiente, mas eu costumo dizer assim: que é levado assim como caso de mulher, se você tem uma lesão que é de um vizinho, ou de um homem com um homem que seja de natureza grave, a gente tem visto que a resposta, às vezes, é maior, é mais célere do que quando é um caso de mulher, briga de marido e mulher, lamentavelmente a gente ainda vê e repercute em alguns órgãos, até mesmo no judiciário, como se isso não fosse de tanta gravidade. Mas que o número de penas tem aumentado, tem sido mais eficiente, sem dúvida também, precisa melhorar como eu sempre digo (MRI6) (grifos meus).

Finalizando essa sessão, a última entrevistada coloca o fato da manutenção dos mesmos tipos penais, preservando o *status quo* e cultura patriarcal inerentes e habitantes no sistema. Assim como a MRI2, vislumbra a justiça restaurativa<sup>24</sup> como um caminho viável e justifica seu posicionamento em virtude da falência e da morosidade da justiça comum.

A lei transformou em crime de maior potencial ofensivo, mas não mexeu no principal. E é o que eu já te disse então acaba sendo quase a mesma coisa só não é porque no Juizado é mais rápido e existe a negociação de prestação de serviço à comunidade, a cesta básica que cá não existe, mas a gente

---

<sup>24</sup> Técnica de solução de conflitos que prima pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores, utilizada pelo sistema de justiça. <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62272-justica-restaurativa-o-que-e-e-como-funciona>  
Acesso em: 14/10/2018.

transforma em crime de maior potencial ofensivo que exige um inquérito, que a apuração é mais demorada, mas a pena continua a mesma porque na hora que o juiz for penalizar ele não pode ultrapassar aquela pena da ameaça. A pena continua a mesma só não vai ter a prestação de serviço, mas a pena é baixinha do mesmo jeito. Ela não aumentou ela só transformou o crime para fazer inquérito. E até é um trabalho estúpido até você chegar a finalização do inquérito para penalizar pouca coisa. A lei traz esses tipos de violência: psicológica, sexual, moral, física, patrimonial, mas para a gente tipificar a gente tem que ir para o Código Penal. Então, os xingamentos a gente classifica como injúrias que a pena também é pequena, é crime de menor potencial ofensivo. Se existe a agressão física, mas não tem lesão, também é injúria. Tudo com pena pequena. Se o crime é patrimonial também é crime de menor potencial ofensivo. Então com a Lei Maria da Penha a gente só transforma, em vez de mandar para o Juizado vai mandar para a Vara da Justiça pela Paz em Casa, mas na hora que o juiz tem que fazer a dosimetria da pena ele não pode fugir aquela pena mínima e máxima que está no Código Penal (MRI7) (grifos meus).

Coloca-se sobre a pouca punibilidade e sua sensação com relação a isso. Essa fala expressa os sentimentos que habitam na agente.

Acaba sendo frustrante e decepcionante além do que é frustrante e decepcionante também a gente vê como eu tenho: 2000 e tantas ocorrências, 800 inquéritos. Quase todo dia que eu recebo pedido do juiz porque quando a gente faz um inquérito que indicia a pessoa, a gente informa o nosso centro de documentação e estatística que é o CEDEP, onde se tira os antecedentes criminais para lançar o nome dele lá então quando o processo é arquivado ou acaba o juiz manda tirar. O volume que chega aqui é estúpido. Significa o quê? Que o inquérito não deu em nada. É um pouco frustrante. E aí eu dizia muito isso hoje, eu me polício, porque como profissional que sou não me sinto dessa forma, mas em virtude das circunstâncias, eu dizia muito mais, hoje eu digo muito menos, mas em virtude das circunstâncias hoje eu me sinto enxugando gelo com toalha molhada.

Tem muita gente criticando e batendo na justiça restaurativa, mas eu acho que é um mecanismo que vai ajudar as famílias brasileiras porque quando fala restaurativa o povo pensa que é restaurar. Tanto é que lá eles já estão usando o termo transformativa para não ficar pejorativo porque não é restaurar, é fortalecer, tirar o rancor, para que cada um siga o seu caminho. Então eu acho que é perfeito. E a gente tem estudo já, eu acho que Santa Catarina, quando teve a Semana da Violência Doméstica e a juíza disse que 80% dos casos dela são solucionados com a justiça restaurativa. É o caminho. Porque fica a mágoa, fica o rancor. Geralmente você tem um vínculo que não vai acabar nunca, você tem filhos com aquela pessoa. E não adianta você arrastar o rancor para o resto da vida então a justiça restaurativa, com o pessoal preparado

tenta isso, mas não obriga a mulher a ficar com o homem, não obriga a tentar reconciliar. Ela tenta fortalecer para sair da relação. Tem sido muito criticada principalmente pelos grupos feministas, mas eu, hoje, vejo a justiça restaurativa como um caminho. Desde quando a nossa justiça comum está falida, o nosso sistema prisional está falido e na realidade a justiça restaurativa, ela não vai impedir que o processo continue ela só vai atenuar a pena se houver um bom entendimento um bom caminhar dessas pessoas (MRI7) (grifos meus).

As entrevistadas, em sua maioria, confirmam ter havido um progresso com a implantação da Lei Maria da Penha (2006) em relação à Lei 9.099/95. Entretanto algumas abordam o fato de não terem sido criados novos tipos penais. Tal fato acaba por não alterar a punibilidade, mantendo assimetrias e fragilidades no acesso à justiça e à cidadania. Sinalizam a Medida Protetiva como um fator de grande relevância na Lei, em contradição aos depoimentos das mulheres que deram entrada no sistema, conforme já indicado anteriormente.

## **5.2 – As temporalidades institucionais.**

“Tempo, tempo, tempo, tempo.  
Entro num acordo contigo”  
Caetano Veloso.

A sessão focaliza o registro do levantamento de dados quantitativos colhidos com o intuito de estimar a duração média do percurso da mulher dentro da Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica em Salvador/Bahia. O objetivo, *a priori*, era o de realizar este levantamento nas DEAM's (duração dos inquéritos) – desde a entrada (instauração) até o final (remessa para execução) do inquérito - e nas Varas de Violência Contra a Mulher ou, da Justiça pela Paz em casa (duração dos processos). Porém só foi possível realizar o registro temporal dos inquéritos visto que os dados oferecidos por uma das Varas se restringiram a informações de datas em que o processo foi acessado no sistema, não nos revelando nem a sua data de princípio nem de término. Esse registro foi realizado nas duas DEAM's do município (Brotas e Periperi) e cartografam dados referentes ao período de janeiro a outubro de 2017, mês em que foi realizada a pesquisa. Foram obtidos a partir do registro de inquéritos remetidos neste período e da data de instauração dos mesmos.

É importante observar que entre o registro da queixa - Boletim de Ocorrência (BO) -, e a data de instauração dos inquéritos existe uma distância temporal também variável. No entanto, por meio das entrevistas de agente integradas às delegacias especializadas, o tempo entre o Boletim de Ocorrência e a primeira oitiva, por exemplo, é de cerca de quatro meses (Nascimento, 2017).

Por não ter sido possível estimar a temporalidade dos processos visto que não nos foi permitido acesso aos processos propriamente ditos e, por meio do sistema ao qual tivemos acesso aos dados fica impossível definir uma duração por conta do sistema só revelar o registro da última vez que o processo foi acessado não sendo possível saber se o mesmo foi finalizado ou quando, isso revela que monitoramento e comunicação são essenciais. Desta forma, um dos objetivos iniciais dessa pesquisa: estimar o tempo cronológico do percurso de mulheres dentro da Rede (desde a denúncia até à conclusão do processo) não foi alcançado por incompletude e inacessibilidade. Sendo possível apenas estimar a temporalidade dos inquéritos.

Os dados, coletados e organizados, serão apresentados em gráficos e foram divididos pelas DEAM's e pelo tipo de inquérito posto que os que ocorrem com ato de prisão tem, por lei, um tempo de efetivação menor. Neste caso, de dez dias e, os processos outros, que não se referem às prisões imediatas tem um prazo determinado de sessenta dias. As datas levantadas são as da última remessa dos inquéritos visto que o nosso objetivo não é o de fiscalização do cumprimento ou não desse tempo previsto, mas o transcorrido entre a denúncia e a última remessa. Dessa forma, fica claro que alguns dos processos referentes às prisões em flagrante podem ter sido remetidos dentro do prazo estabelecido e retornado para alguma diligência sendo novamente remetidos.

### **DEAM de Periperi**

Foram remetidos, no período supracitado, um total de 611 inquéritos, dos quais 491 foram sem auto de prisão em flagrante (80,36%) e 120 com auto de prisão em flagrante (19,63%) do total.

## 1 – Inquéritos sem auto de prisão em flagrante.

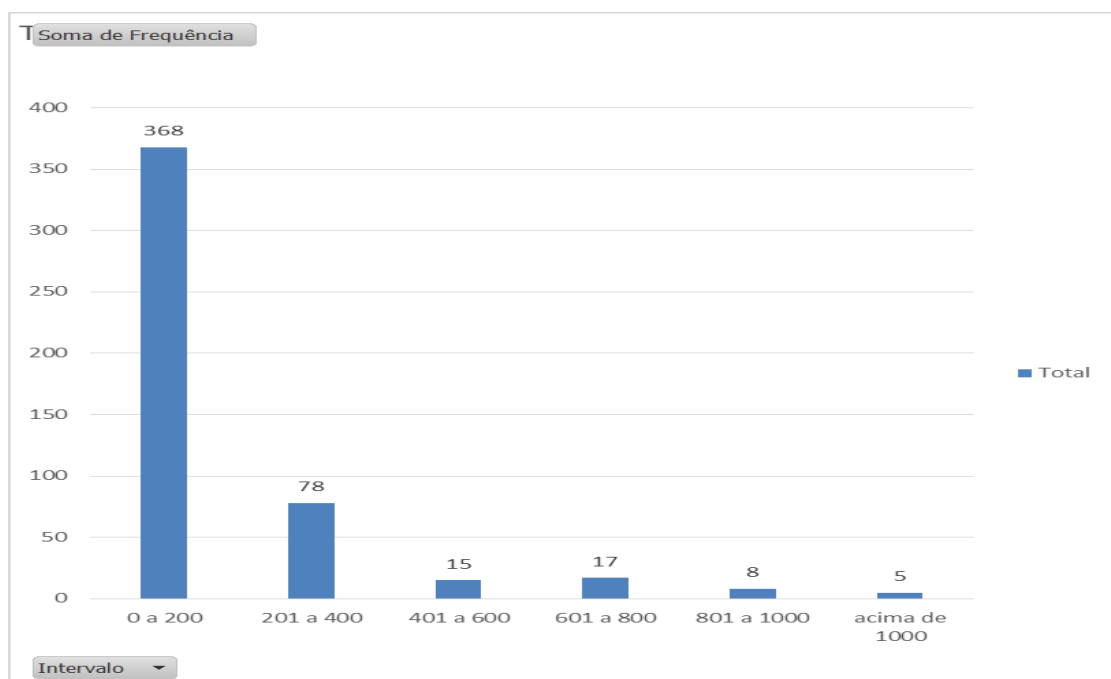
Como há um intervalo de tempo muito dispare entre dados levantados, optamos, num primeiro momento, em apresentar os dados em intervalo de 200 dias.

Tabela 4: Inquéritos DEAM de Periperi sem auto de prisão em flagrante.

Intervalo	Soma de Frequência
0 a 200	368
201 a 400	78
401 a 600	15
601 a 800	17
801 a 1000	8
acima de 1000	5
<b>Total sem prisão</b>	<b>491</b>

Fonte: Elaboração da autora a partir de coleta realizada de Janeiro/Outubro, 2017 na DEAM de Periperi, 2018.

Gráfico 1: Inquéritos DEAM de Periperi sem auto de prisão em flagrante.



Fonte: Elaboração da autora a partir de coleta realizada de Janeiro/Outubro, 2017 na DEAM de Periperi, 2018.

Foram remetidos, nesta DEAM, no período acima mencionado, 491 inquéritos sem ato de prisão em flagrante. Cerca de 75% (368) destes inquéritos foram remetidos em até duzentos dias, cerca de 16% deles (78) duraram entre duzentos e um de quatrocentos dias, 3% (15) entre 401 e 600 dias, cerca de

3,5% (17) entre 601 a 800 dias, por volta de 1,5% (8) entre 801 e 1000 dias e quase 1% (5) duraram mais que 1000 dias. Dessa forma, para analisarmos melhor a duração dos inquéritos, traremos uma nova tabela esmiuçando a temporalidade da maioria dos processos que são os mais representativos (75%) divididos num intervalo de sessenta dias. A média de dias foi de 171, somados a estes o intervalo de dias entre o BO uma estimativa de 120 dias, encontraremos uma duração média de 291 dias, quase dez meses.

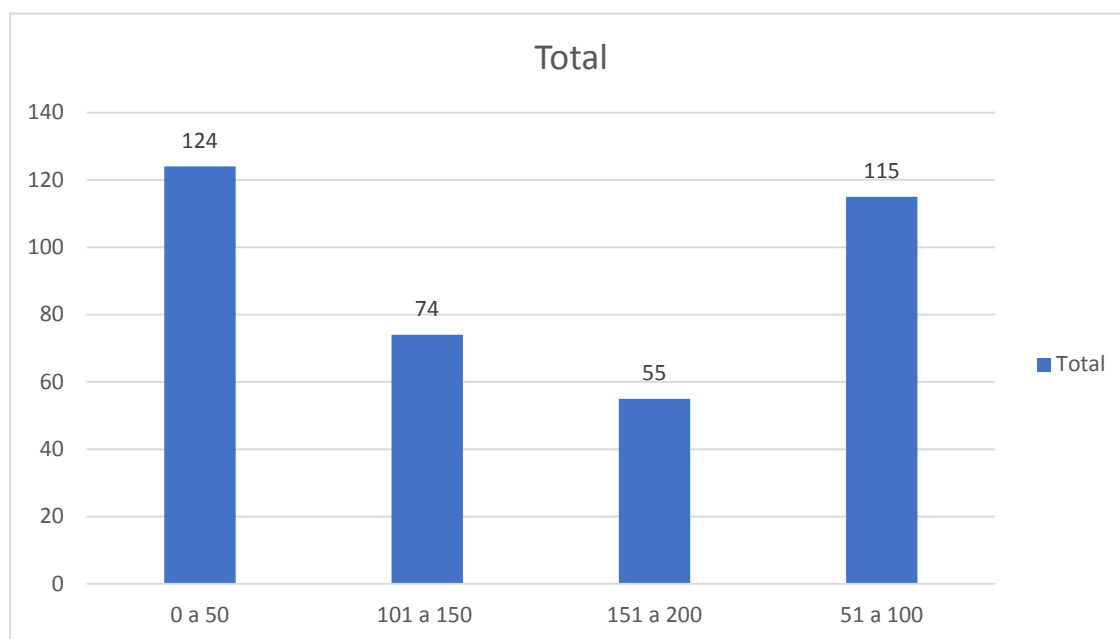
Detalhando:

Tabela 5: Detalhamento do intervalo mais frequente dos Inquéritos DEAM de Periperi sem auto de prisão em flagrante.

Intervalo	Soma de Frequência
0 a 50	124
101 a 150	74
151 a 200	55
51 a 100	115
<b>Total Geral</b>	<b>368</b>

Fonte: Elaboração da autora a partir de coleta realizada de Jan/Out, 2017 na DEAM de Periperi, 2018.

Gráfico 2: Detalhamento do intervalo mais frequente dos Inquéritos DEAM de Periperi sem auto de prisão em flagrante.



Fonte: Elaboração da autora a partir de coleta realizada de Jan/Out, 2017 na DEAM de Periperi, 2018.



## 2 – Inquéritos com auto de prisão em flagrante

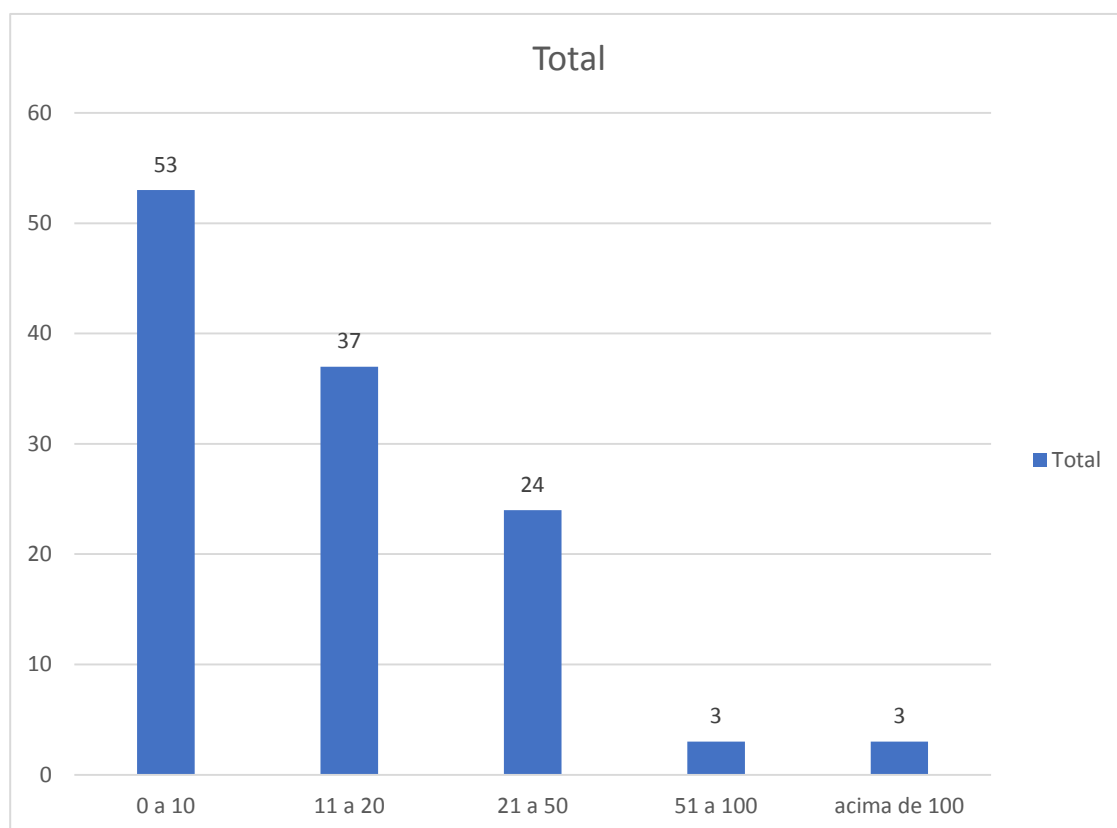
Foram remetidos, no período, 120 inquéritos com auto de prisão em flagrante, 19,63% do total de inquéritos remetidos pela DEAM se referem a este grupo.

Tabela 6: Inquéritos da DEAM de Periperi com autos de prisão em flagrante.

Intervalo de dias	Soma de Frequência
0 a 10	53
11 a 20	37
21 a 50	24
51 a 100	3
acima de 100	3
<b>Total Geral</b>	<b>120</b>

Fonte: Elaboração da autora a partir de coleta realizada de Janeiro/Outubro, 2017 na DEAM de Periperi, 2018.

Gráfico 3: Inquéritos da DEAM de Periperi com autos de prisão em flagrante.



Fonte: Elaboração da autora a partir de coleta realizada de Janeiro/Outubro, 2017 na DEAM de Periperi, 2018.

O gráfico demonstra que 41,16% dos inquéritos (53) foram remetidos no prazo de zero a dez dias, 30,83% (37) entre dez e vinte dias 20% (24) entre 21 e 50

dias, 2,5% (3) entre 21 a 100 dias e 2,5% (3) mais que cem dias. Uma média geral de dezoito dias.

### Para a DEAM de Brotas

Foram remetidos, nesta DEAM, 908 inquéritos sendo que 782 (86,12%) foram sem auto de prisão em flagrante e 126 (13,87%) com auto de prisão em flagrante.

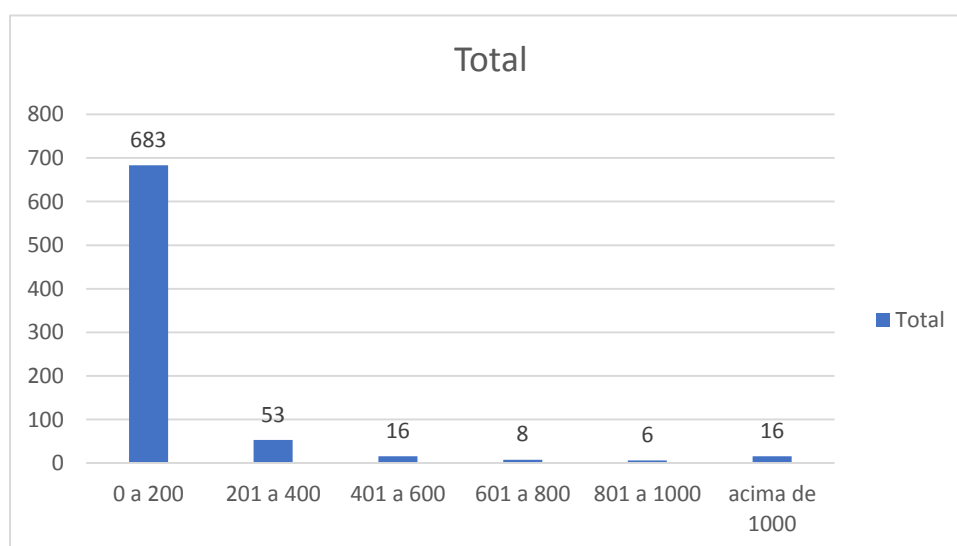
1 – Inquéritos sem auto de prisão em flagrante

Tabela 6: Inquéritos da DEAM de Brotas sem auto de prisão em flagrante.

Intervalo de dias	Soma de Frequência
0 a 200	683
201 a 400	53
401 a 600	16
601 a 800	8
801 a 1000	6
acima de 1000	16
<b>Total Geral</b>	<b>782</b>

Fonte: Elaboração a partir de coleta realizada de Janeiro/Out, 2017 na DEAM de Brotas, 2018.

Gráfico 4: Inquéritos da DEAM de Brotas sem auto de prisão em flagrante.



Fonte: Elaboração da autora a partir de coleta realizada de Jan/Out, 2017 na DEAM de Brotas, 2018

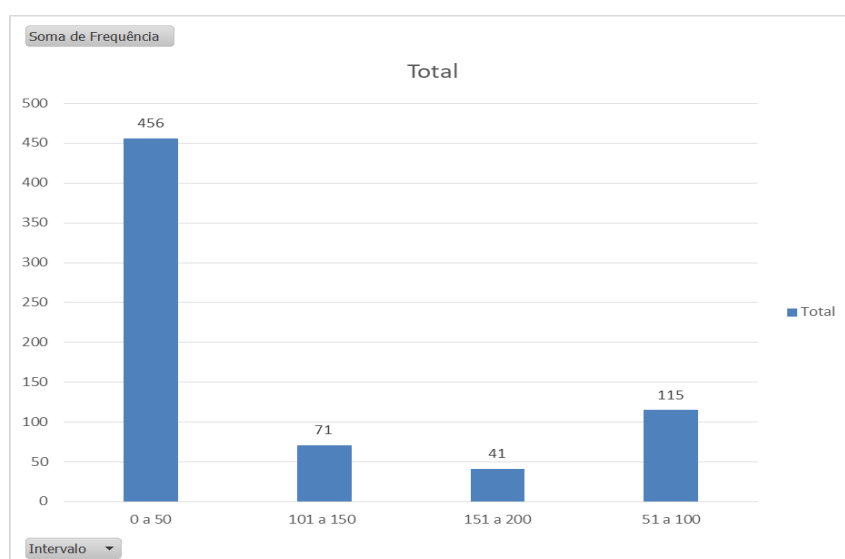
Para uma interpretação desses elementos temos que 87,34% dos inquéritos aqui agrupados duraram de zero a duzentos dias. Perfaz um total de 683. 6,77% (53) entre 201 e 400 dias, 2,04%(16) entre 401 e 600 dias, 1,02% (8) de 601 a 800 dias e 2,04% (16) mais que mil dias. Uma média geral de 119, somada à estimativa de 120 dias entre o BO e a primeira oitiva obtém-se uma média de 239 dias (quase oito meses). Assim como na DEAM de Periperi, a maior quantidade de inquéritos durou entre zero e 200 dias. Portanto, iremos agora fazer um recorte desses 683 inquéritos num intervalo menor de tempo (60 dias) com o intuito de definirmos melhor essa temporalidade.

Tabela 8: Detalhamento do intervalo mais frequente dos inquéritos da DEAM de Brotas sem auto de prisão em flagrante.

Intervalo	Soma de Frequência
0 a 50	456
101 a 150	71
151 a 200	41
51 a 100	115
<b>Total Geral</b>	<b>683</b>

Fonte: Elaboração a partir de coleta realizada de Jan./Out., 2017 na DEAM de Brotas, 2018.

Gráfico 5: Detalhamento do intervalo mais frequente dos inquéritos da DEAM de Brotas sem auto de prisão em flagrante.



Fonte: Elaboração a partir de coleta realizada de Jan./Out. 2017 na DEAM de Brotas, 2018.

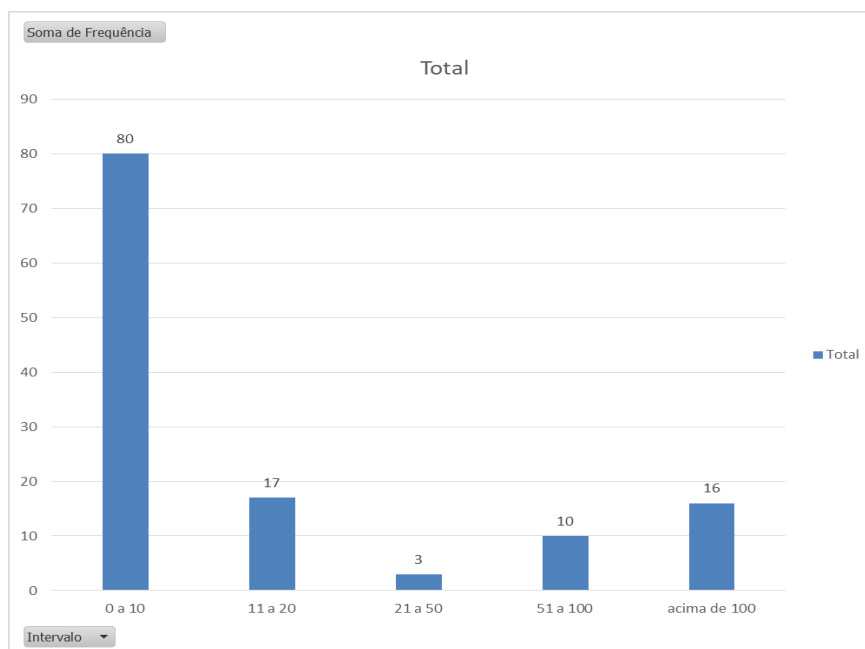
### 3 – Inquéritos com auto de prisão em flagrante.

Tabela 9: Inquéritos da DEAM de Brotas com auto de prisão em flagrante.

Intervalo de dias	Soma de Frequência
0 a 10	80
11 a 20	17
21 a 50	3
51 a 100	10
acima de 100	16
<b>Total Geral</b>	<b>126</b>

Fonte: Elaboração da autora a partir de coleta realizada de Jan/Out, 2017 na DEAM de Brotas, 2018.

Gráfico 6: Inquéritos da DEAM de Brotas com auto de prisão em flagrante.



Fonte: Elaboração da autora a partir de coleta realizada de Jan/Out, 2017 na DEAM de Brotas, 2018.

Da coleta acima ilustrada, cerca de 63,49% dos inquéritos deste grupo foram remetidos num prazo entre zero e 10 dias, 13,49% entre 11 e 20 dias, 2,38% entre 21 e 50 dias, 7,93% entre 51 e 100 dias e 12,69% acima de 100 dias. Tendo uma média de 76 dias.

No período analisado, a DEAM de Brotas remeteu um total de 908 inquéritos enquanto a de Periperi contou com 611. Essa diferença se dá, provavelmente

pelo quantitativo de delegadas em cada DEAM: 5 em Brotas e 3 em Periperi. Ademais temos que sinalizar o tempo de existência/fundação desses equipamentos. A DEAM de Brotas data de 1986 e a de Periperi de 2008. Além das questões de infraestrutura, histórico, acessibilidade, etc.

O prazo médio para remeter inquéritos sem autos de prisão em flagrante na DEAM de Periperi foi de 171 dias enquanto o de Brotas foi de 119 dias. Devemos lembrar de acrescentar a esse prazo a estimativa de 120 dias que transcorrem entre a denúncia e a primeira oitiva. Totalizando uma média de quase dez meses de duração em Periperi e quase 8 meses. Uma diferença temporal de dois meses entre uma e outra, podendo-se inferir a questão da infraestrutura.

Pelos gráficos podemos perceber que a DEAM de Periperi proporcionalmente mais inquéritos com auto de prisão em flagrante que a DEAM de Brotas 19,63% e 13,87% respectivamente. A média temporal da DEAM de periperi para este tipo de inquérito é de 18 dias enquanto a da DEAM de Brotas de 78 dias nos sugerindo que os inquéritos de Brotas retornam mais para a realização de novas diligências que os de Periperi, ou seja, práticas e fluxos diferentes. Tal fatos demonstra não uniformidade, alianças intra-Rede e conectividade, bem como unicidade da política de atenção e enfrentamento à violências contra mulheres.

## **TEMPUS FUGIT: Relógios moles e as mulheres que (sobre)vivem**

Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.

(Thompson, 1981, p. 17).

Essa pesquisa demonstra, através das histórias de vida de mulheres que recorreram à Rede e de entrevistas com agentes institucionais, o quão complexa é a violência doméstica e familiar em contextos de intimidade. Parecem “relógios moles”, em alusão à obra de Salvador Dalí. Parecem tempos que voam, mas não passam. As múltiplas violências – de gênero, sobrepostas, institucionais - possuem características bem singulares. Revelam complexidade e urgências na produção de saberes, intervenções e prevenção. O fato de ser vivenciada e situada em torno de relações de afetos, por exemplo, dificultam bastante o entendimento racional sobre o fenômeno, independentemente do nível sociocultural, autodeterminação, consciência ou de escolaridade das vítimas. Elas mesmas levam tempos/temporalidades para mudar “mentalidades” e tomarem decisões que não cabem em *tempus fugit*.

Ciclos, tipos, esperança e torpeza diante do processo vivido e narrado (seja individual, seja já nas instâncias institucionais e dentro delas mesmas), os sujeitos dessa investigação olham-se nos espelhos e se veem “quebradas, não reconhecidas, destruídas”.

As narrativas, os desenhos e a minha poesia – na abertura de cada intervalo de vida de Águia, Uma Mulher Destruída, Express, Samanta e Mônica – os registros que não se apagam. A preservação das falas, expressões e escuta compuseram a base epistemológica dessa tese, respeitando e reconhecendo seus rostos, existências e experiências.

Na terapia me foi informado que eu já vivia uma rede de violência, só que era uma violência psicológica, onde ele dizia que não queria filho, que se você tivesse filho ele ia lhe largar, que você não ia arranjar homem nenhum, que me chamava de feia, isso já era uma violência, mas você não via, você só viu a violência quando ele lhe bateu de fato, de verdade (Águia, 38 anos) (grifos meus).

E não consegui, durante o relacionamento, perceber que estava sofrendo violências. E tudo já estava às claras e eu percebia ou minimamente ou não via como uma violência e ficava numa espécie de compensação como “Poliana no mundo dos contentes”. [...] Continuei, apesar de tudo, com o mesmo amor por ele. E dizia: Não, é porque você está bem, é porque passa por problemas. Sempre tentava justificar a postura dele. Passei por situações muito vexatórias, mais muito vexatórias (Uma mulher destruída, 39 anos) (grifos meus).

Eu ainda não via isso, interessante, como violência, mas eu era sempre a culpada de tudo (Express, 52 anos) (grifos meus).

[...] mas não percebia que ele me controlava tanto porque eu achava que era uma utilização né?! Eu achava que eu estava vivendo na verdade, um relacionamento amadurecido, que estava dentro daquela relação buscando otimizar os espaços pra que a gente tivesse resultado juntos. [...] e algumas coisas que eu estava passando eu não conseguia visualizar como violência doméstica (Samanta, 39 anos) (grifos meus).

[...] mas depois de um tempo começou a ficar estranho. O estranho porque ele implicava se eu saía com minhas amigas, ele implicava é... De maneira muito sutil, era muito sutil essa... Que hoje eu sei que é violência psicológica né?! (Mônica, 28 anos) (grifos meus).

As mulheres vivenciaram a sensação de vergonha, invisibilidade e culpa com destaque aos contextos relacionais de socialização (famílias). Entretanto, também sinalizam para não conformismo, de cuidado ampliado nas amizades, na atenção (ou descaso) de agentes integrados ao institucional jurídico.

Eu com vergonha do que minha família ia me dizer. É tanto que eu nem fiquei em casa, fiquei na casa de uma amiga minha, tipo assim, sem conseguir dormir, eu dormia de bruços, porque as costelas estavam machucadas. Então eu fiquei lá pra ela cuidar dos meus ferimentos. Ela também é enfermeira e eu fiquei lá pra poder minha família não ver os hematomas porque eu fiquei com vergonha do que minha família ia dizer. (Águia, 38 anos) (grifos meus).

eu era sempre a culpada de tudo [...] todos nós temos nossas parcelas de culpa. (Express, 52 anos) (grifos meus).

Porque a maioria deles pelo perfil, depois eu pesquisei muito como é essa questão da violência, eles desmoralizam a vítima, a mulher, desmerece pra depois ter o domínio e colocar que ela é errada. E eu me sentia isso mesmo. Me sentia errada, eu estava errada sempre, pedia desculpa. (Mônica, 28 anos) (grifos meus).

Apesar da “naturalização” e da permissividade social da violência contra mulheres, as vítimas buscam uma explicação psicológica para o comportamento dos agressores, assinalando afetividades e elementos exteriores (álcool e doenças em sua maior expressão).

Ele era alcoólatra, ele bebia (Águia, 38 anos) (grifos meus).

Então hoje acredito, sinceramente, que eu me relacionei com um sociopata. Porque ele tem todas as características, todas, todas, todas. (Uma mulher destruída, 39 anos) (grifos meus).

... mas ele tem um problema psicológico, mas isso eu não consegui nunca provar que depois ele me acusou de bipolar. Eu não sei se o caso dele é de bipolaridade, eu não sei (Express, 52 anos) (grifos meus).

Ele tem um irmão que é dez meses mais velho do que ele e tem alguns traços, quando são crianças gêmeas, quando são crianças de idade simétrica que o mais velho é independente o mais novo se torna dependente e isso interfere, se a família não tiver cuidado, que não tiveram, cria problemas. [...] Depois eu fui estudando a parte de psicologia vi que ele tinha um pouco de Síndrome de Peter Pan em decorrência do modelo de criação que ele teve da mãe, ele passou a oscilar os comportamentos dele. (Samanta, 39 anos) (grifos meus).

Quem sou eu para dar um diagnóstico alguém! Mas eu pensei em várias coisas: que é psicopata, psicopatia não tem cura não é? Eu não sei. (Mônica, 28 anos) (grifos meus).

Nos relatos dessas mulheres, as suas famílias de origem não aparecem como um recurso para o enfrentamento às violências sofridas. Os contextos familiares podem, em verdade, confrontar mais, confirmando o silenciamento, convivência. No entanto, as amizades e o acolhimento de grupos sim, ressaltando “círculos” mais externos de apoio e proteção e formação de redes de apoio não institucionais.

[...]Ele ia (para as audiências) com quase dez pessoas e eu ali sozinha. Ainda virava pra mim e dizia: “Ela só vem sozinha. Ela nunca vem com o pai, com a mãe, com alguém pra apoiar” E eu não envolvi nem minha mãe nem meu pai nessa história porque meu pai disse que ia pegar ele e dar uma surra, então eu tinha medo de ir pra essas audiências com meu pai e meu pai não resistir e quebrar ele no pau. Meu pai é idoso, podia enfartar, alguma coisa.. Então eu procurava poupar minha família (Águia, 38 anos) (grifos meus).

Minha mãe e minha irmã só souberam no dia em que eu saí de casa dizendo: Eu vou terminar o relacionamento agora! (Uma mulher destruída, 39 anos) (grifos meus).



Minha mãe eu estou passando por isso e isso, mas eu gostaria que a senhora não se envolvesse. Quero ver até onde essas pessoas irão, qual vai ser as atitudes dela (Samanta, 39 anos) (grifos meus).

Quando eu saí, eu fui com um amigo (referindo-se a primeira audiência da medida protetiva) (Mônica, 28 anos) (grifos meus).

Com exceção de uma das vítimas, a qual a família do companheiro morava em outro país, a violência sofrida se estendeu para o núcleo familiar do agressor e a figura da sogra aparece em três relatos. Demonstrando que a violência doméstica e familiar não está restrita ao casal (modelo de família nuclear), mas se expande a outros membros da família (família extensa) e retoma a ideia de privado-familiar como também esfera de violências intensas e intergeracionais.

Porque eu fui espancada por ele, espancada pela mãe dele, espancada pela amante, espancada pela amiga da amante, por todo mundo. (Águia, 38 anos) (grifos meus).

A mãe dele tentando me envenenar com comida, eu comi aquela comida e senti um calor desesperado, aí ia para o banheiro, tirava a roupa toda, em pleno inverno e deitava no chão de mármore pra temperatura baixar e ele na dele lá [...] Aí botaram alguma coisa na minha água que eu bebi depois de um pouquinho me senti tão cansada que me recolhi assim em outra sala e dormi, apaguei (Express, 52 anos) (grifos meus).

Foi quando a mãe dele subiu e aí se meteu na briga dizendo que eu era muito controladora, que eu era muito ciumenta, e que estava orando, pedindo a Deus que arrebatasse a vida da minha filha se ela não fosse para trazer paz [...] Aí meu ex cunhado foi na corregedoria e deu uma queixa de mim como se eu fosse suicida que eu tinha tentado me atirar do carro, que eu nunca tinha morado com eles (Samanta, 39 anos) (grifos meus).

E na primeira audiência, pra medida protetiva, eu lembro, que a irmã dele foi. Quando eu saí, eu fui com um amigo, quando eu saí de lá, virei a esquina da primeira da primeira Vara criminal de violência contra a mulher, quando eu virei a esquina ela me gritou: “Ei! Ei!” Aí eu falei pro meu amigo: não olhe pra trás! Não olhe! Continue andando. Ele olhou. Aí ele: “Mon. tá te chamando” E eu: não olhe! Siga em frente, ande! Porque se eu voltasse ela ia me bater. Que é irmã dele né? Ele ainda olhou, me deu raiva disso (Mônica, 28 anos) (grifos meus).

Três dessas mulheres foram vítimas de processos contra elas, indicando “reversão” e mudança de *status* – de vítimas à réis – incluindo ademais violências múltiplas e a ideia de que acessa ou efetiva primeiro, a partir das

narrativas. Ao “caírem” na Rede, as ações contrárias são frequentes e assinalam a judicialização e juridificação de todos os aspectos da vida.

De vítima eu virei duplamente ré. E eu dizia: meu Deus eu nunca tive o nome sujo, eu nunca fiz nada contra ninguém eu sempre servi as pessoas, eu sempre ajudei as pessoas [...] No dia da oitiva que eu cheguei lá, a delegada me pegou, me botou numa sala e disse que eu era réu. Que eu tinha batido numa velhinha e que tinha ido lá contar o conto da carochinha e aí eu ainda estava com marcas, e no mesmo dia que eu dei queixa o agente expediu o laudo do IML, então eu tinha isso, saí de lá e fui para o IML fazer o exame de corpo e delito (Águia, 38 anos) (grifos meus).

E ele que estava me acusando de sequestro de menor, querendo levar a minha filha para outro país (Express, 52 anos) (grifos meus).

Porque depois que eu fui presa [...] E aí depois que eu entrei na justiça pedindo anulação de punição até porque eu fiquei 21 dias presa no Choque [...] Depois foi na Vara de Violência Doméstica botou a mãe e a irmã para dar uma queixa dizendo que estava ameaçando e perseguindo (Samanta, 39 anos) (grifos meus).

Com relação à religião como recurso para o enfrentamento, também à principio tomada como categoria relevante, não surge nas falas das mulheres esse pedido de auxílio ou qualquer outro registro. “Uma mulher destruída”, se declara espírita e Mônica, apesar de não declarar sua religião, ao comentar sobre o pastor, dá a entender ser adepta de alguma religião de vertente protestante. Porém, mesmo sem buscarem institucionalmente a religião para auxiliar no enfrentamento às violências, demonstram sua fé e religiosidade. Frases como “pelo amor de Deus” e “Graças a Deus” aparecem no relato de Águia (sete vezes), de Express (três vezes), de Uma Mulher Destruída (nove vezes), Mônica (onze vezes). A última credita também a Deus seu processo de superação dos acontecimentos: “só Deus para continuar me curando [...] acredito que só Deus para curar. Não tem remédio”.

O machismo institucional, o patriarcado ancorado dentro da própria rede de proteção à mulher, acaba por revitimizar as vítimas que procuram a Rede de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica em Salvador/BA.

A delegada me botou como réu e começou a dizer que se eu não tivesse ido com advogado eu ia ficar presa, porque se eu não tinha vergonha de bater numa velhinha, que se fosse a mãe dela ia me botar para o xadrez e ia terminar de me bater.

E aí eu comecei a chorar lá dentro, eu disse: Mas eu não fiz nada com ela! [...] a delegada não deixava eu falar [...] Nessa situação eu me senti duplamente violentada. Tipo assim, você é violentada, você sofre violência dentro de casa e, quando chega num lugar que é pra você dar queixa não consegue porque não querem te ouvir. [...] mas as pessoas que estão trabalhando na Vara e em outras instituições que é de acolhimento da mulher não dão vazão a mulher. Tipo, pensa assim, o pensamento machista, tem mulheres machistas. Pesa: Ah, mulher tem que apanhar mesmo, mulher ousada tem que apanhar mesmo. Na delegacia, o descaso, entendeu? (Água, 38 anos) (grifos meus).

Então você imagina se eu vou me preocupar se a DEAM está indo pra frente ou não? Que ali é uma baderna. Você vai ali faz queixa não anda nada. Você que sofreu você que tem que provar. Você toda arrebetada você tem que provar. A pessoa que viu não quer saber, não quer dizer e eu vou me preocupar ainda com a DEAM? A gente vai lá, denuncia e você vê que é uma mulher atrás da outra que são mortas. Nós é que temos que unir esforços (Express, 52 anos) (grifos meus).

[...] aquela delegacia é um lixo, é asqueroso. Primeiro que delegacia já não é um ambiente legal porque falta humanização, parece que eles estão lidando com animais. E eles acham que todos são leigos. Todo mundo tem direito e tem dever. Eles acham que são Funcionários Públicos, têm a estabilidade deles, podem falar o que eles quiserem, tratar as pessoas como animais. E tem aquele estereótipo de que toda mulher vai voltar para o cara. Essa é a verdade. Então por mim ali só teria mulheres mesmo atendendo e mesmo assim teriam que passar, não sei se semestralmente, mas de período em período por uma avaliação psicológica porque elas lidam com muito problema, muitas questões assim, questão de agressão e tal... violência, não é saudável né?! A gente sabe disso. Mas o policial me cantou aquele nojento, asqueroso. Depois ele me ligou do telefone da delegacia me chamando para sair, esse filho da mãe (Mônica, 28 anos) (grifos meus).

[...] na Polícia Federal o responsável é um homem extremamente arrogante, extremamente mal educado, grosseiro, indelicado e ele chegou a me dizer, me perguntar se eu estava querendo uma vingança (Uma mulher destruída, 39 anos) (grifos meus).

E aí todas as vezes que eu precisei da delegacia fui muito maltratada eu como público interno entendeu? Muitas vezes eu não cheguei a me identificar como policial (Samanta, 39 anos) (grifos meus).

Tendo como base a análise descritiva e explicativa concernentes às entrevistas institucionais, percebemos que a Rede está estruturada e tem fluxos de funcionamento e atuação em Salvador/BA com quase todos os equipamentos previstos em Lei. Apenas a MRI1 que desconhece e reclama, indicando uma

desconexão não apenas com a Rede, mas com a fala e a sensação de pertencimento das demais agentes.

Algumas dessas representantes apontaram para a ausência da Casa da Mulher Brasileira como elemento acolhedor e integrativo, promotor de acesso à justiça e à cidadania. No entanto, a falta de articulação entre os equipamentos da Rede é notória entre as entrevistadas. Esse fator engloba ausência de diálogo, falta de informações, não integração com a área da saúde e de um sistema no qual possa se acompanhar a trajetória da vítima dentro da Rede.

No que se refere aos dados quantitativos, percebemos que a falta de recursos ou, como nas palavras de uma das entrevistadas “a política de perfumaria” que não permite a total estruturação dos equipamentos, seja com infraestrutura seja com ausência de profissionais (quantitativamente).

A escassez de qualificação para esses mesmos profissionais que se encontram na Rede levando a uma exaustão, ou até uma certa desilusão em alguns casos, de algumas profissionais. Que, a partir dos relatos, demonstram vivenciarem uma solidão, como no relato da MRI1, ou na desilusão da MRI7, ou quando a MRI6 afirma, assim como as mulheres que recorrem à Rede não ser ouvida. Essa morosidade e a má qualidade do atendimento são um entrave e um desgaste emocional para as vítimas que optam por recorrer à Rede para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Constatamos que os dois grupos aqui pesquisados – mulheres que sofreram violências e as agentes institucionais – utilizam de estratégias para a formação de redes de apoio para além da Rede institucional. Por meios de grupos de whatsapp, de solicitações de auxílio por amigadas ou laços afetivos.

Percebemos, a partir da pesquisa empírica, que o Estado brasileiro, em sua modelagem patriarcal não vai criar ou proporcionar, impulsionar, estimular, financiar, ações que abalem suas próprias estruturas e as permanências do *status quo*, visto que essa seria uma atitude autofágica de seus fundamentos, neste caso específico, do patriarcado. Entretanto, as mulheres (ambas as situações – vítimas e agentes institucionais) fazem valer suas vozes. O que observa-se, ao longo dessa tese, é o fato de ocuparem espaços e assentos, mesmo em condições de vulnerabilidades e outras violências, negligências e

tempos que as desprotegem. Dizem todas: *Adsumus!* Estamos presentes em versão direta do latim. *Tempus fugit. Adsumus!*

Para além das manutenções do Estado vimos que a violência de gênero, especialmente nas relações íntimas, não é apenas vivenciada no âmbito do privado, ou seja, nas relações doméstico-familiares. Ocupa dimensões e urgências nas quatro esferas: Estado, sociedade, relações familiares e pessoais/individuais. Afinal, quando partilhada dentro e pelo núcleo de agressor(es) denota ser ensinada/apreendida e continuada neste espaço. O privado é político e se torna público.

Se o que buscamos é uma alteração da lógica patriarcal nas relações humanas, como pensar que ela será gestada no interior de instituições que lhes são mantenedoras da “longa duração” como estruturas representativas e sociais como o Estado e a família? Não há, apesar dos avanços legais, uma alteração dessa lógica interna.

## Referências

- ALVES, Rubem. **Tempus Fugit**. São Paulo: Edições Paulinas: 1990.
- ARAÚJO, Silvera Vieira de. **História social e História cultural** e suas influências na produção historiográfica sobre cidades no Brasil. ANPUH, 2014. Disponível em: [http://www.anpuhpb.org/anais\\_xiii\\_eeph/textos/ST%2014%20-%20Silvera%20Vieira%20de%20Ara%20C3%BAjo%20TC.PDF](http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2014%20-%20Silvera%20Vieira%20de%20Ara%20C3%BAjo%20TC.PDF) Acesso em 06/09/18.
- ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.29, n. 2, pp. 449-469, Maio/Agosto 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, vol.11, nº1/2, 2003.
- BERTAUX, D. "El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades". **Proposiciones**, 29(4): 1-23, 1999.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité". **Diogene**, 1 (225): 70-88, 2009.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol.2, n.1 (3), janeiro-julho/2005, pp. 68-80. Disponível em <http://www.emtese.ufsc.br> último acesso em 06/09/18.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 11ª ed., 2012
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004, 2008, 2012.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. **Norma técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres – DEAMS**. Edição atualizada – 2010. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres; Secretaria Nacional de Segurança Pública; Ministério da Justiça; UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2010b.
- BRAUDEL, F. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BUARQUE, Cristina. A culpa como matéria de desconstrução do feminismo. **Mandrágora**, Ano 4 nº 4, 1997. São Bernardo do Campo, SP: Metodista.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

\_\_\_\_\_. Performatividade, precariedade e políticas sexuais. **Revista Brasileira de Antropologia Iberoamericana**. v. 4, n. 3, p. 321-336, 2009.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de Categorias Sociais na Produção dos Sujeitos Políticos. **Estudos Feministas** N. 0 1992 pp. 57-93

CASTRO, Mary Garcia & SOUZA, Helaine Pereira de. O imaginário sobre mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico de pais e mães de distintas inscrições socioeducacionais e gerações. In: CASTRO, Mary Garcia. Debates sobre Gênero e Patriarcado. In: CASTRO, Mary Garcia & MENEZES, José E.X. (Orgs.) **Família, População, Sexo & Poder**. São Paulo: Paulinas, 2009.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Vozes Femininas (ainda) Silenciadas: Ranços e Avanços sobre a Violência Doméstica no Brasil (1985-2005). In: VENTURA, Gilvan; NADER, Maria Beatriz; PIMENTEL, Sebastião. **História, Mulher e Poder**. Vitória: EDUFES, 2006, pp. 253-273.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violências sobrepostas: Contextos, tendências e abordagens em um cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel. **Violência de gênero**. Lisboa: Pactor, 2018, p. 1-27.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. São Paulo: Rosa dos Ventos: 2002.

COSTA, Joaze Bernardino. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Soc. Estado**, Brasília, vol.30, n.1, Jan./Abr. 2015.

COSTA, Thiago Cortez. **Representação Política Feminina Modelos Hierárquicos para análise dos Resultados Eleitorais de 2006**. Rio de Janeiro: ENCE, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 0104-026X

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn (org.) **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Escala, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e História Social**: historiografia e pesquisa. São Paulo: PUC, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FROST & HOGGET. Human agency and social suffering. **Critical Social Policy**, November, 2008, pp:438-460.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o Silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Gênero e Discurso Religioso. **Rejegens Thréskeia** estudos e pesquisa em religião V. 02 – n. 02 – 2013.

GOMES, Gina Emília Barbosa de Oliveira Costa. **Aspectos visíveis das violências invisíveis**: violência contra a mulher na família nos casos de usuárias do Centro de Referência Loreta Valadares em Salvador – BA. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2010.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

LE GOFF, Jacques (Org.). **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo e Movimento**. São Paulo: Fancis, 2010.

MATOS, Maria Izilda & BORELLI, Andrea. Trabalho: Espaço feminino no Mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. pp. 126-147

MATOS, Marlise & PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cad. Pagu**. n.43, pp.57-118, 2014.

MELUCCI, Alberto. **Busca de qualidade, ação social e cultura**: Por uma sociologia reflexiva. In: MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOISES, José Álvaro. **Democratização e cultura política de massas no Brasil**. Lua Nova, São Paulo, n. 26, Aug. 1992 .

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2002.

NASCIMENTO, Paulo. **A violência institucional e sistêmica contra a mulher e o papel do Serviço Social no enfrentamento dessa problemática**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2017.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

PINTO, Celi Jardim. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994.

PONTES, Bárbara. Violência de gênero em diferentes tempos: enfrentamentos na esfera pública e privada. Salvador: UCSal, 2014.



PRINS, Gwyn. **História Oral**. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. 7ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.

\_\_\_\_\_. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Petrópolis, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1979.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp.115-136.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da Antropologia para o estudo da família. In: **Psicologia USP**. São Paulo, 3 (1/2), pág. 69/76, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Família como Espelho**: um estudo sobre a moral dos pobre na periferia de São Paulo. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Antropologia no Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: UNICAM, 1994.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Edusp, 1992.

SILVA, Ary. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 127-166, 2005.

SILVA, Salette Maria da. As Bases Constitucionais da Lei Maria da Penha. In: **II Seminário Nacional 'O Feminismo no Brasil, reflexões teóricas e perspectivas'**, XIV Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero, 2008. Livro de Resumo II Seminário Nacional O Feminismo no Brasil, reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM-UFBA, 2008. v. 01.

\_\_\_\_\_. ; NICACIO, J. J. ; GONCALVES, A. O. M. . ? Fala Maria porque é de Lei?: a percepção das mulheres sobre a implementação da lei Maria da Penha em Salvador/BA. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 4, p. 156-167, 2016.

\_\_\_\_\_. ; WRIGHT, S. J. Uma reflexão feminista sobre o conceito de justiça de gênero. **Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica**, v. V. 2, N. 1, p. 216, 2016.

TAVARES, Rebecca Reichmann. Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. In: BARSTED, Leila Linhares & PITANGUY, Jacqueline (orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em [http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom\\_onu/pdfs/progresso.pdf](http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf)

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder**: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. In: PARSONS, T. The Free Press e The Falcon Wing Press, 1947.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VELOSO, Marcelo Augusto. Uma abordagem de gênero a partir da religião: gênero, masculino e cristianismo. In: **Corporeidade, etnia e masculinidade**: reflexões do I Congresso Latino-americano de gênero e religião. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

## APÊNDICE

### APÊNDICE I

Entrevistas Institucionais – Aprovada pelo Comitê d Ética em Pesquisa sob o parecer nº 2.436.787/2017.



**Universidade Católica do Salvador**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**

**Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea**

Entrevistas Institucionais

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO

MRI

Profissão: \_\_\_\_\_

#### Perguntas Gerais:

- 1 - Como a senhora percebe o fenômeno da violência contra mulheres?
- 2 - Como a senhora avalia a eficácia da Lei Maria da Penha em Salvador/BA?
- 3 - Como a senhora avalia a efetividade de Rede de proteção à Mulher em Salvador/BA?
- 4 - A senhora tem alguma sugestão para melhorar a atuação da Rede e da eficácia da Lei?
- 5 - A senhora acha que houve um avanço com relação à aplicação de penas a partir da implementação da Lei 11.340/06 em relação à Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, onde só se julgam crimes de "*menor potencial ofensivo*".

## Créditos da Autora

Mulher, licenciada em História pela Universidade Estadual de Pernambuco UPE (2008), especialista em Metodologia do Ensino de Artes – Facinter (2012). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador UCSal (2014), doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador, bolsista FAPESB, integrante do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos NEDH da UCSal, pesquisadora em violência de gênero, poetisa.